

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FELIPE MARUF QUINTAS

UMA ESTRATÉGIA NACIONALISTA E SOCIAL-DEMOCRATA DE
DESENVOLVIMENTO: O MODELO REHN-MEIDNER NA SUÉCIA (1952-1983)

NITERÓI

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FELIPE MARUF QUINTAS

UMA ESTRATÉGIA NACIONALISTA E SOCIAL-DEMOCRATA DE
DESENVOLVIMENTO: O MODELO REHN-MEIDNER NA SUÉCIA (1952-1983)

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Marcus Ianoni

NITERÓI

2017

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

Q7 Quintas, Felipe Maruf
UMA ESTRATÉGIA NACIONALISTA E SOCIAL-DEMOCRATA DE
DESENVOLVIMENTO: O MODELO REHN-MEIDNER NA SUÉCIA (1952-1983) /
Felipe Maruf Quintas; Marcus Ianoni, orientador. Niterói,
2018.
250 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.

1. Suécia. 2. Estratégia Nacional de Desenvolvimento. 3.
Social-Democracia. 4. Nacionalismo. 5. Produção intelectual.
I. Título II. Ianoni, Marcus, orientador. III. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

CDD -

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo incomensurável suporte dado durante toda a minha vida;

Agradeço, muito mais do que cabem nessas linhas, ao meu orientador, prof. Marcus Ianoni, pela parceria, competência e generosidade inigualáveis desde a minha graduação, abrindo inúmeras oportunidades para o meu aprimoramento;

Agradeço aos membros da banca, prof. Carlos Sávio Gomes Teixeira e prof. Carlos Pinho, pelas enormes contribuições ao longo do meu mestrado, assim como a prof. Maria Antonieta Leopoldi, presente, assim como o prof. Carlos Sávio, na banca da minha defesa de projeto, e que também contribuiu imensamente para essa dissertação.

Agradeço ao PPGCP-UFF e ao corpo docente como um todo pelo apoio, colaboração e acolhimento dados durante esses dois anos, sendo fundamentais para o meu desenvolvimento profissional e pessoal;

Agradeço à CAPES pelo financiamento, sempre em dia, dos meus estudos durante o mestrado;

Agradeço a Juan Rodrigues da Cruz pelo companheirismo, enfim, por tudo.

“Uma das funções mais importantes do governo é a de impedir a extrema desigualdade das fortunas; não retirando a riqueza dos que a possuem, mas privando todos dos meios de acumulá-la.” Jean-Jacques Rousseau, Discurso sobre a Economia Política (1758)

“[...] a noção de desenvolvimento nacional, como processo social orgânico, postula uma ideia diretora, à luz da qual é o processo compreendido e interpretado. Sem ideia, não vemos mais que uma sucessão empírica, privada de sentido e de inteligibilidade. Só quando subordinamos os fatos e o seu desenrolar a uma interpretação que, em última análise, decorre de um projeto, é que lhes damos consistência histórica. Só então é possível falar em desenvolvimento nacional.” Álvaro Vieira Pinto, Ideologia e Desenvolvimentismo Nacional (1956)

RESUMO

O modelo Rehn-Meidner consistiu em uma estratégia nacional de desenvolvimento estabelecida pelos social-democratas na Suécia, que durou de 1952 a 1983, tendo sido mantida no governo de centro-direita entre 1976 e 1982. Seu intuito era o de articular a política macroeconômica com a industrial e a social, de modo a alcançar pleno-emprego e controle inflacionário em um contexto de desenvolvimento produtivo, redução das desigualdades sociais e ampliação do bem-estar social. Foi nacionalista ao propor uma crescente nacionalização dos centros de acumulação, conjuntamente ao reforço dos vínculos nacionais de solidariedade social. Essa estratégia foi idealizada pelos economistas suecos Gösta Rehn e Rudolf Meidner, derivando daí o nome com o qual se notabilizou. Caracterizou-se por ser especificamente nacional, alternativa tanto ao liberalismo econômico quanto ao keynesianismo no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, fundamentando-se em um amplo pacto de poder envolvendo trabalhadores industriais, agricultores, industriais e governo, institucionalizado no arranjo neocorporativista das negociações centralizadas de salário, que perduraram até 1983. Correspondeu assim, no contexto específico sueco, aos esforços social-democratas de realização institucional dos valores da modernidade, como a eficiência produtiva e a maior igualdade e solidariedade social, sem comprometimento das liberdades civis. O modelo Rehn-Meidner, então, pode ser entendido como uma estratégia política de redimensionamento econômico e social, visando o desenvolvimento nacional, tanto produtivo quanto social.

Palavras-chave: Rehn-Meidner, social-democracia, Suécia, estratégia nacional de desenvolvimento, neocorporativismo.

ABSTRACT

The Rehn-Meidner model consisted of a national development strategy established by the Social Democrats in Sweden, which lasted from 1952 to 1983 and was maintained in the center-right government between 1976 and 1982. Its purpose was to articulate macroeconomic policy with the industrial and the social, in order to achieve full employment and inflation control in a context of productive development, reduction of social inequalities and expansion of social welfare and national solidarity. It was nationalist in proposing a growing nationalization of the centers of accumulation, together with the reinforcement of the national bonds of social solidarity. This strategy was devised by the Swedish economists Gösta Rehn and Rudolf Meidner, deriving from this the name with which it became famous. It was characterized as being specifically national, alternative to both economic liberalism and Keynesianism in the context of post-World War II, based on a broad power pact involving industrial workers, farmers, industry and government, institutionalized in the neo-corporatist arrangement of the negotiations centralized salaries that lasted until 1983. It corresponded, in the specific Swedish context, to the social-democratic efforts of the institutional realization of the values of modernity, such as productive efficiency and greater equality and social solidarity, without compromising civil liberties. The Rehn-Meidner model, then, can be understood as a political strategy of economic and social resizing, aimed at national development, both productive and social.

Keywords: Rehn-Meidner, social-democracy, Sweden, national development strategy, neocorporativism

Sumário

1. Introdução	p. 10
2. Escorço Teórico	p. 29
2.1 Instituições, Classe e Poder	p. 29
2.2 Do laissez-faire ao desenvolvimento planejado: o arranjo institucional da social-democracia sueca	p. 55
3. O Modelo Rehn-Meidner	p. 88
3.1 Antecedentes do Modelo	p. 88
3.2 O Plano Rehn-Meidner e o modelo subjacente	p. 145
3.3 Do Modelo Rehn-Meidner à “Democracia Econômica” e à crise da social-democracia.....	p. 198
4. Conclusão	p. 226
5. Referências	p. 230
6. Anexo	p. 248

Lista de siglas e abreviaturas

ATP (*Allmänna Tjenstepensionen*) - fundo público de pensão, de caráter compulsório, estabelecido em 1959;

LO (*Landsorganisationen i Sverige*)- Principal central sindical sueca;

SAF (*Svenska Arbetsgivareföreningen*) - Principal federação industrial sueca;

SAP (*Sveriges socialdemokratiska arbetareparti*) – Partido Social-democrata Sueco;

TCO (*Tjänstemännenscentralorganisation*) - Outra central sindical sueca, participante secundária das barganhas centralizadas de salário.

1. INTRODUÇÃO:

O século XX, em especial os “trinta anos gloriosos” após a segunda Guerra Mundial, conheceu uma grande variedade de experiências nacionais em torno da utilização do planejamento governamental e da intervenção direta do Estado para promover maior desenvolvimento, incrementando as forças produtivas domésticas e o bem-estar coletivo. Dado um contexto internacional favorável, de ampliação das cadeias de comércio e de “repressão financeira”, os governos, em geral apoiados por ampla coalizão interclassista, obtiveram uma margem considerável de autonomia para orientar a política monetária e de crédito no sentido da produção, do pleno-emprego e de serviços públicos universais.

O “moderno capitalismo”, como batizou Andrew Shonfield (1968), caracterizava-se assim pelo seu aspecto não-liberal, uma vez que os recursos estratégicos do Estado foram utilizados, em larga escala, para coordenar transformações estruturais nos países, adequando as instituições capitalistas para torná-las mais inclusivas e menos desiguais. A propriedade privada e a competição interfirmas, embora não fossem extintas, seriam contrabalançadas por controles e regulações, de caráter político, destinados a incorporá-las em objetivos sociais, servindo de instrumento para a alavancagem do bem-estar nesses países. A maior acumulação capitalista e a “desmercantilização” da organização social seriam, portanto, complementares.

Tanto Rehn quanto Meidner desenvolviam, desde 1948, produções conjuntas na revista *Tiden*, de circulação nacional, sobre a problemática de combinar o pleno-emprego com o controle inflacionário a partir dos interesses da classe trabalhadora sindicalizada (Ekholm, 2010, p. 18). Naquele contexto, havia preocupação com a pressão inflacionária decorrente do aquecimento econômico no pós-guerra, o que inviabilizava politicamente a manutenção das políticas de estímulo governamental à demanda, adotadas desde a década de 1930, e fortalecia a posição nos debates políticos dos setores empresariais e dos partidos de centro-direita, que, tal como os trabalhadores, eram os principais interessados no debate público então travado. Por outro lado, o governo, liderado pelos social-democratas, buscava a redução das desigualdades sociais juntamente com o desenvolvimento econômico, o que tornava indesejável o retorno ao liberalismo pré-crise de 1929. Além disso, devido a limitações na demanda doméstica do país, devido à pequena população sueca em comparação a de outros países europeus,

o meio mais adequado para desenvolver econômica e socialmente a nação era pela integração competitiva das empresas nacionais nas cadeias mundiais de comércio. A partir das rendas crescentes auferidas no processo de desenvolvimento, assim como através de uma tributação fortemente indireta, seria possível financiar a ampliação do Estado de bem-estar, que por sua vez contribuiria para a reestruturação produtiva, havendo uma complementaridade entre desenvolvimento e bem-estar, orientada pelo planejamento governamental.

Esse modelo, sustentado em um plano, procurou deliberadamente, por meios políticos, da ação coordenada e estratégica do Estado, promover a reestruturação produtiva no sentido do desenvolvimento, isto é, da elevação da produtividade através da maior complexidade do conjunto da produção nacional utilizando para isso o planejamento dos custos e da utilização da força de trabalho, coordenando as relações entre capital e trabalho através de negociações tripartites para a produção de consenso acerca da política salarial, em arranjos institucionais neocorporativos. Tal modelo também serviu como meio de diminuir a desigualdade econômica e política entre as categorias profissionais e entre os trabalhadores e os empresários, o que conduziu a um redimensionamento não só econômico, mas social e político da nação sueca para promover ao mesmo tempo maiores níveis de eficiência, igualdade e solidariedade em nível nacional. O plano Rehn-Meidner, que passou a entrar em vigor por volta de 1953 com o início do arranjo neocorporativo e tripartite das negociações centralizadas de salário envolvendo sindicatos, federações industriais e governo/burocracia pública, pode ser assim entendido como uma estratégia nacional de desenvolvimento fundamental para a consolidação do assim chamado “modelo sueco” de sociedade e nação, que combina “a mixed economy, democracy and human welfare” (Sejersted, 2011, p. 4) e é baseado “on the co-operation between strong labour and employer organizations and the government, with an economy that had managed to reconcile market principles with socialist values such as full employment, equality and solidarity” (Meidner, 1993, p. 220).

Nesse sentido, o exemplo da Suécia é paradigmático do modo como a política tornou-se crucial para a remodelação produtiva e distributiva de um país. A questão que orienta essa pesquisa é, de que maneira, o processo pelo qual o modelo de planejamento idealizado pelos economistas Gösta Rehn e Rudolf Meidner (daí o nome Rehn-Meidner pelo qual veio a ser internacionalmente conhecido) foi implementado pelos sucessivos

governos suecos, quase todos social-democratas, de 1952 a 1983. Ou seja, como se deu a coordenação da economia e da sociedade desse país de modo a realizar, ao mesmo tempo, a reestruturação e o incremento das forças produtivas nacionais e do bem-estar, a nacionalização dos centros de acumulação de capital e a redução das desigualdades entre as classes e as categorias de trabalhadores, tornando associadas e complementares as dimensões do econômico e do social, em uma mesma estratégia política. A singularidade da social-democracia sueca esteve, pois, em tornar a distribuição de renda como o principal instrumento de promoção do desenvolvimento econômico. Não haveria oposição entre crescimento e distribuição porque o econômico e o social não foram desvinculados mas, ao contrário, considerados como uma totalidade cujas partes são interdependentes. A política macroeconômica, a política industrial e a política social constituiriam um todo integrado em uma estratégia política nacionalista, voltada para o engrandecimento material e social do país. Como afirma o cientista político Mark Blyth em seu estudo sobre o papel das ideias nas transformações institucionais do século XX, ao abordar o caso da Suécia, “social and economic policy came to be seen as one and the same thing” (Blyth, 2002, p. 124).

Uma hipótese é a de que o modelo Rehn-Meidner constituiu-se em uma estratégia nacional de desenvolvimento, entendendo-a como “a ação econômica combinada, voltada para o crescimento econômico, que tem a nação como o seu ator coletivo e o Estado como seu instrumento básico de ação coletiva” (Bresser Pereira, 2010, p. 56). No caso da Suécia, ela assumiu feições social-democratas, dados os interesses redistributivos dos trabalhadores e camponeses, presentes na coalizão governante. O plano Rehn-Meidner, assim, constituiu-se como uma estratégia política e nacionalista de redimensionamento econômico e social através do desenvolvimento, “que pretendia harmonizar igualdade e eficiência, pleno-emprego e estabilidade de preços, mediante uma combinação de negociação salarial solidária e política ativa para o mercado de trabalho” (Pontusson, 1996, p. 208), sendo a diretriz da construção nacional da modernidade nesse país.

Por conseguinte, segundo essa hipótese, tal modelo teve perfil nitidamente nacionalista, sendo esse aspecto um amálgama importante para o êxito dessa estratégia. Esse nacionalismo incluiu políticas e planejamento governamental visando ao aumento da afluência e do bem-estar para todos. Para isso, promoveu por meios políticos o crescimento das empresas exportadoras nacionais, ou seja, fomentou o desenvolvimento

industrial através de fortes controles sobre o setor financeiro e restrições estreitas à propriedade estrangeira. Também promoveu uma política salarial combinada com um conjunto de políticas sociais e econômicas que tinham por objetivo a redução das desigualdades salariais, o controle dos lucros e da inflação e, portanto, a seleção das empresas mais eficientes, capazes de arcar com o aumento dos custos trabalhistas e aumentar a empregabilidade da mão de obra. Para sustentar ideológica e politicamente esse projeto, a social-democracia buscou valorizar o pertencimento comum à comunidade nacional e fortalecer as relações de solidariedade entre os cidadãos, desmercantilizando o trabalho, integrando a nação, regional e socialmente, em torno de uma noção ampliada de cidadania, incluindo direitos civis, políticos e sociais para todos, deslocando assim a balança de poder em favor dos setores historicamente menos poderosos, nucleados nos trabalhadores (Berman, 2006, p. 181). Desse modo, o Estado de bem-estar social foi, na Suécia, um fenômeno político propriamente nacional, foi parte constitutiva do processo de construção do Estado e da nação (Pierson e Leimbruger, 2000, p. 40-1).

O Estado de Bem-estar sueco, construído através da hegemonia social-democrata, sobretudo no período de aplicação do modelo Rehn-Meidner, foi, portanto, nacionalista. Dessa forma, as vias para a modernidade, entendida como o processo histórico de diferenciação social, desenvolvimento tecnológico e democratização das instituições políticas ao molde pluralista-representativo, não constituíram no país escandinavo mero mimetismo em relação às experiências pioneiras na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo. Muito pelo contrário, procurou-se, a partir da história e da realidade nacionais especificamente suecas (Meidner, 1993, p. 219), aproveitar as possibilidades políticas de reforma no âmago do capitalismo para a construção de um novo tipo de sociedade, marcado tanto pelo progresso material quanto pela solidariedade social, sem abdicar da liberdade individual, entendida em sentido mais social, de integração do indivíduo à comunidade, do que liberal, de antagonismo, velado ou explícito, entre indivíduo e comunidade. Portanto, o “modelo sueco” constitui-se como a manifestação tipicamente nacional da modernidade nesse país. Como afirma o historiador Tony Judt, “os partidos democratas sociais foram o veículo através do qual a sociedade agrária tradicional e o trabalho industrial entraram na era urbana: nesse sentido, a social-democracia na Escandinávia não foi apenas uma política entre as outras; foi a própria forma da modernidade” (Judt, 2008, p. 372). O modelo Rehn-Meidner não constituiu imitação de algum modelo desenhado para outras realidades, mas foi elaborado tendo em vista as

condições particulares da nação sueca, como ser uma economia com demanda interna restringida e dependente das exportações (Hogfeldt, 2005, p. 519). O intuito do modelo foi promover efeitos econômicos e sociais positivos por meios políticos, valorizando e aperfeiçoando o capital e a mão de obra nacional, constituindo assim verdadeira estratégia política nacionalista.

A Suécia, no entanto, não era, logo após a Segunda Guerra Mundial, um país propriamente atrasado do ponto de vista produtivo. A estrutura industrial desenvolvida na Suécia antes da ascensão definitiva dos social-democratas ao governo, entre o final do século XIX e a crise de 29, já se caracterizava pela presença de grandes firmas industriais privadas, altamente concentradas e tecnologicamente avançadas. Essas eram intensivas em capital e altamente concentradas, voltadas para a inserção nas cadeias globais de valor através da exportação de bens de alta complexidade, principalmente no setor de engenharia, dada a restrição da demanda interna (Erixon, 1996, p. 18; Hogfeldt, 2005, p. 559). Desse modo, uma estratégia de desenvolvimento deveria levar em consideração a existência de um ponto de partida propício a uma etapa mais avançada de inovação produtiva e de alocação de investimentos e mão-de-obra. Havia uma forte crença entre os líderes social-democratas e sindicais suecos de que o crescimento econômico era em grande parte dependente das atividades exportadoras por grandes companhias nacionais (Erixon, 1996, p. 39). A forte integração dessas empresas com os maiores bancos tornava a concentração econômica ainda maior, ao mesmo tempo em que lhes viabilizava o fornecimento de crédito em moeda local, facilitando, portanto, a sua sofisticação produtiva sem endividamento externo (ibid: p. 15; Hogfeldt, 2005, p. 523-5).

Os social-democratas, desde que assumiram o governo em 1932, criaram mecanismos de incremento da capacidade estatal para planejar e controlar os fatores de produção no sentido de integrar, por meio de políticas econômicas e sociais articuladas, as classes sociais em um projeto nacional que visava alcançar objetivos socialistas, como a igualdade e o pleno-emprego, em uma estrutura capitalista marcada pela concentração industrial em firmas de larga escala. Na perspectiva dos social-democratas, a nacionalização não era o meio mais eficiente de prover os recursos necessários para alcançar as melhorias materiais almejadas para a classe trabalhadora. Desde 1932, quando o Partido Social-democrata assumiu o governo, as nacionalizações de grandes empresas foram preteridas em favor da preferência pelo planejamento governamental, pelo controle sobre o setor financeiro e pelo estímulo à cooperação

entre trabalhadores e empregadores (Berman, 2006, p. 184). Ao mesmo tempo, os mecanismos considerados de mercado¹, como os de ajuste espontâneo de preços, eram tidos como incapazes de produzir pleno-emprego dos recursos, solidariedade entre as classes e integração nacional (Meidner, 1993; Lundberg, 1985). O objetivo era realizar intervenções políticas organizadas no âmbito da produção e da distribuição, a fim de evitar a irracionalidade, o desemprego e as tendências cíclicas inerentes ao funcionamento espontâneo das firmas. Destaca-se a posição central dos sindicatos no planejamento e na indução de transformações estruturais na Suécia (Bohlin, 2014, p. 115; Pekkarinen, 1988, p. 320). Consoante a forte participação dos trabalhadores organizados no processo, procurava-se com essas intervenções fomentar um sentido igualitário, de maior solidariedade e cooperação entre as classes, a fim de alcançar objetivos comuns a toda a nação, compatibilizando maior igualdade e desenvolvimento econômico. Como afirma Peter Hogfeldt:

“They (the social-democrats) did not envision direct nationalization of industries but a stakeholder form of socialism that was more efficient than pure capitalism because it contained elements of rational planning that would eliminate the waste that irrational, short-sighted markets create, like unemployment and volatile investment cycles. The necessary economic changes would also be faster and more efficiency-enhancing if they took place in ways that were more socially acceptable for workers. Egalitarianism and economic efficiency were thus not necessarily contradictory concepts” (Hogfeldt, 2005, p. 539).

Os social-democratas aceitaram a grande firma privada como unidade econômica, ao mesmo tempo em que procuraram planejar a economia e a sociedade de modo a exercer controle político sobre os empresários, estimulando-os e mesmo forçando-os, através de políticas salariais, sociais, fiscais e tributárias específicas, a investir cada vez mais, gerando mais empregos, elevando salários e aumentando a produtividade e a renda média nacionais. Através da ação deliberada do governo coordenando os fatores de produção nacionais, as grandes empresas suecas tornaram-se o principal eixo de

¹ Entende-se por “mercado”, sempre que esse termo for utilizado, o complexo de interações econômicas e capitalistas do setor privado. Não há aqui a pretensão de “despolitizar” os propósitos das grandes corporações e seus representantes, considerando-os agentes envolvidos apenas em trocas pacíficas e contribuindo para engendrar o bem comum como consequência não-intencional de sua ação auto-interessada. Tal pretensão, própria das primeiras formulações do termo (cf. Rosanvallon, 2002), não encontra respaldo nos fatos históricos, que sempre apontam para uma complexa interrelação entre o controle da propriedade e o controle dos recursos produtivos e políticos em uma sociedade, com implicações na forma e na atuação do Estado. O mercado, longe de ser um padrão horizontal de sociabilidade econômica, constitui-se, mais exatamente, na manifestação institucional da concentração de propriedade no capitalismo, para propósitos tanto econômicos quanto políticos, jamais dissociados.

acumulação, emprego e investimento do país. Como afirmou Rudolf Meidner, “free markets forces guarantee neither full employment nor equality. To give the highest priority to these goals means challenging the principles of the capitalist system which is based on the profitability of privately owned capital” (Meidner, 1993, p. 218). Os social-democratas procuraram então, através do planejamento governamental sistemático, reconstruir a Suécia em bases mais igualitárias dentro de uma economia capitalista cada vez mais desenvolvida, promovendo ao mesmo tempo o pleno-emprego e a estabilidade monetária, e mais profundamente o desenvolvimento e a igualdade. Para isso atuaram conjuntamente com empresários e trabalhadores na construção de estratégias de longo-prazo, de modo a engendrar “um sistema cada vez mais compreensivo de política social e econômica, destinado a influir, dirigir e acelerar o seu desenvolvimento econômico” (Myrdal, 1967, p. 49).

A escolha dos governos social-democratas foi, portanto, a de promover transformações políticas, econômicas e sociais através de reformas que procuravam sustentar o desenvolvimento econômico, entendido como o incremento da complexidade econômica pela reestruturação produtiva e pela concentração das atividades nos setores produtivos mais dinâmicos e tecnologicamente sofisticados (Gala, 2017, p. 19), com uma distribuição mais igualitária da riqueza. Tinha-se por meta desenvolver, através da coordenação do Estado promovida pelo planejamento governamental, as firmas exportadoras de bens sofisticados, sobretudo máquinas, carros e móveis, capazes de alavancar um desenvolvimento de tipo *export-led*; alcançar o pleno-emprego sem escalada inflacionária; aumentar a participação da massa salarial na renda nacional; limitar os lucros e instrumentalizá-los para o propósito coletivo de pleno-emprego e desenvolvimento. Tudo isso em um contexto nacional de crescente integração regional e de classes, além de um nível maior de solidariedade, sustentado no compromisso corporativista entre trabalhadores, empresários e governo, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e a construção de um Estado de bem-estar social de perfil social-democrata.

Uma outra hipótese é a de que esse planejamento foi viabilizado pelo apoio de uma ampla coalizão sociopolítica interclassista, incorporando os trabalhadores, organizados politicamente em sindicatos ligados ao Partido Social-Democrata, e os agricultores, representados pelo Partido Agrário. A coalizão foi institucionalizada através do arranjo, de perfil neocorporativista, das negociações centralizadas de salário, peça fundamental do modelo de planejamento adotado e que estabeleceu um espaço de

concertação entre os empresários, os trabalhadores urbanos e rurais e o governo, gerando o consenso necessário para a implementação eficaz do modelo Rehn-Meidner. Foi fundamental nesse processo a cooperação entre diferentes classes e frações de classe na implementação da estratégia nacional de desenvolvimento representada pelo Plano Rehn-Meidner e sustentada institucionalmente tanto nas coalizões partidárias em nível parlamentar quanto no neocorporativismo das negociações centralizadas de salário. Houve uma conjunção de forças sociais nacionais para a realização do desenvolvimento com equidade, o que se sustentou nas condições históricas políticas e sociais específicas da Suécia. Também foi fundamental o fortalecimento da posição política da classe trabalhadora, através do planejamento governamental voltado para a promoção de metas socializantes, como o pleno-emprego, a igualdade e a solidariedade, de modo a controlar e reduzir a importância econômica e política dos capitalistas e dos lucros privados, que seriam assegurados apenas como condição para a realização desses objetivos (Lundberg, 1985, p. 18). Desse modo, a cooperação entre as classes, tida como característica peculiar do modelo Rehn-Meidner e do modelo sueco, também foi permeada de tensões e enfrentamentos entre as classes em torno das políticas econômicas e sociais adotadas (idem, p. 14-5).

Como, então, esse modelo foi elaborado e aplicado? Em 1951, Gösta Rehn e Rudolf Meidner, economistas suecos ligados ao departamento de pesquisa econômica da LO, apresentaram no Congresso dessa entidade, com amplo respaldo, uma estratégia política de redimensionamento econômico e social que, a partir de então, foi adotada pelo SAP como diretriz para o estabelecimento de políticas públicas. Essa estratégia, formulada em um plano batizado de Rehn-Meidner, propugnava um amplo planejamento governamental em parceria com amplos segmentos sociais organizados, como trabalhadores, agricultores, empresários e burocracia pública, de modo a exercer controle sobre elementos fundamentais da acumulação capitalista como salários, lucros, câmbio, juros e crédito. Esse planejamento, referente à totalidade da nação, tinha por objetivo circunscrever, nacionalmente, um processo de coordenação política da sociedade e da economia para alcançar um patamar superior de nacionalidade, mais competitivo nas cadeias mundiais de comércio e mais solidário e inclusivo no plano das relações sociais, alcançando o pleno-emprego, a estabilidade monetária e a redução das desigualdades em um cenário de desenvolvimento das forças produtivas internas e de crescente acumulação capitalista nacional. O modelo Rehn-Meidner, base do chamado “modelo sueco” de desenvolvimento social-democrata (Erixon, 2000, p. 82; Whyman,

2003, p. 35), constitui, assim, uma determinada maneira de organização nacional no contexto dos “trinta anos gloriosos” seguintes à Segunda Guerra Mundial. Tinha por objetivo conciliar o pleno-emprego e baixos níveis de inflação, a serem alcançados através de um desenvolvimento com a redução das desigualdades e o incremento do bem-estar para a maioria. O meio para incrementar a competitividade das empresas nacionais, garantir o pleno-emprego e combater a inflação seria uma rápida mudança estrutural na indústria através de uma determinada coordenação de política salarial, elevando seu progresso técnico e, portanto, desenvolvendo-a (Pekkarinen, 1988, p. 319).

Nesse cenário, o plano elaborado por Rehn e Meidner constituiu uma alternativa original, que combinava meios técnicos neoclássicos com valores socialistas (Gourevitch, 1986, p. 204), desenhada para o caso especificamente sueco, a fim de melhor aproveitar a capacidade produtiva nacional mediante uma remodelação política, isto é, liderada e coordenada pelo Estado, do setor produtivo, sobretudo em relação ao preço e qualidade da força de trabalho. A mudança na estrutura social e econômica e na distribuição de poder entre as classes foi basilar para a sustentação política do modelo de desenvolvimento adotado pela social-democracia. Para isso, o trabalho organizado nivelou-se, em poder, ao capital, através do planejamento governamental e dos arranjos neocorporativos de negociação de uma política salarial voltada para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento produtivo da economia sueca (Korpi e Palme, 1998; Lundberg, 1985; Meidner, 1993).

Dessa forma, mudanças estruturais na sociedade e na política, incorrendo em maior integração nacional entre as classes, os grupos e as regiões, foram consideradas fundamentais para se alcançar tanto maiores níveis de produtividade e crescimento econômico contínuo quanto maiores níveis de bem-estar e a realização conjunta do pleno-emprego e da estabilidade macroeconômica. A construção da Suécia como um país industrial, igualitário, solidário e democrático não coube a uma ordem econômica espontânea, mas sim à organização dirigida pelo Estado, sustentado em amplo apoio social, que aplicou inúmeras, sistemáticas e abrangentes intervenções sobre o mecanismo de preços (Myrdal, 1967, p. 17). Havia uma forte crença na engenharia social, nos arranjos neocorporativos e na estabilidade política como fatores de desenvolvimento nacional (Sjögren, 2008, p. 31). A fim de incrementar a capacidade

estatal² para sustentar, através do planejamento, uma estratégia nacional de desenvolvimento e de incremento do bem-estar, a social-democracia sueca adotou, desde o início, a disposição para participar de coalizões interpartidárias e interclassistas (Gourevitch, 1986, p. 131; Esping-Andersen, 1991, p. 18; Berman, 2006, p. 152). O suporte, direto ou indireto, de grupos como os agricultores e os empresários, além dos trabalhadores sindicalizados, que constituíam sua base original de apoio, permitiu aos social-democratas ganhar eleições com uma plataforma nacionalista e popular. Isso aumentava a capacidade governamental de implementar reformas que visassem a transformações estruturais sem precisar romper com a institucionalidade constitucional e parlamentar-representativa existente no contexto de uma monarquia. O objetivo do modelo Rehn-Meidner era, portanto, de acelerar as transformações estruturais em curso na Suécia desde 1932, quando os social-democratas assumiram o governo, de modo a que o país alcançasse padrões superiores de desenvolvimento e de qualidade de vida para todos.

O modelo Rehn-Meidner não tinha por objetivo a ativação da demanda por mão de obra através de políticas monetária e fiscal expansionistas, tal como defendia o keynesianismo, pois a economia já operava com alta utilização da capacidade produtiva. Rehn e Meidner consideravam o estímulo governamental à demanda agregada ao mesmo tempo inflacionário e anti-igualitário, uma vez que, em contexto de crescimento econômico, contribuiria para agigantar setores já avançados sem necessariamente aumentar a remuneração de todas as categorias de empregados, concentrando os ganhos em categorias de remuneração superior. O estímulo à demanda agregada levaria ao acirramento de conflitos trabalhistas, ameaçando a solidariedade interclassista construída desde 1938 e que sustentava a coalizão entre o SAP e o Partido Agrário (Erixon, 2000, p. 6). O objetivo, mais audacioso, era o de promover a reestruturação produtiva a fim de selecionar as empresas mais eficientes sem incorrer em perdas salariais ou de empregos para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que se diminuiriam as diferenças salariais entre as categorias profissionais. O projeto era o de criar uma sociedade industrial moderna, integrada e solidária (Sejersted, 2011, p. 172). A ênfase não recaiu em políticas keynesianas anticíclicas de estímulo à demanda, por terem sido

² Por “capacidade estatal”, entende-se a habilidade do Estado de determinar, pela coerção se preciso, o comportamento de agentes dentro do território de sua jurisdição, a fim de alcançar, com o máximo possível de eficiência, os objetivos politicamente visados. Refere-se, portanto, à força estatal de utilizar adequadamente, dentro de um esquema de dominação, os meios disponíveis para realizar os fins propostos (Ottervik, 2013).

consideradas, para a Suécia de então, sob contexto de baixo desemprego e de aquecimento econômico, inflacionárias e causadoras de aumentos de disparidades de rendimentos entre os trabalhadores. Ao contrário, optou-se por reformas pelo lado da oferta, através da coordenação tripartite da dinâmica salarial e de políticas ativas de recursos humanos, para incentivar tanto a redução das desigualdades entre grupos profissionais e a reestruturação produtiva pela mobilidade do capital e do trabalho dos setores menos para os mais eficientes (Marterbauer, 2001; Erixon, 2008, p. 6; Whyman, 2003, p. 38).

O modelo tinha como objetivo, bem diferente, desenhar um arcabouço macroeconômico específico para a Suécia a fim de, por meio de mudanças estruturais na economia e na sociedade, assegurar, a médio-prazo, o pleno-emprego em contexto de baixa inflação (Meidner, 1969). Ao invés de aceitar a dicotomia entre ambos, colocada no debate econômico ortodoxo, os social-democratas procuraram compatibilizá-los mediante uma série de regulações e intervenções políticas na economia e na sociedade, procurando controlar politicamente salários, lucros, câmbio, juros e crédito de modo a estimular o crescimento produtivo em conjunto com a redução das desigualdades. Como afirmou Gosta Rehn: “we started to ask what selective and adjustment-promoting policies we would need to make a non-inflationary policy for money wages psychologically possible even at full employment” (Rehn, 1980, p. 43). Desse modo, acreditava-se poder realizar o projeto de criar um Estado industrial moderno e socialmente integrado em bases corporativistas (Sejersted, 2011, p. 172 e 306), estabelecendo um determinado controle político, propriamente social-democrata, de desenvolvimento econômico (ibid: p. 483).

Diferentemente do keynesianismo, o plano foi criado não para recuperar o nível de demanda de um país em recessão, já que no pós-guerra a Suécia encontrava-se com alto nível de utilização da capacidade produtiva, mas de garantir o pleno-emprego sem ameaçar a estabilidade monetária (Meidner, 1998, p. 74). Para isso procurava-se induzir o desenvolvimento econômico e a transformação da estrutura social e de poder através do planejamento governamental, das negociações neocorporativas em torno da política salarial, do controle político sobre os lucros, vistos como tendo importância na escalada inflacionária (Lundberg, 1985). Assim, a diminuição das desigualdades de renda e políticas em um contexto nacional era parte estratégica e funcional do estímulo ao crescimento econômico, que deveria a partir de então ser orientado para a melhoria do

padrão de vida da maioria da população pelo pleno-emprego e pela ampliação dos serviços assistenciais, da ampliação do poder político da classe trabalhadora e para ao incremento da inserção competitiva das empresas nacionais em uma ordem econômica internacional que estimulava o adensamento das relações comerciais entre os países. Segundo as intenções desse plano, o aumento da produtividade dar-se-ia junto com a distribuição equitativa das riquezas produzidas, sendo ao mesmo tempo consequência do modelo distributivista adotado, gerando uma sociedade ao mesmo tempo próspera e justa. Como o ministro de assuntos sociais Gunnar Sträng afirmou em 1954, “Now, when conditions for new social reforms are to be discussed, it is the problem of production and effectiveness, the question of making the common cake larger, that comes to the fore” (apud Sejersted, 2011, p. 221). Ou seja, o objetivo era “fazer o bolo crescer”, mas esse “bolo” era comum, pertencente à coletividade nacional e, portanto, deveria ser repartido de maneira razoavelmente igualitária entre as diferentes classes que compunham o pacto social e a aliança partidária hegemônicas no pós-2ª Guerra. No modelo Rehn-Meidner, o aumento da produtividade dar-se-ia junto com a distribuição equitativa das riquezas produzidas, sendo ele, ao mesmo tempo, consequência do modelo distributivista adotado. Assim, “the model combines an egalitarian ambition with support for reinforced dynamics restructuring in order to maintain competitiveness, a higher growth rate, and higher wages” (Hogfeldt, 2005, p. 544).

O desenvolvimento praticado pelo modelo Rehn-Meidner não era, portanto, unilateral, mas complexo e multidimensional, pois articulava as dimensões distributiva e produtiva de modo que uma estimulasse a outra em um contexto democrático e de ampla participação e inclusão dos diferentes setores sociais através de mecanismos neocorporativos. A incorporação de amplos segmentos sociais nos processos institucionais de discussão e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento se deu através de um arranjo neocorporativista centralizado em nível nacional, das negociações centralizadas de salário, de concertação tripartite em busca de coordenação e produção de consenso entre governo, empresários e trabalhadores organizados (Alexopoulos e Cohen, 2003, p. 15; Hibbs e Locking, 1995, p. 98). Sustentada em ampla coalizão institucionalizada nesse arranjo, o Estado organizaria de tal modo as relações entre as classes e os grupos sociais de modo a que a maior complexidade produtiva, através do deslocamento de capital e mão de obra dos setores menos para os mais eficientes e competitivos, fosse decorrente de uma política salarial

solidária, negociada entre sindicatos, federações industriais e governo. Essa política seguia o princípio de “pagamento igual para trabalho igual”, de modo que os salários fossem determinados pela categoria e não pela lucratividade de cada firma individual, conferindo aumentos reais de maior vulto para as categorias menos bem remuneradas. Igualavam-se, assim, os salários por categorias, independente da situação financeira da empresa. Isso provocou também um controle e moderação sobre os salários nos setores de maior produtividade e, portanto, uma redução das desigualdades salariais (Lundberg, 1985, p. 18; Ryner, 2002, p. 82; Södersten, 1990, p. 51). Assim, comprimiram-se as margens de lucros das empresas, inviabilizando as menos eficientes sem sacrificar as mais lucrativas, racionalizando a estrutura produtiva para garantir a permanência apenas das empresas exportadoras de maior produtividade, capazes de arcar com a elevação dos custos do trabalho (Bohlin, 2014, 118-24). A política salarial solidária foi elemento central de crescimento econômico e da realocação dos fatores de produção dos setores menos eficientes para os mais eficientes, sendo componente central de uma estratégia de reestruturação produtiva. Promovia deliberadamente a concentração industrial e a competitividade internacional das empresas nacionais capazes de arcar com os aumentos dos custos relacionados à força de trabalho. Orientou, assim, a reorganização econômica, não pela austeridade sobre o trabalho, mas sobre o capital de baixa eficiência (Blyth, 2002, p. 121). Objetivava-se, assim, a eliminação de empresas pouco eficientes, o controle político e social dos lucros privados, a redução das desigualdades e a moderação salarial em um patamar mais elevado, combinando eficiência e igualdade (Edin e Topel, 1997, p. 158-9; Erixon, 2008, p. 7). Dessa forma, o aumento da produtividade decorreria da pressão competitiva para sofisticar o nível tecnológico da matriz produtiva das empresas e não da redução dos custos relacionados ao trabalho (Viana e Cunha, 2016), utilizando a política salarial para pressionar as empresas a tornarem-se mais competitivas nacional e internacionalmente pelo aumento dos investimentos em tecnologia, para o qual contribuiu a política governamental de capacitação da mão-de-obra. Também foi fundamental para o controle inflacionário, uma vez que o enxugamento dos lucros corporativos pelo aumento dos custos do trabalho, ao mesmo tempo em que evitaria o consumo ostensivo por parte dos empresários, levaria os sindicatos a moderarem as reivindicações de aumento salarial, contribuindo igualmente para a estabilização das relações entre patrões e empregados (Ekholm, 2001, p. 22; Sejersted, 2011, p. 222-3).

Complementarmente, haveria um conjunto de políticas sociais, chamadas “política ativa de recursos humanos”. Para redirecionar a mão-de-obra liberada para essas empresas e evitar o aumento do desemprego, o governo social-democrata lançou mão de um conjunto de políticas sociais voltadas à formação profissional e à capacitação dos trabalhadores, de modo que esses pudessem ser contratados pelas maiores companhias nacionais. Isso facultaria a transferência da mão de obra de um setor para outro, colaborando assim tanto para a reestruturação produtiva em favor das grandes empresas exportadoras quanto para o pleno-emprego, o que era conveniente, dado o esmagamento deliberado das firmas menos eficientes e a expectativa de que as mais eficientes pudessem absorver a força de trabalho (Ekholm, 2001, p. 22; Lundberg, 1985, p. 19). Houve, dessa forma, uma ampla reorganização da oferta de mão de obra, direcionada para desmercantilizar a proteção social, acelerar a reestruturação produtiva e garantir o pleno-emprego, evitando o recurso ao desemprego como fator disciplinador da mão de obra (Pontusson, 1996, p. 203). O setor público também contribuiu diretamente para o pleno-emprego ao contratar grande contingente de mão de obra, sobretudo feminina, de modo que a participação do Estado na contratação da força de trabalho subiu de 15% do total nacional em 1965 para 26% em 1975 (Viana, 2007, p. 78). Desse modo, a ampliação do Estado de bem-estar social foi fundamental para o desenvolvimento produtivo sueco, pressionando para cima, porém moderadamente, os custos do trabalho de modo a obrigar as empresas suecas a se tornarem mais eficientes e competitivas (Steinmo, 2013, p. 90). A ampliação e a desmercantilização da cidadania não seriam contraditórias com o processo de acumulação capitalista nacional (Ryner, 2002, p. 85).

O modelo Rehn-Meidner também favoreceu uma política fiscal moderadamente restrita, embora mais expansiva quando necessário para manter o pleno-emprego (Erixon, 2008, p. 4-5); uma política monetária de juros baixos (ibid: p. 10); uma política tributária fortemente indireta, taxando mais o consumo que o investimento (Steinmo, 1988, p. 427-8; 2012, p. 10). A política fiscal moderadamente restritiva, combinada com uma política monetária de juros baixos e um sistema de tributação fortemente indireto, tinha por meta impedir tanto a aceleração inflacionária pelo superaquecimento da demanda e pelo aumento severo dos lucros quanto a consequente pressão por aumentos salariais incompatíveis com o crescimento das empresas; assim, garantia-se a apropriação privada do excedente econômico a fim de que pudesse haver fundos para o investimento por parte das grandes companhias, aumentando empregos e

salários. Em grande medida, o modelo contribuía para acelerar o processo de desenvolvimento e mudar a estrutura produtiva, uma vez que se alinhava à política salarial solidária no sentido de inviabilizar financeiramente as empresas menos competitivas (Erixon, 2000, p. 9). Visava-se promover o desenvolvimento industrial com estabilidade de preços e redução das desigualdades sociais, controlando, ao mesmo tempo, o crescimento tanto dos lucros quanto dos salários (Ekholm, 2001, p. 22; Whyman, 2003, p. 37). Entretanto, Rehn e Meidner não excluía a necessidade de uma política fiscal anticíclica em determinadas circunstâncias para garantir o pleno-emprego, um dos objetivos centrais (Erixon, 2005, p. 5). Em síntese, o plano Rehn-Meidner postulava a necessidade de compatibilizar as políticas macroeconômica, industrial e social. O objetivo era o de engendrar, pela coordenação estratégica do Estado, pleno-emprego e controle inflacionário em um contexto de transformação da estrutura produtiva no sentido de uma maior complexidade e de mudança nas relações políticas e econômicas entre as classes, reduzindo as assimetrias de poder e riquezas entre elas.

Também houve subsídios públicos orientados para setores de ponta como defesa, aeroespacial, automóveis, energia, informática e telecomunicações (Bohlin, 2014, p. 118); continuidade da proteção às empresas nacionais estabelecida na década de 1930, limitando em 20% a propriedade estrangeira, impedindo que fossem controladas por grupos não-suecos, e do veto, de 1916, à aquisição estrangeira de imóveis, do solo e das minas, assim como de mais de 20% do direito de voto nas empresas proprietárias de recursos naturais (Hogfeldt, 2005, p. 534-5); manutenção da proibição, estabelecida em 1864 e revogada somente em 1986, da entrada de bancos estrangeiros e/ou suas subsidiárias (Nilsson, 2005, p. 224); fortes controles sobre o setor financeiro, os fluxos internacionais de capital e o crédito privado, desestimulando a especulação e direcionando-os para o financiamento de investimentos produtivos. Com isso, mantinha-se a estabilidade cambial e macroeconômica em geral (ibidem; Honkapohja, 2012, p. 6-9); o controle do Estado sobre a formação de capital, através da formação de uma elevada poupança pública, finalmente conseguida pela criação, em 1959, do fundo nacional de previdência de contribuição obrigatória *Allmänna Tjenstepensionen* (doravante ATP). Houve, assim, a preferência pelo fortalecimento da posição financeira do Estado frente ao setor privado, no bojo de uma estratégia de proteção social aos mais vulneráveis, (no caso, idosos), distribuição de renda e de redução das desigualdades (Myrdal, 1960, p. 66). Com isso, garantia-se uma poupança coletiva para assegurar a

capacidade financeira do Estado de racionalizar o crédito e financiar investimentos públicos cruciais para o desenvolvimento nacional, sobretudo no setor de habitação, mas incluindo também a indústria, garantindo assim as condições para haver ao mesmo tempo a acumulação capitalista, uma distribuição mais igualitária de renda e a desmercantilização dos serviços essenciais. Sem o protagonismo estatal no planejamento e direcionamento seletivo de recursos, o modelo sueco de bem-estar social não teria sido possível (Erixon, 2005, p. 5; Katzenstein, 1985, p. 66; Kosone, 1992; Ryner, 2002, p. 90; Waldenström, 2014, p. 230). Também houve o aperfeiçoamento de um fundo de investimentos, criado em 1938, de controle do Banco Central sobre os lucros para efeitos anticíclicos. Esse fundo era financiado pela aplicação livre de impostos de cerca de 40% dos lucros das empresas, diminuindo a margem de lucros taxáveis e garantindo uma reserva a ser devolvida aos empresários quando houvesse uma recessão (Bohlin, 2014, p. 121-2; Steinmo, 1988, p. 426). Além de tudo isso, a subordinação ao parlamento do Riksbank, o Banco Central sueco, tornou possível às coalizões lideradas pelos social-democratas exercer controle sobre a política monetária, adequando-a aos interesses nacionais da coalizão interclassista. Desse modo, apesar de os governos social-democratas terem preservado a propriedade privada dos bancos, exerceram sobre eles tamanho volume e escala de regulações que se pode dizer que, virtualmente, o setor financeiro sueco tornou-se um segmento do Estado na consecução de uma política econômica que visava ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico e uma maior igualdade social (Honkapohja, 2012, p. 8).

O plano, desse modo, procurava tornar possível a realização conjunta de crescimento econômico (via exportações de produtos manufaturados de alta complexidade pelas empresas nacionais, como maquinaria, carros e móveis), e maiores níveis de harmonia nas relações de trabalho, democracia industrial e igualdade (Gourevitch, 1986, p. 201), combinando de maneira virtuosa produtividade e solidariedade, desenvolvimento e bem-estar. Ao invés de promover nacionalizações e enfrentar abertamente os grandes capitalistas, a social-democracia, através do Plano Rehn-Meidner, criou mecanismos de controle político sobre a produção e a distribuição, reorganizando-as para se tornarem mais eficientes e competitivas internacionalmente. O intuito era o de promover mudanças produtivas estruturais, deslocando capital e trabalho dos setores menos para os mais dinâmicos e, portanto, mais capazes de absorver maior contingente de mão de obra, assim como de pagar salários mais elevados e gerar

retornos crescentes para o país (Steinmo, 2013, p. 90). O caráter redistributivo do modelo não adviria da mera transferência de renda, via governo, dos mais ricos para os mais pobres, mas da remodelação das relações entre capital, trabalho e governo, de modo que a redução das desigualdades seria parte intrínseca do processo de desenvolvimento (ibid: p. 89).

Estavam postas, assim, as condições do “compromisso histórico” (Korpi, 1983) entre trabalhadores, industriais e agricultores, em que todos consentiram, em elevado grau, com o planejamento e a intervenção governamentais para o desenvolvimento e o incremento do bem-estar social. A coalizão de classes entre esses grupos, consubstanciada em uma coalizão partidária entre o SAP e o Partido Agrário, de 1932 até 1968, com interrupção em 1959, e nos arranjos neocorporativos entre representantes de todas as partes envolvidas, foi crucial para estabelecer as bases sociopolíticas de sustentação do modelo Rehn-Meidner, conferindo legitimidade às decisões tomadas pelo governo e reforçando a capacidade estatal de intervenção. O modelo Rehn-Meidner procurava estabelecer uma coordenação política da nação sueca, servindo como estratégia para um plano nacional de desenvolvimento. A composição entre classes através dos setores organizados dessas com o propósito de incrementar a qualidade de vida e as liberdades de toda a população teria como precondição a prosperidade econômica (Brandal, Bratberg e Thorsen, 2013, p. 65). Com o intuito de manter esse compromisso, o modelo Rehn-Meidner, além de alçar ao protagonismo político os trabalhadores organizados, ligados ao SAP, também promoveu as grandes corporações exportadoras de bens de alta complexidade, sobretudo de maquinaria, carros e móveis. Juntamente com os bancos, que controlavam grande parte das maiores empresas e organizavam os financiamentos através de fundos de investimento de capital fechado (Hogfeldt, 2005, p. 541), o governo estimulou o crescimento das corporações privadas internacionalmente mais competitivas, através da política salarial solidária, da política social de capacitação da mão de obra e da política fiscal e tributária, medidas que contribuíram para a estabilidade macroeconômica e propiciavam proteção e subsídios tarifários para o aumento da produção. Isso ocorreu evitando a “desvalorização interna”³; em sentido contrário, o incremento da acumulação capitalista nacional era

³ “Desvalorização interna” refere-se à prática de aumentar a produtividade e a competitividade das empresas através da redução dos custos trabalhistas, da flexibilização das relações de trabalho e do aumento das jornadas laborais, além do desmonte das políticas sociais desmercantilizadoras. Essa expressão é utilizada, por exemplo, por Wolfgang Streeck (2017, p. 174).

articulado à construção de um amplo Estado de bem-estar social de viés socializante e desmercantilizador (Ryner, 2002, p. 85).

Desse modo, o planejamento governamental, orientado por um projeto social-democrata e nacionalista de desenvolvimento, tinha por objetivo remodelar a produção e a distribuição. O aspecto social e distributivo impulsionava as mudanças produtivas, e essas, ao garantirem maior renda ao país, asseguravam as condições fiscais para a sustentação de níveis cada vez maiores de investimentos sociais. Desse modo singular de coordenar a vida material do país, o incremento da competitividade internacional e o fortalecimento dos centros nacionais de decisão econômica estiveram vinculados a um contexto nacional de redução das desigualdades, controle político sobre os lucros e a movimentação de capital e crescente bem-estar e integração entre as classes e regiões dentro do escopo da nação.

O objetivo dessa pesquisa constitui-se, portanto, em demonstrar, através do caso sueco, a variedade histórica do processo de desenvolvimento coordenado pelo Estado através de uma estratégia política de compatibilização entre a política macroeconômica e a industrial, com vista a produzir pleno-emprego e moderação inflacionária em um contexto de reestruturação produtiva. Para isso, utiliza-se o método qualitativo e histórico-comparativo, incluindo dados estatísticos para ilustrar e demonstrar a efetividade das políticas adotadas. Com isso, estabelece-se, a partir da indução, os elementos que comprovam empiricamente a existência, em grau satisfatório, de uma estratégia nacional de desenvolvimento tanto nacionalista quanto social-democrata.

A escolha da formação da social-democracia na Suécia como objeto de estudo justifica-se pelo interesse em estudar uma estratégia nacional de desenvolvimento bem-sucedida, dado o caráter paradigmático alcançado pelo país escandinavo no tocante à construção política de uma coletividade nacional ao mesmo tempo desenvolvida, afluyente, solidária e com altos níveis de igualdade entre as classes. Considera-se que todo processo de desenvolvimento, sendo político, isto é, concernente à definição dos rumos coletivos de uma nação, não pode prescindir da aplicação coerente, pela liderança do Estado, de uma estratégia que compatibilize a política macroeconômica, a política industrial e a política social, de modo a gerar, ao mesmo tempo, crescimento econômico sustentado, maior complexidade produtiva, nacionalização dos centros de acumulação e repartição solidária das riquezas produzidas entre toda a sociedade. A necessidade de uma estratégia aparece como fator crucial para a coordenação dos recursos nacionais,

priorizando determinados meios, entre muitos possíveis, para alcançar, com o máximo possível de eficiência, a realização do desenvolvimento, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, selecionados como prioritários de acordo com o balanço sociopolítico de forças entre os diferentes grupos organizados de um país (Levy e Fukuyama, 2010). A técnica econômica, como tal, é insuficiente para estabelecer o objetivo maior da política, que é a definição dos rumos coletivos da nação e do padrão de relações sociais. Daí que, em última instância, toda estratégia apoia-se em decisões sustentadas por grupos sociais, portadores de determinados interesses, ideias e valores, que modelam as instituições e, em disputas e acordos, fazem política.

Para um país como o Brasil, cujo já esgotado ciclo desenvolvimentista e industrializante adotado no século XX não foi capaz nem de realizar o *catch-up* ao padrão de economia dos países centrais, tampouco atenuar as desigualdades sociais, o caso sueco é importante para efeitos de comparação histórica e para o entendimento de como cada país pode encontrar o seu próprio caminho rumo ao desenvolvimento. Um dos maiores pensadores e *state-makers* brasileiros, Oliveira Vianna, olhou um dia para a Suécia em busca de inspiração para a reforma institucional no Brasil. Segundo ele, a Suécia seria exemplar no que diz respeito ao modo como nesse país ocorriam pactos e compromissos voluntários e duradouros entre os diferentes grupos sociais, vinculando os seus ideais e interesses aos da coletividade nacional. O corporativismo, o alto nível de solidariedade, de justiça social e da “consciência coletiva” presentes no país escandinavo maravilharam Oliveira Vianna, que via na Suécia “um exemplo magnífico, digno de imitação, verdadeiro paradigma de soluções das questões que habitualmente se suscitam no campo do trabalho assalariado” (1974, p. 31). O encantamento com esse país não serviu a Oliveira Vianna como um entorpecente alienante das condições nacionais brasileiras, mas serviu como demonstração de que era possível ao Brasil trilhar outros caminhos que não os que vinham sendo feitos até então, de contentamento das elites nacionais com a fragilidade tanto doméstica quanto internacional da nação brasileira. O espírito que motiva essa pesquisa é a mesma que motivou Oliveira Vianna: analisar cientificamente um exemplo exitoso de estratégia nacional de desenvolvimento para esclarecer no Brasil o que afinal faz um país desenvolver-se mesmo sem a abundância e variedade de recursos naturais, geográficos, humanos e culturais presentes no Brasil, que constituem vantagem não aproveitada por nosso país. Na atual conjuntura brasileira, a coalizão governante ignora os anseios populares demonstrados nas últimas eleições presidenciais e despreza a capacidade nacional de mobilização e gestão política

dos recursos naturais e humanos para propósitos de desenvolvimento, preferindo a via da especialização em atividades primárias e da retirada de direitos sociais. O estudo da construção histórica do Estado de bem-estar social na Suécia demonstra que é impossível atender aos interesses mais amplos da sociedade em geral sem incorporar as classes subalternas ao pacto de poder e promover o devido redimensionamento político da economia e da sociedade no sentido da diversificação produtiva, da sofisticação tecnológica e da democratização da riqueza e das oportunidades de engrandecimento pessoal. O modelo sueco pode então servir de inspiração para que a construção nacional da nossa modernidade, ainda por ser feita em bases autônomas e auto-centradas, possa ser ilustrada por exemplos bem-sucedidos, como Oliveira Vianna o viu.

Finalmente, o capítulo 2 destina-se a discutir os fundamentos teóricos da análise empírica do modelo Rehn-Meidner, enfatizando a relação entre instituições, classes sociais e a maior ou menor capacidade estatal de coordenar estratégias de desenvolvimento. O capítulo 3 destina-se a analisar, em detalhes, o funcionamento do modelo, desde a sua concepção, na década de 1950, até a crise, nas décadas de 1970 e 1980, que o enfraqueceu e foi determinante para o seu fim. Também explica os antecedentes do modelo, situando-o historicamente como aprofundamento de um processo iniciado na década de 1930, com a chegada dos social-democratas, junto com o Partido Agrário, ao governo. O capítulo 4 conclui a pesquisa, sintetizando-a em linhas gerais.

2. ESCORÇO TEÓRICO

2.1. Instituições, Classe e Poder

Uma questão fundamental para todos os autores clássicos das ciências sociais é a de entender o processo histórico de existência e transformação das condições estruturais e institucionais da agência dos atores fundamentais. Há unanimidade quanto ao entendimento de que o comportamento social não é nem arbitrário e nem pré-determinado, mas contingente, conforme as estruturas e instituições existentes em dadas circunstâncias históricas, que delimitam e possibilitam as chances de ação. As estruturas influenciam a gênese e o conteúdo das instituições e a lógica de seu funcionamento, assim como influenciam o comportamento dos agentes inseridos em instituições. Da mesma forma, a correlação de forças entre esses, cuja capacidade de ação é determinada

institucionalmente, influencia os moldes institucionais, havendo uma relação dialética entre agência e instituições, favorecida pelas contradições apresentadas nessa dinâmica. As instituições são permanentemente movidas pelas relações entre os agentes, o que abre possibilidades para a transformação estrutural através dos múltiplos sentidos carregados na agência (Eisenstad, 1968).

A partir dessa compreensão pode-se entender a história como sendo polissêmica: a pluralidade de sentidos e de fatores causais existentes na dinâmica real das sociedades expressa-se na diversidade de trajetórias determinadas pelos “efeitos interativos na interdependência de múltiplas variáveis causais” (Steinmo, 2008, p. 166). Em cada uma dessas trajetórias as possibilidades de agência existentes no presente são condicionadas pelas consequências institucionalmente manifestas e muitas vezes não-intencionais de processos anteriores, em que a interdependência da agência humana, situada em contextos institucionais e estruturais, assume contornos com consequências de longo-prazo (Elias, 2006). Como a agência social não é unívoca, mas apresenta diferentes e conflitantes sentidos mesmo quando os objetivos intencionais são declaradamente os mesmos, ocorre o surgimento de formações institucionais e estruturais imprevistas. Na realidade, essa diversidade existe em função de a política, a economia e a sociedade estarem historicamente imbricadas entre si. Essa intuição, clara para autores clássicos como Karl Marx e Max Weber, é elucidativa no sentido de auxiliar a compreensão da sociedade e da economia como fenômenos políticos, no sentido que as mutantes relações de poder são constitutivas da organização histórica dessas dimensões. Não é possível, segundo eles, conceber a sociedade ou a economia independentemente de relações de poder; ao contrário, essas são constitutivas daquelas de diferentes modos em diferentes conjunturas.⁴ A própria existência da sociedade e da economia são fenômenos políticos, uma vez que ambas não são abstrações, sendo permeadas de assimetrias entre os diferentes grupos, o que abre possibilidades desses de fazerem prevalecer os seus comandos sobre outros. Em outras palavras, não existe organização social e econômica que não tenha o poder como seu elemento constituinte. Por outro lado, a economia e a

⁴ Marx interpreta o poder como um fenômeno assentado essencialmente nas relações de produção em determinada sociedade e Weber considera com maior ênfase a multicausalidade dos fenômenos históricos e a interpenetração de fatores econômicos, religiosos e simbólicos na configuração de determinada sociedade, mesmo concordando com Marx quanto à “inexorável força”, própria do capitalismo moderno, exercida de maneira crescente pelos bens materiais sobre os indivíduos, dispensando assim suas bases religiosas (Weber, 1981 [1905], p. 131). Essas diferenças, no entanto, não obliteram as semelhanças já apontadas entre os autores e utilizadas nessa pesquisa para a compreensão da trajetória histórica do modelo Rehn-Meidner da Suécia, de aproximação entre política, economia e sociedade e das manifestações institucionais e estruturais daí decorrentes em contextos capitalistas modernos.

sociedade também influenciam na possibilidade de ação dos atores políticos ao imporem constrangimentos e determinantes sociais, culturais e econômicos. Por isso a política não pode ser restringida às instituições estatais pois essas, como se verá adiante, são constituídas de relações desiguais e assimétricas entre atores organizados em grupos concorrentes. Como Marx e Weber bem entenderam, a luta de classes e os conflitos distributivos e simbólicos operantes eram fenômenos políticos concernentes a disputas de poder, ou seja, a conseguir obediência aos mandatos desses grupos ainda que contra a vontade dos outros. (Marx, 1976 [1848], Weber, 1997 (1922)).

Na ciência política, a agência fundamental a que essa pesquisa se refere é a agência política, relacionada às disputas dentro de um quadro administrativo organizado ou entre mais de um pelo controle de recursos escassos, em particular dos meios de distribuição e exercício do poder (Weber, 1975 [1919]). A política é, portanto, um exercício de poder, uma atividade cuja característica básica é a disputa pelos recursos capazes de fazer outro agente cumprir determinado mandato mesmo contra a sua vontade, na medida em que envolve a disputa dos atores pela maior capacidade possível de conseguir resultados desejados pela influência no processo decisório do Estado (Finer, 1981, p. 25-40). Sendo o poder uma relação entre dois ou mais agentes e ao mesmo tempo o recurso mais escasso existente, pois determina a possibilidade de efetividade compulsória da obediência, a política é, portanto, um fenômeno intrinsecamente agonístico de disputa de poder e pela definição das relações de hegemonia, considerando que existem valores e interesses sociais capazes de se impor mais ou menos eficientemente como reguladores normativos e universais do sentido atribuído pelos agentes históricos às suas ações. A hegemonia pode, portanto, ser entendida como um processo social de exercício legítimo e consentido da liderança e dominação de um grupo sobre o outro, em que as assimetrias de poder são ocultadas como tais e são exercidas em nome não dos grupos mais poderosos, mas de toda a sociedade. Como afirma Gramsci (2012, p. 24)

“A existência da hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais ela será exercida sejam levados em consideração, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas é também evidente que esses compromissos e sacrifícios não concernem o essencial, pois, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser econômica também e ter seus fundamentos na importante função que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.”

Nesse sentido, a possibilidade de pactos, alianças e coalizões, que será analisada adiante, circunscreve-se na própria dinâmica política de disputa pela hegemonia no capitalismo, pois determinados contextos institucionais e conjunturas históricas favorecem a concertação de diferentes grupos com vista a interesses e finalidades comuns, ressaltando as diferenças de posição de poder que permanecem entre eles e o grau de concessão que cada um pode fazer segundo as suas possibilidades de agência circunscritas em relações desiguais de poder. Nessas conjunturas, o caráter agonístico da política pode admitir conciliação em torno de propósitos comuns e soluções podem ser encontradas pela via da cooperação e do compromisso, sem excluir a possibilidade, sempre latente, de conflito, dadas as diferenças de interesses e de perspectivas que são inevitáveis em uma sociedade dividida em classes. Por conseguinte, a definição dos arranjos institucionais, que condicionam para cada agente os meios e as possibilidades de exercício de poder no respectivo âmbito da instituição, está diretamente vinculada à luta política entre os agentes e às estratégias adotadas por eles para a consecução dos objetivos hegemônicos no momento.

No caso do modelo Rehn-Meidner na Suécia, o planejamento governamental adotado correspondeu ao modo como a hegemonia da coalizão liderada pela classe trabalhadora, organizada na LO e politicamente representada pelo SAP, em conjunto com os agricultores mobilizados pelo Partido Agrário, foi exercida para fins de transformação institucional, visando à consecução de metas de desenvolvimento e de distribuição mais igualitária da renda, no contexto estrutural do capitalismo, com a posição privilegiada de poder econômico dos grandes capitalistas e sem almejar romper com esse modo de produção. No capitalismo, como se argumentará adiante, os agentes políticos fundamentais são as classes e as frações de classes sociais (essas últimas entendidas como segmentos diferenciados de uma mesma classe), que atuam politicamente, de maneira organizada em partidos ou em entidades representativas de classes, como sindicatos, federações, think tanks etc.

A formação e a consolidação do capitalismo apresentam então duas dimensões interligadas, a política, institucionalizada no Estado-nação, e a econômica, institucionalizada no mercado (Bendix, 1997; Giddens, 1985). O capitalismo é um fenômeno histórico simultaneamente econômico e político, sendo que os limites de um e de outro não existem senão como delimitações analíticas. Para Karl Marx (2007 [1867]) e Max Weber (1981 [1905]), as condições estruturais das sociedades modernas

são fundamentalmente capitalistas⁵, isto é, determinadas pela necessidade de organização racional da produção de mercadorias com o objetivo de os proprietários dos meios de produção acumularem riquezas quantitativamente definidas pelo dinheiro através da obtenção de lucros no processo de trocas de mercadorias, e as principais instituições existentes são o Estado-nação e o mercado. Portanto, essas sociedades são organizadas estruturalmente em classes econômicas, entendidas como fenômenos de distribuição e conflito de poder em ambos os autores⁶. Eles consideram as classes como “situações de mercado” relativas à posição dos sujeitos em relação à propriedade dos meios de produção⁷. Distanciam-se assim da compreensão liberal clássica do mercado como um espaço horizontal e pacífico de socialização e autonomia dos interesses (Rosanvallon, 2002). Admitem assimetrias de poder no relacionamento entre corporações privadas, destacando o aspecto político da propriedade privada, de controle sobre os recursos materiais e produtivos em uma coletividade. Como esses autores bem entenderam, a luta de classes e os conflitos distributivos e simbólicos operantes eram fenômenos políticos concernentes a disputas de poder, ou seja, a conseguir obediência aos mandatos desses grupos ainda que contra a vontade dos outros⁸. As classes e as

⁵ Embora Marx e Weber deem definições distintas de capitalismo, pode-se considerá-las semelhantes em última instância. Marx privilegia como singular à produção capitalista o aspecto de exploração do trabalhador assalariado, cuja manifestação encontra-se no mecanismo estrutural da mais-valia (Marx, 2007 [1867]). Weber, por sua vez, privilegia o aspecto da contabilidade racional do capital, em que a técnica e o direito racionais, regulamentados por um Estado igualmente racional, permitem o máximo de aproveitamento individual das chances de mercado por parte dos proprietários, maximizando a acumulação privada de capital (1968 [1923]). Entretanto, dentro da estrutura capitalista, a racionalidade predominante na determinação da lógica social é a instrumental e utilitária (em termos marxistas, condicionada pelo caráter abstrato das relações mercantis fundamentada na redução do trabalho concreto ao abstrato para fins de exploração do trabalho, isto é, de apropriação desigual do valor produzido pelo trabalho humano; cf. Bidet, 2010) orientada para a maximização da acumulação desigual de riquezas pelas classes proprietárias, que são evidentemente as que estabelecem o balanço racional do capital. O mecanismo da mais-valia apresenta-se, portanto, como o mais racional, pelo menos a curto-prazo, para a contabilidade e a acumulação racional do capital da perspectiva das classes dominantes, proprietárias dos meios de produção. Racionalidade essa, entretanto, que é determinada estruturalmente no capitalismo como a única através da qual as empresas podem obter êxito na esfera do mercado ao realizarem valores e auferirem lucros, como tanto Marx quanto Weber evidenciaram ao longo de suas obras.

⁶ Para Marx, a sociedade capitalista é organizada em classes com interesses e perspectivas contraditórios dada a relação de exploração entre os que possuem os meios de produção e se apropriam da mais-valia e os que recebem salário em troca da venda da força de trabalho. E, segundo esse mesmo autor, “toda luta de classes é uma luta política” (1976 [1848], p. 28). Weber, por sua vez, compreende o poder como um aspecto generalizado e inevitável nas relações sociais (Bendix, 1962, p. 290), e define a classe social, enquanto uma “situação de mercado” relativa às relações de produção e aquisição de bens, como um fenômeno de distribuição de poder dentro de uma comunidade (Weber, 1997 [1922], p. 683).

⁷ A teoria da estratificação social de Weber envolve três dimensões de recursos e distribuição de poder: posição dos indivíduos no mercado, status dos indivíduos e posição dos indivíduos em relação à capacidade de influência nas decisões políticas (Weber, 1997 [1922], p. 682-95).

⁸ Mais profundamente ainda esses autores acentuaram que o elemento coercitivo não era suficiente para estabilizar determinada relação de desigualdade, pois é preciso que os dominados, mais do que obedeçam aos dominantes, acreditem que os interesses desses coincidem com os seus; daí que Marx irá analisar o

frações de classe⁹, mobilizadas em diferentes coalizões ao longo da história, são, portanto, consideradas nessa pesquisa os agentes fundamentais da política, conforme a abordagem marxista clássica adotada por Friedrich Engels, de “reduzir os conflitos políticos às luzes de interesses entre as classes sociais e as frações de classes existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico”, sendo “os diversos partidos a expressão política mais ou menos adequada das referidas classes e frações de classe” (Engels, 1976, p. 94). Da mesma forma, o cientista político Maurice Duverger considera que “os partidos políticos expressam classes ou outros grupos sociais (étnicos, ideológicos, religiosos etc.)” (Duverger, 1982, p. 28). Essas organizações, quando apoiadas em bases sociais determinadas, são capazes de refletir na política os interesses e os valores de seu grupo de sustentação social através de decisões políticas que orientam a distribuição de recursos disponíveis aos quadros administrativos da burocracia pública, com algum propósito. A formação de coalizões, alianças, pactos e compromissos dá-se, então, em função da necessidade de fortalecimento social e político da capacidade de decisão política (Gourevitch, 1986).

Dessa forma, os partidos políticos habilitam-se a lutar de maneira programada e sistemática pela aquisição de poder e, portanto, pela capacidade de influenciar a organização coletiva de uma sociedade (Weber, 1975 [1919], p. 194-5). Como afirma Max Weber, “a essência de toda política [...] é a luta, o recrutamento de aliados e de seguidores voluntários” (Weber, 2014 [1918], p. 221). Para isso, as classes e frações de classe, através das suas lideranças, organizam-se politicamente em partidos, que coordenam e modelam a ação histórica desses grupos através de uma associação voluntária especializada na disputa de poder, isto é, pela capacidade de impor a toda uma coletividade uma ordenação formal e institucional compatível com os interesses e valores em questão, no arcabouço institucional existente. Através dos partidos, portanto, as forças sociais, sobretudo em contextos de democracia representativa, mas também em contextos de representação oligárquica e em regimes autoritários, organizam-se

fenômeno da ideologia e Weber o da legitimação e os tipos-puros de legitimidade. As instituições aparecem assim como constructos fundamentais para a compreensão de como as assimetrias de poder definem as possibilidades de agência dos grupos enviesando-as para a reprodução das desigualdades, ao mesmo tempo em que são pressionadas pelo conflito político subjacente à sociedade para serem transformadas em um ou outro sentido mais correspondente a outros interesses em disputa.

⁹ As classes por sua vez não são homogêneas, apresentando segmentos internos a cada uma, por vezes antagônicos, diferenciando-se de acordo com as funções exercidas no modo de produção capitalista. É nesse sentido que foi possível a Marx abordar a divisão da classe burguesa em duas frações: uma financeira e outra industrial (Marx, 1976 [1850], p. 172).

politicamente visando influenciar na maneira como as instituições operam, podendo compor alianças, pactos e coalizões que reflitam uma convergência de interesses e valores em torno de um projeto comum. Considera-se, entretanto, nessa pesquisa que, para a melhor compreensão da dinâmica política ocorrida na Suécia no período analisado, é importante associar aos interesses de classe projetos de planejamento político sustentados em ideias e valores compartilhados, além de considerar que houve um importante aumento da capacidade do Estado e do seu corpo de funcionários em determinar politicamente o padrão de racionalidade adotado no período de hegemonia social-democrata, em particular o de vigência do modelo Rehn-Meidner. Portanto, pode-se afirmar que “os interesses estão sempre mesclados com sentimentos morais” (Myrdal, 1986, p. 165), não havendo uma relação imediata entre ambos, daí o papel das ideias e dos valores para a seleção dos interesses e para a formulação de um projeto político de maior alcance que os interesses particulares *per se* (Blyth, 2002). Também é importante acentuar que a crescente complexidade organizacional do Estado moderno nas sociedades capitalistas introduziu grupos não-diretamente ligados ao âmbito econômico, como a burocracia pública, que apresenta crescente importância na coordenação do planejamento governamental, qualquer que sejam os seus propósitos (Galbraith, 1985 [1967]).

Essa concepção traz ao primeiro plano a noção de que a história é contingente e aberta, sendo as instituições construções políticas resultantes das relações de poder entre os grupos sociais operadas em contextos determinados. Como afirma Gunnar Myrdal, “o ambiente institucional não é determinado, porém mutável em várias direções e em vários graus. Devemos conhecer, ademais, a distribuição de poder entre os grupos sociais a fim de estimar que alterações institucionais são exequíveis” (Myrdal, 1986, p. 164). A realidade social é, portanto, capaz de ser transformada através da ação política organizada que encontra seu fundamento principal nas classes, mas que incorpora de maneira semelhante valores e projetos articulados com os interesses de classe ou de outros grupos, como a burocracia estatal, igualmente importantes para a consecução de uma estratégia política de âmbito nacional. Essas disputas pelo controle da coordenação política das sociedades e da economia e pelo estabelecimento do padrão de racionalidade compatível com os interesses e valores defendidos por cada grupo têm lugar em meio às instituições, tanto através das regras estabelecidas por essas quanto pela redefinição delas a favor dos interesses das organizações de classes e frações de

classe atuantes, derivando disso que nenhuma instituição existe independentemente de relações de poder e das estratégias políticas adotadas pelos atores. Assim, “na vida real [...] é sobre o ambiente institucional que a luta política é travada” (ibid: p. 162).

Isso acontece uma vez que o capitalismo, sistema político, econômico e social em que a luta de classes assume centralidade, apresenta um grande escopo de instituições, tanto econômicas quanto políticas, “including the markets as institutions of exchange, the firms as institutions of production, and the state as the creator and regulator of the institutions governing their relationship” (Chang, 1997, p. 18). As instituições, entendidas como mediadoras e estabilizadoras dos conflitos, na medida em que são “humanly devised constraints that shape human interaction” (North, 1990, p. 3), definem as regras de transação entre os agentes, estabelecendo os limites e os incentivos para a ação e a interação deles. Mais ainda, as instituições não são criadas, necessariamente, para serem socialmente eficientes, mas para servir aos interesses dos grupos que detêm poder suficiente para engendrar novas regras (ibid: p. 16). As instituições aparecem assim como constructos fundamentais de estabilização de expectativas e previsibilidade das ações, sendo assim centrais para a compreensão de como as assimetrias de poder definem as possibilidades de agência dos grupos enviesando-as para atender aos interesses em disputa, ao mesmo tempo em que as próprias instituições são pressionadas pelo conflito político subjacente à sociedade para serem transformadas em um ou outro sentido mais correspondente a outros interesses em disputa. Em um contexto capitalista, pode-se dizer que “*a classe [...] tem importantes e sistemáticas consequências para a vida dos indivíduos como para a dinâmica das instituições*” (Wright, 2015, p. 36), e a dinâmica de classes e frações de classe, entremeada de conflitos e alianças estratégicas em torno da divergência ou convergência de interesses práticos, apresenta conteúdo político.

Dessa forma, considera-se no presente trabalho que “*uma teoria do Estado é também uma teoria da sociedade e da distribuição do poder naquela sociedade*” (Miliband, 1972, p. 12). Não sendo a sociedade uma coletividade homogênea, mas um espaço de estratificação em termos de poder e de disputa pela conservação e/ou transformação da disposição dos agentes fundamentais, que em um contexto capitalista são as classes e as frações de classe, a definição dos arranjos institucionais está assim diretamente vinculada à luta política entre as classes sociais, pelo controle dos recursos de poder, escassos por definição, concentrados no Estado. O poder político das

instituições do Estado não existe no vácuo, mas é socialmente possível dada uma distribuição de poder entre as classes. Com isso, o estudo apropriado do modo como as instituições políticas são historicamente construídas e mobilizadas e como tornam-se eficazes na estabilização de determinado padrão de dominação demanda que elas não sejam entendidas como constructos separados da sociedade. Tal como entenderam Karl Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1978 [1852]) e Max Weber em *Economia e Sociedade* (1997 [1922]), o social, o econômico e o político encontram-se entrelaçados. Isso ocorre tanto no sentido de que o fundamento de toda sociedade e de todas as relações econômicas é o exercício da coação por algum grupo sobre os outros, quanto no sentido de que as instituições políticas assumem a sua materialidade e efetividade pelas disputas de poder entre os grupos sociais em determinados contextos históricos, que passam inclusive pela orientação dos recursos materiais e econômicos para influenciar nos processos de discussão e decisão. Ambos os autores sustentaram, tanto em escritos teóricos quanto em análises de conjuntura, a inseparabilidade entre a sociedade e a política, assim como a dependência dos grupos econômicos do exercício do poder pelo Estado a fim de estabilizar os seus interesses como eixo legítimo de organização social e econômica. Uma análise que evite despolitizar as relações sociais e econômicas, ignorando os seus aspectos de assimetria e de luta pela capacidade de decidir os fundamentos da organização formal e material, assim como reificar as instituições, ignorando os condicionantes sociais e econômicos dos processos políticos nelas ocorridos devido a sua inserção nas relações sociais, deve, portanto, articular as três dimensões, o social, o econômico e o político, de modo a entender, por um viés sociopolítico, como ocorrem as transformações históricas. Isso não significa, entretanto, que haja uma correspondência necessariamente direta entre dominação econômica e social e dominação política. Se assim fosse, o capitalismo seguiria um mesmo modelo, o de ser o “comitê executivo da burguesia”, segundo expressão de Marx (que não faz jus à sofisticada e minuciosa análise das instituições políticas e de sua relação complexa e multifacetada com a sociedade capitalista em obras como *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* e *As lutas de Classe na França*).

Assim, a dimensão estrutural da classe no capitalismo, tanto quanto os ditames da reprodução do capital e as pressões oriundas dos fluxos financeiros internacionais, influencia decisivamente os processos históricos de construção e reconstrução institucional, estando as diferentes resultantes das relações de força

inseridas em contextos e laços capitalistas nacionais e internacionais, fundamentais para a compreensão das variações e mudanças que ocorrem. Desse modo, não há construção institucional neutra, pois historicamente sempre há vinculação entre instituições e interesses práticos e ideais existentes na sociedade e na economia, de modo que as instituições determinam as possibilidades de ação e essa determinação funciona segundo a capacidade de imposição dos interesses dominantes na conformação de cada conjunto de instituições. Pode-se entender no caso de Weber, mas também aplicável em seus pressupostos a Marx, o seguinte:

“O quadro institucional concreto que surge em qualquer situação dada é o resultado não somente da adequabilidade geral de uma dada solução proposta por tais pessoas para os grupos atuando nesta situação, mas também do sucesso relativo de diferentes grupos competidores de tais líderes e empresários, que tentam impor, através de uma mistura de técnicas coercitivas, manipulativas e persuasivas, sua própria solução particular em uma dada situação.” (Eisenstadt, 1968, p.56)

Nesse sentido é inexato afirmar que existe um determinado *sistema* institucional, um complexo de fatores involucrado e autônomo a outros componentes da política, como as disputas de poder (Myrdal, 1986, p. 163). O que se verifica na realidade histórica é a interpenetração de diferentes relações na dinâmica institucional, sejam elas políticas, militares, culturais, religiosas etc. Atentar para a complexidade de uma determinada situação institucional é compreender como esses diferentes fatores se imbricam e ao se relacionarem mudam seu significado e como condicionam as possibilidades de agência.

Por conseguinte, o capitalismo apresenta-se como “an indirect system of governance for economic relationship” (Scott, 2011), ou seja, como um fenômeno histórico possível dada capacidade humana de ação política através, por exemplo, dos recursos do Estado, combinada com fatores sociais e culturais, na criação e transformação não-intencional das relações econômicas capitalistas. A sociedade capitalista, além de se estruturar sobre um modo de produção, caracteriza-se por possuir uma organização político-institucional, capaz de estabelecer o padrão de dominação e o tipo de racionalidade predominante na coordenação das relações sociais. Existe, portanto, um sistema de poder que fundamenta o padrão de economia e de sociedade, e que, por sua vez, é determinado de maneira significativa pelos grupos, sobretudo classes, mais poderosos. Daí o entendimento do capitalismo como um sistema de poder

que impõe uma determinada maneira de extração de excedente econômico por determinados grupos para a sua transformação em capital, obviamente no interesse econômico e político desses grupos (Furtado, 1976, p. 37). Outrossim, a ossatura institucional do Estado capitalista é relativamente autônoma frente às instituições econômicas em geral e, principalmente, em relação aos interesses de classe na dinâmica da concorrência. Essa separação relativa entre poder político e econômico torna o Estado capaz de assegurar, no longo-prazo, a hegemonia das classes dominantes, através de compromissos políticos com as classes dominadas, frequentemente impondo restrições à consecução de objetivos de curto prazo das classes dominantes (Poulantzas, 2000[1978]) p. 188). Constitui-se desse modo o Estado não como uma coisa independente da dinâmica material da sociedade, mas como uma relação social, como *“a condensação de uma relação de forças entre classes tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado”* (ibid.: p. 134).

Desse modo, procura-se entender por um viés neomarxista a relação entre classes e instituições políticas e de como essa relação é fundamental para estabilizar, por meios institucionais, a dominação política, cuja base assenta-se na propriedade privada dos meios de produção centrais para a dinâmica vigente de acumulação. Coloca-se, assim, a questão da base material do Estado, assim como dos fundamentos políticos e institucionais do capitalismo, que o faz ser não meramente um modo de produção, mas sobretudo um sistema de poder. O Estado, sendo *“determinado pelas contradições e relações de forças entre as classes”* (Hirsch, 1977, p. 98), tendo as instituições estatais base material e, portanto, vinculada à dinâmica real das sociedades, existe de maneira relativamente autônoma à economia e às classes e *“se manifesta pela não-identidade formal entre disposição dos meios de produção e participação no governo”* (ibid: p. 103). Ele opera desse modo a fim de melhor assegurar a dominação da burguesia em relação às demais classes pelo distanciamento parcial em relação a determinadas demandas dos capitalistas individuais e por se aproximar, também parcialmente, de algumas reivindicações dos trabalhadores para desse modo assegurar a ordem e a coesão necessárias à reprodução do capital. Há, assim, uma *“divisão do trabalho”* entre as classes dominantes, que acumulam capital, mas não necessariamente governam, e os setores burocráticos que administram o Estado. Essa divisão é dada estruturalmente no próprio capitalismo, pois o Estado, tanto pressionado pelas classes trabalhadora, empresarial e gerencial a ampliar suas funções, como constrangido, porém não

necessariamente obrigado, a não adotar estratégias anticapitalistas tende, independentemente da vontade das classes dominantes, a atender, melhor que elas próprias, os interesses de longo-prazo da acumulação privada capitalista (Offe, 1984; Block, 1977). Ou, ainda, é no interesse da dominação política da burguesia, pela preservação da formação social determinada pelo modo de produção capitalista, que os governos podem adotar políticas contrárias a alguns interesses econômicos dessa classe e satisfazer algumas demandas dos trabalhadores (Poulantzas, 1977, p. 185). A violência física, enquanto recurso em última instância de manutenção da ordem necessária à reprodução do capital, não é, entretanto, suficiente para preservá-la a longo-prazo e de maneira estável, precisando ser articulada com a ideologia e com concessões práticas a alguns interesses dominados. Para o neomarxismo, então, o Estado capitalista, ao defender de forma aparente o interesse “de todos”, na verdade utiliza a sua capacidade de ser relativamente autônomo às classes para exercer de maneira mais eficaz a dominação estrutural da classe burguesa sobre os trabalhadores, uma vez que esse próprio Estado não é em essência neutro, mas materialmente constituído para preservar por meios não-econômicos a dominação de classe da burguesia. Como afirma Joachim Hirsch, “a repressão de classe não pode então, sozinha, garantir a coesão da sociedade de classe; essa pressupõe medidas para assegurar um desenrolar relativamente fluido do processo de reprodução econômica” (Hirsch, 1977, p. 93). Dessa forma, se “o Estado não é utensílio de classe, ele é o Estado de uma sociedade dividida em classes” (Poulantzas, 1977, p. 186), e, portanto, opera para conservar a realidade social de classe em benefício da classe dominante. A autonomia relativa do Estado frente à economia e às classes que o constituem garante, portanto, a reprodução de longo-prazo da dominação do capital sobre o trabalho.

Justamente por ser um sistema de governança indireto no qual o Estado, embora ocupe uma posição privilegiada na distribuição de poder, apresenta-se de modo estrutural como relativamente autônomo, o capitalismo admite flexibilidade na relação entre os conflitos de poder na sociedade e na economia e aos recursos de coordenação do poder presentes no Estado. Assim, como pondera o próprio Hirsch, a intervenção do Estado sobre a economia não diz respeito a meras “necessidades técnicas” de administração do capitalismo, mas a escolhas políticas, influenciadas por uma série de fatores contraditórios entre si, envolvendo principalmente a relação de forças das lutas de classes (Hirsch, 1977, p. 95). Assim, embora o Estado esteja sustentado em relações

econômicas e sociais e esteja em uma posição diferente, pela existência de intersecções entre o poder político e outros poderes (econômico, por exemplo), o poder político apresenta a capacidade de interferir e modificar as relações econômicas, dependendo da correlação de forças presente nas instituições estatais (Poulantzas, 1977: p. 42). A economia, tanto nacional quanto internacional, apresenta-se como campo de sustentação do poder dos capitalistas, que influenciam e constroem os governos a não hostilizarem os ditames da reprodução do capital e os interesses deles próprios (Miliband, op.cit). A ossatura institucional que reproduz e coordena as relações materiais de classe apresenta assim a capacidade de impor decisões políticas que mediam das lutas de classe, a fim de conservar a dominação estrutural do capital, ainda que possam satisfazer, até certo ponto, interesses dos trabalhadores contra a vontade dos capitalistas particulares.

É importante considerar que o estruturalismo, para manter o rigor analítico no que diz respeito ao estudo da história, deve considerar com mais centralidade também o efeito das lutas políticas de classes e frações de classe na transformação histórica das instituições e dos espaços de contradição entre elas. As classes decerto são forças sociais determinadas estruturalmente, dado um modo de produção capitalista alicerçado em um sistema de poder capaz de estabelecer a acumulação privada e a dominação econômica e política pela extração sistemática e racional de mais-valia do trabalho. Entretanto, essas forças sociais também são capazes de influenciar e transformar as instituições e as estruturas, podendo ser decisivas para a configuração de tipos específicos de capitalismo, com variáveis intensidades da dominação econômica do capital (Wright, 1981). Assim, havendo uma discrepância entre a estrutura econômica e as instituições estatais, “o grau a que dada estrutura estatal é reprodutiva de relações econômicas pode ser condicionado pelos tipos de lutas de classes na sociedade” (ibid: p. 23). Considerar o período de hegemonia social-democrata sueco meramente como um fenômeno estrutural e funcional para o capitalismo, e o modelo de bem-estar adotado nesse país simplesmente como uma ilusão instrumental, como um mecanismo de intervenção política destinada meramente à preservação dos interesses de longo-prazo do capital sem nuançar as especificidades políticas e nacionais de transformação institucional que conduziram o país a um patamar internacionalmente elevado de desenvolvimento econômico e igualdade social, conduz à conclusão equivocada de que tudo isso foi meramente um adendo à estrutura capitalista, sem maiores desafios e

impasses quanto a sua construção. Segundo essa concepção, tudo ocorreria como se o compromisso interclassista que proporcionou as bases sociais da social-democracia fosse algo ditado apenas pelos interesses de longo-prazo do capital e não como resultado não-intencional de circunstâncias de conflito entre classes em torno de interesses eleitorais e distributivos, que se mostraram particularmente agudas nas três primeiras décadas do século XX (Berman, 1998, p. 153). Questões politicamente relevantes como a definição e o acesso à cidadania e o sentido e abrangência da racionalidade imposta pelo planejamento governamental foram cruciais para a construção do modelo sueco.

Na verdade, o consenso produzido pelos social-democratas não foi estático mas entremeado de conflitos e disputas, começando na década de 1950, com a discussão sobre a criação dos fundos públicos de pensão ATP, que custou o rompimento do Cow Trade e a saída do partido Agrário da coalizão parlamentar (Ryner, 2002, p. 90), e se radicalizando na década de 70 concomitantemente com as mudanças pró-trabalhistas introduzidas pelos social-democratas (ibid: p. 133-4). Também é importante considerar que a social-democracia sueca não tinha por objetivo apenas atenuar os efeitos do capitalismo para preservar o capital, mas promover pelo reformismo politicamente orientado uma série de transformações qualitativas e estruturais da sociedade sueca, de modo a ampliar a participação dos salários na economia nacional e a influência dos trabalhadores e do governo na política e sobre os lucros privados e o mercado acionário, aceitando-os na medida que contribuíssem para a reorganização institucional e estrutural da realidade nacional sueca, no sentido imposto pelos social-democratas no interesse sobretudo dos trabalhadores (Lundberg, 1985; Meidner, 1993). Decerto, a social-democracia sueca nunca conseguiu, mesmo com a ofensiva socializante dos Fundos de Assalariados na década de 1970, superar o capitalismo. A crise da social-democracia a partir desse período constitui forte evidência do poder político dos capitalistas, que os social-democratas, a despeito das suas intenções de viés socialista, não conseguiram abalar significativamente. A autonomia relativa das instituições políticas frente às econômicas no capitalismo é um fenômeno estrutural e continuou a sê-lo na Suécia mesmo durante o período social-democrata, dada a necessidade de um conjunto institucional com certo grau de independência a ser utilizado para preservar os fundamentos capitalistas através de mecanismos políticos e não-econômicos essenciais à reprodução do capital. Certamente também é estrutural a tendência dos Estados no

capitalismo a não adotar políticas que ameacem a acumulação privada pela exploração do trabalho, pois boa parte dos recursos fiscais de que depende o Estado para subsistir e exercer funções públicas, como a assistência social, deriva da taxação sobre a acumulação privada de capital (O'Connor, 1973)¹⁰. O Estado capitalista, sendo constituído por relações de dominação de classe e possuindo, portanto, uma “seletividade sistêmica” a fim de institucionalizar as desigualdades de poder entre as classes, está, portanto, sempre intervindo de diferentes formas na economia a fim de preservar e estimular o capitalismo, nem sempre com êxito. Faz isso organizando e expandindo mecanismos políticos alheios à lógica capitalista da forma-mercadoria que atendam todas as classes em contexto capitalista, inclusive restringindo os ganhos de curto prazo dos capitais individuais para o favorecimento do capital global. Isso favorece a preservação dos capitais individuais, pois esses são incapazes de prover a própria base social de sustentação; como essa expansão de relações não-mercantis pelo Estado ainda por cima ocorre em regras formais da democracia, evidencia-se assim o que pode ser chamado de contradição estrutural do capitalismo, que o torna potencialmente suscetível a conflitos (Offe, 1984).

Não obstante, o padrão de relacionamento entre o Estado e as formas assumidas pelas relações econômicas, ainda quando não está em jogo o aprofundamento das contradições estruturais do capitalismo para sua superação, está sempre em disputa pelas classes. Isso se dá pela própria natureza do Estado capitalista, como uma relação social e histórica, contingente de acordo com a resultante dos conflitos de poder entre as classes (Jessop, 1983; Hirsch, 2010). Dessa forma, o entendimento da existência de coalizões entre classes e frações de classes é fundamental para enriquecer a noção da luta de classes no capitalismo e sua articulação com demais setores e fatores importantes como a burocracia pública e movimentos internacionais de capital. Torna possível a compreensão de como as classes são organizadas e representadas politicamente em sindicatos, federações e partidos políticos, formalizando compromissos e estabelecendo alianças informais que ensejam a possibilidade de uma estratégia ampla, que atenda aos interesses dos setores alinhados. A dinâmica política é

¹⁰ James O'Connor identifica uma contradição entre a existência da propriedade privada e a dependência do Estado em relação a essa para manter serviços públicos universais, alheios à lógica do mercado, cujos custos se expandem mais velozmente que a arrecadação, baseada na tributação sobre a propriedade privada. Essa contradição levaria à crise fiscal dos Estados capitalistas. Embora esse ponto ajude a explicar a crise do neocorporativismo na Suécia a partir da década de 80, não é objetivo dessa pesquisa explicar essa crise.

capaz de transformar, historicamente, os arranjos institucionais que viabilizam a acumulação de capital.

O capitalismo, enquanto fenômeno histórico, apresenta, portanto, uma grande plasticidade institucional, manifestando-se em formas bastante diferentes em cada contexto. Não há apenas um tipo de capitalismo, industrial e livre-cambista, como tanto os economistas clássicos e neoclássicos quanto os marxistas parecem ter concordado durante o século XIX e início do século XX. O capitalismo comporta diferentes trajetórias nacionais, nas quais Estado, economia e sociedade assumem historicamente diferentes formas institucionais e de relação entre si. Diferentes trajetórias institucionais, relacionadas a diferentes cadeias de fatores sociais, políticos, jurídicos e culturais tanto na economia quanto na política, influenciam a existência de diferentes padrões de envolvimento político dos grupos econômicos em distintas sociedades (Boyer, 2002). Vários arranjos institucionais compõem uma economia capitalista, derivados de seu encadeamento em uma série de outros aspectos (econômico, social, cultural etc.) assim como da diferenciação das formas pelas quais a relação entre as empresas e os demais atores em uma economia nacional é regulada (Hall e Gingerich, 2004). A luta de classes e a articulação dessas com determinadas instituições em cada momento histórico induzem mudanças significativas no padrão de relacionamento entre política, economia e sociedade.

Dessa forma, não há apenas um tipo de capitalismo, mas vários, dependendo das relações entre instituições políticas, econômicas e os atores envolvidos ao mesmo tempo em ambas. Cada país possui uma trajetória institucional, uma dinâmica interna de poder e uma forma de integração internacional muito próprias, que condicionam a existência de resultados e possibilidades variáveis, mesmo quando se trata da aplicação de um mesmo modelo. Ainda que haja semelhanças e aproximações entre países, o que permite a classificação de modelos de capitalismo (Albert, 1990; Amable, 2005; Hall e Soskice, 2001), cada país possui uma realidade própria e *sui generis*, diferenciada de outras por nuances históricas e institucionais que são colocadas em segundo plano quando se procura estabelecer uma tipologia de modelos, cada um contendo mais de um país. Não há, portanto, determinismo econômico das estruturas capitalistas sobre o modo como as instituições ocorrem; se essas reproduzem de uma maneira ou de outra os fundamentos estruturais do capitalismo, a saber, a exploração racional e sistemática do trabalho humano por meios formalmente pacíficos para fins de acumulação privada pelos

detentores dos meios de produção, variam em medida significativa no sentido de que as instituições podem adotar diferentes regulamentos e imposições sobre a atuação dos agentes privados, condicionando formas específicas e bastante singulares de relacionamento entre política, economia e sociedade dentro do quadro estrutural do capitalismo. A perspectiva das “variedades de capitalismo” busca justamente compreender esse fenômeno. A visão centrada nas estratégias racionais seguidas pelos atores individuais (Hall e Soskice, 2001), ressalta a *complementaridade institucional* e as *vantagens institucionais comparativas* somente ao nível das firmas, negligenciando o papel do Estado bem como a fluidez e a volatilidade do capitalismo financeiro, que constrange mormente as ações daquele. Mais interessante para os propósitos dessa pesquisa é a abordagem de Kathleen Thelen (2012), que enriquece o aporte teórico das variedades de capitalismo considerando a dinâmica histórica das coalizões políticas que determinam diferentes padrões de coordenação das instituições econômicas pelas instituições estatais, assim como a forma de cada uma delas em diferentes momentos. Em alguns tipos de capitalismo, as relações sociais podem ser mais “desmercantilizadas” que outras, isto é, menos influenciadas pela concorrência de mercado na realização de níveis satisfatórios de existência (Esping-Andersen, 1990, p. 37). O Estado, em determinadas circunstâncias históricas, apresenta maior ou menor capacidade de coordenar, regular e induzir a economia, dependendo de como são dispostas e organizadas as instituições, o relacionamento entre elas e a correlação de forças na política, na sociedade e na economia. Não há, portanto, convergência para um mesmo modelo de capitalismo, seja ele qual for. O estudo da história política e econômica a serviço da ciência política e da sociologia política é fundamental para a compreensão do processo de mudanças institucionais em cada país. O caso singular de um chamado “modelo sueco”, com base e características especificamente nacionais e construído através do plano Rehn-Meidner, é exemplo de um capitalismo social-democrata em que “les exigences de flexibilité sont satisfaites à l’aide de mécanismes qui ne reposent pas, ou pas entièrement, sur la regulation marchande” (Amable, s/d, p. 58) e constitui o objeto dessa pesquisa.

Assim, os atores políticos disputam recursos de poder, escassos por definição, e, nesse processo de luta inerente a toda realidade política, tensionam e pressionam as instituições em um ou outro sentido, de acordo com os interesses preponderantes em cada contexto (Myrdal, 1986; Wright, 1981). Com efeito, as disputas de poder podem

ocorrer a partir de níveis de alinhamento entre grupos distintos, que estabelecem, pela mediação das elites organizacionais de seus representantes, compromissos de classe a fim de aumentar as probabilidades de êxito, dadas determinadas circunstâncias institucionais. No caso de uma democracia representativa¹¹, em que há eleições periódicas e regulares, as classes e frações de classe em relação às quais os partidos não são estranhos, mas, em vários casos e ocasiões, parceiros ou antagonistas, disputam eleitoralmente a possibilidade de exercerem a dominação política. *Coalizões* entre partidos podem expressar alianças entre classes e frações de classe como estratégia para se alcançar maioria parlamentar e, portanto, condições de chegar ao governo e administrar os recursos de poder do Estado, como em regimes parlamentares, a exemplo do sueco, sendo fundamental para explicar a singularidade da trajetória institucional do Estado de bem-estar em cada país (Esping-Andersen, 1990). A convergência de interesses em prol de um determinado ordenamento político e social, mediada pelas coalizões, transcende o momento eleitoral. Procura-se a partir disso organizar e mobilizar determinados interesses, para formularem e, uma vez vitoriosos eleitoralmente, implementarem uma estratégia nacional coordenada pelo Estado. Além dos pactos políticos, há também os pactos sociais, de caráter informal, que sustentam hegemonicamente os pactos, ou alianças, políticos, ou seja, conferem legitimidade à dominação exercida pelas classes e frações de classe organizadas em partidos políticos, de modo a propiciar o ajustamento de interesses às necessidades práticas da coalizão. Como afirma Bresser-Pereira:

“Os pactos políticos organizam as classes e frações de classe em torno de partidos ou alianças de partidos em função do exercício do poder político. Já os pactos sociais podem ser entendidos como um tipo de acordo entre os trabalhadores e a burguesia com vistas à manutenção da ordem social e econômica. O pacto social supõe que há duas grandes classes em confronto – a burguesia e os trabalhadores – sendo necessário, para que a sociedade capitalista funcione, que haja um acordo informal ou um acordo formal (tipo pacto de Moncloa) que estabeleça concessões mútuas. Já o pacto político pressupõe a existência de um pacto social e admite, adicionalmente, que as classes sociais não são monolíticas mas tendem a dividir-se, em função da disputa objetiva do poder do Estado.” (1987, p. 8)

¹¹ As instituições democráticas representativas e parlamentares, a exemplo das existentes na Suécia durante o período analisado, são função do balanço de poder entre as classes e, portanto, das relações entre Estado e sociedade, bem como as pressões econômicas e políticas internacionais (Huber, Rueschemeyer e Stephens, 1993, p. 73).

Coalizões entre classes podem ser compreendidas como manifestações políticas que sustentam socialmente o que Poulantzas chama de bloco no poder, fenômeno de caráter estrutural das sociedades capitalistas que significa “*uma unidade contraditória de classes e frações de classe politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica*” (grifo do autor) (1977, p. 233) com o objetivo de modelar a ação estratégica do Estado e, portanto, o exercício da dominação. Sua possibilidade dá-se através da concertação de partidos, representativos de diferentes setores sociais, com o intuito de agregar forças nas disputas políticas, sobretudo eleitorais, e aumentar a probabilidade de êxito de uma estratégia de âmbito nacional. Isso não é o mesmo que dizer que para Poulantzas as coalizões podem ser consideradas bloco no poder, pois enquanto esse apresenta caráter estrutural e são capazes de influenciar a forma do Estado e do relacionamento entre as instituições e as classes, as coalizões não apresentam esse alcance, limitando-se a coordenar mudanças que não chegam a transformar as estruturas de poder do capitalismo. Ainda segundo Poulantzas, é possível que uma coalizão estabeleça alianças com setores externos a ela, ou que uma classe ou fração de classe no interior de uma coalizão faça isso. Segundo o autor, “uma aliança política, por exemplo, do bloco no poder com a pequena burguesia, combina-se frequentemente com uma luta econômica intensa contra esta, ou ainda, uma aliança econômica com ela combina-se com uma luta política intensa contra a sua representação política” (ibid.: p. 236). Isso é bem exemplificado pelo modelo Rehn-Meidner, no qual a coalizão governante entre trabalhadores industriais e agricultores, assentada em uma coalizão partidária, foi capaz de promover uma aliança, tanto formal quanto informal, com os grandes empresários, mesmo que o SAP e o Partido Agrário, juntos, fossem adversários políticos dos partidos burgueses, durante esse período¹², dos partidos de centro-direita representativos do grande capital. Essa aliança, a despeito da dinâmica partidária, foi decisiva para a sustentação social e política e para o êxito econômico da estratégia de desenvolvimento adotada, já que essa dependia do crescimento nacional e internacional dessas grandes empresas para alcançar suas metas econômicas e sociais. Quando a aliança se rompeu na década de 1970, os social-democratas mostraram-se incapazes de avançar em seu projeto de coletivização dos fundos de capital através dos Fundos de Assalariados. Esclarece-se assim como se dá a articulação de classes e frações de classes junto a outros grupos como a burocracia pública no exercício do

¹² Exceção ao Partido Agrário, que retirou-se da coalizão com o SAP ainda na década de 1950, retornando brevemente durante a década seguinte.

poder político, entendendo-o em sua especificidade e dependência frente à economia, à sociedade e aos grupos que disputam politicamente a preponderância dos seus interesses sobre os demais. Dessa forma, as classes e frações de classe que se organizam em coalizões políticas estabelecem compromissos que influenciam decisivamente na modelagem das instituições políticas e do relacionamento dessas com as instituições econômicas, conferindo sustentação social para o fortalecimento da capacidade política de partidos e coalizões tomarem decisões acerca da utilização dos recursos materiais e de poder disponíveis no âmbito dos quadros administrativos do Estado (Gourevitch, 1986).

A perspectiva de pactos, alianças e coalizões políticas e sociais, formais e informais, que dão sustentação política e social a determinadas estratégias coordenadas pelo Estado, fundamenta-se em uma perspectiva relacional apropriada ao entendimento da dinâmica histórica da sociedade capitalista e do poder político. O Estado no capitalismo, enquanto instituição política soberana, não é, portanto, um Leviatã totalmente independente da sociedade, pois sua capacidade de intervenção efetiva na realidade econômica e social e nas instituições em geral depende do modo em que consegue se articular com a sociedade. Uma abordagem complexa do Estado e da forma como ele atua em contextos nacionais específicos considera não apenas o poder político mobilizado pelo Estado, mas também o conjunto das relações sociais em que esse Estado atua e é inserido (Evans, 1995). É preciso considerar que há uma “ponte” entre a sociedade e a política, uma vez que toda sociedade organiza-se politicamente assim como a política é impensável sem os interesses societais e econômicos que disputam as posições preferenciais de determinação de quais deles serão preponderantes na tomada de decisões. Da interação entre Estado e forças sociais “resultam decisões, políticas públicas, mudança institucional” (Ianoni, 2017, p. 17). Há uma dinâmica política na sociedade assim como aspectos societais na política, uma vez que a sociedade, sendo composta por grupos que procuram impor seus interesses e valores sobre outros, é indissociável das disputas políticas ocorridas, assim como essas se fundamentam em aspectos da organização e estratificação social. Os processos políticos e a discussão e deliberação de políticas de qualquer espécie são fortemente influenciadas pelo modo como as instituições e os grupos sociais em disputa se articulam em cada contexto. Sociedade e política, grupos sociais e Estado, disputas de poder entre esses grupos e as instituições, são, portanto, interrelacionados, dada a constituição das

formas históricas de relações sociais pelo fenômeno do poder e pelo enraizamento desse nessas formas. Sendo a organização social uma questão fundamentalmente política, em que diferentes grupos e interesses disputam a posição hegemônica para estabelecer seus interesses como determinantes das instituições e mesmo da estrutura social, então o padrão de relações sociais existente em uma coletividade torna-se objeto de estudo da ciência política. Conquistar aliados, o que é parte essencial da política como meio de prevalecer nas lutas (Weber, 2014 [1918], p. 221), implica aceitar acordos e negociações, ceder em determinados pontos para atingir um objetivo maior (Gourevitch, 1989, p. 89). A coalizão propicia a coordenação de diferentes interesses de classes para que possam ser acomodados em um programa comum. O conceito de coalizão nesse âmbito contribui para acentuar o caráter sociopolítico das instituições e dos demais fenômenos históricos ocorridos nas nações, pois explicita os modos de interligação e interdependência entre sociedade e política, entre classes e demais grupos e as instituições. Assim,

“as coalizões dizem respeito tanto às relações de poder que vinculam o Estado e a sociedade, mais exatamente as classes sociais, como também às relações de poder entre os atores sociais. Coalizões envolvem classes e frações de classes, grupos, elites políticas e burocráticas, partidos, parlamentos e sua gênese e características dependem das instituições que balizam as interações dos atores e do contexto. Elas ajudam muito a explicar o tipo de regime político, o conteúdo da ação estatal, a cooperação e o conflito entre os atores, inclusive em situações em que forças contraditórias e em relativo equilíbrio disputam o direcionamento de um Estado em crise.” (Ianoni, 2016, p. 8).

A ampla concertação de partidos, classes e interesses existentes na Suécia desde a década de 1930, no contexto dos grandes acordos entre a LO e a SAF em Saltsjöbaden e consolidadas com o arranjo neocorporativista das negociações centralizadas de salário em 1952, foi crucial para o êxito da estratégia de desenvolvimento social-democrata pois criou as condições para a cooperação entre governo, capital e trabalho, tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a diminuição das desigualdades sócio-econômicas. A materialidade institucional do Estado apresenta-se, portanto, de diversas maneiras, conforme a resultante da correlação das forças econômicas e sociais, organizadas e representadas por diferentes partidos ou alianças de partidos, que disputam os recursos de poder disponíveis nos quadros administrativos oficiais a fim de aumentar a probabilidade de que seus interesses tenham correspondência prática na forma como o Estado coordena os fatores de produção. O estabelecimento de uma

política salarial e industrial negociada na Suécia corresponde então a um dos eixos pelo qual a coalizão liderada pelos social-democratas logrou implementar sua estratégia desenvolvimentista e redistributiva nos marcos institucionais e históricos da nação. As coalizões e pactos, enquanto possibilidades presentes pelo modo particular do capitalismo de organizar a sociedade em classes e estabelecer nexos entre a política, a economia e a sociedade, procuram estabilizar o suporte social e ideológico necessário à efetivação do exercício do poder político, amalgamando assim diferentes grupos com interesses convergentes em dadas circunstâncias em uma coalizão, amparando um bloco no poder. A luta de classes, em seu processo, abre a possibilidade de serem estabelecidas estratégias entre os agentes para a formação de alianças políticas e pactos sociais e de poder. Esses substancializam grandes acordos entre as classes para a determinação, através da ação institucional, dos rumos políticos, econômicos e sociais da nação. Esse processo não ocorre da mesma forma em todas as conjunturas, pois em cada uma há idiossincrasias de corte nacional que diferenciam um momento histórico de outro, uma estratégia de outra. Tanto o Estado quanto o mercado capitalistas são múltiplos e diversos, pois adquirem determinada configuração histórica a partir da disputa política entre forças sociais contraditórias. Isso por sua vez condiciona as formas e os efeitos da atuação estatal, que sempre possui perfil nacional e conjuntural, concernente aos recursos possíveis de serem mobilizados e às disposições políticas dos agentes sociais em dada circunstância histórica. Mesmo a dinâmica própria do mercado é relativa às constelações de poder entre os interesses nele presentes (Weber, 1997 [1922], p. 82), e esses articulam-se na política através da instrumentalização dos recursos econômicos como “moeda” de negociação e disputa política dentro dos limites formais definidos pelas instituições. Poder econômico e poder político, embora possuam algum grau de autonomia, são inter-relacionados, e a partir dessa dinâmica pode-se compreender a dinâmica institucional. O corporativismo estabelecido no governo social-democrata na Suécia também apresenta-se como um exemplo disso, uma vez que a ascensão do SAP à liderança do governo significou um aumento de capacidade política da classe trabalhadora sueca, cuja incorporação ao processo decisório acerca da política salarial deu-se pela criação das barganhas centralizadas de salário. A não-exclusão dos empresários, no contexto de opção dos social-democratas por reformas socializantes sem a abolição do capitalismo, deu-se pela necessidade de atrelar seus interesses aos dos trabalhadores, pois objetivos como o pleno-emprego e o aumento da riqueza nacional dependiam fundamentalmente do investimento e do lucro privados (Przeworski, 1985).

Dessa forma, o planejamento e as decisões governamentais na Suécia social-democrata tiveram sua capacidade de intervenção na realidade aumentada devido à articulação de diferentes interesses e grupos sociais e econômicos no processo de formulação de políticas econômicas (Esping-Andersen, 1985; Gourevitch, 1986). Tanto os sindicatos quanto os empresários, pelo menos durante as décadas de 1950 e 1960, colocavam-se em posição de limitarem suas reivindicações, aplacarem os conflitos extra-institucionais como greves e lock-outs e estabelecerem acordos para a promoção do desenvolvimento, do pleno-emprego e do bem-estar, todos assumidos pelo governo.

Daí que a abordagem institucionalista, enquanto complemento à estruturalista, é de suma importância ao abordar os efeitos práticos das instituições como mediadoras e estabilizadoras dos conflitos. Dessa forma, as instituições importam no sentido de que elas são fundamentais para definir a dinâmica de conflito e/ou cooperação entre os atores envolvidos em determinada conjuntura nacional e histórica. Os grupos sociais não estabelecem sua agência no vazio, mas em contextos em que há possibilidades, meios e metas que são coercitivamente impostos de maneira legal e legítima. Na medida em que as instituições formalizam procedimentos, os limites das transgressões e as respectivas punições, elas não apenas servem de meio para a inter-relação de interesses como também os modifica a fim de que os agentes possam obter êxito em determinado contexto institucional. Desse modo, instituições não são passivas, mas igualmente ativas, pois influenciam o comportamento dos atores e regulam o escopo da agência através de procedimentos formais e informais. No entanto, as instituições não são entidades fixas e estáticas, definindo de uma vez por todas os constrangimentos e regulamentações. Da mesma forma que as instituições criam delimitações formais, essas estão sendo sempre tensionadas em um ou outro sentido pela conjuntura, especialmente a dinâmica correlação de forças presente em dado contexto. As instituições são definidas segundo as relações de poder entre os grupos sociais; no caso do capitalismo, essas são classes e frações de classe, organizadas em regimes democrático-representativos e pluralistas em sindicatos e partidos políticos. Do mesmo modo que aquelas regulamentam e organizam a interação entre esses, as assimetrias de poder existentes pressionam por modificações institucionais a fim de estabilizar determinado viés institucional a favor do grupo dominante. As instituições, ao formalizarem os procedimentos, também orientam resultados nas interações entre os agentes. Entretanto, as instituições não são neutras, pois o modo como definem as

“regras do jogo” favorecem determinados resultados em detrimento de outros. A materialidade institucional do Estado nunca é, portanto, definida de antemão, mas é contingente e histórica, aberta à disputa de poder, no âmago do Estado, entre classes pelo exercício da dominação política e pela definição hegemônica da ordem social. Dessa forma, pode-se considerar que

“institutional design reflects conflict over distributional issues and that even individual interaction leads to institutional equilibriums reflecting power asymmetries and conflicts of interest. This means that institutions are not primarily designed to solve coordination problems between equal agents with similar interests, but to solve conflict among unequal actors with divergent interests. Institutions will emerge as a consequence of agents' strategic behaviour in a context of power asymmetries. Some agents will decide on a given strategy not because they are perfectly satisfied with it, but because it represents the best solution given the circumstances. Thus, institutions as endogenously determined rules of the game circumscribe the social conflict within a given area. When social conflict cannot be solved within the existing rules of the game, the possibility of a change of rules is open.” (Amable, 2002, p. 10)

Essa perspectiva assemelha-se à do institucionalismo histórico no que tange ao entendimento da instituição “*como uma maneira de regular conflitos inerentes ao desenvolvimento da diferenciação de interesses e à assimetria de poder* (Théret, 2003, p.229). A partir dessa colocação pode-se incorporar o estruturalismo de corte marxista e especificar as classes como unidades diferenciadas e assimétricas entre si de poder e de probabilidade de exercício de poder, além de entender que as instituições não apenas regulam, mas também são reguladas pelos conflitos e pelas alianças entre classes em disputa pelo poder político do Estado. As mudanças sociais e institucionais podem ser, portanto, explicadas em termos de como ocorre o conflito entre classes e frações de classe, entendendo os pactos, alianças e coalizões como mecanismos estratégicos fundamentais para a efetivação institucional de determinados interesses, ainda com todas as concessões e ressalvas inerentes ao processo de concertação entre grupos diferentes, como estrangimentos de ordem econômica e internacionais, sendo a movimentação de fluxos de capitais e crises econômicas circunstâncias cruciais para a redefinição das coalizões e das políticas por elas sustentadas (Gourevitch, 1986). Nesse sentido, a dinâmica histórica das sociedades, em particular no que se refere aos diferentes caminhos de surgimento, expansão e consolidação do capitalismo, evidencia não somente que as estruturas condicionam as instituições, mas são mesmo a sua “matriz organizadora” oculta (Poulantzas, 1977, p. 111). Também mudanças

institucionais pressionam por maiores ou menores transformações estruturais assim como as instituições são moldadas conforme os equilíbrios de poder historicamente existentes entre os atores e são reciprocamente interligadas entre si, podendo haver relações tanto de concordância quanto de contradição entre elas. Estruturas, instituições e atores inter-relacionam-se em diferentes dimensões, afetando-se reciprocamente.

Por conseguinte, se por um lado o estruturalismo contribui positivamente para as pesquisas nas ciências sociais ao apontar os mecanismos estruturais de reprodução do capitalismo através do poder político do Estado, por outro tem sua capacidade analítica reduzida ao desconsiderar, por exemplo, que a expansão das atividades políticas fora da lógica capitalista não deriva exclusivamente das necessidades de longo-prazo de reprodução do capital, porém mais propriamente das relações de força entre as classes e demais grupos politicamente relevantes historicamente existentes em cada contexto e dos conteúdos políticos que diferentes coalizões estabelecem ao se organizarem politicamente, seja fora ou dentro do governo. Nesse sentido, o estruturalismo de corte marxista pode e deve ser articulado ao institucionalismo, pois dessa forma é possível compreender com mais percuciência de que modo as disputas políticas entre as classes, enquanto fenômeno estrutural do capitalismo, são constitutivas das instituições de maneira a formalizarem nelas os equilíbrios de poder em benefício de um ou outro grupo, fundamentando assim a diversidade de manifestações institucionais historicamente existente. Em resumo, o capitalismo, enquanto fenômeno estrutural, também é político e histórico, ou seja, pela sua própria constituição abriga a possibilidade de apresentar diferentes padrões de coordenação das disputas de poder que perpassam sua existência histórica. É essa indefinição fundamental característica do capitalismo que permite à estrutura social determinada por esse modo de produção assumir historicamente diferentes formas institucionais, transformando as relações entre o político e o econômico, entre o Estado e os grupos econômicos, conforme as relações de poder das disputas políticas entre as classes, conferindo dinamismo e capacidade de adaptação a essa estrutura (Hirsch, 2010, p. 47). Como afirma Gunnar Myrdal, “todos os fatores institucionais que determinam a estrutura do mercado, e de fato todo o sistema econômico, inclusive sua legislação tributária e social, podem ser mudados, se os interessados na alteração possuírem bastante poder político” (Myrdal, 1986, p. 163). A perspectiva das “variedades de capitalismo” busca justamente compreender esse fenômeno de plasticidade institucional, tanto política quanto econômica (e de fato o

capitalismo é um fenômeno político-econômico), seja a partir de uma perspectiva centrada nas estratégias racionais seguidas pelos atores, em especial as firmas (Hall e Soskice, 2001) ou a partir da dinâmica histórica das coalizões políticas que determinam diferentes padrões de coordenação das instituições econômicas pelas instituições políticas assim como a forma de cada uma delas em diferentes momentos (Thelen, 2012).

É também fundamental para a compreensão do desenvolvimento histórico do modelo sueco o entendimento da nação como “um centro de poder” cujas “atividades se explicam pelas opções dos governantes que exercem o monopólio da coerção pública no interior e no exterior, tanto quanto pelas decisões dos particulares” (Perroux, 1970 [1951], p. 48). A nação, enquanto uma propriedade distinta dos Estados modernos, pode ser definida como “a collectivity existing within a clearly demarcated territory, which is subject to a unitary administration, reflexively monitored both by the internal state apparatus and those of other states” (Giddens, 1985, p. 116). Pode ser entendida assim como o pano de fundo da emergência e do desenvolvimento do capitalismo, uma vez que sua estabilidade, dada pela comunhão social e política imaginada entre indivíduos desconhecidos uns dos outros (Anderson, 1993) proporciona as condições territoriais e institucionais necessárias para a reprodução e expansão do capital. A nação, enquanto construção histórica coletiva de um povo, tendo o Estado como o seu instrumento estratégico de ação (Bresser-Pereira, 2010), é, por conseguinte, variável crucial para a determinação das especificidades das trajetórias nacionais de desenvolvimento capitalista. Foi através da consciência dos problemas econômicos e sociais nacionais que a social-democracia pode criar um estilo original de desenvolvimento e redistribuição, representado pelo Plano Rehn-Meidner, operacionalizado pela gestão planejada dos recursos do país pelo Estado. No “modelo sueco”, a nação foi o pressuposto ideológico, que permitiu, em primeiro lugar ao SAP, desde o início do século XX, incorporar ao seu programa um viés mais popular e interclassista do que focalizado exclusivamente na classe trabalhadora, o que propiciou a formação de coalizões em defesa de reformas que pavimentaram o caminho do Estado de bem-estar social, como o sufrágio universal, a limitação da jornada de trabalho e o pacote anticrise da década de 30 (Berman, 1998; Berman, 2006; Blyth, 2002). Não se considera, todavia, a nação como fator estruturante que suprime o papel da política. Muito ao contrário, a nação, enquanto fenômeno de poder, possibilita em seus marcos

territoriais e institucionais as decisões políticas tomadas em cada momento e que levaram a diferentes resultados quanto à adaptação de ideias econômicas em seus contextos nacionais. Essas decisões, por seu turno, não são tomadas em abstrato, independente da correlação de força entre os agentes políticos que disputam o poder em dada sociedade e economia. Pode-se considerar que as diferentes estratégias adotadas pelo Estado em distintos contextos nacionais, assim como a capacidade dessas de lograr transformações substantivas que produzam disposições duradouras e institucionais capazes de atender a interesses em disputa e que tendam a condicionar possibilidades e escolhas futuras, são fundadas em diversas coalizões políticas entre classes e frações de classe, assim como as instituições que dão força prática a essas estratégias são conformadas e se conformam em uma relação dialética, pelas alianças, pactos e coalizões que ocorrem no âmago do Estado capitalista. Nesse sentido, a construção social-democrática do *Folkhemmet* (casa do povo) e da *Starka Samhället* suecas, ao incorporar elementos tradicionais e comunitários da história sueca a uma estratégia de redimensionamento econômico e social do país, conjugou de maneira inovadora os costumes do passado e as ambições de futuro, tendo a nação sueca, com suas instituições e história, como contexto no qual o modelo Rehn-Meidner pudesse ter sido aplicado. Não interessava aos grupos que compunham a coalizão governante no período social-democrático a imitação de modelos existentes em outros países, como o keynesianismo (já aplicado em um momento de recessão na década de 1930) pois as condições especificamente nacionais do país no contexto do pós-Segunda Guerra demandava respostas inovadoras, a serem formuladas e implementadas de acordo com as capacidades institucionais, políticas, econômicas e sociais, então existentes.

2.2. DO LAISSEZ-FAIRE AO DESENVOLVIMENTO PLANEJADO: O ARRANJO INSTITUCIONAL DA SOCIAL-DEMOCRACIA SUECA

A partir dessa questão, pode-se compreender a transformação do Estado absolutista e mercantilista em liberal no período que vai dos séculos XVIII ao XIX, do liberal em democrático, entre os séculos XIX e XX e do democrático em planejador, neocorporativista e social, também no século passado, a partir tanto da dinâmica das lutas de classe, que implicam em conflitos, mas também em alianças, como das estratégias políticas de construção nacional, concomitantes às disputas políticas de

classe. Uma breve revisão à luz do panorama intelectual discutido até aqui pode favorecer a compreensão histórica do objeto dessa pesquisa, os padrões de relacionamento entre a política, a economia e a sociedade na Suécia de 1952 a 1983.

Uma dimensão central para o estudo dessas transformações históricas é o desenvolvimento da cidadania, entendida esta como “*um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade*” (Marshall, 1967, p.76). A cidadania é assim um princípio igualitário, tendo sua existência histórica delimitada no contexto estrutural capitalista e nos contextos institucionais do Estado-nação e do mercado. Embora essa correlação não seja obviamente obrigatória, pois nada na história é necessário dado o seu caráter aberto e polissêmico, não é aleatória; com efeito, o princípio da igualdade universal, ainda que em seus aspectos puramente formais, coaduna-se com a emergência das relações econômicas, fundamentalmente utilitárias e racionalistas, e da burguesia nascente, que desejava libertar a dimensão da produção e das trocas do tradicionalismo comunitário feudal, com sua ordem social estamental, alheia ao caráter quantitativo e abstrato das relações sociais. Daí que o desenvolvimento da cidadania, desde a atribuição universal de direitos civis (liberalismo) até a atribuição universal de direitos sociais (social-democracia), entremeado pela atribuição universal de direitos políticos (democracia), tenha ocorrido juntamente com a existência de desigualdades de classe, e mesmo reproduzindo-a no primeiro momento de consolidação dos direitos civis por esses serem funcionais à expansão das relações de mercado, uma vez que protegia as classes proprietárias da imprevisibilidade do arbítrio do soberano, restringindo-o institucionalmente em sua capacidade de ação (Marshall, *ibid.*, p. 79). Dessa forma, as quatro instituições fundamentais do século XIX identificadas por Karl Polanyi (1957), a saber, o sistema de equilíbrio internacional de poder, o padrão-ouro, o mercado auto-regulável e o Estado liberal, compatibilizavam-se com a cidadania restringida apenas aos direitos civis, que protegiam os proprietários do governo. Essa ordem propiciava a existência de uma cadeia global de comércio amparada pelo padrão-ouro, que, ao preconizar a conversibilidade externa das moedas nacionais como o objetivo principal, se não exclusivo, da política monetária, na verdade possuía um viés deflacionário e restritivo a um intervencionismo estatal mais favorável à proteção dos trabalhadores (Blyth, 2013, p. 182).

Entretanto, a abrangência da noção universal de cidadania sempre esteve sujeita à disputa política entre grupos sociais, sobretudo classes, e também aos modos como o

poder político foi mobilizado para responder às demandas existentes ou para alcançar objetivos coletivos de ordem nacional. O entendimento inicial da noção de cidadania, subjacente ao estabelecimento dos direitos civis, era de restrição ao Estado em benefício da burguesia ascendente econômica e politicamente. No século XX, a luta pela expansão universal da assistência social e da regulamentação estatal das relações de trabalho teve por objetivo restringir as atividades dos grandes proprietários em benefício de maior capacidade de ação do Estado para impor soluções aos problemas que o capitalismo liberal criara ou não conseguira resolver, como o desemprego, a extrema exploração do trabalho e a miséria. A ampliação da cidadania, pelo maior ativismo estatal na regulação do setor privado e na promoção do bem-estar social, integrou os trabalhadores ao status de membros plenos da comunidade nacional (Bendix, 1996; Marshall, 1967). A institucionalização de diferentes mecanismos de relação entre Estado e sociedade ao longo da história deveu-se, portanto, às resultantes dos conflitos de interesse entre classes ao longo da história assim como à incorporação das historicamente subalternas a uma condição igualitária no plano nacional, em termos de participação política e atendimento de demandas, fortalecendo assim os vínculos nacionais de solidariedade. No plano histórico, a burguesia, politicamente emergente através das atividades comerciais e industriais, na Inglaterra no século XVII e na França no século XVIII procurou impor limites ao exercício do poder do Estado, então controlado pela nobreza, detentora de privilégios feudais, através da promulgação dos direitos civis, que resguardavam a liberdade do indivíduo em relação ao arbítrio do Estado, assim como proibia as associações e restringia o direito de voto aos proprietários. Dotavam-se, dessa forma, as atividades econômicas de previsibilidade e possibilitava-se o desenvolvimento de seu aspecto racional, essencial ao capitalismo, como já observado. As interações econômicas e capitalistas do setor privado, consideradas como “mercado”, organizariam assim uma nova institucionalidade, em que o controle econômico da propriedade estaria diretamente vinculado ao controle político sobre os recursos materiais e produtivos no âmago da nação. O padrão-ouro seria a garantia monetária de sua liberdade frente às instituições políticas. No contexto liberal em expansão, as instituições políticas eram ajustadas para permitir a maior liberdade possível, dentro dos referentes legais, para a produção e a distribuição privadas, tendo o mercado um papel central na composição de ambos. A adoção do padrão-ouro, em grande parte dos países, permitia uma grande internacionalização e liberalização das cadeias de produção e comércio, dada a estabilidade monetária e das

taxas de câmbio, sustentadas por reservas em ouro dos bancos centrais de cada país (Eichengreen, 2012, p. 30 e 57). No entanto, esse processo não foi de modo algum “natural” e “espontâneo”, livre de interferências políticas. Ao contrário, tanto em sua origem quanto em seu funcionamento, o capitalismo liberal sempre dependeu de determinadas instituições e intervenções políticas que lhe proporcionassem a predominância sobre outros modos de organização social, tais como os tradicionais e comunitários (Polanyi, 1957). O fortalecimento da burguesia e do setor privado na Europa dos séculos XVII e XVIII deu-se através da expansão do comércio, da indústria e das finanças, determinando uma nova configuração social marcada pela estratificação social cada vez maior em classes, com destaque para o crescimento numérico da classe trabalhadora, que passou a vender a força de trabalho em troca de um salário. No século XIX, essa classe emergente com a industrialização passou a organizar-se para obter direitos políticos, como o de voto, para enfim participar, com seus partidos, da competição político-eleitoral.

No século XIX, assim, a classe trabalhadora emergente com a industrialização passou a organizar-se para obter direitos políticos, como o de voto, para enfim participar da competição política em nível do Estado. O princípio igualitário consagrado pela conquista dos direitos civis e das instituições políticas e econômicas liberais passou a ser reivindicado pelas classes trabalhadoras, excluídas pela própria lógica de funcionamento das instituições liberais, para que o princípio de participação política fosse universalizado. Como afirma Reinhard Bendix, “sob a influência das ideias de igualdade, essa mobilização do protesto da classe baixa passou a orientar-se para a realização de uma participação completa na comunidade política existente ou para o estabelecimento de uma comunidade política nacional na qual essa participação fosse possível” (1996, p. 99). Dessa forma, a nação, enquanto uma “pessoa coletiva”, passa a ser ressignificada pela entrada em cena de novos atores na composição do ser nacional. No contexto do desenvolvimento capitalista nos marcos institucionais do Estado-nação e do mercado, um contingente maior de pessoas passa a assumir novas relações de fidelidade, cada vez menos em relação a comunidades tradicionais e locais e cada vez mais ao Estado nacional e aos contratos de trabalho firmados com empregadores. Amplia-se assim a escala dos espaços de integração coletiva, ocupando abrangência nacional e assim acompanhando o processo de nacionalização da ideia de pertencimento e dos símbolos a ela associados. Estado-nacional e capitalismo são assim os quadros de

referência institucionais que propiciam o surgimento e a expansão dos Estados de bem-estar social, cujas manifestações históricas na Europa a partir do século XIX corresponderam ao processo de expansão do entendimento e da abrangência da cidadania assim como da entrada na vida política de novos grupos antes marginalizados. Assim, as funções de distribuição e provisão deslocaram-se paulatinamente de formas cooperativas e de organizações voluntárias anteriores à Idade Moderna para o Estado e o mercado, acompanhando o processo histórico-sociológico de crescente racionalização e impessoalização das relações sociais e a crescente desvinculação entre práticas políticas e mecanismos tradicionais (Kerstenetzky, 2014, p. 10; Pierson, 1991, p. 106). Pode-se considerar, portanto, o Estado de bem-estar social como um fenômeno nacional, que ganhou essa dimensão a partir do momento em que a pobreza se alçou a esse plano (Kuhnle e Sander, 2010, p. 63), servindo assim como componente do processo de construção de Estados e nações (Pierson e Leimbruger, 2010, p. 40-1). Além disso, o EBES apresenta contornos e funções diferenciados em cada país, o que chama a atenção para as especificidades da dinâmica institucional e das disputas políticas em cada país e contexto.

Como afirma Lucio Levi,

“o desenvolvimento da Revolução Industrial, cujo resultado tinha sido possibilitar a participação ativa das massas na vida política e a integração nacional da classe operária, permitiu que os Governos nacionais entrassem na vida comum de todos, de tal forma que não havia como ficar independente do Estado no desenvolvimento das principais atividades sociais. Também o futuro das classes mais baixas, na medida em que viam reconhecidos seus direitos, estava ligado indissolúvelmente ao destino do Estado nacional” (1997, p. 804)

Na Europa do século XIX, a extensão do sufrágio às classes médias e trabalhadoras, ainda que excluindo as mulheres e grande parte do campesinato, em grande parte da Europa do século XIX, tornou-se componente central dos direitos políticos e incorporou-se à noção de cidadania, conduzindo os trabalhadores a participarem da política nacional ao serem integrados aos processos institucionais de seleção de governos e de estratégias políticas. Em primeira instância, isso foi a consequência lógica do individualismo dos direitos civis, uma vez que a cada cidadão corresponderia um voto dado conforme sua preferência. Em nível mais profundo, porém, o sufrágio universal aumentou o tensionamento nas instituições econômicas e políticas do liberalismo, a saber, o livre-mercado regulado pelo padrão-ouro e o

constitucionalismo parlamentar; com efeito, essas existiam conforme os interesses da burguesia vitoriosa nos séculos anteriores e não poderiam permanecer estáticas quando outros interesses passassem a se articular na dimensão do Estado. Marx percebeu o caráter de aceleração da indeterminação das formas institucionais introduzidas pelo sufrágio universal em *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*:

“A dominação burguesa, como emanção e resultado do sufrágio universal, como manifestação explícita da vontade soberana do povo: tal é o sentido da Constituição burguesa. Mas desde o momento em que o conteúdo deste direito de sufrágio, desta vontade soberana, deixa de ser a dominação da burguesia, haveria qualquer sentido na Constituição? Não é dever da burguesia regulamentar o direito de sufrágio para obter o que é razoável, isto é, a sua dominação? Ao suprimir constantemente o poder estatal, para voltar a fazê-lo surgir do seu seio, o sufrágio universal não suprime toda estabilidade, não põe a cada instante em jogo todos os poderes existentes, não aniquila a autoridade, não ameaça elevar à categoria de autoridade a própria anarquia?” (Marx, 1976, p. 185-6)

Marx não foi o único no século XIX a perceber as possíveis consequências radicais do sufrágio universal ainda que limitado aos indivíduos masculinos. Como Albert Hirschman descreve em *The Rhetoric of Reaction*, na Inglaterra do século XIX o argumento da ameaça, isto é, de que a extensão do sufrágio às classes trabalhadoras ameaçaria a liberdade e a civilização que se imaginava existir na época, foi ostensivamente utilizado pelos inimigos da extensão do sufrágio. Se por trás da cortina de fumaça do palavrório de “liberdade” e “civilização” se entender mais concretamente as instituições do livre-mercado e do Estado fortemente restringido, então os adversários do sufrágio universal demonstraram perspicácia, ainda que escondida. Do lado dos defensores da extensão do sufrágio, Sidney Webb observou, que “*qualquer aumento do poder político do proletariado será certamente utilizado por ele para sua proteção econômica e social*” (2002 [1889], p. 376). Da mesma forma, Hilferding (2002 [1927]), já no século XX criticou os ataques de inspiração leninista à democracia formal. Argumentou que essa democracia não era apenas formal, pois os procedimentos consagrados pelo sufrágio universal significavam uma distribuição do poder político aos trabalhadores e que isso significaria uma transformação substancial no funcionamento e nos objetivos do Estado e nas condições de vida dos trabalhadores. De modo semelhante, Gunnar Myrdal (1960) defendeu a existência de correlação entre distribuição de poder político e transformações institucionais no sentido da maior abrangência da ação do Estado para intervir na economia e distribuir recursos materiais

em um sentido tendente à maior igualdade social possível. Foi por isso que Schumpeter (2008 [1942]) entendia a democracia moderna como um arranjo institucional neutro quanto a objetivos, que permitia, através de um conjunto de procedimentos, a seleção de governantes, quaisquer que fossem. A ausência de objetivo determinado dar-se-ia em função de a finalidade do uso do aparelho governamental não ser intrínseco às instituições e variar conforme os interesses vitoriosos nos processos eleitorais regulares. Essa abordagem, que largamente o afasta das concepções marxistas sobre o Estado, por desvincular a finalidade do Estado da reprodução da estrutura capitalista, aproxima-o do marxismo por outro lado: as instituições políticas são formais e o conteúdo de sua intervenção é contingente, conforme a correlação de forças no Estado em cada momento. O proletariado poderia, portanto, organizar-se politicamente em partido e disputar eleições, o que tornaria aberto o sentido das relações entre instituições políticas e econômicas.

Se a garantia exclusiva dos direitos civis compatibilizava-se com o individualismo do capitalismo liberal, a ampliação da noção de cidadania para os direitos políticos envolvia elementos potencialmente ameaçadores para a manutenção do mecanismo institucional do liberalismo no século XIX. A democratização do exercício do poder político, ao permitir que os interesses daqueles negativamente afetados pela competição entre corporações privadas e pela abstenção do Estado em resolver problemas econômicos e sociais participassem ativamente dos rumos do Estado. Propiciava, assim, a tendência para a criação de direitos sociais, o aumento da discricionariedade do Executivo, através do planejamento¹³, para intervir na economia mercantil e, portanto, para a reformulação institucional de modo a garantir a permanência da classe trabalhadora como participante das disputas de poder no Estado e como membro pleno da comunidade nacional, compartilhando os valores e símbolos a ela associados. E de fato a conquista dos direitos sociais no século XX e a crescente tendência de incorporar os trabalhadores nos processos decisórios do Estado segundo o modelo institucional neocorporativista na segunda metade do século corresponderam ao fortalecimento

¹³ O conceito de planejamento em termos de política econômica deve ser entendido de acordo com as particularidades do equilíbrio de poder entre as classes em cada país e no relacionamento dessas com a economia política internacional. O planejamento político generaliza-se principalmente após a crise de 29 com a crescente percepção de que as forças do mercado deixadas livres geravam instabilidade, recessão e desemprego e que seria necessário o Estado racionalizar e ordenar as disposições dos agentes econômicos através de intervenções conscientes no mercado a fim de proporcionar por meios políticos a consecução de metas coletivas como o crescimento econômico e o pleno-emprego. O planejamento seria assim uma característica do capitalismo moderno, embora tenha assumido diferentes contornos em cada país. Para uma exposição mais detalhada a esse respeito, cf. *Capitalismo Moderno* (1968) de Andrew Shonfield.

político e da participação em governos eleitos da classe trabalhadora organizada através de partidos de classe, como o Social-democrata da Suécia. Assim como a conquista dos direitos civis pela burguesia institucionalizou os interesses dessa classe e proporcionou a ela os meios institucionais para se defender das arbitrariedades do Estado absolutista, a conquista de direitos políticos e conseqüentemente da possibilidade de o proletariado organizar-se em partidos para disputar eleições ensejou a transformação das relações entre as instituições políticas e as econômicas, no sentido de institucionalizar os interesses do proletariado em se defender dos aspectos desagregadores do capitalismo liberal. Isso ocorreu através da ampliação da assistência social, da regulamentação do trabalho e da incorporação neocorporativista nos processos decisórios do Estado, formatando em nível nacional o Estado de bem-estar social, que, ao incorporar a assistência social universal à cidadania a partir do século XIX, foi fundamental para a reconstrução nacional nos países europeus, como já visto.

O fim das instituições liberais, como o padrão-ouro, o Estado socialmente neutro e o livre comércio, foram, portanto, conseqüência de transformações políticas que envolveram a maior participação dos trabalhadores e a incorporação de outros interesses além dos das classes proprietárias, que envolviam não mais principalmente a conversibilidade monetária e a liberdade irrestrita de contratação, mas o combate ao desemprego e a melhoria do padrão de vida de todos (Eichengreen, 2012, p. 73; Frieden, 2008, p. 322). A Grande Depressão, em 1929, representou um momento internacional de ruptura e mudança, pois a falência dos mecanismos de livre-comércio consagrados no século XIX constrangeu os atores políticos a redefinirem as escolhas políticas, sobretudo no que se refere às políticas econômicas. Ou seja, junto a transformações sociais e políticas domésticas, de maior participação e significado dos movimentos de trabalhadores e dos seus partidos, também houve um contexto internacional que constrangeu cada país envolvido a adotar um novo padrão de relacionamento entre política, economia e sociedade (Gourevitch, 1986, p. 124-7). Nesse contexto, o modelo liberal de capitalismo é substituído em grande medida, na maior parte dos países da Europa ocidental, por outros modelos, com uma presença maior do planejamento governamental nas relações econômicas. Dadas as pressões políticas por parte de grupos sociais interessados em objetivos outros que não os almejados pela manutenção do padrão-ouro, além de um cenário econômico internacional convulsionado pela Primeira Guerra Mundial e pela quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, os governos tenderam

a abandonar o padrão-ouro e passaram em geral a adotar políticas mais protecionistas e intervencionistas, sobretudo a partir da Grande Depressão. Para isso foi necessário abandonar os preceitos ortodoxos, que priorizavam o equilíbrio monetário e fiscal, além da manutenção de um patamar de conversibilidade compatível com as reservas em ouro, e estabelecer uma nova política econômica com o intuito de sustentar o nível da demanda agregada acima do que espontaneamente seria alcançado na fase cíclica recessiva. Tanto regimes políticos democráticos, como a França da Frente Ampla, quanto ditatoriais como a Alemanha nazista, suplantaram a empresa privada como unidade da coordenação econômica em favor de um papel mais ativo do Estado na regulação e controle dos processos econômicos. O intuito comum era o de criar as condições objetivas para a consecução de metas de longo-prazo, que o *laissez-faire* não era capaz de promover. No pós 2ª Guerra, manteve-se a tendência de uma função mais ativa do Estado na gestão da economia, dessa vez em contexto de regimes democráticos-representativos e pluralistas em todos os países, à exceção de Portugal, Espanha e Grécia. A convergência ao planejamento não eliminou, entretanto, a pluralidade de manifestações desse em cada contexto nacional (Shonfield, 1968; Judt, 2008). Nesse sentido, a implementação de novas políticas econômicas teve como condição o apoio social e político de coalizões de grupos e interesses comprometidos com as soluções propostas em cada país. Programas e ideias acerca da redefinição econômica em contexto de crise internacional só podiam ser transformados em políticas públicas uma vez que estivessem apoiados em coalizões de grupos e partidos cujas lideranças dispusessem de acesso aos recursos de poder disponíveis nos quadros administrativos do Estado (Gourevitch, 1986, p. 113-7).

Os partidos social-democratas europeus nesse contexto eram a representação partidária dos trabalhadores organizados em sindicatos. Havia uma inter-relação entre partidos social-democratas e sindicatos, pois ambos constituíam os meios hegemônicos de associação e mediação política e econômica dos interesses dos trabalhadores, tornando-os capazes de, enquanto classe, terem suas demandas postas em pauta e negociadas com outros grupos. Além disso, ambos eram mutuamente dependentes, pois os partidos dependiam da atuação cotidiana dos sindicatos para angariar votos nas eleições assim como os sindicatos dependiam dos partidos para o fortalecimento da canalização das demandas sindicais. Os sindicatos formavam assim a base social organizada dos partidos social-democratas e esses, participando das eleições,

constituíam-se como representação parlamentar dos sindicatos e dos interesses de classe nele associados. Portanto, através dos partidos social-democratas era possível aos trabalhadores organizados em sindicatos participarem da disputa eleitoral, ao mesmo tempo elevando a luta de classes ao patamar político do Parlamento e inserindo-se na construção ampliada da cidadania, uma vez que os social-democratas foram ativos na aprovação legislativa de políticas sociais e trabalhistas, a exemplo da jornada de trabalho de 8 horas diárias na Suécia em 1919. Assim:

“A relação que se instaura entre partido e sindicato é de intercâmbio recíproco, de mútua interdependência: o partido se faz porta-voz no Parlamento dos interesses do sindicato, reunindo-os num pacote que, quando das eleições, tenha um público mais amplo; e o sindicato atua como um potente organismo, canalizando votos para o partido e para os candidatos social-democráticos. Na fase mais específica de Governo, o partido decide tendo em conta os interesses do sindicato e o sindicato atuará na fase reivindicativa sem lesar as compatibilidades identificadas pelo partido.” (Pasquino, 1997, p. 1193).

Uma das abordagens mais interessantes a respeito da importância da participação do proletariado organizado em partidos nas eleições é a de Adam Przeworski em *Capitalism and Social Democracy* (1985). Exponente do chamado marxismo analítico, que incorpora o individualismo metodológico na dimensão estrutural do marxismo, Przeworski analisa como o capitalismo em contextos políticos de sufrágio estendido aos trabalhadores, enquanto fenômeno estrutural caracterizado pela acumulação privada através da exploração do trabalho e pela divisão da sociedade em classes, enseja a possibilidade de a classe trabalhadora organizar-se politicamente em partidos, notadamente os trabalhistas e social-democratas, e escolher disputar o poder pela decisão de participar de eleições no quadro institucional especificamente representativo da democracia política. Houve, portanto, um compromisso dos trabalhadores com a forma democrática do Estado capitalista e dos capitalistas com a institucionalização de interesses das demandas das classes subalternas da sociedade, compromisso esse que não supõe, ao contrário da ficção iluminista, uma harmonia necessária entre interesses como decorrência de um maior esclarecimento da parte de todos, mas é consequência histórica da ampliação da significação social e política da classe trabalhadora no processo de consolidação do capitalismo¹⁴. A estratégia política assumida pelos partidos

¹⁴ Albert Hirschman (1991) demonstra como esse é um processo não-linear e sujeito a resistências da parte dos setores mais privilegiados econômica e politicamente.

trabalhistas e social-democratas para ganhar eleições foi a de ampliar a dimensão de seu eleitorado, deixando de ser um partido representativo exclusivamente de trabalhadores para incorporar outros setores populares e da classe média em um projeto nacional. Uma vez governantes, esses partidos optaram pelo compromisso com a manutenção da estrutura capitalista, porém de modo a melhorar o padrão de vida das classes populares. Assim, “social democrats must offer credits to petite bourgeoisie, pensions to salaried employees, minimal wages to workers, protection to consumers, education to the young, family allowances to family” (ibid: p. 27). Portanto, a fim de conseguir maioria no Parlamento e assim tornar-se governo, obtendo acesso aos recursos de poder disponíveis nos quadros administrativos do Estado, a social-democracia teve que ser reformada, incorporando em seu programa interesses os mais diversos identificados não com a classe trabalhadora em particular, mas com o conjunto dos “despossuídos” sem atentar contra os interesses capitalistas de manutenção do regime econômico vigente, transformando-se em um partido de massa, ao invés de trabalhadores (ibid: p. 28).

Com isso, objetivava-se possibilitar a formação de uma aliança interclassista que de alguma forma se colocasse como representativa de interesses populares e nacionais, de modo a fortalecer os vínculos de solidariedade em nível da nação entre todos os membros, derivando daí o sentido nacionalista assumido pela social-democracia, em particular na Suécia, como se verá adiante, ainda que Przeworski não aborde esse ponto. Retornando a esse autor, ele aponta que a capacidade das social-democracias europeias de regular o capitalismo em termos redistributivos e de melhoria do padrão de vida dos trabalhadores e dos demais grupos subalternos dependeu da colaboração dos capitalistas, objetivamente assegurada pelo compromisso dos partidos social-democratas de garantir a manutenção do regime de propriedade e acumulação privada, ou seja, pelo consentimento dos social-democratas com o capitalismo. Sem lucros não haveria investimentos privados, inviabilizando a geração de empregos, aumentos salariais e a arrecadação tributária pelo Estado, daí que “the basic compromise of social democrats with private capital is thus an expression of the very structure of capitalist society” (ibid: p. 43). Ou seja, ao invés de expropriar os meios de produção dos capitalistas, os governos social-democratas optaram pela intervenção política planejada na economia e na sociedade com o objetivo de ampliar a distribuição de recursos para as classes não-proprietárias, sobretudo através do pleno-emprego, atendendo aos interesses dessas de elevação de seus rendimentos e de seu padrão de vida (ibidem). Ao invés de

abolir a acumulação privada, os governos social-democratas promoveram transformações nas relações entre Estado e mercado. Desse modo, asseguraram, através de intervenções governamentais direcionadas tanto ao âmbito da distribuição quanto ao da produção, que os lucros crescentes dos capitalistas fossem reinvestidos em quantidade suficiente para promover o pleno-emprego e aumento dos salários e a atenuar as desigualdades econômicas através da taxaçoão progressiva do capital para financiar programas sociais redistributivos criados pelo governo.

Desse modo, o desenvolvimento econômico capitalista tornou-se fator crucial para a satisfação dos interesses materiais dos trabalhadores e esses, através dos partidos representativos dessa classe, passaram a dar suporte a esse fim de sustentar o crescente padrão de vida dos setores populares. O desenvolvimento econômico tornou-se assim peça fundamental das estratégias políticas social-democratas, sobretudo na Suécia a partir de 1952 com o plano Rehn-Meidner. Daí que o Estado sueco nesse período tenha assumido contornos desenvolvimentistas, isto é, de coordenação política de mudanças econômicas estruturais, visando deslocar recursos para atividades de alta complexidade e produtividade através de uma visão estratégica e de longo-prazo de país. Assim, tornou o sistema econômico mais competitivo nas cadeias mundiais de comércio, adequando suas instituições para tornarem-se mais eficientes e capazes de acomodar os conflitos sociais, de modo a criar a cooperação necessária para o apoio político e de investimentos ao processo de desenvolvimento (Pempel, 1999, p. 139-40; Chang, 1999). Central para a compreensão do fenômeno histórico do desenvolvimento é a existência de um Estado desenvolvimentista suficientemente coeso para implementar uma série de políticas voltadas para coordenar transformações estruturais no país, em particular no sentido do deslocamento dos recursos nacionais para setores de alta produtividade, mais complexos e competitivos. O ativismo estatal é crucial para engendrar uma maior produtividade e acumulação capitalista (Rueschemeyer e Evans, 1985, p. 46). Para isso, é preciso que o Estado seja capaz de construir e sustentar instituições fortes o bastante para administrar as incertezas e os conflitos surgidos no processo de desenvolvimento, integrando os diferentes grupos e interesses em torno de uma estratégia de desenvolvimento (Chang, 1999). A espontaneidade da ação dos empresários, de curto-prazo, não é suficiente para assegurar o cumprimento desses objetivos, pois para isso é necessária uma visão de longo-prazo, de abrangência nacional, que os agentes privados, por si só, não são capazes de estabelecer, a qual compete ao Estado desenvolvimentista

implementar através de intervenções sistemáticas no sentido de criar “vantagens competitivas”, favorecendo a competitividade internacional e a acumulação doméstica de capital (Pempel, 1999, p. 139-40). Em um contexto histórico como o das três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, marcado por uma maior integração dos países ao comércio internacional, um país como a Suécia, que dependia da demanda mundial para crescer, necessitava, portanto, de uma estratégia política capaz de direcionar os recursos econômicos no sentido de uma maior produtividade e competitividade internacional e da realização de metas sociais do interesse da coalizão governante liderada pelos social-democratas, como o pleno-emprego, o controle da inflação e a redução das desigualdades.

A visão estratégica de país adotada pelos social-democratas na Suécia foi a do plano Rehn-Meidner. Esse sustentava uma estratégia nacional de desenvolvimento e visava ao pleno-emprego e à estabilidade de preços, tendo como eixo a melhoria gradual e tendencialmente igualitária dos salários e da distribuição de rendas em geral. Para isso, buscava a concentração de recursos nos setores mais dinâmicos da economia, controlados por empresas nacionais exportadoras de bens complexos, utilizando um conjunto articulado de políticas salarial, social, monetária, fiscal e tributária. Constituiu um programa articulado com vista à racionalização política da macroeconomia e da sociedade, promovendo mudanças institucionais de modo a incrementar a posição política dos trabalhadores nas negociações salariais e no planejamento governamental, sem precisar recorrer a nacionalizações de empresas, desmercantilizando e protegendo o trabalho ao mesmo tempo em que se garantia as condições para a acumulação capitalista nacional em um patamar produtivo mais sofisticado (Ryner, 2002, p. 85). Ao garantir o êxito de atividades de rendimentos crescentes, a social-democracia sueca incrementava a posição relativa do país na economia mundial e garantia a criação de recursos necessários para assegurar maiores gastos com a assistência social. Como se verifica na tabela 13 e nos gráficos 4, 5, 6 e 9, o período entre 1950 e 1975, quase todo ele sob a aplicação do plano Rehn-Meidner, conheceu um aumento significativo da importância das atividades industriais e da produtividade do trabalho, mantendo o país como um dos com maior complexidade econômica do mundo.

Com efeito, o plano procurava combinar dois objetivos aparentemente contraditórios, o pleno-emprego e a estabilidade monetária. Para isso, o planejamento governamental era o instrumento por excelência da organização dos fatores de produção a fim de alcançar esse objetivo, já que os social-democratas negavam a capacidade do setor privado, por si só, articular a racionalidade necessária para encadear esse processo (Lundberg, 1985, p. 13; Meidner, 1998, p. 73). Esse desenvolvimento tinha por objetivo também a transformação estrutural da sociedade sueca (Erixon, 2008, p. 7; Lundberg, *ibid.*), no sentido de aumentar o poder econômico e político dos trabalhadores e de incremento da sua capacidade de, em conjunto com a burocracia pública, influenciar as decisões mais importantes em nível nacional. Através de mudanças politicamente orientadas da estrutura social, procurava-se tornar a economia nacional mais eficiente e competitiva, apostando nas grandes corporações nacionais voltadas à exportação, aperfeiçoando o nível tecnológico das suas plantas produtivas, de modo a tornar seus produtos melhores e mais baratos, portanto, mais competitivos no comércio internacional, do qual dependia o desenvolvimento da Suécia. Isso se daria, como se verá adiante, através do peso crescente dos salários, sobretudo das categorias menos bem remuneradas, em detrimento dos lucros, aceitos apenas como condição para haver novos investimentos, e do fortalecimento dos sindicatos nas negociações neocorporativas e posteriormente na administração dos fundos coletivos de capital. O reformismo social-democrata, tal como o aplicado na Suécia, baseou-se então no planejamento político das forças produtivas nacionais a fim de estimular os setores econômicos com maior capacidade de competir internacionalmente e de gerar empregos dentro do país, colaborando assim com a meta política de pleno-emprego, essencial à social-democracia. No período pós-guerra isso se tornou uma tendência, em parte por conta das necessidades de reconstrução em cada país, facilitada pelos empréstimos dos EUA aos países europeus alinhados pelo Plano Marshall, em parte refletindo as transformações na balança de poder entre as classes, em um contexto em que a plena incorporação dos trabalhadores aos processos eleitorais em quase todos os países europeus ocidentais e o sucesso eleitoral dos partidos de base trabalhista constituiu uma força de ampliação da cidadania e de incorporação dos direitos sociais no entendimento dessa, como já analisado.

Para atender a ambos os fatores, o Estado passou a ampliar o controle sobre a economia, intervindo deliberadamente na procura de recursos e mão de obra e no

planejamento da alocação de recursos econômicos e dos fatores de produção, exercendo a liderança na economia nacional sem, contudo, ameaçar a primazia da iniciativa privada no que diz respeito aos investimentos e à acumulação. Como visto, a social-democracia adotou o planejamento governamental sobre a economia e o aumento da intervenção política sobre os lucros como instrumentos principais do seu programa. Ao invés de deixar o mecanismo de preços operando irrestritamente dentro das margens legais, o Estado ampliou a intervenção sobre os fatores de produção e sobre os preços a fim de realizar metas de natureza coletiva demandadas pela coalizão sociopolítica interclassista, reunindo, no caso sueco, trabalhadores, agricultores, empresários e crescentemente assalariados de colarinho branco. Assim, a social-democracia europeia renunciou às nacionalizações massivas, mesmo a despeito das pressões no pós-guerra pela nacionalização do setor bancário, conforme ocorreu na Suécia (Lundberg, 1985, p. 14), como parte de seu compromisso com a manutenção do capitalismo, e ao invés da expropriação buscou exercer papel de coordenação, de modo a racionalizar a estrutura produtiva por meio da aplicação de modernas técnicas de gestão e a incorporar objetivos sociais, como pleno-emprego, ampliação do bem-estar, diminuição das desigualdades e maiores salários aos trabalhadores, no funcionamento da economia (Berman, 1998, p. 166-8; Bohlin, 2014, p. 114; Lundberg, 1985, p. 13-4). Procurava-se desse modo instrumentalizar os recursos de poder do Estado para aumentar a eficiência do capitalismo e ao mesmo tempo incorporar determinados padrões de justiça social, defendidos pelos social-democratas no governo, nos objetivos de longo-prazo estabelecidos nos planos governamentais (Shonfield, 1968). Nos governos social-democratas, “o Estado exerce, substancialmente, uma função de orientação na gestão dos recursos globais do sistema” (Pasquino, 1997, p. 1194). No caso da Suécia, o eixo do planejamento foram o preço e a qualidade da mão de obra, fomentando a reestruturação produtiva pela concentração dos recursos econômicos nos setores mais eficientes, dinâmicos e competitivos através da diminuição das desigualdades entre as categorias profissionais e entre assalariados e empregadores, ou seja, incrementando a posição econômica e política dos trabalhadores (Viana e Cunha, 2016). Dessa forma, eficiência e igualdade, produtivismo e distributivismo tornaram-se assim objetivos associados nas social-democracias, refletindo o compromisso político das classes trabalhadoras com a manutenção do capitalismo e das classes proprietárias, em particular da fração dos industriais do setor produtivo, com a representação de outros interesses na dimensão política e com o crescente nivelamento das rendas. A

intervenção política do Estado, na concepção da social-democracia incentivaria o aumento da produtividade a partir da empresa privada, beneficiando a burguesia industrial, ao mesmo tempo em que regularia a economia de modo a orientar a distribuição dos recursos no sentido de elevar os níveis de vida da maioria da população. Dessa forma, na experiência social-democrática sueca, ao invés de política e economia se oporem seria mais adequado, para a compreensão do referido fenômeno histórico, considerar que a proteção social, mesmo quando desmercantilizadora, pode constituir um fator de melhoramento das condições produtivas e comerciais (Iversen, 2005, p. 8). Não há, assim, uma linha divisória entre a política e a economia, pois o próprio modo de organização produtiva e comercial vincula-se a relações de poder, onde os grupos mais capazes de impor sua vontade influenciam o arranjo historicamente existente.

O planejamento governamental e a intervenção política foram fatores propulsores do crescimento e do bem-estar na Suécia. Com efeito, não houve supressão do setor privado, mas esse foi politicamente remodelado através de uma intervenção voltada para a realização de objetivos comunitários, para produzirem efeitos redistributivos a favor dos setores economicamente menos privilegiados. Não houve apenas a compensação dos efeitos socialmente negativos do capitalismo liberal e da necessidade de planejamento do governo para evitar resultados indesejados tanto do ponto de vista econômico quanto do social, mas houve a transformação institucional da produção e da distribuição através da intervenção política orientada para promover um cenário nacional economicamente mais próspero e socialmente mais igualitário. Embora a estrutura social permanecesse capitalista e o bem-estar alcançado fosse dependente em última instância do capital privado, a social-democracia, enquanto fenômeno histórico caracterizado pelo compromisso institucional inédito entre capital e trabalho e derivado do deslocamento deliberado da luta política e econômica de classes para as instituições democráticas representativas por parte da classe trabalhadora, satisfaz os interesses materiais dos trabalhadores e dessa forma foi apoiada por eles. Um dos aspectos diferenciais da experiência social-democrática na Suécia, como será visto adiante com maior detalhamento, foi o estabelecimento de um conjunto de medidas ao mesmo tempo econômicas e sociais. Ou seja, “*social and economic policy came to be seen as one and the same thing*” (Blyth, 2002, p. 124). Ou seja, a social-democracia sueca não se limitou a compensar o capitalismo com a assistência social, mas promoveu transformações

globais nas disposições institucionais do capitalismo nacional de modo que o próprio funcionamento da economia em si já era a política social. Desse modo, a busca do pleno-emprego e do melhoramento das condições materiais de vida da maioria não foram consequência de intervenções exógenas do Estado para compensar as desigualdades criadas pelo liberalismo, mas as intervenções políticas do Estado foram feitas de modo a redimensionar as instituições econômicas de modo a que elas alcançassem *ao mesmo tempo* o crescimento do produto interno bruto, a sofisticação da matriz produtiva, o pleno-emprego e a redução progressiva das desigualdades sócio-econômicas. Isso só foi possível devido a uma coalizão que envolveu o empresariado industrial, os trabalhadores e os camponeses, institucionalizada em nível de Estado através das negociações salariais coletivas.

Na Suécia, a construção da social-democracia envolveu não apenas a cooperação entre capital e trabalho, apesar dos conflitos subjacentes, para a transformação institucional do capitalismo e estrutural da sociedade mas também a formação, no âmago do partido, de uma ideologia que refletisse no plano normativo a coalizão entre trabalhadores urbanos, agricultores e industriais, que se consolidava institucionalmente. A doutrina do *Folkhemmet* (casa do povo) pronunciada em 1928 pelo líder social-democrata Per Albin Hansson. Nessa concepção, a Suécia era vista como um lar em que deveria prevalecer a fraternidade e a igualdade, ao invés da competição e do egoísmo. Houve, por esse meio, a ressignificação de um discurso de raiz conservadora para a legitimação de uma estratégia nacional de desenvolvimento, na qual a busca da compatibilidade entre eficiência econômica e uma maior igualdade social deveria se dar por meios genuinamente nacionais e populares, em um “caminho do meio” entre o capitalismo e o comunismo, levando em consideração as especificidades da formação histórica sueca e da tradição rural de solidariedade e cooperação em nível comunitário (Berman, 1998; Elgán e Scoobie, 2006, p. 131; Rojas, 2005). A categoria principal a ser mobilizada pelos social-democratas não era mais o proletariado, segmento expressivo, porém não-majoritário da sociedade sueca, mas o povo, entendido como a coletividade nacional que congregava diferentes segmentos identificados com a subalternidade econômica e social e mesmo com setores mais abastados, porém dispostos a colaborar com a estratégia política a ser implementada, como a burguesia industrial. Os trabalhadores, cuja posição econômica e política foi incrementada pelos social-democratas, foram incorporados em um âmbito maior de concepção de país e de

formulação de políticas públicas. A social-democracia sueca não foi ideologicamente orientada ao trabalhador, mas ao povo, no qual incluíam-se os operários, os camponeses, a classe média e mesmo os industriais e banqueiros dispostos a cooperar com a construção de um país economicamente mais desenvolvido e socialmente mais igualitário. Dessa maneira, o Folkhemmet tornou-se emblema da transformação ideológica e programática da social-democracia sueca, de um movimento exclusivamente de trabalhadores em seu início para um movimento nacional e popular em fases mais avançadas, em que a necessidade de vitória eleitoral obrigou os quadros partidários a reverem suas estratégias para açambarcarem um contingente mais expressivo do eleitorado (Berman, 1998 e 2006; Fahlgren, 2008). A representação nacionalista e inclusiva que a social-democracia passou a fazer do país esteve intimamente associada a uma estratégia de ampliação da coalizão política (Esping-Andersen, 1992, p. 42). O nacionalismo e o apelo ao popular tornaram-se então constitutivos do discurso e das práticas social-democratas, que fundamentaram em termos valorativos a estratégia nacional de desenvolvimento representada pelo plano Rehn-Meidner, que tinha como condições institucionais a colaboração de classes e a ênfase no progresso econômico e social-nacional.

Ideias e estratégias articulam-se institucionalmente através da mediação de pactos de poder, em que a disputa pela determinação institucional passa do plano do conflito aberto, como fora entre o final do século XIX e início do século XX, para a da coalizão política, cuja correlação interna de forças sempre está em disputa, em torno da defesa das metas coletivas propugnadas politicamente pelos partidos governantes. Na Suécia governada pelos social-democratas, ao contrário do que Max Weber (1997 [1922], p. 458) prognosticara para o capitalismo moderno, o predomínio da racionalidade formal das empresas, com suas modernas técnicas de contabilidade e planos para a maximização do lucro, não esteve dissociado de uma racionalidade ética e substantiva, de valores. Isso se deu, pois a construção política da nação sueca no período de hegemonia social-democrata teve por objetivo desenvolver a comunidade nacional de maneira a incrementar tanto a sua eficiência e participação no comércio internacional quanto a solidariedade social, reduzindo as diferenças entre as classes, através do aumento do poder econômico e político da classe trabalhadora, e da utilização dos lucros privados para propósitos coletivos de estimular o crescimento e o pleno-emprego sem incorrer na espiral inflacionária.

A social-democracia, tal como ocorreu na Suécia, pode ser, portanto, compreendida como uma estratégia de desenvolvimento (Moene e Wallerstein, 2002). Segundo o economista norueguês Erik Reinert, “o desenvolvimento econômico surge de alterações estruturais que quebram o equilíbrio sistêmico e criam rendas” (Reinert, 2016, p. 327). Tais transformações requerem uma estratégia nacional que possibilite a articulação dos interesses coletivos nacionais com os privados, especialmente dos empresários, para a consecução do desenvolvimento. Este pode ser entendido como um deslocamento no equilíbrio das forças produtivas no sentido da diversificação produtiva e de crescente importância na economia nacional das atividades de rendimentos crescentes, notadamente as mais intensivas na utilização de tecnologia de vanguarda ou no estado da arte mundial, complexificando a divisão do trabalho e sofisticando a estrutura social (Schumpeter, 1985, p. 47; Reinert, 2016, p. 325). Uma definição sumária de desenvolvimento econômico pode assim ser feita: “desenvolvimento econômico [...] é entendido como um processo mediante o qual a acumulação de capital e a incorporação sistemática de progresso técnico permitem o aumento persistente da produtividade do trabalho e do nível de vida da população” (Oreiro, 2016, p. 3). Nesse processo, é priorizada a diversificação produtiva no sentido de maior participação das atividades de rendimentos crescentes por parte das empresas nacionais, a fim de nacionalizar o processo de acumulação, assim como os centros decisórios da economia, capacitando o capital nacional a se tornar mais competitivo internacionalmente. Na Suécia, as principais empresas nacionais são grandes corporações industriais exportadoras existentes desde o final do século XIX como a ASEA, a Ericsson, a Electrolux, a Volvo, a Atlas Copco, a Scania, a Luxor e a SFK. Esses bens possuem alto valor agregado e suas exportações apresentam rendimentos crescentes que retornam para o país e contribuem para financiar os serviços públicos do Estado de bem-estar social. A especialização sueca na produção de bens de capital, equipamentos de defesa, automóveis, telefones e mobiliário indicam alta complexidade da produção nacional (Gala, 2017, p. 34). A especialização sueca na produção de bens de capital, equipamentos de defesa, automóveis, telefones e mobiliário indicam alta complexidade da produção nacional.

O desenvolvimento tende, desse modo, a criar “um mercado urbano que induzirá a especialização e a inovação, trará novas tecnologias, criará alternativas de emprego e sinergias econômicas capazes de unir um Estado-nação” (Reinert, 2016, p. 325). Foi

exatamente isso o que ocorreu na Suécia no período de vigência do plano Rehn-Meidner, que foi elaborado como um modelo focalizado na mudança estrutural da nação no sentido de reestruturar a economia nacional privilegiando os setores industriais mais modernos e dinâmicos em detrimento dos tradicionais, menos intensivos em tecnologia (Erixon, 2016, p. 9; Moene, 2012, p. 12-3). A Suécia já apresentava perfil industrial no imediato pós-guerra, o que significa o êxito da industrialização tardia incentivada por políticas de desenvolvimento (não social-democratas) adotadas desde a segunda metade do século anterior, que favoreceram o surgimento de grandes empresas de setores intensivos em tecnologia. Apesar de ser um país abundante em recursos naturais e tradicionalmente exportador de matérias-primas como madeira, carvão e peixe, a Suécia conseguiu adotar um caminho de industrialização e de sofisticação produtiva a partir do final do século XIX, lançando mão tanto de estímulos à exportação quanto de tarifas protecionistas e de subsídios e investimentos públicos (Chang, 2002, p. 74-8; Gala, 2017, p. 69; Hogfeldt, 2005, p. 523). Devido à restrição de demanda doméstica, não restava outro caminho à Suécia para manter o pleno-emprego e melhorar as condições de vida de todos, como propugnado pelos governos social-democratas desde que assumiram em 1932, a não ser estimular as maiores empresas nacionais a se tornarem mais competitivas internacionalmente, evitando gerar incentivos pela redução dos custos da força de trabalho.

Central para a compreensão do fenômeno histórico do desenvolvimento é a existência de um Estado desenvolvimentista suficientemente coeso para implementar uma série de políticas voltadas para coordenar transformações estruturais do país, em particular no sentido do deslocamento dos recursos nacionais para setores de alta produtividade, mais complexos e competitivos. O ativismo estatal é crucial para engendrar uma maior produtividade e acumulação capitalista (Rueschemeyer e Evans, 1985, p. 46). Para isso, é preciso que o Estado seja capaz de construir e sustentar instituições fortes o bastante para administrar as incertezas e os conflitos surgidos no processo de desenvolvimento, integrando os diferentes grupos e interesses em torno de uma estratégia de desenvolvimento (Chang, 1999). A espontaneidade da ação dos empresários, de curto-prazo, não é suficiente para assegurar o cumprimento desses objetivos, pois para isso é necessária uma visão de longo-prazo, de abrangência nacional, que os agentes privados, por si só, não são capazes de estabelecer, a qual compete ao Estado desenvolvimentista implementar através de intervenções

sistemáticas no sentido de criar “vantagens competitivas”, favorecendo a competitividade internacional e a acumulação doméstica de capital (Pempel, 1999, p. 139-40).

Desse modo, através do planejamento governamental orientado segundo o relatório escrito por Rehn e Meidner, o Estado sueco tornou-se efetivamente voltado para a promoção do desenvolvimento. Os governos social-democratas, tendo a sua capacidade de implementar políticas pró-desenvolvimento através de instituições neocorporativas voltadas para a negociação da política salarial e a integração dos diferentes grupos sociais ao processo decisório da administração pública (Sejersted, 2011, p. 306-7), tentaram compatibilizar o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades, sofisticando o tecido produtivo ao mesmo tempo em que garantiam o aumento da massa salarial e a maior participação política da classe trabalhadora. O Estado cumpriria a função de ser essa instância coordenadora nacional a fim de estabelecer uma estratégia política de desenvolvimento nacional (Meidner, 1998, p. 73), sendo sustentado institucionalmente em uma coalizão partidária entre os social-democratas e o Partido Agrário, e socialmente em uma coalizão de classes entre trabalhadores, industriais e agricultores, institucionalmente vinculada ao Estado através das negociações salariais centralizadas. O modelo Rehn-Meidner consistiu assim em uma estratégia nacional de aperfeiçoamento industrial orientada pela liderança dos social-democratas na coalizão governante, convicta de que “a guinada rumo à ampliação das atividades de maior valor agregado é decisiva para a prosperidade da nação e de que essa guinada, estando entregue às forças do mercado, pode não ocorrer com os padrões sociais desejáveis” (Chang, 2002, p. 80).

Desse modo, a estratégia política do plano Rehn-Meidner pode ser caracterizada como desenvolvimentista por ter como fim a reorganização industrial e a reestruturação produtiva da economia capitalista nacional de modo a alavancar internacionalmente as empresas nacionais tecnologicamente mais sofisticadas, sobretudo no ramo das manufaturas e da engenharia, através da liderança e da coordenação do Estado, tendo lançado mão de meios apropriados ao fim almejado. O processo de incremento da complexidade produtiva e da acumulação doméstica de capital bem como da internalização dos núcleos de decisão capitalista, seria, portanto, politicamente orientado através de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Essa incluiu medidas voltadas para a distribuição de renda e poder aos trabalhadores, havendo o aumento do

controle público sobre os lucros e os salários, visando promover tanto a realocação dos fatores de produção para os setores mais intensivos na utilização e aproveitamento da tecnologia no estado da arte mundial, quanto reduzir as desigualdades salariais e o poder político e econômico dos lucros privados (Lundberg, 1985, p. 17-20). A social-democracia sueca tornou-se uma força política em prol do desenvolvimento, articulando as classes em torno de um projeto nacional de transformações estruturais de longo-prazo. Considerou-se assim que o desenvolvimento econômico, como um processo de transformação qualitativa no sentido da maior produtividade e competitividade das empresas nacionais, era indissociável de mudanças na estrutura social e política, de modo a sustentar tanto as mudanças econômicas quanto a melhoria no padrão de vida da maioria da população e a maior integração nacional. Por esse modo, incrementou-se a posição internacional da Suécia no contexto de abertura comercial do pós-guerra e o país consolidou-se então como um raro exemplo de combinação de desenvolvimento capitalista e altos níveis de igualdade e solidariedade. Em resumo, a estratégia de desenvolvimento social-democrata consistiu em promover a reestruturação produtiva da economia nacional através de políticas econômicas e sociais orientadas ao pleno-emprego e à estabilidade de preços. Para esse fim, orientou-se o deslocamento dos fatores de produção para os setores produtivos mais intensivos na utilização de tecnologia de ponta e mais propícios a apresentar rendimentos crescentes, sendo, portanto, mais capazes de absorver maiores contingentes de mão de obra assim como de pagar maiores salários. Procurava-se assim incrementar a posição do país na divisão internacional do trabalho através da integração competitiva às cadeias mundiais de comércio e fortalecer o Estado de bem-estar social doméstico, transformando as estruturas políticas e sociais de modo a ampliar a participação e a influência dos trabalhadores nos processos decisórios¹⁵. O modelo Rehn-Meidner foi assim sustentado

¹⁵ Tal entendimento coaduna-se com o do estruturalismo latino-americano da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que concebe o desenvolvimento como transformação das estruturas produtivas nacionais, no sentido da sofisticação e adensamento, visando um processo contínuo de aumento da produtividade e de nacionalização dos focos de acumulação e dos centros de decisão econômica (Prebisch, 2011 [1949]). Nessa abordagem, a economia é inserida em uma estrutura social e de poder, e o desenvolvimento torna-se então um processo global e multidimensional de transformação. Para efetivar esse desenvolvimento, houve o empenho por parte dos governos social-democratas suecos em estimular politicamente - através de uma combinação dialogada, original e planejada entre a política salarial redistributiva e as políticas fiscal, monetária, tributária, de recursos humanos e investimentos subsidiários - a diversificação produtiva no sentido da expansão e do fortalecimento de setores industriais tecnologicamente avançados e comercialmente competitivos em nível mundial. Essa política econômica também era social, pois articulou ao processo de desenvolvimento a redução das desigualdades sociais e o aumento do padrão de vida de toda a população, assim como favoreceu o deslocamento da mão de obra do setor primário para o secundário e o terciário, contribuindo também assim para a elevação do salário

em uma estratégia política de reestruturação produtiva e desenvolvimento através de mudanças na estrutura sociopolítica do país, com o fortalecimento da posição econômica e política da classe trabalhadora e maior controle político sobre o capital (Lundberg, 1985, p. 17-20).

Entretanto, a explicação do fenômeno da social-democracia passa pelo seu entendimento como um *compromisso histórico e contingente* voltado para o desenvolvimento e o bem-estar. Ele é condicionado pelas relações de força entre as classes e as frações de classe, que definem o relacionamento entre as instituições políticas e as econômicas nos marcos estruturais do capitalismo, especialmente no caso da Suécia de 1952 a 1983. No entanto, se a social-democracia pode ser construída a partir da decisão estratégica da classe trabalhadora organizada em partidos de disputar eleições, certamente não se reduz a isso. Com efeito, e como já analisado, a definição das instituições corresponde ao diferencial de poder dos interesses em disputa pelas classes. O aumento do poder político conquistado pela classe trabalhadora através da aquisição dos direitos políticos, em especial o de se organizar em partidos políticos e disputar eleições, e intensificado com as vitórias eleitorais desses partidos, refletiu-se na transformação institucional de modo a assegurar a contínua representação dos interesses das classes trabalhadoras, inclusive fora dos períodos eleitorais. A satisfação dos interesses materiais dos trabalhadores no contexto capitalista dava-se em função da manutenção do capital privado e do direcionamento politicamente orientado de parte dos lucros privados para a consecução de finalidades sociais. Dessa maneira, a representação dos interesses das classes proprietárias juntamente com a dos interesses da classe trabalhadora tornou-se imperativa nos arranjos institucionais neocorporativistas ou corporativistas societais, segundo expressão adotada por Philippe Schmitter (1974), ou corporativistas democráticos na expressão adotada por Peter

médio. Dessa forma, as dimensões do econômico e do social foram integradas, de modo que uma fosse funcional à outra. Essa estratégia também fortaleceu a posição política da classe trabalhadora, ao incorporá-la às negociações tripartites centralizadas da política salarial em um contexto em que o partido governante, o SAP, tinha fortes ligações com a LO e também com o TCO. Com isso houve o aumento da capacidade de a classe trabalhadora organizada influenciar as decisões governamentais. Mais uma vez, a experiência sueca no pós-guerra, orientada pelo plano Rehn-Meidner, vincula-se à concepção estruturalista de desenvolvimento, uma vez que o crescimento econômico e a sofisticação produtiva dos centros nacionais de acumulação acompanharam e em grande medida dependeram de transformações na estrutura de classes e na estrutura política suecas, que diminuíram as desigualdades entre trabalhadores e empresários, inclusive em recursos de poder, aproximando as classes em um processo de incremento político da solidariedade nacional.

Katzenstein (1985), existentes em países como Suécia e Áustria.¹⁶ O neocorporativismo desenvolve-se na Europa no contexto do pós- 2ª Guerra como um arranjo institucional que tinha por objetivo tornar efetivo e duradouro o compromisso de classe estabelecido entre os trabalhadores e os capitalistas, em particular os industriais, ligados à produção. O compromisso de classe, uma vez institucionalizado em mecanismos duradouros e contínuos de representação de interesses, proporcionaria a formação de uma coalizão de classes entre trabalhadores urbanos, pequenos e médios proprietários rurais e empresariado industrial no âmago do Estado, determinando decisivamente o conteúdo de suas intervenções no sentido de favorecer as condições que mais atendam aos interesses das classes e frações de classe envolvidas.

No caso da Suécia, antes da implantação das negociações centralizadas de salário envolvendo sindicatos, federações industriais, governo e burocracia pública, já havia um histórico de cooperação, emergido dos graves conflitos de classe ocorridos desde o final do século XIX nesse país. O acordo de Saltsjobaden, de 1938, em que as principais entidades representativas dos trabalhadores e dos industriais definiram estratégias conjuntas de cooperação no ambiente de trabalho, pondo termo a um período de muitos enfrentamentos entre sindicatos e patrões, foi a primeira declaração explícita do compromisso interclassista na construção de um Estado de bem-estar social na Suécia, ao mesmo justo e eficiente (Hicks, 1999, p. 127). As transformações globais da economia sueca no período estudado tiveram suporte político e foram politicamente orientadas, redefinindo a economia através da estabilidade institucional promovida por arranjos neocorporativistas, além da hegemonia das ideias social-democratas, como apontado por Blyth (2002). Nesse sentido, a primazia da política sobre a economia e o comunitarismo democrático politicamente orientado, como características distintivas da social-democracia, foram substancializados na ampliação e no fortalecimento da ação política do Estado no sentido de proteger a sociedade como um todo dos efeitos desagregadores do mercado (Berman, 2006, p. 212). Isso pode ser melhor compreendido quando se considera a relação entre a dinâmica de classes na sociedade e

¹⁶Ainda que pela própria lógica inerente ao modo de produção capitalista as classes proprietárias disponham automaticamente de uma capacidade maior de tornar efetivos os seus interesses, dada a centralidade da acumulação de capital, através da exploração na organização das relações institucionais e sociais, a fim de preservar a possibilidade de redistribuir os ganhos dos capitalistas através de intervenções governamentais no âmbito da distribuição, tornou-se imperativo assegurar a representação formal das federações industriais, como no caso da Suécia, no arranjo neocorporativista assumido pela social-democracia.

as instituições políticas, de modo a compreender como determinados interesses conseguem, nesse processo, transformar os moldes institucionais de modo a que sua influência seja referencial na delimitação da ação dos grupos sociais, garantindo institucionalmente as possibilidades de que esses interesses sejam dominantes. Para além da discussão “política vs. mercado”, e entre “sociedade vs. mercado”, como levantado pela bibliografia de inspiração polanyiana, a exemplo da de Sheri Berman, é preciso considerar a correlação de forças presentes na sociedade que influencia os arranjos institucionais de modo a torná-los capazes de defender a solidariedade social contra os efeitos desintegradores e anômicos causados pelo mercado. A própria organização do mercado não é espontânea, pois vincula-se ao tipo de regulação estatal politicamente estabelecida, seja em sentido liberal, seja em sentido social-democrata.

Assim, a incorporação da classe trabalhadora politicamente organizada na competição eleitoral e nos processos decisórios políticos cristalizou institucionalmente a possibilidade de que os interesses práticos da classe trabalhadora e dos camponeses fossem incorporados e realizados por políticas de Estado na social-democracia, determinando os caminhos institucionais através dos quais a ação dos grupos sociais pode ser conduzida e equilibrada. Para tanto, tais interesses e grupos foram politicamente mobilizados em torno do coletivo de “povo” ao invés do coletivo marxista de “classe”, formativos de uma aliança político-eleitoral formal na Suécia com o apoio informal da burguesia industrial. Como já analisado, esses interesses não consistiam na superação do capitalismo e na supressão da propriedade privada e da burguesia, mas na regulação política do capitalismo de modo a garantir que os lucros privados se convertessem em mais investimentos e empregos e, portanto, em geral que o aumento da produtividade nos marcos estruturais capitalistas se refletisse em melhor distribuição dos recursos materiais produzidos, de modo a garantir a melhoria dos padrões de vida da maioria da população.

O arranjo institucional característico da Suécia do modelo Rehn-Meidner, foi o corporativismo pluralista (no mesmo sentido de neocorporativismo e corporativismo democrático), vinculando estreitamente, através de comissões oficiais, organizações de interesses à administração pública, compondo um diálogo institucional tripartite entre representantes de empresários, trabalhadores e o governo (Sejersted, 2011, p. 306-7). Esse arranjo é resultante institucional da ação política social-democrática da classe trabalhadora em um contexto capitalista e multi-classista. Esse modelo de organização

política é proporcionado pela existência da democracia representativa, pois a universalização da participação política implica a ampliação dos interesses em disputa nas instituições políticas, o que resulta na tendência à reorganização institucional, de modo a acomodar os novos interesses nas instâncias de deliberação e tomada de decisão no Estado. O neocorporativismo, corporativismo societal ou democrático pode ser entendido como uma variação histórica do corporativismo. Assim, o mecanismo corporativista de conexão e intermediação de grupos organizados e centralizados de interesses com as instâncias decisórias do Estado é articulado com práticas institucionais democrático-representativas, favorecendo a coordenação voluntária, formal e informal, de conflitos (Katzenstein, 1985, p. 87-91; Schmitter, 1974, p. 86), conferindo uma maneira específica de determinação e sustentação das opções políticas adotadas pelo Estado (Regini, 1997).

“Em síntese [...] os ordenamentos neocorporativos se caracterizam por estruturas nas quais os grupos sociais organizados mais importantes (sindicatos e associações empresariais) interagem com o Estado, criando acordos de relevância geral sobre as mais importantes opções econômicas e sociais. O Estado (seria melhor dizer, o Governo) adquire as informações necessárias para suas ações, os grupos sociais ao mesmo tempo transmitem e recebem informações e compromissos, põem-se reciprocamente a par das mútuas exigências e capacidades e assumem obrigações sancionadas pelo Governo.” (Pasquino, 1997. p. 1195)

Dessa forma, o neocorporativismo é peça fundamental para a negociação e a articulação de um pacto social e político entre classes, frações de classe, partidos políticos e a burocracia pública, engendrando as condições para a sustentação social e política de longo-prazo de estratégias de Estado de alcance global. A formação de coalizões entre classes, grupos e partidos é componente fundamental da trajetória da social-democracia e dos Estados de bem-estar social influenciados pela ação política dessa (Esping-Andersen, 1990; Gourevitch, 1986). Através do neocorporativismo, a classe trabalhadora pode ser politicamente integrada ao processo decisório nas sociedades capitalistas (Castles, 1978, p. 131). Ao vincular Estado e grupos econômicos e sociais, o neocorporativismo, sobretudo na Suécia, contribuiu para reduzir as desigualdades de poder entre capitalistas e trabalhadores e para incrementar a capacidade estatal de implementar políticas e estratégias transformadoras, como as que visam o desenvolvimento (Sejersted, 2011, p. 308). Isso se dá, pois enseja a possibilidade de diferentes grupos e interesses articularem-se de maneira não-coercitiva

e horizontal no processo de formulação e decisão política, conferindo sustentação social e política para determinadas decisões governamentais acerca de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento e proporcionando as condições para o êxito prático dessas. Se a autonomia relativa do Estado, no sentido de Poulantzas, é fundamental para conferir ao governo o poder de tomar decisões, mesmo as contrárias aos interesses dos empresários, em um contexto capitalista, por outro lado é necessário que haja suportes sociais para que o Estado seja capaz de operacionalizar determinadas mudanças, já que esse é sempre por definição inserido e circunscrito por relações sociais e econômicas. Como afirma Peter Evans,

“A autonomia é fundamental para a definição do Estado desenvolvimentista, mas não é o suficiente. A capacidade de efetuar a transformação depende também das relações Estado-sociedade. Os Estados autônomos completamente insulados da sociedade podem ser predadores muito eficientes. Os Estados desenvolvimentistas devem ser imersos numa densa rede de alianças que os vincule a aliados na sociedade civil com objetivos de transformação. A combinação de autonomia e parceria, não apenas a autonomia, dá eficiência ao Estado desenvolvimentista”.

Portanto, como em todo corporativismo, as associações de interesse, representativas de segmentos das classes envolvidas nos âmbitos da produção, ocupam funções quase-públicas e intermediárias entre o Estado e a sociedade, participando da implementação de políticas públicas e propiciando ao Estado capacidade de intervenção e coordenação sobre a sociedade (Williamson, 1989). Assim como no corporativismo defendido por pensadores distintos como Emile Durkheim (2013 [1950]) e Mihail Manoilescu (1938), o neocorporativismo busca transformar a organização econômica, política e social de um país. Busca também reforçar os vínculos de solidariedade e de moralidade coletiva entre as classes e grupos em nível nacional, reduzindo a preponderância do poder econômico da propriedade privada e do lucro ao incorporar, sob a mediação do governo, outros interesses organizados no âmbito de participação e decisão das instituições políticas, de modo a produzir uma comunidade nacional mais coesa. A singularidade do neocorporativismo é que essas características são incorporadas ao modelo pluralista das democracias representativas, conservando os aspectos de autonomia dos agentes em relação ao Estado, da representação autônoma de seus interesses através da liberdade de associação e de mobilização. Ao contrário do corporativismo medieval, o neocorporativismo desenvolve-se no contexto estrutural do capitalismo e institucional do Estado-nação e do mercado, e ao contrário do

corporativismo autoritário e de Estado existente na Itália fascista e em Portugal do Estado Novo, compatibilizava-se com eleições regulares, autonomia das organizações de classe para elaborarem sua própria agenda e escolher seus representantes e com a vigência efetiva dos direitos civis e políticos. O corporativismo autoritário, chamado de “corporativismo de Estado” por Philippe Schmitter e defendido por pensadores como Manoilescu, caracteriza-se por as corporações assumirem caráter limitado, compulsório, não-competitivo, hierárquico e monopolístico, sendo assim reconhecidos pelo Estado em sua estratégia de controle e cooptação da sociedade (Schmitter, 1974, p. 103), conformando um arranjo próprio de um “*antiliberal, delayed capitalist, authoritarian, neomercantilist state*” (ibid: p. 105).

O neocorporativismo, ao contrário, pode ser incluído no que Alfred Stepan chama de “corporativismo inclusivo” (Stepan, 1980, p. 77), que amplia as bases democráticas de um regime ao permitir a participação de setores anteriormente excluídos da política e enseja uma coalizão de interesses nas instituições políticas. O corporativismo societal então “*appears to be the concomitant, if not ineluctable, componente of postliberal, advanced capitalist, organized democratic welfare state*” (Schmitter, 1974, p. 105). O neocorporativismo, portanto, não foi contrário ao desenvolvimento tipicamente inglês da cidadania conforme descrito por T. H. Marshall, mas situou-se historicamente relacionado ao surgimento e expansão dos direitos políticos e sociais. Ao invés de negar simplesmente, como o corporativismo autoritário, o liberalismo e suas implicações pluralistas de relação entre Estado e sociedade civil, o neocorporativismo procura rotinizar, por assim dizer, a participação das associações de interesse das diferentes classes e frações de classe ligadas ao desenvolvimento do welfare state, principalmente os trabalhadores, a classe média gerencial e a burguesia industrial, no processo intraestatal de seleção de alternativas políticas e aplicação de decisões. Fundamenta-se, portanto, em bases democráticas de representação autônoma dos interesses em negociações coletivas institucionalizadas no âmbito do Estado, que permitam criar e efetivar políticas públicas de modo a alcançar objetivos compartilhados, como a estabilidade monetária, o crescimento econômico e a melhoria do padrão de vida dos setores populares. Dessa forma, enquanto o corporativismo autoritário guiava-se pela mobilização e submissão de entidades representativas monopólicas ao poder ditatorial do governante e primava por princípios como exclusividade e hierarquia, o neocorporativismo incorporava ao Estado a pluralidade de demandas existentes na sociedade civil e primava pelos princípios de participação e horizontalidade.

O modelo Rehn-Meidner defendeu e aplicou um corporativismo de tipo societal, ou neocorporativismo, como parte do processo de colaboração entre diferentes interesses de classe para o suporte e implementação da política de desenvolvimento social-democrata no período. Destaca-se, em particular, a definição da política salarial solidária através de negociações tripartites, de modo a gerar consenso acerca do modo como as diferenças salariais seriam reduzidas, para manter os lucros sob controle político e assim induzir o desenvolvimento econômico sem gerar um grande aumento de inflação e sem comprometer o ideal social-democrata de igualdade (Lundberg, 1985; Meidner, 1993). Procurava-se, por meios neocorporativistas, engendrar um padrão de integração nacional voltado para a consecução de um projeto nacionalista, de desenvolvimento e igualitário. A razão dessa classificação para o modelo sueco se dá pela existência de instituições de negociação e de deliberação com o governo entre diferentes partes, organizadas em um contexto político de democracia representativa, de competição eleitoral, de pluralismo ideológico, partidário e corporativo, em que ao Estado não cabe a sanção do monopólio de tal ou qual organização, e de desenvolvimento de um Estado de bem-estar social democrático e pluralista, a despeito da forte centralização das entidades de classe envolvidas.

Assim, o neocorporativismo, ao institucionalizar negociações centralizadas referentes aos salários e aos termos de contratação, permite tanto às centrais sindicais quanto às federações industriais a defesa de seus interesses, equilibrando-os e concertando-os uns em relação aos outros. Isso reduz o nível do conflito distributivo que surge em processos de desenvolvimento, uma vez que ambas as partes são obrigadas pela circunstância dialógica a fazerem concessões mútuas. Quanto mais abrangente for o arranjo neocorporativo, maior a possibilidade de haver uma pactuação social em torno de uma estratégia de longo-prazo, uma vez que os agentes individuais aceitam melhor perdas de curto-prazo em vista de benefícios de maior prazo (Landesmann e Vartiainen, 1992, p. 213). Desse modo, produz-se concertação não apenas entre as classes mas no âmago de cada uma delas, permitindo ao governo maior capacidade de coordenação das políticas públicas em médio e longo-prazos, uma vez que as forças sociais, canalizando e modelando interesses de classe, adquirem perspectivas que transcendem o imediatismo das reivindicações e passam a colaborar na construção de uma agenda política consensual (Landesmann, 1992, p. 243-6), fortemente vinculada, na Suécia do modelo Rehn-Meidner, a uma estratégia de desenvolvimento industrial e de pleno-emprego, no bojo da construção de um amplo e

universal Estado de bem-estar social (ibid: p. 262). Dessa forma, o neocorporativismo é instrumento-chave para o fortalecimento da capacidade estatal de promover transformações qualitativas no sentido da promoção do desenvolvimento econômico e da distribuição mais igualitária de renda. Isso se dá pela negociação institucionalizada de um pacto social e político entre classes, frações de classe, partidos políticos e a burocracia pública, engendrando as condições para a sustentação social e política de longo-prazo de estratégias de Estado de alcance global, superando os limites de curto-prazo impostos pela racionalidade empresarial em contexto de liberalismo econômico.

Como afirma Fabio Wanderley Reis:

“a experiência dos países de capitalismo avançado e de maior tradição democrática resultou em consagrar uma forma específica de se organizarem as relações do estado com os principais focos de interesses existentes na sociedade, em particular os interesses de tipo funcional que se estruturam em torno das atividades econômicas. Trata-se do fenômeno que se tornou conhecido como “neocorporativismo”, no qual interesses patronais e de trabalhadores, organizados nacionalmente através de sindicatos e associações que tendem ao monopólio da representação das categorias correspondentes, associam-se com o estado (de cujo reconhecimento recebem o status de entidades semi-públicas) para processar grande parte das decisões de política socioeconômica de importância. Cria-se, assim, uma estrutura corporativa de representação e decisão através de conselhos e câmaras vinculados ao ramo executivo do estado, ou por ele patrocinados e supervisionados, estrutura esta que contorna e complementa a arena parlamentar-eleitoral onde principalmente se desenvolve a disputa entre os partidos políticos. O padrão social-democrático geral se apresenta, portanto, como um sistema no qual se articulam o jogo político-partidário convencional, o welfare state e certo formato neocorporativo de representação de interesses funcionais que envolve de maneira importante o Estado.” (2000, p. 391).

O neocorporativismo propicia, pela concertação entre diferentes entidades organizadas e representativas de classe e pela busca institucionalizada de consenso, a formulação e a implementação de políticas públicas, ao institucionalizar a participação colaborativa no Estado de interesses organizados de forma não-coercitiva e pluralista (Lehmbruch, 1979), incrementando assim a capacidade estatal de tomar decisões e coordenar a alocação de recursos de maneira legítima em um contexto de democracia liberal e de acumulação de capital nos marcos nacionais. O Estado, nesse contexto, assume a função de arena e de participante do conflito distributivo, mediando os agentes envolvidos a fim de coordenar políticas e estratégias no interesse de todos (Vartiainen, 1999, p. 210-1). O fortalecimento do poder decisório do Estado, fundamental para o

grau de coordenação demandado pelo desenvolvimento, torna-se assim necessário para o funcionamento adequado das instituições neocorporativas, que acomodam os conflitos sociais em uma organização social e política capaz de produzir estabilidade (ibid: p. 211-2). Ou seja, a maior capacidade estatal deriva da utilização, pelo Estado, de instrumentos para propiciar a negociação política entre agentes privados e o governo, o que não ocorreria espontaneamente (ibid: p. 215). Como afirma Peter Katzenstein, “by incorporating all major political actors and producers groups, it (democratic corporatism) creates political coherence in the domestic structure and flexibility in political strategy” (Katzenstein, 1985, p. 133). O neocorporativismo é, portanto, elemento central para a formulação e a aplicação eficaz de uma estratégia nacional de desenvolvimento, pois a capacidade de articulação de diferentes interesses organizados de maneira autônoma no processo de elaboração de políticas públicas, própria desse arranjo, facilita a implementação de um conjunto articulado e integrado de políticas coordenadas pelo Estado, com apoio dos diferentes grupos e interesses da sociedade a fim de realizar objetivos econômicos e sociais em âmbito nacional a curto, médio e longo-prazo. Isso ocorre na medida em que proporciona as condições institucionais de possibilidade de formação de pactos em torno de determinados objetivos estratégicos a serem perseguidos pela atuação coordenadora e indutora do Estado, em parceria e colaboração com o capital, o trabalho e a sociedade civil em geral.

O neocorporativismo pode ser associado a um tipo híbrido de arranjo institucional, situado a meio-termo entre a ordem de mercado e a ordem hierárquica, combinando incentivos e controles administrativos em uma adaptação coordenada através do envolvimento conjunto de “*organizações públicas e privadas em um mesmo arranjo institucional com vistas à consecução de determinados objetivos econômicos.*” (Fiani, 2014, p. 63). Dessa forma, capital e trabalho passaram a colaborar em órgãos representativos e intermediadores de interesses e a sustentar conjuntamente uma série de metas políticas de abrangência nacional, compondo uma coalizão sustentada em um pacto social que se exprime institucionalmente nos arranjos políticos neocorporativistas. Há, assim, o fortalecimento de uma ideologia de parceria e dos vínculos de solidariedade entre os diferentes grupos sociais, dada a preferência pela negociação em relação ao conflito aberto, procurando estabelecer decisões sem reprimir as demandas setoriais dos grupos de interesse, vinculando-as ao processo deliberativo e decisório do Estado. Também há uma alta centralização e concentração, também em nível nacional, dos grupos de interesse (federações industriais, sindicatos etc.), que praticamente

possuem o monopólio da representação da sua base social e eram vinculados a um partido político; e uma contínua interação, formal e informal, entre grupos de interesse, burocracia pública, partidos políticos e governo ((Katzenstein, 1985, p. 87-94). O neocorporativismo, é bom salientar, não substitui nem se sobrepõe ao Parlamento e à competição eleitoral. A preservação integral das instituições democrático-representativas fez parte do consenso construído no arranjo neocorporativista, e o compromisso de todos os partidos com essas instituições facilitou a organização desses em tais arranjos (ibid: p. 150). Constituiu, também, um limite ao grau em que a solidariedade interclassista pode ser mobilizada contra essas instituições, assim como a busca de êxito no processo eleitoral influencia o conteúdo das negociações nesse arranjo (ibid: p. 33). Mais ainda, o sistema eleitoral sueco, de representação proporcional, ao dispersar o poder entre adversários políticos, facilitou a emergência do neocorporativismo a partir da década de 1930 como meio para alcançar o consenso em um contexto em que dificilmente um partido poderia coagir o outro (ibid: p. 156).

No caso do neocorporativismo ocorrido nos governos social-democratas, houve o fortalecimento da posição não só econômica mas, sobretudo, política dos trabalhadores, uma vez que os sindicatos são diretamente associados ao partido governante, havendo assim uma relação de “familiaridade”, por assim dizer, que implica em um diálogo mais próximo entre governo e trabalhadores organizados. Por outro lado, essa situação também favorece os partidos social-democratas, que podem se sentir mais confortáveis ao exercer a liderança da coordenação do planejamento econômico uma vez que sua proximidade com os sindicatos facilita a criação do nível de consenso necessário com os trabalhadores a fim de eles poderem sacrificar determinadas reivindicações presentes em troca da participação em uma hegemonia política de longo-prazo. As organizações empresariais, por sua vez, embora relativamente distantes do partido governante, podem se sentir seguras de realizar investimentos de mais longo-prazo devido ao entendimento entre trabalhadores e governo e à concordância dos empresários acerca do interesse do governo em não interferir na propriedade privada, limitando-se a exercer o planejamento no interesse do desenvolvimento capitalista e da ampliação do bem-estar, pela via da redistribuição e não do confisco. O neocorporativismo na Suécia contribuiu assim para o ajuntamento de diferentes interesses em um interesse geral, de caráter nacional, fortalecendo assim a capacidade estatal de implementar políticas voltadas para o desenvolvimento e o bem-estar (Sejersted, 2011, p. 308).

Na medida em que as negociações centralizadas de salário, manifestação sueca do neocorporativismo, foram o arcabouço institucional da concertação de interesses e representantes de classe, contribuíram para conectar Estado e sociedade e cimentar uma aliança entre a coalizão governante, de trabalhadores e agricultores, e os empresários industriais, se revelaram fundamentais para a composição dos vínculos entre Estado e sociedade e para que a estratégia de desenvolvimento do plano Rehn-Meidner pudesse apresentar um nível razoável de eficácia. O amplo apoio social conseguido pelos governos social-democratas suecos através das negociações centralizadas de salário e da produção de consenso e compromisso para a implementação das políticas salarial, de recursos humanos, tributária, fiscal e monetária concernentes ao plano, representou um aumento da capacidade do Estado de desenvolver a nação, habilitando-a a promover transformações estruturais na economia e na sociedade suecas em benefício da classe trabalhadora e da burocracia pública, através do desenvolvimento econômico e da ampliação do Estado de bem-estar social. No entanto, essa situação de harmonia e equilíbrio entre governo, trabalhadores e empresários no conjunto de uma estratégia indutora de mudanças qualitativas é precária, pois se expõe às variações do grau de confiança de cada parte nas intenções das outras assim como às contingências políticas, como mudanças de governo ou de prioridades por parte dos grupos participantes (Pasquino, 1997, p. 1196-7). Efetivamente, foi isso o que ocorreu na Suécia em 1983, quando a retirada do sindicato dos engenheiros e da SAF do arranjo neocorporativista significou uma descentralização abrupta das negociações salariais, comprometendo essencialmente o neocorporativismo e pondo termo, junto ao estabelecimento dos Fundos de Assalariados, ao já combalido plano Rehn-Meidner, que vinha sendo enfraquecido pelo acirramento do conflito distributivo desde a década de 1960 assim como pela coalizão governante de centro-direita, de 1976 a 1982. Ocorreu, assim, a fratura da coalizão político-econômica de suporte ao modelo Rehn-Meidner.

3. O MODELO REHN-MEIDNER

3.1. Antecedentes do Modelo

Todo contexto institucional situa-se na ponta de um processo histórico que o antecedeu e o formou a partir das inter-relações de múltiplas decisões tomadas por atores envolvidos, mais ou menos relevantes politicamente, e muitas vezes a despeito das intenções originais desses. O paradoxo da história é que a responsabilidade pelos cursos dos eventos é coletiva a despeito de ninguém ter plena consciência do decurso dos acontecimentos e dos processos que podem ou não ser engendrados pela sua agência. Como afirma o historiador Marc Bloch, “o homem passa seu tempo a montar mecanismos dos quais permanece em seguida prisioneiro mais ou menos voluntário” (Bloch, 2001, p. 63). Sendo histórica toda instituição, assim como são os indivíduos e as organizações representativas de classes e frações de classe, não se pode por isso prescindir da compreensão dos seus antecedentes, sob pena de fetichizar determinados arranjos, considerando-os involuntariamente como naturais e/ou aleatórios, minimizando assim as possibilidades de compreensão da sua relevância no momento em que existe.

A Suécia pré-moderna caracteriza-se por ter sido um país basicamente agrário onde inexistia a servidão e a feudalização das relações rurais, quando existiu, foi incompleta e débil, justamente pela escravização de uma força de trabalho externa (Anderson, 2016, p. 196-7; Ruin, 1991, p. 213; Rojas, 2005, p. 9). Nesse contexto, o campesinato, livre e proprietário, ocupava uma posição central na sociedade, devido à insignificância, numérica e qualitativa, da nobreza rural, assim como ao alto grau de autonomia local conferida pela monarquia. Esse grupo também possuía fortes vínculos políticos, pois desde o século XVI possuía assento no parlamento sueco, o Riksdag, junto à nobreza, ao clero e à burguesia. A Suécia foi o único grande país europeu a conceder representação política ao campesinato no bojo da formação do Estado-nacional (Anderson, 2016, p. 202). Havia, portanto, um elevado grau de autonomia, tanto econômico quanto político, dos camponeses, assim como esses possuíam representação política formal do mesmo modo que os demais segmentos da sociedade. Isso favoreceu a criação de fortes vínculos de solidariedade em um país materialmente

pobre, assentando as bases sociais para a construção da social-democracia no século XX (ibidem; ibidem). Desse modo, pode-se dizer que

“The Swedish model has doubtless derived many of its ingredients from a small-scale agrarian society. Unlike their counterparts in most European countries, many peasants in Sweden had owned their land since medieval times. They were continuously represented in the Riksdag from the 16th century onwards. The main conflict in society, fundamentally, concerned relations between the national government and the peasants, not between peasants and feudal nobility or state and urban middle class. At the same time it was the relation between the state and peasants, which provided the basis for integration and co-operation.” (Österberg, 1993, p. 144, apud Rojas, 2005, p. 9-10).

No plano político a Suécia constituiu-se como uma monarquia constitucional desde o século XIV, quando foi outorgado o Estatuto Real da Lei Nacional, que mesmo não sendo uma Constituição no sentido formal e contemporâneo do termo estabelecia “rules governing the election of a King, his duties, his right to levy taxes under certain conditions and the right of the people to participate in decisions concerning taxes, the election of councillors, and the functions of the Council of State” (Suécia, 2016, p. 11). A monarquia e o Estado nacional suecos desenvolveram-se rapidamente devido à ausência ou fragilidade de forças opostas à centralização, como grupos nobiliárquicos regionais, sendo a posição do campesinato relativa à satisfação de interesses pela monarquia (Rojas, 2005, p. 10). Por sua vez, o parlamento sueco, o Riksdag, foi fundado no século XVI, em um primeiro momento como instituição subordinada à Coroa. Essa instituição foi criada a partir da pressão conjunta de grupos da sociedade civil como o clero, a nobreza, a burguesia e os camponeses, que pressionavam pela limitação do poder real e pela ampliação da participação política deles, uma vez que desejavam adquirir alguma posição institucional nas relações de poder como contrapartida da tributação. A formação de Estados no Riksdag, que correspondiam à representação parlamentar dos diferentes grupos sociais enquanto tais, correspondeu a uma primeira forma de participação dos diversos segmentos da sociedade civil no Estado, ampliando a capilaridade desse em nível nacional. Ao longo dos séculos XVI e XVII, o Riksdag assume uma posição cada vez mais forte e independente, estabelecendo em 1617 a sua autonomia em relação à Coroa, não sendo mais permitido a essa assumir funções legislativas, deixando-as a cargo do parlamento. Em 1634, quando entrou em vigor o primeiro Instrumento de Governo (Constituição propriamente

dita), foi oficializada a incorporação do Riksdag ao Estado, sendo assim criada uma monarquia constitucional e parlamentar. Essa medida, entretanto, sofreu descontinuidades nos séculos seguintes. Em 1680, o parlamento declarou a independência do rei Carlos XI em relação à Constituição, tendo assim início um período de autocracia que duraria até a morte do rei Carlos XII em 1719, quando foi recriado o Instrumento de Governo, estabelecendo uma monarquia constitucional parlamentar, caracterizada pelo bipartidarismo e pela importância significativa do parlamento na deliberação de decisões, em que o rei Frederico I comprometeu-se em respeitar as decisões majoritárias tomadas pelos representantes da sociedade civil no Riksdag. A partir daí teve início a chamada Era da Liberdade, marcada pela liberdade de opinião e de imprensa, despertando a admiração de notáveis figuras iluministas como Voltaire e Rousseau. Esse período durou até o golpe promovido por Gustavo III em 1771, outorgando uma nova constituição em 1772, que apesar de preservar a separação de poderes entre o rei e o parlamento desvinculava o primeiro do segundo, aumentando seus poderes discricionários para além do consenso parlamentar. Apenas em 1809 a monarquia constitucional e parlamentar foi formalmente consolidada, devido a um golpe que destituiu o combalido governo de Gustavo IV e restituiu as prerrogativas parlamentares existentes durante a Era da Liberdade, como as liberdades civis, e a frequência trienal de reunião do parlamento. A Constituição de 1809 era caracterizada por um equilíbrio de poder entre o rei e o Parlamento, demonstrando a recuperação da força da sociedade civil frente à Coroa (Ruin, 1991, p. 213). Segundo o Instrumento de Governo de 1809, “The power of government lay with the King and the role of the Councillors of State was purely advisory. The power of legislation was shared between King and Riksdag as regards fundamental law and civil and criminal law (joint legislation), while the King retained the power of economic and administrative legislation. Power over taxation and the budget was placed in the hands of the Riksdag, together with a detailed power of supervision” (Suécia, 2016, p. 13). Ficaram assim cimentadas as bases do governo monárquico e parlamentar na Suécia. Entretanto, importantes alterações viriam a ocorrer, não para subtrair as conquistas liberais já firmadas, mas para complementá-las, no sentido de maior democratização da representação. Em 1866, o Riksdag torna-se bicameral e a frequência de reunião aumenta para a cada um ano ao invés de três. Entretanto, os critérios tanto de acesso à votação quanto de elegibilidade continuam estritos em termos de renda, de modo que na Primeira Câmara, composta então por 125 membros, prevalecem grandes proprietários

de terra e homens ricos em geral, enquanto na Segunda Câmara, composta então por 190 membros, o mesmo ocorre com pequenos e médios agricultores. No entanto, os camponeses que possuíam terras foram contemplados com o direito de voto, já que os limites de renda não eram tão estreitos (Ruin, 1991, p. 213). Apenas em 1909 que foi permitida a participação eleitoral de todos os homens adultos, assim como em 1921 o sufrágio universal foi estendido às mulheres. Em ambas os momentos, os social-democratas foram ativos na defesa da ampliação do direito de voto, constituindo-se assim como uma das forças propulsoras da moderna democracia na Suécia (Hogfeldt, 2005, p. 538-9). Dessa forma, o parlamento desenvolveu-se historicamente na Suécia como uma instituição que assegurava aos grupos da sociedade civil um quinhão na influência sobre as decisões políticas, sendo a Coroa cada vez mais responsiva e subordinada às decisões tomadas no Riksdag, sobretudo em questões econômicas e orçamentárias. Mesmo assim, verifica-se que manteve-se até o século XX uma equivalência entre poder econômico e poder político, refletindo o parlamento o perfil econômico do país, ainda predominantemente agrário.

No plano econômico, a Suécia era até então um país majoritariamente agrário, que possuía mais de 75% da população empregada na agricultura no início do século XIX (Schön, 2008) e baseada em atividades extrativas como a mineração (Gourevitch, 1986, p. 111). A produtividade do país era a segunda menor da Europa em 1870 (Maddison, 1982 apud Hogfeldt, 2005, p. 523). Em 1850 o país passou pelo seu primeiro surto de crescimento, puxado pela exportação dos produtos citados, e passou a se industrializar da maneira acelerada por volta da década de 1870 (ibidem), o que se verifica também pela tabela 13. As reformas liberais ocorridas entre as décadas de 1830 e 1860, que incluíram a abolição do sistema de guildas, a desregulamentação da taxa de juros e o desenvolvimento de bancos privados nacionais, a quebra de monopólios e a abolição de prioridades para nobres nos concursos de admissão aos quadros do estado, foram fundamentais para abrir possibilidades de empreendimentos, sobretudo nas áreas de mineração e indústria naval (Hogfeldt, 2005, Rojas, 2005, p. 15; Sjögren, 2008). Esse impulso criativo foi facilitado pelo fortalecimento da inserção da economia sueca no mercado internacional, consolidado em 1873 com a adoção do padrão-ouro, através do aumento da demanda internacional por bens extrativos produzidos pela Suécia. Isso produziu um aumento considerável das exportações desses produtos, aumentando a

renda, o volume de capital e os investimentos no país, gerando as divisas necessárias para a exploração de novos setores.

No entanto, esse não foi um processo puramente coordenado pela interação espontânea de firmas privadas, uma vez que se o “espírito animal” do capitalista é fundamental para a descoberta e desenvolvimento de novas áreas produtivas, em vários países coube ao poder público o papel de criar incentivos para a sofisticação produtiva, sendo o desenvolvimento econômico um processo político (Chang, 1997). Houve uma articulação virtuosa entre liberalização e ação estratégica do poder público. Foi importante o papel ativo do Estado em empreendimentos de infra-estrutura a fim de dar suporte aos setores exportadores, como, por exemplo, a criação em 1841, do Conselho Real Para Estradas Públicas e Estrutura de Água (Kongliga styrelsen för allmänna väg- och wattenbyggnader), responsável pela construção e manutenção de rodovias e canais, e em 1855 de uma empresa estatal de transporte ferroviário, a Svenskt Järnvägar (SJ). Investimentos maciços em educação, em todos os níveis, tornando o ensino básico obrigatório em 1842, também foram determinantes (Sjögren, 2008). Importantes centros tecnológicos foram criados pelo Estado, como a escola de engenharia Chalmers em Gotemburgo, em 1829, e o Instituto Real de Tecnologia (KTH, *Kungliga Tekniska Högskolan*), em 1872. Assim, “the country’s enterprise sector was supplied both with a well-trained working class by the standards of its time and with a scientific-technological spearhead which was to be of decisive importance in the country’s future industrial successes” (Rojas, 2005, p. 15-16). Houve, no final do século XIX, uma íntima parceria público-privada, em extensão maior que em todos os outros países (Chang, 2002, p. 76). Mais ainda, práticas protecionistas foram adotadas, para os bancos em 1864, proibindo a entrada de bancos estrangeiros (Nilsson, 2005, p. 224); para a agricultura em 1880 e também para a indústria em 1892, de modo que em 1913 o nível de proteção às manufaturas na Suécia era superior ao da Alemanha (Chang, 2002, p. 36 e 75). No entanto, no período do entre-guerras, o nível de protecionismo foi reduzido não por causa de uma diminuição bruta das tarifas, que se mantiveram constantes, mas por causa da aceleração inflacionária, de modo que no final da década de 1930 o nível de proteção à indústria nacional só não era menor que na Dinamarca e na Holanda (Bohlin, 2014, p. 114)

Assim, o desenvolvimento da indústria nacional sueca ocorreu no período entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra, durante governos conservadores,

através de fortes tarifas protecionistas e da atuação e intervenção diretas do Estado na oferta de crédito e na provisão de infraestrutura, criando ferrovias, universidades e escolas técnicas, além de desenvolver P&D de conteúdo nacional (Bohlin, 2014, p. 114; Chang, 2002, p. 36, 74-8; Myrdal, 1967, p. 176; Ryner, 2002, p. 67). A propriedade estrangeira também foi severamente limitada nesse período, sendo proibida nos setores de habitação e mineração. Em 1916, foi limitado em 20% o direito de voto a estrangeiros em firmas proprietárias de recursos naturais e na década de 1930, já em governo social-democrata, o direito de propriedade concedido a estrangeiros foi permitido apenas aos “unrestricted shares”, que correspondiam a 20% do direito de votos nas empresas, enquanto ao restante, os “restricted shares”, só seria permitida a propriedade por indivíduos ou instituições suecas. Essa lei perdurou até 1992 (Hogfeldt, 2005, p. 534). Tais medidas, complementares ao processo de abertura comercial adotado pela Suécia a partir de 1830 (e seu relativo fechamento no final desse século), contribuíram para fortalecer o capital privado nacional. Desse modo, protegeram-o de pressões competitivas com países já industrializados como a Inglaterra, porém sem afetar a competitividade internacional da economia nacional, essencial para um país com demanda interna restringida e que dependia das exportações para auferir renda com o comércio (Bairoch, 1993, p. 26; Chang, 2002, p. 75). Empresas importantes nos ramos da mecânica e da engenharia como a Atlas Copco (1873), Ericsson (1876), Volvo, ASEA (1883), Alfa Laval (1883), AGA (1904), SKF (1907) e Volvo (1927), surgiram a partir desse período já altamente vinculadas às cadeias internacionais de comércio, incrementando a capacidade competitiva da economia sueca no comércio internacional, caracterizado então pelo elevado grau de proteção às empresas nacionais e de abertura e integração econômica dessas às cadeias mundiais de comércio, com a mediação monetária do padrão-ouro (Frieden, 2008, p. 80). A expansão industrial da Suécia teve por consequência uma grande concentração das atividades econômicas em grandes conglomerados empresariais industriais e de rendimentos crescentes, sobretudo nos setores de bens de capital, carros e móveis. A alta concentração da propriedade industrial, marcada pelo caráter familiar e de capital fechado, fortemente associada com bancos, tornou-se uma característica do “modelo sueco” no século XX, reforçado pelo plano Rehn-Meidner e instrumentalizada para servir à aceleração do desenvolvimento nacional sueco e para uma distribuição mais igualitária das riquezas produzidas (Hogfeldt, 2005, p. 522). O rápido e intenso desenvolvimento do setor financeiro nacional, sobretudo a partir do século XIX, foi crucial para financiar o crescimento das

grandes companhias exportadoras suecas sem incorrer em aumento do endividamento externo e, portanto, na dependência econômica ao exterior (Sjögren, 2008).

Mais ainda, houve desde então uma forte associação entre bancos e indústrias mediada por fundos de investimento de capital fechado, criados para financiar a longo-prazo o desenvolvimento da produção de caráter fordista (Guimarães, 2016, p. 128; Hogfeldt, 2005, p. 525; Ryner, 2002, p. 71). Os bancos passaram a participar de maneira bastante atuante na administração das indústrias a partir de 1920, com a implementação em 1911 de uma proposta da Associação dos Bancos Suecos apoiada pelo SAP e pelo Partido Liberal, que permitia aos maiores bancos comerciais possuir ações e atuar como bancos de investimento. Essa inter-relação entre finanças e indústria no topo das corporações facilitou a reestruturação da indústria na década de 1930, após a Grande Depressão, e junto com as políticas econômicas keynesianas adotadas então pelos social-democratas (Hogfeldt, 2005, p. 527).

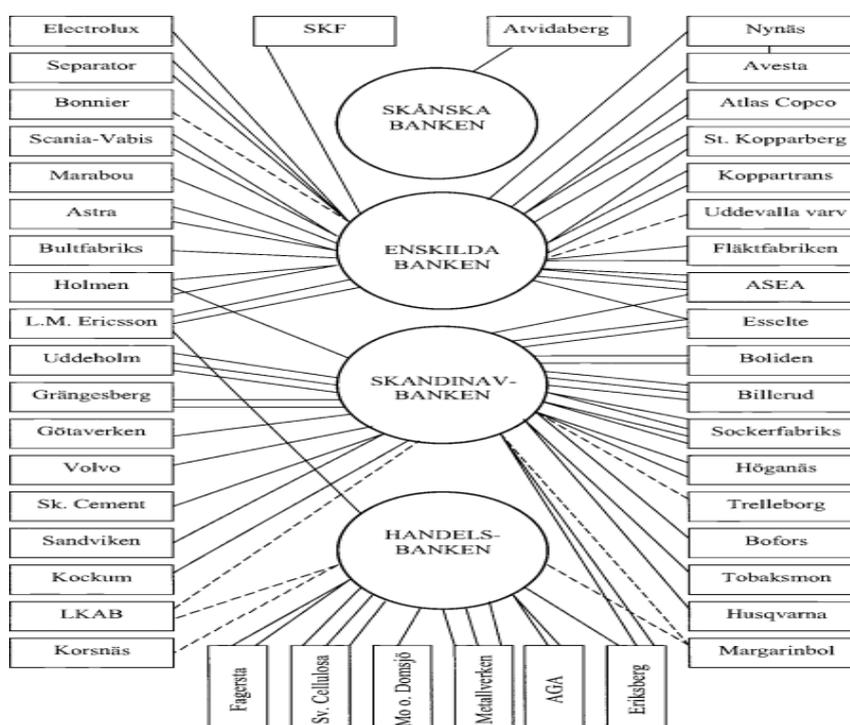
Assim, o desenvolvimento econômico do período entre 1870 e a década de 1930 ocorreu de maneira a reforçar a concentração e a verticalidade da propriedade e da administração das grandes corporações nacionais, com forte participação do setor financeiro na cúpula dirigente das empresas assim como no fornecimento de crédito para o desenvolvimento das atividades produtivas. Os social-democratas, apesar dos objetivos socializantes e distributivistas, entenderam a importância de preservar a estrutura altamente concentrada da propriedade privada na Suécia, assim como a centralidade dos bancos nacionais. Em 1920, o primeiro-ministro social-democrata Hjalmar Branting nomeou como Ministro da Economia o banqueiro Johannes Hellner, do Stockholms Enskilda Banks, deixando clara a posição amistosa dos social-democratas frente aos bancos e ao tipo de relação entre finanças e indústria existente.

O setor financeiro sueco não se desenvolveu segundo padrões de concorrência. Até 1986 era proibido o estabelecimento de bancos estrangeiros no país (Svenska Bankföreningen, 2003¹⁷); o setor financeiro permaneceu fechado ao mercado de ações e concentrado em poucas famílias até a década de 80, sendo os investimentos nas indústrias, até então, apoiados nas poupanças próprias ou emprestadas do governo. Além disso, só em 1986 foi permitido o ingresso de bancos estrangeiros na Suécia

¹⁷ Cf. <https://www.swedishbankers.se/en-us/the-swedish-bankers-association-in-english/the-swedish-banking-market/banks-in-sweden/>

(ibidem). Os bancos estavam, portanto, intimamente vinculados ao setor produtivo nacional e com os social-democratas passaram a estar subordinados à coordenação governamental em prol do desenvolvimento econômico e social (Hogfeldt, 2005, p. 573). O apoio dos social-democratas à concentração da propriedade industrial e à articulação centralizada entre bancos e indústrias deveu-se a razões ideológicas e programáticas, pois entendia-se que esse era o meio mais eficiente de promover o pleno-emprego, o desenvolvimento econômico e de arrecadar maiores níveis de impostos, o que era necessário para financiar as políticas de bem-estar que constavam no programa partidário (ibidem). A figura a seguir demonstra a relação altamente concentrada entre bancos e indústrias na Suécia em 1960:

Figura 1 - Relação entre bancos e grandes empresas na Suécia em 1960.



Fonte: Hogfeldt, 2005, p. 528.

Essa concentração provocou, de um lado, a centralização da tomada de decisões econômicas em poucas firmas de larga escala, ampliando a desigualdade de poder econômico em favor dos industriais e banqueiros, intimamente associados, e de outro, a formação de um estrato burocrático significativo tanto no Estado quanto nas grandes empresas privadas, de modo a racionalizar a política econômica com o intuito de manter os níveis acelerados de crescimento econômico e fortalecimento da indústria na economia nacional sueca. Apesar das bases sociais conservadoras, paternalistas e

autoritárias que sustentaram o protecionismo no período entre o final do século XIX e o início do século XX, como “large state owners of aristocratic social origins, vulnerable manufactures, groups with strong links to the Crown and the traditional establishment of Sweden” (Gourevitch, 1986, p. 112), houve uma correlação histórica entre essas práticas e o processo de industrialização e modernização no país, uma vez que foi fortalecida a posição doméstica dos grandes industriais, que desenvolveram suas atividades em um contexto bastante favorável de comércio internacional e de disponibilidade nacional de crédito, e também propiciou-se o desenvolvimento de uma classe trabalhadora urbana organizada. Não por coincidência, nesse período importantes reformas políticas de cunho liberal foram implementadas, como a abolição dos Estados na composição do Riksdag, a introdução, na Constituição, do princípio de accountability governamental para os representantes eleitos no Parlamento, ainda que a Coroa não fosse submetida a esse procedimento de controle, e o sufrágio universal masculino em 1909, apoiado enfaticamente pelos social-democratas.

A história da social-democracia na Suécia está estreitamente vinculada a do Partido Social-Democrata sueco (Sveriges socialdemokratiska Arbetarparti, ou SAP), no sentido de que as inovações institucionais que foram implementadas para a construção do assim chamado “modelo sueco”, uma forma especificamente nacional de o país desenvolver-se e modernizar-se, foram decorrentes da liderança desse partido nas coalizões governantes de 1932 a 1976, mantidas pelo governo de centro-direita de 1976 a 1980 e enfraquecidas em 1983, com o colapso das negociações centralizadas de salário. O Partido Agrário ocupou uma posição minoritária, porém fundamental na coalizão de 1932 a 1968, deslocando-se a partir de então para a centro-direita, vindo a liderar governos com essa característica durante a maior parte do período de 1976 a 1982. Sua participação incluiu os agricultores, representados nesse partido, no pacto de poder estabelecido junto com os trabalhadores urbanos, a burocracia pública e os empresários que fundamentou a estratégia nacional de desenvolvimento adotada a partir de 1952 com o Plano Rehn-Meidner. É fundamental, portanto, destacar os caminhos percorridos pelo SAP desde sua fundação para compreender como a classe trabalhadora constituiu-se como agente político organizado. Para isso, atuou junto a outros partidos e através das instituições políticas da democracia representativa e da monarquia constitucional e parlamentar. Dessa maneira, mobilizou os recursos de poder indispensáveis para a inovação institucional necessária para rearranjar as classes e

frações de classe no sentido de cimentar um acordo entre elas para a consecução de objetivos politicamente determinados de desenvolvimento econômico. Tal ocorreu através da inovação tecnológica e da integração competitiva nas cadeias globais de comércio e de democratização das riquezas produzidas e das oportunidades de mobilidade sócio-econômica, contribuindo para elevar a qualidade de vida da maioria da população. Sem a integração dos agricultores na coalizão governante, atrelando os interesses do campo aos dos trabalhadores, é difícil conceber como a social-democracia sueca lograria alcançar uma abrangência nacional e popular, transcendendo os limites de sua base social originária para representar e liderar um processo de reconstrução nacional peculiar, com uma originalidade organicamente entranhada na realidade e nos desafios de transformação daquele país.

A trajetória histórica do Partido Social-Democrata sueco, desde a sua fundação em 1889, foi voltada para a defesa dos interesses dos trabalhadores industriais, amplamente organizados na central sindical Landsorganisationen i Sverige (LO), altamente centralizada e de abrangência nacional, fundada em 1898. O contraponto a isso foi a criação da federação industrial Svenska Arbetsgivareföreningen (SAF), em 1902, também bastante centralizada em nível nacional, após uma greve geral de um dia apoiada pela LO. O surgimento da SAF demarcou a coordenação e centralização dos interesses do empresariado emergente em um grupo de pressão, a fim de conferir maior relevância à atuação política da burguesia industrial, que então ganhava importância (Fulcher, 1976). A emergência de ambas as organizações deu-se em um contexto de industrialização tardia, ocorrida na segunda metade do século XIX, como já explicado. Na Suécia, assim como na Inglaterra e diferente da Noruega e da Dinamarca, por exemplo, a industrialização e o desenvolvimento econômico precederam a democracia política, que pressupõe a universalização do sufrágio (Sejersted, 2011, p. 11). A ampliação e o fortalecimento da classe trabalhadora e da burguesia industrial deram-se nesse período, portanto, como derivação do processo de desenvolvimento capitalista tardio em curso na Suécia. Entretanto, até 1909 os trabalhadores e os pequenos agricultores não tinham direito de voto, dado os limites de renda à participação eleitoral. Mas antes mesmo da ampliação do sufrágio, as greves e as paralisações tornaram-se comuns, ocorrendo desde o final do século XIX. A Suécia tornou-se, no período de 1890 a 1930, o país recordista no Ocidente em greves e paralisações (Berman, 1998, p. 153), tendo havido grandes greves em 1909 e 1928, que fortaleceram o papel da LO e

do SAP na política nacional. A transformação do perfil tradicional e camponês da sociedade sueca para um de classe, de relações objetivas entre possuidores dos meios de produção e assalariados, sem o desenvolvimento correspondente das relações democráticas e de inclusão dos trabalhadores na participação política, aprofundou os conflitos sociais. Dessa forma, a pressão exercida pelo SAP e pelo Partido Liberal pela universalização do sufrágio, alcançado em 1909 para os eleitores do sexo masculino e dez anos depois também para as mulheres, foi determinada pelo agravamento das tensões sociais e trabalhistas.

Apesar de a Suécia ter apresentado ao longo desse período um grande acirramento dos conflitos classistas, nunca foi majoritária no SAP a posição revolucionária, de imposição do socialismo contra as instituições da monarquia parlamentarista e constitucional. Ao contrário, a posição inicial, expressa no lema “Democracia é a nossa meta!” (Berman, 2006, p. 155), era de expansão da democracia através da defesa do sufrágio universal masculino e feminino e de limitação legal da jornada de trabalho, integrando-se, portanto, à institucionalidade democrático-representativa, a fim de instrumentalizá-la para aprovar medidas de interesse da sua base. Segundo August Palm, primeiro líder do SAP, o sufrágio universal era “the only way to solve the social question peacefully” (apud Berman, 1998, p. 56). A democracia parlamentar era vista ao mesmo tempo como meio e fim, pois na concepção do partido, seria tanto útil para fortalecer a posição política dos trabalhadores e pressionar as instituições para atender às demandas dessa classe quanto faria parte da concepção de boa sociedade que o partido pretendia colocar em prática através de reformas parlamentares, sendo a igualdade política componente central da visão social-democrata (Berman, *ibid.*). A democratização das relações políticas e a luta pela melhoria imediata das relações de trabalho constituíram assim, desde o início, plataforma central da atuação política dos social-democratas, pois esses entendiam que a disputa eleitoral era o caminho mais eficaz para a construção do socialismo (Hogfeldt, 2005, p. 538-9). A atuação organizada dos social-democratas contribuiu decisivamente para a universalização do sufrágio, tanto em 1909 (apenas masculino) quanto em 1919 (também feminino), aliando-se ao Partido Liberal na defesa dessas causas (Sejersted, 2011, p. 62), e para a limitação legal da jornada de trabalho em 8 horas diárias (Berman, 1998, p. 117). A visão predominante no SAP, ao contrário da do Partido Social-Democrata alemão em suas origens, não era a da ortodoxia marxista, que preconizava a inevitabilidade da revolução proletária, dada a

inexorável tendência ao colapso do capitalismo, gerado por suas próprias contradições. Diferentemente, o SAP visava a construção do socialismo, entendido como uma sociedade mais igualitária e solidária, mas a ser alcançado pela ação política orientada para a realização de reformas que tivessem como objetivo transformar qualitativamente as relações políticas, econômicas e sociais no contexto nacional sueco, sem o apelo ao catastrofismo revolucionário (Berman, 1998, p. 50). Segundo Hjalmar Branting, os trabalhadores estariam em melhor situação, econômica e política, através de reformas legislativas, como a implantação de leis de proteção ao trabalho e de um salário mínimo (ibid: p. 51). Ao mesmo tempo em que o partido preservava do marxismo a concepção dinâmica da história, em que a transformação qualitativa da realidade ocorre ao longo do tempo, recusava a filosofia marxista da história, do desfecho revolucionário da sociedade de classes. Havia assim uma visão positiva do Estado e das instituições políticas democrático-representativas, como o Parlamento, que não eram associadas a uma manifestação necessária de dominação de classe, como afirmavam os marxistas ortodoxos, mas vistas como espaços a serem disputados, podendo ser instrumentalizados para diferentes objetivos, de acordo com a coalizão governante. Não haveria uma essência no exercício do poder político, mas esse seria variável conforme os grupos que tivessem acesso aos recursos fundamentais de poder e a utilização que poderia fazer deles. Da mesma forma não haveria uma única manifestação possível de capitalismo, de corte liberal, mas esse poderia ser transformado através da ação política deliberada, a fim de tornar-se mais produtivo e inclusivo, dadas as possibilidades reais do país. Daí que, desde o início, os social-democratas, embora se colocassem como um partido eminentemente de trabalhadores, procurou formar coalizões com outros partidos e acomodar seus projetos aos interesses comuns das alianças, de modo a tornar-se competitivo eleitoralmente e avançar no plano político parlamentar um conjunto de reformas voltadas à melhoria da condição da classe trabalhadora, em um primeiro momento, e da maioria da população, posteriormente. A ênfase na capacidade política de promover mudanças substanciais na realidade nacional era acompanhada da compreensão da necessidade de estabelecer coalizões com outros partidos, representativos de outras forças sociais, a fim de incrementar o poder político necessário à consecução das reformas almejadas.

O socialismo, enquanto socialização dos meios de produção, tido inicialmente como objetivo dos social-democratas, construir-se-ia através das eleições parlamentares

e da adoção de reformas graduais, que levassem à coletivização da propriedade privada e das riquezas produzidas em benefício do proletariado industrial, sem perder de vista as possibilidades políticas de atendimento de demandas imediatas dos trabalhadores¹⁸. Com o tempo, porém, o partido abandonou a defesa da coletivização, mesmo gradual, da propriedade privada, procurando conciliar a sua existência com a redução das desigualdades sócio-econômicas, passando a utilizar a tributação sobre a renda como fonte de financiamento para políticas sociais de caráter universal. No entanto, a partir da discussão sobre o planejamento após a Segunda Guerra Mundial e sobre a criação de um fundo centralizado de pensão como parte do modelo Rehn-Meidner, o tema coletivização passa a ser retomado, embora tenha sido priorizada a coletivização dos fundos de capital, através de tributação específica para incrementar a capacidade financeira do Estado, como se verá mais adiante.

Ao invés da defesa de interesses exclusivamente classistas dos trabalhadores, o SAP, pela estratégia adotada, passou a procurar ampliar a sua base eleitoral, enfatizando a coletividade nacional e popular e não meramente classista. Ao invés de ser um partido exclusivamente proletário, tornava-se um partido dos “sem-propriedade” e dos “explorados”, ou seja, da maioria da população, como afirmou um proeminente quadro do SAP, Gustav Moller (apud Berman, 1998, p. 63). Os social-democratas almejavam estabelecer vínculos com outras forças sociais e outros partidos, de modo a compor maioria no Parlamento e ter condições de implementar a sua agenda reformista. Não se buscava a ruptura incondicional com a ordem social e institucional existente, tampouco a acomodação do programa do partido aos interesses dominantes; ao invés, procurava-se praticar reformas pragmáticas de cunho popular, através de aprovação de leis no Parlamento, aliando-se com outras forças políticas, a fim de construir um projeto nacional de caráter democrático, socializante e evolucionista (Berman, 1998, p. 96-7). Assim, “social democracy [...] was formed in confrontation and cooperation with other forces in society” (Sejersted, 2011, p. 122).

No entanto, esse reformismo parlamentarista não se deu de maneira automática e imediata, desde o início, mas foi um processo construído conforme as circunstâncias se alteravam. O SAP originalmente tinha base social eminentemente urbana, devido a sua

¹⁸ Essa posição diferencia desde o início o SAP sueco do Partido Social-democrata alemão, que sendo defensor de uma vertente ortodoxa do marxismo, liderada por Karl Kautsky, via o socialismo como um momento inescapável de superação do capitalismo, recusando, portanto, a ação política e parlamentar para a satisfação das demandas imediatas dos trabalhadores. Para mais detalhes, ver Berman (1998).

proeminência entre os trabalhadores industriais organizados nos sindicatos ligados ao partido. Na virada do século XIX para o século XX, os social-democratas vincularam-se exclusivamente a esse segmento, aliando-se ao Partido Liberal, de estrato também urbano, e ignorando os setores rurais, representados pelo Partido Agrário, que eram majoritários, dado o perfil rural, de pequenas propriedades agrícolas, e não-industrial, predominante então na Suécia. Bastante representativo do alheamento do SAP aos setores sociais agrários foi a relutância do primeiro em apoiar a criação de um fundo previdenciário universal, defendido pelo Partido Agrário e pelo Partido Liberal. Temendo que tal medida universalista viesse a beneficiar a pequena-burguesia, em detrimento dos trabalhadores, uma vez que esses últimos, e não a primeira, eram vistos como produtores da riqueza, os social-democratas defendiam a adoção de fundos previdenciários por ocupação, de inspiração bismarckiana, de modo a que cada categoria financiasse a sua própria previdência. A universalidade das políticas sociais era vista ainda com desconfiança, dada a defesa estrita dos interesses de uma classe, sem perspectivas mais amplas para outros setores sociais (Baldwin, 1990, p. 83-4). No entanto, pela determinação de Hjalmar Branting, líder do SAP, o partido votou a favor do sistema de pensões universal em 1913, alinhando-se com os liberais, pois entenderam que a medida seria benéfica em um país de maioria rural (Esping-Andersen, 1992, p. 41). Entretanto, Branting afirmara em 1886 a preferência pela agricultura de larga-escala, dada a sua maior produtividade e adequação à gestão empresarial moderna quando comparada aos minifúndios familiares (Sejersted, 2011, p. 132). Outro exemplo foi a oposição dos social-democratas, juntamente com os Liberais, ao governo conservador liderado por Hjalmar Hamarskjold e apoiado pelos agricultores, que em 1914 declarou apoio à Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Esse alinhamento pró-germânico provocou a reação inglesa de sanção comercial à Suécia, causando uma degradação da qualidade de vida no país escandinavo e fortalecendo a posição, compartilhada por social-democratas e liberais, da conveniência do livre-comércio como meio de baratear o custo de vida no país, mesmo às expensas dos agricultores nacionais. (Gourevitch, 1986, p. 132). Esses posicionamentos retardaram a formação de uma aliança entre os trabalhadores urbanos e os agricultores, enquanto favoreceram a aliança entre os social-democratas e os liberais nesse momento (Esping-Andersen, 1992, p. 41).

Contudo, os social-democratas suecos já tinham consciência da necessidade de estabelecer coalizões partidárias, vide o programa partidário de 1911, que definia o SAP como um partido popular e representativo de todas as pessoas comuns, e não classista (Esping-Andersen, 1992, p. 42). No entanto, os social-democratas consideravam essas coalizões um meio para aprovar medidas mais restritas às demandas dos trabalhadores industriais, como a limitação da jornada diária de trabalho em 8 horas, assim como para defender a universalização do voto, o que ia ao encontro das demandas da classe trabalhadora organizada nos sindicatos ligados ao próprio SAP (Berman, 1998, p. 117). Em 1911, com a realização das primeiras eleições parlamentares com sufrágio universal masculino, permitidas pela reforma eleitoral de 1909, os social-democratas, em aliança com o Partido Liberal, procuraram ampliar sua base de apoio para os setores populares em geral como estratégia para a vitória eleitoral. Nesse sentido, modificaram seu programa para incluir não apenas os trabalhadores, mas todos os oprimidos, incorporando a maioria da população (Baldwin, 1990, p. 91). O apoio social-democrata, ainda que relutante, à criação de um sistema de previdência nacional, de interesse dos agricultores, foi a primeira sinalização prática da mudança ideológica no SAP, após diversas reticências anteriores (ibid: p. 90).

Os social-democratas conseguiram chegar ao governo pela primeira vez em 1917, sendo o primeiro-ministro Nils Edén pertencente ao Partido Liberal e tendo social-democratas na composição do governo (Sejersted, 2011, p. 130). A liderança do SAP na coalizão governante foi finalmente conseguida em 1921, sob a liderança de Hjalmar Branting, na primeira eleição com sufrágio universal extensivo às mulheres, de acordo com a reforma eleitoral de 1919 (ibidem). De uma retórica ainda principalmente, mas não exclusivamente, classista, baseada na defesa dos interesses do proletariado urbano, os social-democratas lançaram mão da defesa de programas de redistribuição de renda de caráter universal, inclusive a previdência universal, alargando a sua base eleitoral em nível nacional a fim de ganhar maioria no Parlamento (Berman, 2006, p. 165-7). Entretanto, o governo social-democrata não pôde contar com o Partido Liberal, já que nessas eleições os social-democratas e os liberais romperam, com os últimos apoiando o Partido Conservador. Passou a não fazer mais sentido para o SAP ignorar os camponeses e os pequenos fazendeiros, que passaram a ser procurados como aliados para a composição de blocos parlamentares. Começou assim, desde então, a se desenhar uma aliança de classes, mediada pelos partidos políticos, entre trabalhadores urbanos e

agricultores (ibid: p. 173). O programa de Goteburgo de 1919 reafirmava ser o SAP um partido popular, representativo das pessoas comuns em geral, e não de uma classe em específico (Esping-Andersen, 1992, p. 42). A aceitação de medidas protecionistas em relação à agricultura e da universalidade das políticas sociais, antes vistas com desconfiança, passaram a ser defendidas expressamente pelos social-democratas em manifestos e programas, ao ponto de haver uma transformação significativa no programa do partido, incorporando a defesa da diminuição das desigualdades sócio-econômicas, através de políticas sociais financiadas por impostos. No entanto, não se descuidou de políticas voltadas principalmente para os trabalhadores, de modo que em 1919 foi aprovada, por iniciativa social-democrata, uma lei limitando a jornada semanal de trabalho em 48 horas (Berman, 1998, p. 151-2).

Em 1920, após romper com o Partido Liberal, que se aliou aos conservadores, os social-democratas assumiram, pela primeira vez sozinhos, o governo sueco. Entretanto, o fracasso do governo ao não conseguir aprovar uma reforma tributária que pudesse financiar a previdência universal almejada fez com que o SAP renunciasse ao governo apenas seis meses depois de assumir (ibid: p. 152). Os social-democratas voltariam ao governo mais duas vezes, em 1921, quando governariam até 1923, e em 1924, em que governariam por apenas três meses. A pouca durabilidade desses primeiros governos liderados pelo SAP deveu-se às dificuldades em estabelecer maioria parlamentar através de coalizões partidárias, assim como aos entraves macroeconômicos a uma política fiscal mais expansionista, visto que no pós-guerra o combate à inflação ocupava o centro do debate econômico sueco e a realização de reformas sociais universais chocava-se com a restrição fiscal demandada para reduzir o nível de inflação (Blyth, 2002, p. 101-2).

Apesar de ter se mantido durante boa parte da década de 1920 na oposição, o SAP fortaleceu internamente a posição reformista, de assegurar por meio de intervenções políticas a melhoria do padrão de vida da maioria da população, estendendo a plataforma partidária para além dos trabalhadores, incluindo a classe média e os agricultores. O eixo do programa social-democrata e dos discursos dos líderes social-democratas passou a gravitar em torno das ideias de nação, democracia e solidariedade, ao invés de luta de classes. A ideia da Suécia como a “casa do povo” (*Folkhemmet*), onde fossem marcantes a igualdade e a solidariedade, defendida por Per Albin Hansson, líder do partido desde 1925, em discurso de 1928, visando as eleições no mesmo ano,

simboliza essa mudança, que abandona a defesa exclusiva de uma classe em nome da defesa mais ampla do conjunto nação, envolvendo principalmente os setores menos favorecidos economicamente (Ryner, 2002, p. 66). A agenda de nacionalizações, forte na década de 20, foi abandonada no final dessa década, abrindo caminho para a ampla coalizão interclassista que sustentaria os governos social-democratas nas décadas seguintes (Esping-Andersen, 1992, p. 42).

Ainda nessa década, a concertação de diferentes grupos sociais em torno de um projeto nacional foi simbolizada pelo slogan *Folkhemmet* (casa do povo), termo de origem conservadora, fundada nas tradições agrárias do país e apropriada pelo SAP desde a liderança de Per Albin Hansson (Ruin, 1991, p. 218; Rojas, 2005, p. 25). O termo *Folkhemmet* fora cunhado pelo pensador de tendências conservadoras Rudolf Kjéllen, que defendia o fortalecimento dos vínculos nacionais de solidariedade e cooperação entre os diferentes segmentos da sociedade, através, sobretudo, de mecanismos corporativistas de negociação e de reformas políticas e sociais que pudessem incluir os setores subalternos no padrão de comunidade nacional almejado (Berman, 2006, p. 164). Igualmente, a procura do apoio dos camponeses, desde o programa para a agricultura adotado pelo SAP em 1920, que defendia a manutenção da pequena propriedade agrícola e o protecionismo para os produtos primários, contrariando a tradicional defesa do livre-comércio como forma de baratear o custo de vida nas cidades, foi crucial para a construção da noção política de “povo” e da nação como sendo a “casa do povo”. Houve assim na social-democracia sueca um impulso para a construção de um novo nacionalismo, no qual as raízes históricas de solidariedade e igualdade, presentes na Suécia pré-moderna, fossem recriados e redefinidos em um contexto cada vez mais urbano e industrial. O desenvolvimento sueco dar-se-ia em bases nacionais; a modernização seria acompanhada da recriação e do fortalecimento dos vínculos tradicionais de coesão social, referidos em termos de nação. Procurou-se assim legitimar a capacidade do Estado de coordenar e planejar adequadamente a construção de uma ordem social superior tipicamente sueca, em que o tradicional e o moderno fossem combinados de maneira inovadora em uma reformulação da identidade coletiva e nacional dos suecos. Dessa forma, valores socialistas imprimiriam uma determinada orientação política ao processo de desenvolvimento sueco, configurando as bases para a estratégia de desenvolvimento

social-democrata do plano Rehn-Meidner, que se mostrou capaz de operar uma transformação do capitalismo em um sentido mais igualitário e industrializante. Assim,

“Folkhemmet was to offer a new order in the modern disorder, a revived community in a time of rapid social change, a sense of belonging in the midst of a process, which was relentlessly undoing all the old ties and loyalties. Folkhemmet offered a ‘swedification’ of the untamed forces of modernity, a modernisation of Swedishness. It was a free but strongly collectivist and egalitarian agrarian people who were looking for a future among the city lights, and this people were, in a natural way, to turn to the political alternative promising a combination of togetherness and modernity, of the material advances of modern living with the collective security of the old life. It was a heritage of the centuries, which, at this moment of transformation, was struggling to find its own solution to the questions of the new age.” (Rojas, 2005, p. 20).

Valores nacionalistas, ancorados em um passado rural e comunitário, passaram a ser instrumentalizados pelos social-democratas para sustentar moralmente um amplo conjunto de reformas visando a redução das desigualdades e o fortalecimento da solidariedade em nível nacional no contexto de uma sociedade industrial crescentemente desenvolvida, com prioridade para as empresas nacionais e protegendo-as de serem incorporadas por estrangeiros. Entende-se por nacionalismo: “the affiliation of individuals to a set of symbols and beliefs emphasizing communality among the members of a political order.” (Giddens, 1985, p. 116), assim como “a prioridade aos interesses da mão de obra nacional, do conhecimento nacional e do capital nacional” (Bresser Pereira, 2010, p. 56), servindo como instrumento de integração dos indivíduos, enquanto cidadãos, ao Estado democrático (Levi, 1997, p. 801).

Havia, nesse nacionalismo, um sentido de reorganização política da economia e da sociedade, através do planejamento e dos acordos interclassistas de perfil corporativista, de modo a reduzir as desigualdades entre as classes e integrar a nação em valores e projeto de interesse comum a todos. A centralidade da noção tradicional de Folkhemmet como padrão normativo para a adoção de políticas públicas corresponde assim à formulação ideacional relacionada à ampla coalizão entre diferentes segmentos da sociedade. Essa coalizão vinha sendo articulada pela liderança do SAP desde a ruptura com os Liberias no início da década de 20, tanto para chegar ao governo quanto para realizar as transformações institucionais necessárias para que o capitalismo sueco pudesse ser mais igualitário e eficiente. Os símbolos e representações tradicionais foram redefinidos e instrumentalizados de maneira inovadora para promover o

desenvolvimento e a ampliação do bem-estar, correspondendo assim à articulação de diferentes grupos e interesses que os social-democratas, a partir da década de 1920, passaram a reunir através da sua liderança. Tradição e inovação foram combinados de maneira a engendrar uma modernidade *sui generis*, de desenvolvimento econômico e tecnológico associado a altos níveis de igualdade e solidariedade social em nível nacional (Rojas, 2011).

Esse nacionalismo, no caso da social-democracia sueca, visava o desenvolvimento através tanto da internalização do processo de acumulação de capital e do aumento da produtividade e da competitividade das empresas nacionais no comércio internacional, quanto da melhora na situação material e política das massas populares do país. Associado ao nacionalismo, houve também um perfil social-democrata, decorrente da incorporação de diversos segmentos populares, da classe trabalhadora, sobretudo, ao pacto de poder. A partir disso, houve a adoção de uma política de desenvolvimento voltada não apenas para o crescimento das forças produtivas nacionais e da estabilidade monetária, mas também para uma distribuição mais igualitária da renda, vinculando-a funcionalmente ao processo de crescimento do PIB e de sofisticação da matriz produtiva nacional.

O desenvolvimento preconizado pelos social-democratas suecos e depois sistematizado no plano Rehn-Meidner teve por base ideacional uma concepção de país ao mesmo tempo desenvolvido economicamente e socialmente igualitário, com forte atuação do governo e dos sindicatos para a definição de um planejamento global e de longo alcance, capaz de realizar politicamente essa concepção de país, que as forças econômicas, por si só, seriam incapazes de efetivar. A base do *Folkhemmet* seria assim uma interação cooperativa entre autoridades públicas e as grandes companhias nacionais exportadoras, tendo o apoio e a parceria dos sindicatos e dos camponeses. Compreendia-se então que os trabalhadores urbanos podiam ser integrados a um público maior, não marcado pela classe, mas pela situação social de subalternidade e pela identificação coletiva com a nação. Essa perspectiva política efetiva, à maneira sueca, a definição dessa enquanto “comunidades imaginadas”, de identificação politicamente produzida entre indivíduos desconhecidos uns dos outros, mas que compartilham o mesmo sentimento imaginado de comunidade (Anderson, 1993 [1983]). O nacionalismo serviu como elemento discursivo correspondente à ampliação da base eleitoral do SAP, convergindo as múltiplas e por vezes conflitantes demandas em torno de um projeto

único sob a liderança social-democrata. Com base nos valores nacionalistas de melhoramento progressivo, por meio de uma estratégia coordenada pelo Estado, foi possível adotar um conjunto de políticas econômicas voltadas para a realização prática dos ideais comunitários e nacionais do Folkhemmet, de modo a incrementar o padrão de vida dos trabalhadores e a posição internacional das grandes firmas multinacionais de propriedade sueca. Como afirmou o eminente economista sueco Gunnar Myrdal, a social-democracia situava-se entre os países que adotaram o protecionismo e o nacionalismo. Em suas palavras:

“the democratic Welfare State in the rich countries of the Western world is protectionist and nationalistic. The peoples in those countries have achieved economic welfare at home – economic progress and a substantial increase in liberty and equality of opportunity for all within their boundaries – at the expense of indulging in nationalistic economic policies” (Myrdal, 1960, p. 162).

O entendimento da nação como um lar, em que haveria comunhão de afetos e identificação recíproca entre todos, de modo que ninguém fosse humilhado e desvalorizado, enraíza-se na história sueca e nas tradições rurais desse país e isso foi crucial para a legitimidade da coalizão entre trabalhadores e camponeses e do sucesso eleitoral e político da social-democracia. O Folkhemmet pode ser considerado uma “ponte” entre o passado rural e agrícola da Suécia e um presente e um futuro crescentemente urbano e industrial, incorporando padrões tradicionais de convivência solidária e igualitária em um contexto cada vez mais caracterizado pela modernização e pelo industrialismo. Constituiu-se assim, sob a forma da social-democracia existente nesse país, a via própria da Suécia para a modernidade. A modernização engendrada pelos social-democratas não significou uma ruptura com um passado, mas uma resignificação desse, de modo a haver nesse país uma trajetória original e tipicamente nacional para o desenvolvimento e a modernidade (Rojas, 2005, p. 7-8). Os social-democratas passaram então a constituir-se como um partido de base nacional e popular, representativo dos interesses não apenas do operariado urbano, vinculado ao partido por meio dos sindicatos alinhados a ele, mas também dos agricultores e da classe média dos funcionários técnicos e dos profissionais liberais. Dessa forma, a social-democracia sueca diferenciou-se de seus homólogos em outros países pela defesa não da revolução proletária, nos moldes marxistas, ou de um reformismo protelatório sem grandes ambições, mas sim da construção de uma modernidade genuinamente nacional sueca (Judt, 2008, p. 372; Sejersted, 2011, p. 3), na qual as diferentes classes e frações de

classe cooperariam para a prosperidade coletiva da nação, sendo o povo, entendido em sua diversidade de posições econômicas, o principal beneficiário. O capitalismo que se almejava desenvolver não seria uma réplica do capitalismo clássico inglês, ou do tardio alemão, mas um capitalismo em que os agentes e as instituições dispor-se-iam segundo princípios democráticos de seleção e inter-relação de modo a prover um nível elevado de solidariedade social e de igualdade, realizando assim propósitos iluministas de justiça e liberdade nas condições especificamente suecas. Segundo Per Albin Hansson, o objetivo da social-democracia seria de transformar a sociedade hierárquica de classes existente em uma “boa e democrática” casa do povo, em que houvesse “igualdade, consideração, cooperação e auxílio mútuo”. O poder político, conquistado através de maiorias parlamentares, seria o meio para estabelecer estratégias para a efetivação do Folkhemmet enquanto unidade nacional. Nas palavras desse mesmo líder:

“We are advancing, not to establish a dictatorship of the working class, not to replace an old oppression with a new one. We are advancing in order, on the firm foundations of democracy, with the support of the majority of the people, to raise to equality of status the social classes which have hitherto been held back, in order to abolish classes, in order to make Sweden a good home for all Swedes.” (Hansson apud Rojas, 2005, p. 24).

Assim, a Suécia passava a ser retratada como um lar igualitário, cabendo ao Estado o papel de pai generoso e providente, zeloso por todos sem restringir a liberdade desses, mas, ao contrário, proporcionando-lhes as bases para o desenvolvimento individual e coletivo (ibid., p. 25). Nessa nova ideia de nação, não haveria mais espaço para a discórdia e os conflitos, bastante frequentes até então, sendo esses superados por uma ordem qualitativamente superior, em que a estabilidade, a liberdade, a racionalidade e a justiça seriam parte de uma mesma realidade. A nação, nessa concepção (independente das tensões realmente existentes e que demandaram muitas negociações), passava a ser associada ao acolhimento e ao bem-estar de todos, sobretudo aos membros mais frágeis, sem pedir a esses a renúncia da liberdade, como nas experiências totalitárias. A sociedade harmoniosa e solidária não seria construída pela violência, mas pela ação esclarecida das massas que, elegendo uma maioria social-democrata no Riksdag, assentiria na consecução de um planejamento racional e ordenado da realidade, de modo a adequá-la aos valores de viés socialista do Folkhemmet. Per Albin Hansson fez o seguinte pronunciamento parlamentar de 1928,

“The basis of the home is community and togetherness. The good home does not recognize any privileged or neglected members, nor any favorite or stepchildren. In the good home there is equality, consideration, cooperation, and helpfulness. Applied to the great people’s and citizens’ home this would mean the breaking down of all the social and economic barriers that now separate citizens into the privileged and the neglected, into the rulers and the dependents, into the rich and the poor, the propertied and the impoverished, the plunderers and the plundered. Swedish society is not yet the people’s home. There is a formal equality, equality of political rights, but from a social perspective, the class society remains and from an economic perspective the dictatorship of the few prevails.” (apud Berman, 1998, p. 157).

Ainda segundo ele, o ideal social-democrata seria o de

“a society of free and equal individuals in democratic cooperation, where common resources are used to ensure security and well being for all. We Social Democrats do not accept a social order with political, cultural and economic privileges or one where the privately-owned means of production are a way for the few to keep the masses of people in dependence. [...] [Yet] we have no desire to interfere [economically] in such a way that will hold back or injure production. Our main interest is in getting the most out of our nation’s productive capacity ... so that we can ensure a better distribution of welfare. ... *Sweden belongs to us all*, it has resources for all and everything should be done for the good [of the whole]. That has always been the starting point of our work. We have only to continue along the same path” (Hansson apud Berman, 2006, p. 176 – grifos meus).

O nacionalismo adotado pelos social-democratas consolidar-se-ia a partir do início da década de 1950, com o plano Rehn-Meidner, como um projeto de desenvolvimento global da nação, em que os valores coletivos tradicionais e pré-modernos da Suécia foram adaptados para um país que não só se modernizava como procurava imprimir um perfil nativo a essa modernidade, com valores próprios e proteção politicamente coordenada ao capital e ao trabalho nacionais (Rojas, 2005). Como afirmou Rudolf Meidner, co-autor do plano: “The model was designed for a national economy under conditions that made it possible for the national government to make final decisions about stabilization and distributional policies” (Meidner, 1998, p. 83). Esse nacionalismo foi propiciado em nível internacional pelo sistema monetário de Bretton Woods, que permitia aos governos nacionais aplicarem políticas de controle dos fluxos de capital e adotarem medidas de estímulo ao crescimento econômico e ao pleno-emprego. Dessa forma, houve em todo o período de governo dos social-democratas,

mas especialmente durante a vigência do modelo Rehn-Meidner, um sentido político de integração institucional e ideológica das diferentes classes sociais à nação sueca, através de “um processo de organização social, no curso do qual foram abolidas barreiras sociais e econômicas e se concretizou maior igualdade de oportunidades” (Myrdal, 1967, p. 17). Dessa maneira, o nacionalismo da social-democracia sueca consistiu na aplicação de políticas econômicas e sociais concertadas de modo a melhorar a posição tanto do capital quanto do trabalho nacionais, em um processo de desenvolvimento capitalista com maior igualdade de rendimentos e maior acesso das classes trabalhadoras às melhores oportunidades de melhoria do padrão de vida e de ascensão social. O nacionalismo foi importante para amalgamar os diferentes interesses existentes na coalizão partidária entre os social-democratas e o Partido Agrário, assim como para essa coalizão obter o apoio informal dos industriais, que foi importante ao vincular os capitalistas ao projeto igualitário de nação liderado pelos social-democratas.

Os social-democratas, em coalizão formal com os camponeses e cooperando com a burguesia, tinham por intenção assegurar pelas vias do planejamento político e do diálogo tripartite institucionalizado que o desenvolvimento econômico fortalecesse a identidade nacional ao mesmo tempo em que transformava a estrutura social, diminuindo as desigualdades sociais e alterando a balança de poder entre as classes crescentemente a favor dos trabalhadores, utilizando para isso o aumento do poder governamental sobre o capital e o mercado de crédito através do planejamento (Lundberg, 1985, p. 18). O plano Rehn-Meidner, aprovado em congresso da LO, foi a expressão em termos de projeto do nacionalismo social-democrata sueco, pois procurou realizar os antigos ideais de solidariedade e comunidade, através da promoção política do pleno-emprego e do incremento dos serviços públicos, em um contexto marcado pelo crescente desenvolvimento econômico e pela necessidade de compatibilizar esse processo com o controle inflacionário. O nacionalismo passava então a ser identificado com a realização dos valores igualitários da social-democracia. A Suécia seria um país em que todos seriam beneficiários do progresso, e nisso consistiria o nacionalismo e o objetivo central da estratégia de desenvolvimento do plano Rehn-Meidner, quando adotado. Como afirmou Per Albin Hansson:

“We Social Democrats have often been called people without a country. But I tell you: there is no more patriotic party than the Social Democrats, just as the greatest deed of patriotism is to order our country in such a way that everyone will feel that they have their

home there. In this great home there shall be no stepchildren and favourites ... Class distinction must go, Sweden for all the Swedes! ... It is not usual at Social Democratic meetings to call for cheers for our country, but, fellow party members, let us finally unite in four rousing cheers for our country, which was ever in our thoughts as we sang 'If they have stolen our country, we will reconquer it'. For justice and the happiness of the people in Sweden – long live our country!" (apud Rojas, 2005, : p. 24).

Pode-se verificar assim que o SAP consolidou durante essa década a sua tradicional posição de favorecer alianças partidárias e compromissos programáticos que refletissem a formação a nível político de uma coalizão entre diferentes classes e frações de classe, com o intuito de promover através do Estado as condições para a consecução de uma sociedade nacional mais próspera e igualitária. O Folkhemmet constituiu-se então como correspondência discursiva e programática da ampla aliança entre trabalhadores, camponeses e classe média que o SAP procurava liderar e exercer hegemonia, combinando assim tradição e comunitarismo em um projeto nacional de desenvolvimento, em que a Suécia como nação seria algo a ser construída pelo uso apropriado e interessado do poder político.

Nesse esteio, a consolidação da coalizão de classe entre os trabalhadores urbanos e os agricultores deu-se em 1932 com a formação do chamado Cow Deal (*Kohanden*), também chamado de Red-Green, em que formalizou-se a aliança entre o SAP e o Partido Agrário (Ryner, 2002, p. 61). Para trabalhadores e agricultores, foi conveniente a aliança uma vez que ambos possuíam queixas em relação ao capitalismo liberal praticado até então (Gourevitch, 1989, p. 92). Assim, o engajamento eleitoral dos social-democratas demandou deles o comprometimento com políticas de auxílio aos agricultores, como a de sustentação governamental de preços mínimos para produtos agrícolas, assim como esses aceitaram maiores salários para os trabalhadores (Gourevitch, 1986, p. 133). Isso assinala uma mudança na plataforma partidária do SAP, até então filiada a ideais de livre-comércio com o objetivo de baratear o custo de vida para os trabalhadores urbanos e sem maiores considerações aos pequenos agricultores nacionais. Também foi crucial o abandono por parte do Partido Agrário da aversão a aumentos salariais para os trabalhadores urbanos e a mudanças no sentido de maior igualdade e solidariedade, característica dos pequenos proprietários rurais suecos. Assim, foram feitas concessões recíprocas: enquanto os social-democratas aceitaram o protecionismo agrícola e a conseqüente elevação do custo de vida urbano, os

agricultores consentiram em um papel mais intervencionista do Estado na vida econômica sueca, o que então se justificava como reação anticíclica governamental à crise de 29. Com o realinhamento político promovido pela formação de uma coalizão entre trabalhadores e agricultores, sob a liderança social-democrata, foi possível sustentar socialmente um pacto político que, durante as quatro décadas seguintes, engendrou uma série de transformações institucionais, econômicas e sociais na Suécia. Ao fortalecer a capacidade de barganha dos trabalhadores e agricultores, forçando os empresários a negociarem em condições mais favoráveis a aqueles, a coalizão derivada do Cow Deal propiciou o surgimento de novos padrões de interação entre sociedade e Estado. Reforçou-se, assim, a solidariedade entre classes em nível nacional e a capacidade governamental de intervir de maneira eficaz na economia para promover uma nação mais próspera e afluyente. Isso efetivamente ocorreu a partir da década de 1930, com a adoção de uma série de políticas anticíclicas visando o pleno-emprego e o aumento do poder aquisitivo dos menos favorecidos (Gourevitch, 1989, p. 92-3).

Nas eleições de 1932, a coalizão partidária chamada Red-Green, entre o SAP e o Partido Agrário, é vitoriosa, elegendo Per Albin Hansson como primeiro-ministro. Sofrendo o impacto economicamente recessivo da grande depressão, o novo governo implantou uma agenda keynesiana *avant la lettre*, elevando o nível de despesas públicas, especialmente em programas de emprego e medidas emergenciais de socorro financeiro, com o intuito de proteger os setores sociais mais vulneráveis do desemprego e da pauperização e de sustentar a demanda agregada a níveis compatíveis com alguma prosperidade econômica, contrabalançando, a partir do governo, a crise econômica. Como reação aos efeitos cíclicos da crise de 29, o novo governo estabeleceu políticas de sustentação da demanda agregada através de investimentos públicos antes mesmo de John Maynard Keynes defender isso em sua Teoria Geral. A desvalorização da krona (moeda sueca) em 1931, logo após a saída do padrão-ouro, serviu como base para a recuperação da economia sueca. Outras desvalorizações foram feitas, sobretudo após 1932, contribuindo para sustentar a demanda industrial, basicamente externa, e devolvendo aos setores exportadores e dinâmicos condições de competir em um mercado internacional restringido, sem necessidade de aplicar políticas fiscais restritivas (Gourevitch, 1986, p. 134; Rathke, Straumann e Woitek, 2011, p. 12). Como consequência, a exportação de papel subiu 103%, a de madeira e cortiça subiu 71%, a de metais subiu 130%, e a de produtos minerais e fósseis, subiu 458% (Rathke,

Straumann e Woitek, 2011, p 12). Assim, a produção industrial recuperou-se do choque da crise de 29 e voltou a crescer, absorvendo mão de obra.

Também foi implementada uma política fiscal expansiva e anticíclica, possibilitada pelo recurso à desvalorização cambial. Apesar da oposição dos empresários e do Partido Conservador, o SAP em 1932 propôs investir 93 milhões de kronas em obras públicas e em 1933 essa quantia subiu para 160 milhões de kronas, quase dobrando (Blyth, 2002, p. 112). Nessa década, foram estatizadas várias ferrovias e minas (Tilton, 1992, 422). Também foram adotadas reformas ampliando a cobertura da previdência, programas de transferência de renda para os mais pobres, aumento no seguro-desemprego e programas de habitação popular como parte do pacote de combate à recessão pelo estímulo à demanda (Erixon, 1996, p. 40). Também estabeleceu um plano de saúde universal; tratamento odontológico subsidiado; benefícios a idosos e incapazes; leis trabalhistas fortes; assistência a gestantes, crianças e famílias grandes; e subsidiou a merenda escolar (Frieden, 2008, p. 252; Weir e Skocpol, 1985, p. 143). Por conseguinte, ampliou-se o bem-estar, desmercantilizando o acesso dos cidadãos a serviços essenciais e integrando-os a uma concepção ampliada de cidadania. A aprovação dessas medidas no Parlamento dependeu da colaboração do Partido Agrário, tradicionalmente refratário à ampliação do intervencionismo governamental na economia. Em compensação, e refletindo a coalizão entre trabalhadores e agricultores, o governo atendeu a demandas desses últimos através de políticas sociais universais, nacionalizando a cobertura assistencial e reforçando os vínculos dos social-democratas com os agricultores. O SAP, nesse processo de coalizão com o Partido Agrário, também se opôs às demandas históricas dos sindicatos de defesa do livre-comércio para artigos básicos, ao adotar medidas protecionistas como controles tarifários de importação de produtos primários e subsídios governamentais para preservar o preço dos produtos agrícolas (Blyth, 2002, p. 110-3). Também foi estabelecido em 1933 um comitê especial (*välfärdsutskottet*) para a superação da crise econômica, envolvendo trabalhadores, industriais, agricultores, economistas de diversas tendências ideológicas e governo (*ibidem*).

Ao invés de centrar-se na defesa exclusiva dos interesses dos trabalhadores urbanos, o SAP percebeu que precisava alargar o escopo do seu eleitorado e das políticas públicas implementadas para abranger outros setores pauperizados como os camponeses, formalmente integrantes da coalizão governante. Para isso, houve uma

retórica política fundamentada na valorização da política como instrumento de modificação institucional e organização econômica através do planejamento governamental, com vista ao melhoramento das condições de vida da maioria da população e ao reforço dos vínculos nacionais de solidariedade, integrando a comunidade sueca como um todo e diminuindo assim a relevância das diferenças de classe a fim de levar a cabo um projeto coletivo de nação (Berman, 1998, p. 160-70). O compromisso histórico demandava sobretudo do SAP capacidade de negociação de interesses, moderando as reivindicações da LO para ser capaz de acomodar na coalizão o Partido Agrário e sua base camponesa, fundamentais para a legitimidade e eficácia das políticas públicas implementadas. A adoção de políticas protecionistas para a agricultura, contribuindo para manter os preços dos produtos agrícolas em níveis compatíveis com a manutenção do padrão de vida dos camponeses, foi determinante para a consolidação da coalizão Red-Green, ainda que fosse contrária aos princípios de liberalização comercial agrícola historicamente defendida pelos social-democratas a fim de rebaixar o custo de vida urbano, onde os trabalhadores industriais viviam (ibid: p. 159-60; Gourevitch, op. Cit, p. 131-3; Swenson, 1989, p. 46). Apesar da aproximação institucional do SAP com a LO e do grande tensionamento entre trabalhadores e empresários nesse contexto, a coalizão governante entendeu ser fundamental ampliar o debate sobre políticas públicas aos setores mais representativos da sociedade sueca a fim de construir politicamente a legitimidade para a adoção de medidas anticíclicas de recuperação econômica, o que era em princípio interessante a todos os segmentos envolvidos. Em decorrência disso o empresariado ocupou um papel importante, dali em diante, na construção ideológica e política da hegemonia social-democrata, no sentido de que passou a ser, tanto quanto os trabalhadores e os agricultores, partícipe das discussões com o governo acerca de medidas a serem tomadas e do planejamento governamental. Tanto os representantes da indústria quanto dos bancos passaram a tomar parte nas negociações coletivas com o governo, a fim de que medidas pudessem ser tomadas no interesse de todos. A conciliação com o empresariado, para formular e implementar políticas visando ao desenvolvimento e ao pleno-emprego, foi o meio que os social-democratas utilizaram para administrar uma economia capitalista. Portanto, não é de se admirar que nesse momento as medidas adotadas a respeito da tributação fossem favoráveis ao empresariado, uma vez que priorizou-se a taxaço sobre riquezas improdutivas ao invés de sobre os lucros, criando um ambiente favorável ao investimento em circunstâncias em que a prioridade política era a superação da recessão

e do desemprego através do estímulo à demanda agregada, cabendo ao governo papel central na coordenação dos esforços coletivos a fim de se atingir tal objetivo (Steinmo, 1988, p. 406). A grande propriedade privada assumiu desse modo um papel crucial para o desenvolvimento do modelo sueco de capitalismo nacional, tanto ao participar dos arranjos neocorporativistas de negociação coletiva e centralizada quanto de decidir os investimentos privados necessários para o crescimento econômico da Suécia.

Essa atitude pró-concertação adotada pelos social-democratas, aliado à expectativa de que a partir de então o SAP poderia tornar-se eleitoralmente hegemônico por um longo tempo, levou líderes empresariais como Gustav Söderlund, diretor executivo da SAF, a defender uma posição neutra dessa entidade em relação ao governo, de modo a facilitar acordos e parcerias. No entanto, ele teve que lidar com a resistência dos diretores de grandes companhias como a Asea, Electrolux e SFK, que defendiam uma postura de oposição intransigente aos social-democratas, tendo como parâmetro a divergência acerca de mudanças na legislação trabalhista. No final, a posição de Söderlund foi vitoriosa, abrindo margem para uma ampla concertação entre as classes através de acordos entre as entidades representativas sem a participação direta do governo (Swenson, *ibid*: p. 47). Outro fator que colaborou para a construção de um amplo pacto social na Suécia foi a aproximação do sindicato dos metalúrgicos com a SAF, em especial com o sindicato dos engenheiros, na década de 1930 (Swenson, *ibid*: p. 48). A maior aproximação entre ambos mostrou-se duradoura historicamente e contribuiu tanto para o fortalecimento da cooperação entre trabalhadores e empresários quanto para o colapso do plano Rehn-Meidner, como se verá adiante.

Mais do que simplesmente procurar mitigar e superar a recessão então presente, o que se delineou a partir de então foi “a proper strategy of national macroeconomic management in advanced capitalism” (Weir e Skocpol, 1985, p. 108). A crise de 29 havia reforçado a tradicional desconfiança dos social-democratas em relação ao liberalismo, considerando esses que as empresas privadas por si só não seriam capazes de estabelecer a coordenação e a racionalidade necessárias para evitar crises econômicas e o desemprego. Em 1931, antes da eleição dos social-democratas em 1932, a Suécia abandonou o padrão-ouro, deixando espaço para a adoção de políticas econômicas expansionistas e anticíclicas (Sjögren, 2008, p. 28). Com isso, o planejamento governamental, alicerçado em uma forte confiança na capacidade de instrumentalização política das instituições para atender aos interesses da coalizão de classes, ganhava

proeminência, e o SAP considerava possível que o Estado fosse utilizado para promover o pleno-emprego e garantir o aumento da produtividade mesmo em um contexto capitalista, sem necessidade de expropriar empresas (Berman, 1998, p. 166-8; Bohlin, 2014, p. 114; Lundberg, 1985, p. 13-4). A recusa ao socialismo não era, portanto, acompanhada da aceitação de qualquer capitalismo. Assim,

“They (social-democratas) did not envision direct nationalization of industries but a stakeholder form of socialism that was more efficient than pure capitalism because it contained elements of rational planning that would eliminate the waste that irrational, shortsighted markets create, like unemployment and volatile investment cycles. The necessary economic changes would also be faster and more efficiency enhancing if they took place in ways that were more socially acceptable for workers. Egalitarianism and economic efficiency were thus not necessarily contradictory concepts.” (Hogfeldt, 2005, p. 539).

A nova coalizão de classes governante, representando um novo bloco no poder no contexto democrático-representativo, procurou não apenas oferecer um alívio humanitário aos setores sociais mais vulneráveis, mas também readequar as instituições políticas e econômicas com vista a um novo tipo de capitalismo, mais igualitário entre as classes e frações de classe, através de políticas keynesianas na década de 30 para recuperar o nível da demanda agregada e reduzir ao máximo possível o desemprego, além de medidas protecionistas voltadas para a sustentação dos preços dos produtos agrícolas e para evitar que mais de 20% das ações das maiores empresas suecas fossem adquiridas por estrangeiros (Hogfeldt, 2005, p. 534). A desvalorização da krona foi fundamental para manter o nível de produção industrial, uma vez que grande parte da demanda era externa (Rathke, Straumann e Woitek, 2011, p. 12). Também foram feitas reformas financeiras com o intuito de reduzir as incertezas econômicas e prover estabilidade e condições para investimentos produtivos de longo-prazo, a fim de recuperar e desenvolver a economia. A Reforma Bancária de 1934 impôs fortes regulações sobre os bancos a fim de protegê-los das instabilidades financeiras, como a proibição de os bancos comerciais comprarem ações e debêntures sem seguros por um período de quatro anos, com o intuito de serem reestruturados nesse período, enquanto transferiam seus dividendos para conglomerados oficialmente reconhecidos (Lindgren, 1987, p. 12 e 22). Dessa forma, seguindo o espírito do Glass-Steagal Act nos EUA, essa reforma determinou a separação entre bancos comerciais e bancos de investimento e

proibiu que os bancos comerciais dispusessem de ações das firmas industriais. No entanto, essa lei foi alterada alguns anos depois sob pressão política dos banqueiros para permitir que os bancos voltassem a poder participar do mercado de ações das empresas. Isso contribuiu para fortalecer a posição dos bancos na administração das indústrias, pois permitiu a eles organizar fundos de investimento de capital fechado que controlavam parte significativa das indústrias e fortaleceram desde então a articulação centralizada e concentrada entre finanças e produção industrial (Hogfeldt, 2005, p. 525). Desse modo, foi ampliado o poder e controle dos bancos sobre as atividades produtivas e sobre os fundos de investimentos que vinculavam os bancos às demais empresas, tendo o crédito bancário sido importante para o financiamento dos investimentos produtivos (ibid: p. 555). No entanto, desde a década de 1930 o Estado passou a exercer maior controle e disciplina sobre os fluxos financeiros, mantendo as taxas de juros em níveis baixos; impedindo que os bancos participassem do mercado de ações; mantendo a proibição, em vigor desde o século XIX, de que bancos estrangeiros atuassem no país; e obrigando os bancos a financiarem obras públicas (Oxelheim, 1990; Hogfeldt, 2005, p. 543). A subordinação do Riksbank ao Parlamento, de maioria social-democrata e agrária, facilitou a implementação de uma política monetária condizente com os objetivos pró-crescimento e distributivos do governo, o que implicava na década de 30 na adoção de medidas anticíclicas de ativação da demanda e de combate ao desemprego.

Nesse contexto, a chamada Comissão Mamute (Mammututredningen), convocada em 1935 pelos social-democratas e aberta à participação da LO e da SAF, constituiu-se como um espaço de diálogo e concertação com o propósito de encontrar caminhos de maneira cooperativa e pacífica para o desenvolvimento econômico e o incremento do bem-estar social. Entre as propostas, destacavam-se a prioridade às indústrias exportadoras como fator de melhoria da competitividade nacional e das condições de vida da população, assim como a importância da centralização das entidades de classe e dos processos de decisão e negociação políticas (Swenson, 1989, p. 49-50). Esse foi um primeiro passo para a construção de um acordo nacional para a pacificação das relações de trabalho e para a promoção do desenvolvimento econômico e social, de modo a garantir o suporte social necessário para otimizar a capacidade governamental de planejamento e coordenação de políticas públicas a serviço de tais objetivos.

O momento crucial foi o acordo *Saltsjöbadsavtalet*, firmado em 20 de dezembro de 1938, na cidade de Saltsjöbaden, entre a LO e a SAF, amparado pelo governo então

liderado pelo SAP, porém sem interferência governamental direta. O acordo estabeleceu “a spirit of consensus and cooperation in labor market relations that stresses common economic goals” (Hogfeldt, 2005, p. 541), que perdurou até a década de 70, de forma mais ou menos constante. O neocorporativismo, tal como estabelecido na década de 50 no contexto do modelo Rehn-Meidner, foi propiciado devido ao espírito de cooperação e solidariedade que, apesar das tensões, foi razoavelmente contínuo desde esse acordo. Enquanto os trabalhadores, representados pela LO, consentiram em não realizar greves, boicotes, paradas e todo tipo de atividade violenta e/ou que prejudicasse a produção, os empregadores industriais, representados pela SAF, aceitaram a LO como legítima central sindical representativa dos trabalhadores e concordaram em negociar diretamente com ela pautas relativas ao mundo do trabalho e em colaborar com a construção de um Estado de bem-estar social, com despesas crescentes para a provisão de serviços públicos universais.

“The terms of the agreement were business acceptance of Social Democratic government, high labor costs (high wages and the benefits of the welfare state), full employment fiscal policy, and governmental activism for social services, in Exchange for labor Peace in labor markets (i.e., no strikes), continued private control over property and capital markets, and openness in relation to the world economy.” (Gourevitch, 1986, p. 134).

A principal inovação institucional derivada disso foi o Conselho de Trabalho (*Arbetsmarknadsnämnden*), que reunia dois representantes tanto da LO quanto da SAF, além de um juiz imparcial (ainda não o governo sueco), estabelecendo em um mecanismo de produção de diálogo e consenso a colaboração de classe a fim de definir pacificamente disputas em torno de quatro assuntos: negociação de disputas, demissões de trabalhadores e ações econômicas e sociais visando prevenir conflitos duros¹⁹. Desse modo, institucionalizava-se uma nova coalizão sociopolítica, um novo bloco de poder, que abrangia uma ampla aliança de âmbito nacional, constituída em resposta à crise da década de 30, compartilhando o interesse em uma nova política econômica voltada para o aumento da produção e o combate ao desemprego (Ryner, 2002, p. 61).

¹⁹ O documento completo encontra-se no original em sueco no link [http://www.lo.se/home/lo/res.nsf/vRes/lo_huvudavtal_pdf/\\$File/Huvudavtal.pdf](http://www.lo.se/home/lo/res.nsf/vRes/lo_huvudavtal_pdf/$File/Huvudavtal.pdf) . Acessado em: 21/10/2016

Apesar de o Acordo de 1938 não ter sido o primeiro do tipo na história da Suécia, tendo sido antecedido pelo “Compromisso de Dezembro”, firmado em 1906 entre as mesmas LO e SAF, que garantiu o reconhecimento do direito de organização sindical por parte dos trabalhadores, foi, todavia, o que mais institucionalizou os resultados, criando um clima de cooperação duradoura, o que seu antecessor não foi capaz de realizar. Tanto em 1906 quanto em 1938, as negociações entre capitalistas e trabalhadores organizados eram feitas diretamente, sem a mediação e arbitragem do governo, que apenas acompanhava e ratificava os acordos obtidos (Sejersted, 2011, p. 152). Tanto a LO quanto a SAF mantinham o interesse em exercer suas atividades de maneira autônoma em relação ao governo, o que favoreceu a aceitação de ambas às negociações e acordos coletivos. É evidente o porquê do interesse da SAF, depois da chegada dos social-democratas ao governo, em preservar sua autonomia. Ocorria o mesmo com a LO, mas no sentido de que para essa era a relação próxima ao SAP que favorecia a efetividade dos acordos forjados consensualmente junto com a SAF (Fulcher, 1976, p. 56).

Procurava-se assim reforçar a autonomia dos grupos organizados da sociedade civil, de modo a facilitar o consentimento das duas partes aos termos negociados, mitigando assim a intensidade dos conflitos, com o intuito de criar um ambiente de estabilidade para o desenvolvimento capitalista em curso desde o final do século anterior. No entanto, parece ser incorreto afirmar que a colaboração de classes firmada nesse acordo ocorreu à revelia do governo. Pelo contrário, a coalizão governante, liderada pelos social-democratas, entendia que o compromisso entre as classes, através de acordos entre as suas organizações, era fundamental para promover a estabilidade política e a solidariedade no ambiente de trabalho, necessárias à consecução dos objetivos socializantes almejados, a começar pela redução das desigualdades. Os acordos entre capital e trabalho eram respaldados pelo governo, que assim procurava incorporar os capitalistas como ponto de apoio político às reformas econômicas e sociais que ainda viriam a ser adotadas. Como afirma Walter Korpi: “Wigforss (ministro da economia social-democrata) point of departure was that neither the labor movement nor business interests could realistically hope to resolve the conflicts between them by suppressing the other party. For the foreseeable future both parties thus had to recognize the existence of a very powerful adversary” (Korpi, 1983, p. 48).

Na prática, o governo social-democrata reconheceu a validade do acordo ao implementar uma reforma tributária ainda em 1938, que diminuiu impostos para a compra de máquinas e equipamentos por parte das corporações. Desse modo, os incentivos fiscais para as grandes empresas nacionais tiveram por contrapartida o compromisso dessas em elevar a produtividade, com a sofisticação tecnológica, aumentar a contratação e os investimentos (Erixon, 1996, p. 41; Hogfeldt, 2005, p. 541; Steinmo, 1988, p. 420). Reconhecia-se assim a importância do apoio do grande capital e consequentemente a preservação da grande empresa privada como fator de eficiência econômica, atenuando a resistência dos empresários à social-democracia e incorporando-os na coalizão informal de sustentação social ao governo (Erixon, *ibidem*; Steinmo, *ibidem*). Desse modo, os social-democratas aceitaram a primazia do grande capital privado na economia sueca, ao mesmo tempo em que defendiam a utilização extensiva do planejamento governamental como método de coordenação econômica, a fim de realizar metas de pleno-emprego, desenvolvimento econômico e crescente bem-estar material para a maioria, evitando as tendências cíclicas, tidas pelos social-democratas como inerentes ao funcionamento desregulado do mercado (Lundberg, 1985, p. 14).

Tornou-se assim consensual entre as partes que os agudos conflitos que existiam desde o final do século anterior eram prejudiciais ao desenvolvimento sueco, e de outro lado o governo apoiou o acordo mesmo não tomando parte ativa no processo uma vez que a cooperação de classe atendia aos seus propósitos de recuperação econômica, promoção do pleno-emprego e planejamento de médio e longo-prazo, a fim de transformar as instituições suecas no sentido de torná-las mais responsivas às demandas populares e mais capazes de promover patamares mais elevados de igualdade de posições sociais e de solidariedade entre os diferentes segmentos da sociedade. Os esforços governamentais da coalizão liderada pelo SAP para redefinir as instituições políticas e econômicas de modo a gerar uma sociedade ao mesmo tempo mais próspera e igualitária, em que o conflito de classes fosse mitigado através do estabelecimento de um jogo econômico e político de soma positiva, dependia assim do estreitamento dos vínculos de negociação e compromisso entre capital e trabalho, de modo a que houvesse uma estabilidade suficiente para propiciar as condições para a atuação eficaz do governo. Nesse momento, pôs-se termo a décadas de agudos conflitos trabalhistas, ensejando uma nova fase de cooperação entre capital e trabalho para o desenvolvimento

capitalista sueco em bases democráticas e populares, permitindo a participação oficial dos sindicatos de trabalhadores na condução das políticas públicas e do planejamento governamental e das entidades patronais na discussão e formulação das medidas relativas à regulação governamental das relações trabalhistas. Durante a Segunda Guerra Mundial, os vínculos de cooperação interclassista foram reforçados em consequência da necessidade de maior planejamento e racionalização das relações econômicas e sociais do país, em um contexto de forte restrição da demanda externa, o que era prejudicial, pois a Suécia era historicamente dependente das exportações para sustentar a sua renda. Ideias corporativistas, de cooperação tripartite entre governo, capital e trabalho, tornavam-se cada vez mais aceitas entre as organizações de trabalhadores na Suécia. Entretanto, rejeitava-se o modelo autoritário praticado, por exemplo, na Itália fascista; defendia-se o chamado “corporativismo democrático” (Sejersted, 2011, p. 303), o que nada mais é do que o corporativismo societal ou neocorporativismo de que trata Philippe Schmitter, que possuía raízes então recentes na história sueca, com a forte ênfase tanto dos trabalhadores quanto dos empresários de realizarem amplos acordos por si próprios, sem a participação do governo, cimentando compromissos que transcendiam o imediatismo das demandas econômicas e que já colocavam em gérmen as condições para a elaboração de um pacto social para uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Após décadas de intenso conflito nas relações trabalhistas, consolidava-se assim na Suécia a disposição dos setores organizados tanto do trabalho quanto do capital em cooperarem, dentro dos marcos estruturais do modo de produção capitalista e institucionais da monarquia parlamentar constitucional, pluralista e representativa, para a consecução de metas coletivas de abrangência e interesse nacionais, como o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais e econômicas. Firmava-se dessa maneira um amplo pacto social, fundamentado na confiança recíproca entre capital e trabalho, organizados na defesa de seus interesses, mas levando em consideração as limitações concretas em cada contexto para a defesa das demandas específicas de cada parte. Ao ser realizado esse acordo de poder entre trabalhadores e empresários e uma coalizão política entre aqueles e os camponeses, consolidava-se na Suécia na década de 30 o consenso em relação à aceitação da democracia-representativa e pluralista, no contexto da monarquia constitucional e parlamentarista, como o regime político mais adequado para selecionar pela competição partidária as lideranças

governamentais. Ao contrário de outros países, como Alemanha, França, Espanha e Romênia, em que os conflitos políticos e ideológicos foram elevados a níveis que comprometeram a estabilidade institucional e forneceram as condições para a ascensão de movimentos totalitários de direita, na Suécia as forças que defendiam uma guinada de cunho fascista não se tornaram grandemente representativas devido ao alto grau de aceitação da democracia política, fundamentada em pactos e coalizões interclassistas. Diferente desses países, a direita liberal-conservadora sueca, tradicionalmente organizada nos partidos de centro-direita como o *Moderata samlingspartiet* (Partido Moderado), não se sentiu atraída a apoiar a extrema-direita totalitária, devido aos acordos firmados entre representantes empresariais e de trabalhadores, que garantiu a confiança recíproca entre as principais forças sociais e políticas em nível nacional. A coalizão entre os trabalhadores urbanos e os camponeses, sob a liderança do SAP, foi crucial para atrelar os últimos ao projeto político social-democrata, fortalecendo a democracia e sendo decisiva para impedir a emergência de um autoritarismo de extrema-direita, como, por exemplo, na Alemanha (Berman, 1998, p. 11). Dessa forma, garantia-se por meio de um amplo acordo as bases sociais para a sustentação política não só da democracia representativa, mas também das estratégias social-democratas de instrumentalizar os recursos de poder dos quadros administrativos do Estado a fim de promover, dentro dos marcos do modo capitalista de produção, a melhoria da qualidade de vida da maioria da população pela redistribuição das riquezas produzidas. O acordo de Saltsjöbaden foi crucial não apenas para a criação de ambiente de cooperação entre capital e trabalho, proporcionando as bases para a estabilidade política e o incremento da capacidade estatal de promover uma estratégia nacional de desenvolvimento, como foi importante para centralizar as negociações interclassistas, abrindo caminho para as negociações centralizadas de salário do modelo Rehn-Meidner, a partir da década de 1950 (Kjellberg, 2009, p. 167).

A partir da Segunda Guerra, houve a inclusão de uma nova característica do corporativismo sueco, que viria a ser institucionalizado no Plano Rehn-Meidner: a participação do governo como eixo centralizado de coordenação das negociações coletivas, estreitando as ligações entre interesses organizacionais e administração do Estado, ampliando a participação e a influência daqueles sobre essa (Sejersted, 2011, p. 307). Isso se deve ao fortalecimento do papel do poder público na coordenação e regulação econômica e social em meio a uma forte restrição da demanda externa,

variável historicamente importante para o estímulo da produção nacional. Não se mitigou em momento algum a autonomia das organizações de classe. Ao contrário, o governo procurou reforçar os vínculos estreitos entre trabalhadores e empresários a fim de preservar as bases institucionais existentes. Também procurou instrumentalizá-las para reforçar o papel político dos trabalhadores e dos agricultores na promoção de políticas públicas concertadas entre amplos segmentos da sociedade, com o intuito de incrementar o bem-estar e a solidariedade em um contexto internacional particularmente austero. A concertação na coalizão Red-Green se deu especialmente na política salarial, de grande importância para a LO, e na sustentação dos preços dos produtos agrícolas, cara aos agricultores. Essa centralização foi crucial, como se analisará depois, para o suporte social de uma estratégia nacional de desenvolvimento liderada pelo Estado, ao mesmo tempo desenvolvimentista, distributivista e anti-inflacionária.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Suécia manteve-se formalmente neutra, evitando alinhar-se seja com os Aliados seja com o Eixo. Entretanto, devido à grande proximidade social e afinidade cultural com a Alemanha (não significando que o nazismo fosse um modelo socialmente legítimo a ser seguido pela Suécia), o governo social-democrata permitiu que tropas germânicas utilizassem os trens e o espaço aéreo suecos para se deslocarem, o que levantou grandes suspeitas acerca da efetividade da posição neutra assumida pela Suécia na Guerra. Todavia, o mais provável é que, ao invés de a concessão ter sido feita por razões de afinidade ideológica com o nazismo, suspeita essa muito distante da realidade, como já visto, o governo sueco moveu-se por razões pragmáticas, esperando obter vantagens da Alemanha, país fisicamente próximo, em um contexto de racionamento (Sejersted, 2011, p. 185-7). Na conjuntura de escassez típica de uma grande guerra, foi realçado o protagonismo da intervenção e do planejamento governamentais. O ambiente de ampla cooperação entre as classes sociais, garantido por acordos antes da guerra, foi primordial para a manutenção da coesão social e da legitimação dos esforços do governo para ampliar sua intervenção na vida nacional da Suécia. Isso não impediu, entretanto, a disputa de classes pela definição da política econômica adequada. Ao mesmo tempo que o programa partidário do SAP, em 1944, explicitamente defendia o planejamento para alcançar a meta política maior, o pleno-emprego, o SAF e o Partido Liberal atacaram a ideia do planejamento governamental como uma afronta à liberdade (Tilton, 1990, p. 195). Apesar do maior crescimento eleitoral dos Liberais em relação aos Social-Democratas nas eleições de

1948, refletindo assim algum êxito dos primeiros em sua propaganda, isso não foi suficiente para comprometer a hegemonia social-democrática, que já consolidava o planejamento como um componente central da coordenação política da economia nacional, conforme se verá adiante.

Com o fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria, a Suécia preservou sua posição de neutralidade, mas agora face ao conflito entre duas superpotências, Estados Unidos e a União Soviética. O país recusou-se a ingressar tanto no Pacto de Varsóvia quanto na OTAN, de modo a não se alinhar a nenhum bloco e a assegurar a continuidade da busca de um modelo de modernidade genuinamente nacional sueco, sem interferências exógenas. Juntamente a isso houve o esforço de ampliação do complexo militar-industrial (ibid: p. 190) com o intuito de fortalecer a posição internacional da Suécia pelo equipamento bélico (Aggestam e Hyde-Price, 2016). O posicionamento autônomo do país no cenário geopolítico da época favorecia assim a primazia da política nacional na definição dos rumos do país. A “casa do povo” não seria acoitada pelas pressões imperialistas de nenhum lado, o que ia de encontro à tradição sueca de assegurar o seu desenvolvimento pelos próprios meios. Apesar da resistência inicial, a Suécia contraiu empréstimo de cerca de 107 milhões de dólares dos EUA como parte do Plano de Reconstrução Europeia, demonstrando assim o seu não-alinhamento com a URSS, o que era importante a fim de não comprometer a sua integração comercial no lado capitalista (Bailey, 1977, p. 190).

O pós-guerra foi caracterizado em toda a Europa como um período de grande otimismo. Na Suécia, que pouco sofreu em comparação com países vizinhos, em decorrência de não ter se envolvido diretamente no confronto, a confiança na capacidade humana de reconstrução social através do planejamento governamental direcionado para o melhoramento do nível de vida da população conheceu seu zênite. Nesse sentido, a ciência e a técnica foram bastante valorizadas nesse período como instrumentos para o aperfeiçoamento institucional. Segundo o ministro da educação sueco Ragnar Edenmann, em pronunciamento de 1959, “science is the most dynamics force for social development” (apud Sejersted, 2011, p. 211). Desse modo, havia em particular na social-democracia sueca a confiança de que era possível transformar a realidade e expandir os horizontes do possível através do uso político adequado das técnicas econômicas e sociais, conhecidas por meio do aproveitamento científico e racional dos recursos existentes. A “tecnocracia reformista”, fundamentada nos recentes

avanços nas ciências sociais, como as modernas técnicas de planejamento, inspirou-se nesses novos instrumentos para levar adiante o planejamento das relações econômicas, subtraindo do mercado a coordenação da alocação dos fatores de produção, embora sem comprometer a primazia da propriedade privada dos meios produtivos. Havia a crença de que era possível e desejável uma engenharia social, de modo a organizar a sociedade em bases corporativas e solidárias, para alcançar metas socialistas, como o pleno-emprego e um maior nível de igualdade, em um contexto de capitalismo fortemente regulado pelo Estado. Os esforços de guerra, nos quais o planejamento assumiu caráter central, contribuíram para o fortalecimento da defesa da ação estratégica do governo. A partir de então, os países abandonaram o *laissez-faire*. Os agentes econômicos passaram a ser coordenados e regulados a partir das decisões políticas sustentadas em pactos sociais entre trabalhadores, empresários e a burocracia pública. A ordem liberal não apresentava um objetivo específico e não era muito aberta à inclusão de classes não-burguesas na coalizão governante, ao mesmo tempo em que os resultados econômicos derivavam principalmente da competição entre firmas. A ordem planejada, por outro lado, procurava incluir trabalhadores e setores médios da burocracia emergente da coalizão governante, visando alcançar metas de interesse coletivo em nível nacional, como o pleno-emprego, o crescimento econômico e a melhoria do padrão de vida da sociedade como um todo.

O “Programa para o Pós-Guerra do Movimento Trabalhista”, estabelecido em 1944 por um comitê liderado pela LO em parceria com o Instituto de Pesquisa Industrial e coordenado pelo Ministro das Finanças Ernst Wigforss, constituiu um marco nesse período. Apesar de não haver demanda por socialização, ressaltava-se o papel estratégico de coordenação da economia nacional pelo Estado. O setor privado seria preservado, contanto que se dirigisse para a realização de metas coletivas, como o pleno-emprego e o desenvolvimento tecnológico (Sejersted, 2011, p. 293-4). O planejamento apresentou-se então como um mecanismo político pelo qual as nações utilizam a posição privilegiada do Estado frente à sociedade para alcançar resultados econômicos e sociais, como pleno-emprego e industrialização, por exemplo, que são estabelecidos como metas coletivas da Nação como um todo. O setor público passa a se tornar não apenas regulador dos interesses em disputa no mercado, mas a intervir abertamente para coordenar a dinâmica econômica e orientar, através de decisões políticas, quais interesses são prioritários, tendo em vista metas de amplo alcance, como

o pleno-emprego e o desenvolvimento econômico, através da aceleração das inovações. Dessa forma, foi abandonado no pós-guerra o liberalismo econômico, que supõe uma “ordem espontânea independente de objetivos” (Hayek, 1981, p. 56), tendo sido sustentado no final do século XIX e no início do século XX pela vigência do padrão-ouro. Ao mesmo tempo, o crescente volume do comércio internacional verificado junto à expansão do planejamento (Shonfield, 1968, p. 104) contribuiu para o aumento da produtividade. Conseqüentemente, serviu para facilitar as técnicas de planejamento, uma vez que o crescimento dos recursos facilitou a distribuição desses de modo a todos melhorarem seu nível de vida, contribuindo por isso para sustentar a coesão e o pacto sociais entre o capital, o trabalho e a burocracia pública, subjacentes à social-democracia no pós-guerra. O planejamento surge como uma técnica deliberadamente estabelecida e orientada pelo Estado para resolver problemas econômicos definidos como fundamentais para toda a coletividade, através da correlação de forças presentes entre as classes na disputa política. Através do planejamento governamental era possível estabelecer uma estratégia política que transcendesse o curto-prazo, inerente ao funcionamento do mercado no padrão de instituições liberais, alavancando a implementação de metas de médio e longo-prazos, voltadas à coletividade nacional, e não apenas a um ou outro grupo. Outrossim, a implementação das técnicas de planejamento ocorria a curto prazo, porém com objetivos para além desse na sequência temporal. Veja-se a definição de Gunnar Myrdal:

“I understand by the term ‘planning’ conscious attempt by the government of a country – usually with participation of other collective bodies – to coordinate public policies more rationally in order to reach more fully and rapidly desirable ends for future development which are determined by the political process as it evolves.” (Myrdal, 1960, p. 23)

Essa disposição ideológica para a intervenção política por parte dos governos do pós-guerra acompanhou a mudança no sentido da assistência social. O planejamento e a formação de grandes acordos nacionais interclassistas que apoiassem os esforços governamentais de planificação eram entendidos, nesse contexto, como fatores políticos de previsibilidade e estabilidade econômica, garantindo as condições institucionais e sociais para a reorganização e o desenvolvimento mais racionais do capitalismo. Nesse contexto, as políticas sociais passaram a ser vistas não apenas como compensação para os efeitos deletérios do capitalismo, mas como direitos sociais e assim como parte

constitutiva das noções de cidadania e de direitos humanos universais (Marshall, 1967; Nullmeier e Kaufmann, 2010, p. 84). Desse modo, os beneficiários dos serviços sociais públicos passaram a ser não grupos vulneráveis específicos, mas toda a sociedade, cabendo ao Estado o papel de provedor direto desses serviços de caráter universal, o que demandava a ampliação da sua capacidade de intervenção através de inovações institucionais dirigidas a esse fim. Assim, o objetivo do planejamento das relações econômicas e das políticas sociais passou a ser a promoção de níveis crescentes de igualdade, havendo um deslocamento de objetivos, da construção do mero bem-estar social para a da justiça social, combinando direitos civis, políticos e sociais em uma compreensão global de cidadania e de sociedade (Kuhnle e Sander, 2010, p. 78).

O Relatório Beveridge na Inglaterra e o plano Rehn-Meidner na Suécia constituíram exemplos de sistematização de diretrizes a serem aplicadas com a utilização dos recursos de poder dos quadros administrativos dos Estados nacionais em que esses planos tornaram-se politicamente normativos, marcando uma mudança fundamental na abrangência da seguridade social, vinculando-a à cidadania e aos direitos sociais de caráter universal a ela referidos (Baldwin, 1990, p. 96). Assim, procurava-se reforçar os vínculos nacionais de solidariedade em cada país e reduzir as desigualdades internas através da ampliação da noção igualitária de cidadania, sendo o EBES, nesse contexto, elemento chave da reconstrução nacional, sobretudo em países afetados, mais ou menos duramente, pela Segunda Guerra (Pierson e Leimgruber, 2010, p. 40-1).

Esse processo de expansão e transformação do Estado de Bem-estar Social, é verdade, iniciou-se na Europa já por volta do final do século XX, tendo sido influenciado pela universalização do sufrágio masculino e pelo surgimento e expansão eleitoral de partidos social-democratas e trabalhistas com base na classe trabalhadora (Pierson, 1991, p. 112). No entanto, após a Segunda Guerra esse processo alcança o topo histórico de realização, em grande parte devido aos esforços de reconstrução do pós-guerra financiados pelo Plano Marshall, originando assim a chamada “Idade de Ouro” do EBES, caracterizada por:

“1) rapid initial reforms to create a much more comprehensive and universal welfare state based on the idea of shared citizenship; 2) a commitment to direct increasing resources towards the rapid expansion of benefits and coverage within this extended system; 3) a very broad-based political consensus in favour of a mixed economy

and a system of extended social welfare. And 4) a successful commitment to economic growth and full employment” (ibidem: p. 129).

O cenário econômico internacional favorecia esse processo em nível nacional devido ao Sistema Bretton Woods, formalizado nos acordos firmados pelos países centrais, em cidade do mesmo nome nos EUA, sobre as regras para as relações comerciais e financeiras internacionais. A aceitação por parte dos países capitalistas ocidentais da liderança geopolítica dos Estados Unidos (Pierson, 1991, p. 132) e de um mercado internacional aberto foi determinante para a integração ao novo regime econômico mundial e suas instituições. A estabilidade do sistema foi assegurada pela cooperação contínua entre governo e bancos centrais, “no contexto de uma aliança na qual os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão eram parceiros na Guerra Fria. Outros países davam apoio ao dólar e, portanto, ao Sistema Bretton Woods, em troca de os Estados Unidos arcarem com uma parcela desproporcional dos gastos de defesa” (Eichengreen, 2012, p. 182). O desenvolvimento econômico do mundo capitalista passou a estar associado à política fiscal e monetária estadunidense, já que os EUA passavam a agir como “banqueiro do mundo” (Harvey, 1992, p. 131).

Apesar de o acordo de Bretton Woods ter sido desenhado preponderantemente em favor dos interesses dos bancos estadunidenses, permitiu que os governos nacionais estabelecessem amplas medidas restritivas ao fluxo internacional de capitais (Ghoshi e Qureshi, 2016, p. 16). Ao permitir que os governos nacionais implantassem mecanismos de controle da movimentação internacional de capitais de curto prazo sem ameaçar a estabilidade monetária e das taxas de câmbio, o sistema garantia autonomia aos países para implementar políticas monetárias e fiscais expansionistas. Favorecia, portanto, políticas voltadas ao crescimento econômico, ao pleno-emprego e à ampliação dos serviços públicos de previdência e assistência social, que se tornavam questões de interesse nacional, dado o pacto social existente em vários países no pós-guerra entre diferentes classes e frações de classe da sociedade, incorporando os trabalhadores, politicamente fortalecidos pela ação tanto de sindicatos quanto de partidos trabalhistas ou social-democratas (Eichengreen, 2012, p. 182; Frieden, 2008, 319-23; Ghoshi e Qureshi, 2016, p. 15). Dessa forma, evitava-se tanto a rigidez do padrão-ouro, que mantinha o câmbio dos países artificialmente fixo, quanto a instabilidade do entre-guerras, em que a volatilidade das moedas nacionais, desintegrando o padrão-ouro, desequilibrou as relações econômicas internacionais. Os governos nacionais adquiriram

margem para desvalorizar as suas moedas, embora não o fizessem frequentemente, assim como puderam impor controles à entrada e saída de capitais, para proteger a economia do país de choques especulativos e de pressões nos balanços de pagamentos. Com isso, ganharam autonomia e capacidade para estabelecer políticas de médio e longo-prazo visando o pleno-emprego e o crescimento econômico, refletindo os interesses das classes e dos grupos, como os trabalhadores, que haviam ganhado força política através da atuação parlamentar. O Estado assumiu, então, uma série de compromissos, articulando, de maneira anticíclica, a estabilidade macroeconômica com a expansão da proteção social, operando uma série de intervenções na produção e na distribuição para alcançar o pleno-emprego e o crescimento da produção e do consumo em massa (Harvey, 1992, p. 129). O nacionalismo típico da social-democracia na Suécia foi facilitado por esse arranjo monetário internacional, e entrou em crise juntamente com o colapso desse arranjo, na década de 70.

Por conseguinte, a ordem econômica internacional do pós-guerra, de Bretton Woods, favoreceu em grande medida a adoção de políticas econômicas em que o governo assumia a liderança do planejamento voltado à industrialização e à ampliação pública do bem-estar, em um contexto de maior nacionalismo. O regime de Bretton Woods garantiu a estabilidade cambial e controlou os fluxos internacionais de capital, propiciando a insularidade dos sistemas financeiros nacionais. Dessa forma, permitiu que os governos adotassem medidas de controle dos fluxos de capital e de expansão do setor público para favorecer as empresas e os trabalhadores dentro de cada país, proporcionando assim as bases para o crescimento econômico continuado, para uma forte expansão do comércio internacional, para a manutenção do pleno-emprego e dos arranjos neocorporativos, que favoreciam a coesão e a integração entre os diferentes setores sociais, além do incremento substantivo das políticas de assistência e proteção social (Eichengreen, 2012, p. 132-3; Frieden, 2008, p. 319-23; Helleiner, 1990, p. 25). Isso favoreceu os países nórdicos, que, devido à reduzida demanda doméstica, tradicionalmente vincularam suas principais atividades econômicas à exportação (Hilson, 2008, p. 57; Pekkarinen, 1988, p. 316).

Por isso, o sistema Bretton Woods possibilitou o exercício da soberania nacional nos assuntos econômicos e sociais domésticos. Havia tanto a liberdade quanto a estabilidade necessárias para reorganizar as instituições políticas e econômicas, de modo a efetivar políticas que considerassem o fortalecimento político dos trabalhadores

e a reconstrução dos países em moldes social-democráticos, isto é, visando tanto ao desenvolvimento econômico quanto à redistribuição de renda. Favoreceu um determinado equilíbrio de poder entre o trabalho organizado em sindicatos, o grande capital corporativo e o Estado nacional, que sustentou politicamente a expansão do pós-guerra (ibid: p. 125). Refletia, assim, a coalizão política assentada em um pacto informal entre diversas classes e frações de classe consideradas antagônicas pela economia política clássica e por seus críticos como Marx, isto é, a burguesia e os trabalhadores. Foi possível, portanto, que diferentes classes e frações de classe colaborassem entre si através de um compromisso histórico em que

“business abandoned or least put on hold, desires for a passive labor force so atomized that workers could be treated as a pure commodity, and accepted much of the welfare state and considerable government participation in economic management. In return they got acceptance of private ownership, the primacy of profits and the market, rejection of planning and complete nationalization, and free trade and strong currencies. Agriculture preserved its corporatistic market regulation.” (Gourevitch, 1986, p. 168)

Concomitantemente, Bretton Woods assegurou as condições institucionais para a expansão do comércio internacional, como o General Agreement on Tariffs and Trade (Gatt), firmado em 1947 e atualizado em reuniões ocorridas em 1949 e 1952. O livre-comércio foi estimulado conjuntamente com a aplicação de políticas nacionais de restrição aos fluxos de capitais (Ghoshi e Qureshi, 2016, p. 15). O acordo estabelecia, em abrangência multilateral, regras visando evitar práticas protecionistas entre os países, a fim de facilitar a circulação internacional de bens e serviços. Dessa forma, conforme afirma Jeffrey Frieden:

“O comércio mundial sofreu uma explosão após 1950. As exportações apresentavam um crescimento anual de 8,6%, duas vezes mais rápido que o crescimento da economia. O comércio mundial se ampliou de uma forma nunca antes vista. Durante os anos de glória do liberalismo clássico pré-1914, o volume de comércio mundial dobrava a cada 20 ou 25 anos. Durante os primeiros 25 anos após a guerra, o volume do comércio mundial passou a dobrar a cada dez anos. Diversos países experimentaram grandes *booms* exportadores. Em 1950, as exportações da Europa ocidental somavam US\$19 bilhões, nos preços da época (dólares correntes); em 1973, passaram a render US\$ 244 bilhões. [...] Em 1973, a importância do comércio internacional para cada uma das economias da OCDE tornou-se de duas a três vezes maior do que em 1950 (2008, p. 310-1).

O aumento do volume do comércio internacional deu-se pela internacionalização de grandes corporações, o que garantiu aos países-sedes dessas empresas as condições econômicas para a expansão e o fortalecimento de políticas que visassem ao bem-estar social, em consonância com a cooperação política entre capitalistas, trabalhadores e burocracia pública. A empresa multinacional torna-se o pilar organizacional fundamental no capitalismo moderno, pós-guerra (Mandel, 1985, p. 223), sendo viabilizado por meio dela o investimento direto estrangeiro, contribuindo para fortalecer a integração econômica internacional por meio da internacionalização da produção e do comércio.

O sistema de Bretton Woods assegurou, assim, as condições institucionais para a expansão do comércio internacional, promovida pela internacionalização de grandes corporações. Isso garantiu aos países-sedes dessas empresas, no mundo desenvolvido, as condições econômicas para a expansão e o fortalecimento de políticas que visassem ao bem-estar social. Portanto, ao mesmo tempo em que o sistema permitia o multilateralismo e a abertura dos países ao comércio internacional, incrementando o fluxo de bens e serviços entre eles, também possibilitava ampla margem de intervenção política dos governos sobre o fluxo de capitais e sobre assuntos de ordem doméstica, relativos principalmente ao pleno-emprego e à provisão de serviços públicos. A ordem monetária internacional de Bretton Woods favoreceu a combinação virtuosa de rápido crescimento econômico, aumento do volume das transações comerciais internacionais e expansão do Estado de bem-estar social, ao mesmo tempo em que se preservava a democracia política e o capitalismo como modo de produção. Dessa forma, *“unlike the economic nationalism of the thirties, it would be multilateral in character; unlike the liberalism of the gold standard and free trade, its multilateralism would be predicated upon domestic interventionism”* (Ruggie, 1982, p. 393). Nessa conjuntura, em que transcorreu grande parte do desenvolvimento do plano Rehn-Meidner na Suécia, houve *“um ciclo virtuoso de integração comercial, expansão de empresas multinacionais, crescimento econômico e prosperidade”* (Frieden, 2008, p. 305). Estavam asseguradas, portanto, as bases econômicas internacionais para o desenvolvimento econômico e social sueco, assentado no forte planejamento nacional do governo sobre a economia e na alta integração dessa economia com as cadeias globais de comércio. Isso era devido à presença de companhias multinacionais tecnologicamente sofisticadas, à colaboração de classes institucionalizada em nível de Estado, à estabilidade da taxa de câmbio, mantido

estável na Suécia de 1949 a 1971, e à existência de uma ampla cobertura previdenciária pública e uma forte participação do Estado no treinamento da mão-de-obra e no encaminhamento da economia nacional para alcançar o pleno-emprego e uma crescente participação dos trabalhadores menos bem remunerados na renda nacional. O contexto internacional do pós-guerra foi, portanto, amplamente favorável ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social-democrata na Suécia, pois permitiu que o governo nacional tivesse capacidade de regular e coordenar os fluxos financeiros, subordinando os interesses imediatos do capital aos interesses nacionais de longo-prazo.

Além disso, o contexto internacional do pós-guerra foi caracterizado pela forte condenação nos países ocidentais dos regimes totalitários e pelo consenso favorável à democracia representativa. Isso não significava entretanto que a manutenção de um capitalismo liberal com eventuais intervenções governamentais de corte keynesiano fosse ponto pacífico na Suécia. No plano doméstico, a hegemonia social-democrata consolidava-se pelo sucesso dos social-democratas de ter evitado a ocupação do país durante a guerra, e manifestava-se com a manutenção da maioria das cadeiras obtidas pela aliança partidária entre o SAP e o Partido Agrário (Ryner, 2002, p. 79-80). Isso fortalecia a posição política das classes ligadas a esses partidos, respectivamente os trabalhadores urbanos e os agricultores. O fortalecimento político da classe trabalhadora junto com a preservação e mesmo fortalecimento da influência política dos empresários levou ao primeiro plano da política nacional duas demandas: a de crescimento econômico continuado e de aumento dos salários. Embora aparentemente contraditórias, a relação de poder que se institucionalizava no Estado sueco demandava a conjugação desses dois elementos, tornando impositiva a continuidade do pacto social e político, do “compromisso histórico” entre trabalhadores e empresários.

Vários projetos foram elaborados tendo por base a defesa do planejamento governamental e a socialização do consumo ao invés da nacionalização das empresas. Em 1944, no Programa para o Pós-Guerra adotado pelo SAP e pela LO, liderado pelo ministro das finanças Ernst Wigforss, foram sugeridos Conselhos de Planejamento tripartites em vários ramos da produção, acompanhados da nacionalização de setores industriais básicos. Também foi defendido o controle governamental do comércio internacional com o propósito de planejá-lo. A expansão do setor público e do sistema de seguridade social, como meio de fomentar a formação de poupança pública de modo a favorecer a formação coletiva de capital e o acesso de todos aos serviços públicos,

contribuindo para desmercantilizar a assistência, foi tida como crucial nesse programa não só para propósitos de incremento do bem-estar, mas também de estabilização econômica a longo-prazo. Em relação aos trabalhadores, procurava-se garantir o pleno-emprego por meios políticos, através do planejamento governamental, além de melhorar as condições salariais e de trabalho, incluindo uma *política salarial solidária* com nivelamento progressivo dos rendimentos de mulheres e homens, de camponeses e operários, como meio de distribuir renda e poder aos trabalhadores e de incrementar a produtividade e a eficiência da economia nacional. (Bohlin, 2014, p. 80; Lundberg, 1985, p. 13-4; Meidner, 1993, p. 212; Pontusson, 1996, p. 201). Ao mesmo tempo, a Comissão Myrdal, liderada pelo proeminente economista sueco Gunnar Myrdal, propôs um maior planejamento do governo através da nacionalização do setor de seguros e do estreitamento das regulações sobre o crédito e a indústria (Bohlin, 2014, p. 117). Vários relatórios também foram feitos pelo SAP e pela LO, defendendo “Government intervention, planning and the reform of existing institutions. Emphasis had now shifted away from expanding public Works for attaining and keeping full employment” (Lundberg, 1985, p. 13).

Dessa forma, a pressão social e política por uma maior democratização da renda nacional aumentava, estimulando maior abrangência da intervenção governamental e reformas socializantes. A previdência pública e a assistência à infância foram ampliadas, e um programa de habitação popular foi estabelecido. Houve assim a redução, entre 1940 e 1950, de 15% para 3% do total destinado à pobreza, em consequência da sua redução, ao mesmo tempo em que o investimento público subiu continuamente, passando de 8% do PIB em 1945 para 12% ao final da década de 50 (Ryner, 2002, p. 80). Em 1948, foram criadas duas agências de planejamento e coordenação do mercado de trabalho, a Autoridade Sueca do Mercado de Trabalho (AMV) e o Conselho Sueco de Mercado de Trabalho (MAS). Ao longo das décadas de 1950 e 1960, já no contexto do modelo Rehn-Meidner, essas agências assumiram papel central na criação de leis trabalhistas tais como as férias de três semanas no verão, a semana útil de cinco dias, além de auxílio financeiro para pessoas que quisessem trocar de emprego, situando-se essa última no rol da Política Ativa de Recursos Humanos, a ser analisada adiante (Sjögren, 2008, p. 31).

Assim, uma forte demanda pela democratização da economia associava-se diretamente a uma forte demanda por uma estratégia mais igualitária de desenvolvimento, baseado em uma política de cooperação entre trabalhadores e

camponeses, que remontava a 1932, e entre trabalhadores e industriais baseada nos acordos de Saltsjöbaden de 1938. Esse foi um momento de forte confiança na capacidade dos governos de desenvolver econômica e socialmente as nações através do planejamento e a da coordenação hierárquica dos fatores de produção, tanto nos países diretamente atingidos pela guerra quanto nos que não sofreram danos em seus territórios. A concepção de estratégia nacional, enquanto mobilização política de recursos de um país com vista a alcançar determinado propósito de abrangência nacional, derivou na Suécia do entendimento dos social-democratas do caráter político e não-espontâneo de objetivos como o pleno-emprego e uma maior igualdade social. Como afirmou Rudolf Meidner, “We believed that there had to be a political and economic strategy” (Meidner, 1998, p. 73). Havia uma forte descrença quanto à capacidade do setor privado, deixado por si mesmo, conduzir a resultados desejáveis do ponto de vista da coletividade nacional (Sejersted, 2011, p. 294). Os social-democratas desconfiavam da capacidade de os processos capitalistas liberais serem suficientes para a promoção do pleno-emprego, da eficiência econômica e do desenvolvimento. Para eles, as firmas individuais, deixadas ao livre arbítrio para a escolha dos investimentos e dos níveis salariais, seriam incapazes de evitar a subutilização do total de recursos produtivos, causando principalmente o desemprego estrutural, e a tendência cíclica de crises e de instabilidades. Para eles, o planejamento e a intervenção governamentais eram necessários para haver uma coordenação adequada do conjunto da economia nacional, de modo a manter sua estabilidade e permitir a realização simultânea de metas como o pleno-emprego, o controle inflacionário e o desenvolvimento (Lundberg, 1985, p. 11 e 19).

Essas medidas, no entanto, colocaram os grandes empresários em situação politicamente adversa, provocando a sua reação. O Naeringslivets Fond, fundação ligada aos setores comerciais da burguesia, lançou, no imediato pós-guerra, uma massiva campanha contra o SAP, através de jornais e panfletos, associando a social-democracia ao socialismo soviético e denunciando o planejamento econômico como um aumento intolerável do grau de intervencionismo estatal na economia e, portanto, como a marcha para o “caminho da servidão”, editando em sueco o livro de mesmo nome, de Friedrich Hayek (Lundberg, 1985, p. 13-4; Pontusson, 1996, p. 201; Sejersted, 2011, p. 295). O acordo comercial entre Suécia e União Soviética, que previa a liberação de crédito em torno da compra de bens de capital para o país socialista, tornou-se fonte de ferrenha oposição dos grandes empresários suecos, que viam nisso uma aproximação

ameaçadora (Barber, 2008, p. 91-3). Além disso, o aumento da inflação (como se verifica no gráfico 11) gerou grande desgaste, prejudicando a imagem do SAP frente à opinião pública. A tentativa de abaixar a inflação pelo controle de preços e de importações, mantendo uma política fiscal e monetária expansiva, gerou grande insatisfação entre os empresários e os partidos de centro-direita. Em um contexto em que o debate político tornou-se concentrado na estabilidade dos preços, os setores burgueses e de direita conseguiram mobilizar os meios de comunicação para tornar dominante o seu ponto de vista, que advogava um Estado menos intervencionista e maior liberdade para o setor privado. O SAP foi colocado na defensiva e nas eleições de 1948, apesar de ter tido apenas uma ligeira queda na porcentagem dos votos, de 46,7% em 1944 para 46,1%, viu a sua coalizão parlamentar perder cadeiras, devido à queda de 13,6% para 12,8% dos votos do Partido Agrário assim como a queda de 10,3% para 6,3% do Partido Comunista, então aliado eleitoral. Ademais, o Partido Liberal elevou sua votação de 12,9% em 1944 para 22,8% em 1948, como se verifica no anexo, refletindo a massiva propaganda anti-planejamento e anti-socialista desencadeada. O crescimento eleitoral dos liberais e a diminuição do tamanho da coalizão liderada pelo SAP forçou os social-democratas a moderarem o caráter socialista do seu programa, procurando outros meios, sem abrir mão do planejamento, para alcançar as metas de pleno-emprego e uma distribuição mais igualitária da renda e do poder entre as classes.

Desse modo, os empresários procuraram, após a guerra, preservar sua capacidade política, incluindo também contatos informais com o governo²⁰, o que convinha também à coalizão governante no sentido de que essa procurava ampliar as bases de sustentação social do projeto político encabeçado pelos social-democratas. Através da ação organizada dos empresários, evitou-se na Suécia o cenário ocorrido na Inglaterra e na França, de nacionalizações massivas de empresas privadas, o que, após um estremecimento inicial, consolidou o apoio do empresariado ao governo de esquerda. Assim, o pós-guerra na Suécia foi marcado pelo fortalecimento político da aliança de classes entre trabalhadores e agricultores e pela aceitação tanto da burguesia sueca da hegemonia social-democrata quanto do SAP e da LO, tradicionalmente socialistas de viés não-revolucionário, da manutenção da primazia econômica do setor privado.

²⁰ Muitos contatos entre membros do governo e líderes empresariais ocorriam na casa de veraneio oficial do primeiro ministro, a mansão Harpsund, o que deu origem ao termo “Democracia Harpsund” para designar o período de ampla colaboração de classes no governo sob a liderança dos social-democratas (Sejersted, 2011, p. 311).

Nesse contexto, outras estratégias de planejamento foram buscadas para acomodar os interesses dos trabalhadores e dos agricultores sem ameaçar a primazia da propriedade privada dos meios de produção. Na versão de planejamento defendida pela LO, o incremento tecnológico das forças produtivas deveria vir acompanhado e fortemente influenciado do que se chamava de “política salarial solidária”, ou seja, a equalização dos pagamentos no interior de cada categoria, independente da produtividade de cada firma, e da redução das desigualdades salariais entre as categorias com melhor e pior remuneração (Hart e Otter, 1976, p. 101).

O entendimento de que uma política salarial mais favorável aos trabalhadores poderia ser um instrumento de promoção do desenvolvimento econômico, com efeitos positivos sobre a reestruturação produtiva e produtividade do trabalho, derivava dos estudos dos economistas suecos Gustav Cassel e Gösta Bagge no início do século XX (Erixon, 2016, p. 3). Os empresários, por outro lado, que continuavam a deter posição privilegiada na decisão dos investimentos e estavam fortemente organizados na SAF, pressionavam os sindicatos a evitar reajustes salariais muito acima da produtividade. Também pressionavam o governo para que esse evitasse medidas expansionistas em um contexto de crescimento do investimento privado e também a promoção de maior igualdade social pela equalização dos salários. Tudo isso para evitar a escalada inflacionária, o que também era interessante aos trabalhadores e ao governo liderado pelos social-democratas, no sentido de que o controle inflacionário preservava o poder de compra dos salários e porque favorecia as condições institucionais do planejamento político de médio e longo-prazos. Dessa forma, foi estabelecido um consenso na Suécia a respeito da necessidade de manter a inflação em patamares baixos e limitados, uma vez que todos os agentes aceitaram o controle inflacionário como pré-condição para atingir suas metas particulares. O combate à inflação tornou-se assim um ponto de convergência das demandas tanto dos trabalhadores quanto dos empresários, embora os primeiros defendessem um papel ativo do governo para promover a estabilidade macroeconômica enquanto os segundos fundamentavam a sua defesa por meio de um menor intervencionismo do governo nas relações de produção e em sua aceitação das desigualdades resultantes das relações de mercado. Enquanto a LO defendia a centralização da coordenação da política salarial pelo governo, sem excluir as organizações de classe, a SAF defendia a descentralização, por negociações ad hoc e desregulamentadas com os trabalhadores, dos reajustes salariais, devendo o governo,

nessa concepção, manter uma posição ativa apenas para controlar as demandas de aumentos “excessivos” por parte dos sindicatos.

Dada a posição de proximidade e de ligação institucional entre a LO e o SAP, era provável que a primeira fosse privilegiada na determinação dos rumos a serem seguidos pelo governo encabeçado pelos social-democratas. Entretanto, a dependência estrutural do governo em relação ao investimento privado inviabilizava a adoção de uma política exclusivamente benéfica aos trabalhadores. Por isso, o crescimento econômico e a participação dos empresários nas negociações coletivas e centralizadas de salário a serem implementadas foram considerados objetivos cruciais para promover a distribuição de renda aos setores menos favorecidos economicamente sem comprometer a cooperação interclassista que assegurava a estabilidade social, política e econômica na Suécia desde o Acordo de Saltsjöbaden em 1938. Dadas as circunstâncias políticas de uma coalizão governante entre trabalhadores, representados pelo SAP, e agricultores, representados pelo Partido Agrário, tornava-se imperativo, do ponto de vista do atendimento do governo às demandas do seu eleitorado, que tais objetivos fossem atingidos não através da compressão salarial e da diminuição do escopo da assistência social a fim de financiar a grande indústria, mas a partir de uma nova estratégia capaz de compatibilizar altas taxas de crescimento econômico com a maior participação dos trabalhadores e agricultores na distribuição da renda nacional e nas relações de poder. Isso seria feito sem comprometer a estabilidade macroeconômica necessária à manutenção de um ambiente institucional favorável ao investimento e ao planejamento de médio e longo-prazo. Era preciso fomentar um *crowd-in* através de intervenção política adequada, de modo a atender aos múltiplos e contraditórios interesses existentes.

Nesse sentido, tanto o liberalismo quanto o keynesianismo constituíam alternativas insuficientes para a realização conjunta desses objetivos. Como já explicado no capítulo 3, o liberalismo havia perdido em todo o mundo sua força ideológica e política desde a crise de 29. A defesa da coordenação descentralizada da economia através do equilíbrio dos preços às variações da relação oferta-demanda não era mais vista como uma solução desejável pelos agentes políticos, uma vez que havia conduzido as sociedades a tal grau de desagregação e rebaixamento do padrão de vida que a intervenção do governo na economia, para sustentar o nível de demanda e de salários, tornou-se amplamente aceita, tanto por empresários e trabalhadores, quanto por governantes e burocratas públicos. Não se acreditava mais na capacidade do capitalismo

liberal de promover o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida das massas. A socialização dos meios de produção estava praticamente descartada. Os social-democratas defendiam a “socialização do consumo” pela coordenação dos investimentos privados, pelo planejamento, pela manutenção de taxas de juros baixas e por reformas visando a consolidar e expandir o sistema de seguridade pública, incluindo estímulos à formação de capital coletivo, estimulando o consumo público (Lundberg, 1985, p. 14).

A seu turno, o keynesianismo era amplamente difundido em todo o mundo ocidental no pós-guerra. Uma das consequências políticas do conjunto de ideias e propostas de Keynes foi a aceitação por diferentes agentes políticos da necessidade de maior intervenção política na economia através de um planejamento adequado a fim de promover o pleno-emprego dentro dos marcos capitalistas de produção. O pleno-emprego, ao ser sustentado por uma alta demanda por mão de obra por parte das firmas, contribuiria para elevar a participação dos salários na renda nacional e assim reduzir as desigualdades sociais e econômicas sem suprimir a propriedade privada e abolir o capitalismo. Ou seja, seria possível conciliar fins socialistas a meios capitalistas, se os governos estivessem dispostos a abandonar os antigos preceitos do *laissez-faire* econômico e passassem a coordenar a alocação dos fatores de produção e dos recursos econômicos através do planejamento, orientando politicamente a economia a fim de realizar metas de cunho social.

Apesar da “maré” keynesiana no plano internacional do pós-Segunda Guerra, os líderes da social-democracia sueca não se mostraram entusiasmados com as chances de viabilidade desse modelo para a realização de seu projeto, que consistia na articulação entre desenvolvimento econômico com sofisticação tecnológica, melhoria do padrão de vida da maioria da população (não apenas trabalhadores industriais), pelo aumento da participação dos salários na renda nacional e pela socialização dos serviços públicos, e controle inflacionário, a fim de propiciar as condições institucionais para o empresário investir, o trabalhador consumir e o governo planejar. Até porque, ao contrário de outros países como Inglaterra e EUA, nos quais o keynesianismo tornou-se o credo dominante nesse período, na Suécia a “economia pelo lado da demanda” já era conhecida antes da publicação da *Teoria Geral* de Keynes, através das obras dos economistas suecos Erik Lindahl, Ernst Wigforss e Knut Wicksell e da aplicação, já em 1932, de políticas governamentais de estímulo à demanda agregada para sustentar tanto os investimentos urbanos quanto os preços dos produtos agrícolas, ambos em baixa devido aos efeitos

recessivos da crise de 29 (Blyth, 2002, p. 106). O keynesianismo já não constituía uma novidade alvissareira aos propósitos social-democratas na Suécia. Além do mais, tornava-se inoperante no contexto sueco do pós-guerra, marcado por um extraordinário crescimento econômico, aquecimento da demanda e utilização quase plena da capacidade produtiva, devido ao aumento (não imediato) da procura internacional pelos bens suecos em um contexto de reconstrução europeia e no qual a Suécia pouco ou nada perdera durante a guerra devido ao seu não-envolvimento direto nos conflitos militares (Lundberg, 1985, p. 16-7). Desse modo, a insistência em políticas anticíclicas em um momento de prosperidade econômica e de fortes tendências inflacionárias seria contraprodutiva, pois incorreria apenas em instabilidade de preços, o que poderia levar a consequências políticas desastrosas, como a concentração de renda entre os industriais mais prósperos e o fim da cooperação de classes que sustentava a social-democracia sueca desde a década anterior.

Para Rehn e Meidner, era possível alcançar o pleno-emprego, manter baixa e controlada a inflação e promover o crescimento econômico através do planejamento governamental, de modo anticíclico porém diferente do preconizado pelo keynesianismo (ibidem). Ao invés da intervenção governamental para estimular a demanda, o que seria contraproducente em um contexto em que ela já estivesse aquecida (em grande parte puxada pela demanda internacional), esses economistas defenderam a intervenção política pelo lado da oferta. Com isso, tinham por objetivo coordenar a reestruturação produtiva através de uma política salarial solidária combinada com uma política ativa de recursos humanos (Pekkarinen, 1988, p. 319). Assim:

“Rehn and Meidner admitted that productivity growth may fall and inflation rise in a full -employment economy whether full employment is obtained by general (Keynesian) or selective economic-policy (employment) measures. But they saw full employment as a restriction on economic policy (which they endorsed) and put the trust on the profit-margin squeeze to sustain productivity growth and avoid inflation. And they highlighted the negative productivity effects of an economic policy where employment for the ‘last’ employee is obtained by high aggregate demand.” (Erixon, 2016, p. 7).

Os dados a seguir demonstram a mudança no perfil da economia sueca nos anos anteriores à adoção do modelo Rehn-Meidner, grande parte deles já em governos social-democratas:

Tabela 1. Dados econômicos da Suécia no período 1922-53

Ano	Investimento Bruto (%)	Exportação (%)	Varição na Balança de Pagamentos (%)	Desempregados sindicalizados (%)
1922	12.9	15.8	1.6	22.9
1929	17.5	20.4	3.2	10.2
1932	14.8	12.2	1.1	22.4
1937	23.8	17.9	1.7	10.8
1939	25.7	14.2	-2.0	9.2
1947	28.2	13.1	-5.8	2.8
1949	25.8	14.3	1.7	2.7
1950	27.3	18.6	0.5	2.2
1951	27.1	24.0	2.4	1.8
1952	28.1	19.4	0.4	2.4
1953	30.0	17.6	0.8	2.8

Adaptado de: LUNDBERG, Erik. Business Cycles and Economic Policy. London: George Allen & Unwin Ltd, 1998 [1957]. p. 59

Tabela 2. Dados econômicos da Suécia no período 1945-53.

	1945/46	1946/47	1947/48	1948/49	1949/50	1950/51	1951/52	1952/53
Exportação (valor/volume)	45/37	27/6	23/ 10	7/15	34/ 25	62/ 4	-12/ -11	-6/8
Importação (valor/volume)	212/224	54/37	-5/ -11	-12/ -13	41/ 25	51/ 18	-3/-7	-9/0
Produção Industrial (%)	21	4	6	4	4	5	-2	-1
Índice de variação de preços (%)	-4	7	8	1	5	32	6	-6
Custo de Vida (%)	0	3	4	2	1	14	9	1
Rendimento /hora dos trabalhadores	8	14	9	3	4	21	19	4

Adaptado de: LUNDBERG, Erik. Business Cycles and Economic Policy. London: George Allen & Unwin Ltd, 1998 [1957]. p. 64

O modelo Rehn-Meidner diferenciava-se tanto da ortodoxia liberal quanto do keynesianismo. A diferença em relação ao primeiro consistia em que os ortodoxos viam a economia como um sistema autônomo em relação à política e à sociedade e defendiam a não intervenção do poder político no mecanismo de preços como forma de promover a maior eficiência possível na alocação de recursos, de modo que os preços, sem mediações políticas, corrigissem os eventuais desequilíbrios entre a produção e o consumo. A ortodoxia constrói modelos, como a Lei de Say, que representam apenas situações de estabilidade e de pleno-emprego, em que a busca do auto-interesse pelos indivíduos conduz a benefícios coletivos, havendo assim um alinhamento espontâneo entre o auto-interesse dos indivíduos e benefícios coletivos, sem considerar as mediações históricas e políticas envolvidas no processo econômico. Ao contrário dos economistas ortodoxos e de acordo com Keynes, os social-democratas não acreditavam na capacidade dos grupos privados de alcançarem por si sós, sem intervenção política, o pleno-emprego e o crescimento continuado, sem crises. Como afirmou Rudolf Meidner, “free market forces guarantee neither full employment nor equality” (Meidner, 1993, p. 218).

Por isso, seria fundamental o governo estabelecer uma estratégia de intervenção nas forças econômicas de modo a coordená-las no sentido de alcançarem metas não apenas econômicas, de aumento da eficiência, mas também sociais de igualdade. O modelo Rehn-Meidner, em oposição à ortodoxia, defendia a regulação política do mercado de trabalho, em especial na questão salarial, utilizando o mecanismo neocorporativista das negociações coletivas de salário para promover acordo entre patrões e empregados quanto aos reajustes salariais. Defendia também a contratação pelo Estado e os gastos públicos com auxílio financeiro a desempregados e programas de recapitação e realocação profissionais como formas de manter o pleno-emprego. O aumento do Estado de bem-estar pelo setor público é fundamental para manter o capitalismo sob controle e promover a solidariedade entre as classes em nível nacional e o desenvolvimento, uma vez que não há vínculo espontâneo entre a racionalidade formal das empresas para alcançarem lucros e a racionalidade ética demandada pela coletividade nacional para realizar valores como igualdade e solidariedade (ibidem). Os social-democratas consideravam que a organização política da sociedade através da intervenção do Estado na economia, a fim de produzir transformações estruturais nas relações econômicas e de poder de abrangência nacionais, era fundamental para alcançar maiores níveis de eficiência e equidade, de desenvolvimento e redistribuição de

renda. A solidariedade almejada, em um contexto em que a nação era vista como a casa do povo, não seria uma construção espontânea, mas dependeria da ação estratégica do Estado para intervir na economia e na sociedade a fim de reduzir as desigualdades e garantir um melhor padrão de vida para todos, regulando e controlando o setor privado para dirigi-los segundo uma estratégia coletiva e nacional. Como afirmou o economista social-democrata Gunnar Myrdal:

“The Welfare State is the ‘organizational state’. Neither in the markets for capital and labor, nor for commodities and services, is the play of demand, supply, and price to any substantial extent now ‘free’. It is regulated by the state, provincial and municipal legislation and administration, and by the semi-public and private organizations and big enterprises, which all function within the framework of the state and under its control” (Myrdal, 1960, p. 172)

Por um lado, assim, o Plano Rehn-Meidner aproxima-se de Keynes pela incorporação da história e da política na teoria econômica com propósitos práticos, entendendo o capitalismo como um modo de produção instável, sujeito a ciclos de prosperidade e de depressão, de maior e menor utilização da capacidade produtiva dos recursos econômicos, não estando sujeito a uma continuidade estacionária de longo-prazo. Da mesma forma, ambos entendiam que o capitalismo é baseado em instituições políticas e que depende de uma adequada utilização dessas para corrigir os efeitos recessivos e irracionais presentes em seu funcionamento desregulamentado. Por outro lado, o modelo Rehn-Meidner constitui uma alternativa ao prognóstico Keynes no sentido de que não se limita a promover a intervenção do Estado com fins meramente anticíclicos, mas também visando a remodelagem institucional da economia e da sociedade com o fito de mudar as estruturas de poder da nação. O objetivo não era apenas de salvar o capitalismo e o setor privado dos efeitos recessivos provocados por seu livre funcionamento, mas de reorganizar o capitalismo nacional sueco a partir da liderança do Estado, apoiado em uma coalizão interclassista. Os social-democratas não pretendiam aplicar uma “teoria geral”, apenas elaborar um projeto político que fosse capaz de orientar o governo a mobilizar de maneira pragmática os recursos de poder presentes no Estado para promover transformações estruturais na sociedade e na economia suecas, de modo a incrementar o desenvolvimento, o pleno-emprego, a estabilidade monetária, a igualdade e a solidariedade, considerando a realidade específica da Suécia, sua história e os valores compartilhados (ibid: p. 194). As lições de Keynes, já aplicadas na Suécia na década de 1930 pelos social-democratas como forma de conter os efeitos recessivos do ciclo econômico gerados pela crise de 29,

defendiam o déficit público como forma de financiar o investimento público necessário ao estímulo à demanda agregada, que o “livre mercado” seria incapaz de promover. Uma vez que a “ordem espontânea” da economia gera incerteza e, portanto, preferência pela liquidez, a função do Estado é, por meios institucionais próprios, criar confiança nos empresários e nas famílias para investirem e gastarem seus ganhos de modo a sustentar um nível adequado de demanda agregada. Ao Estado compete promover políticas econômicas anticíclicas, capazes de reverter a tendência cíclica de redução da utilização da capacidade produtiva por meio de investimentos públicos, de modo que os agentes econômicos entendam que a curto prazo os retornos de sua decisão de investir estarão garantidos a um nível satisfatório (Keynes, 1985 [1936]).

Como a Suécia no pós-guerra apresentava alta utilização da sua capacidade produtiva e demanda aquecida, sobretudo a externa, por causa do início da reconstrução europeia, o plano Rehn-Meidner defendia uma política fiscal restritiva, para preservar a estabilidade monetária e assim o poder de compra dos salários, mantendo-os, assim como aos lucros, em um patamar controlado. Como grande parte da demanda situava-se fora do país, devido à dependência histórica da Suécia dos mercados estrangeiros, dada a sua pequena população, sobreaquecer a demanda interna significaria tão-somente o aumento da inflação, que era um objetivo altamente indesejado pelos empresários e pelos trabalhadores, pelos liberais e pelos social-democratas (Meidner, 1998). Ao mesmo tempo, o plano comprimiria os lucros das empresas, forçando a reestruturação produtiva no sentido de concentrar a produção nos setores mais dinâmicos e intensivos na utilização de capital e trabalho, portanto, mais capazes de investir e de pagar salários maiores. O principal fator de estímulo à competitividade e de fomento ao crescimento econômico, o nivelamento salarial por categoria, independente da lucratividade de cada empresa em particular. Essa estratégia foi crucial para eliminar as empresas menos competitivas e eficientes, cuja mão de obra seria liberada para trabalhar nas empresas mais eficientes e competitivas nacional e internacionalmente, aumentando a eficiência global da economia nacional sueca ao mesmo tempo em que redistribuía renda e melhorava as condições de vida de toda a sociedade (Ekholm, 2010; Lundberg, 1985; Pontusson, 1996).

No modelo Rehn-Meidner, diferente do keynesianismo, não só a mão-de-obra é “desmercantilizada”, sendo seu preço estipulado através de arranjos neocorporativistas de barganha centralizada de salário e não pela relação entre oferta e demanda, mas também o aumento da produtividade da força de trabalho e da economia nacional tem

como principal suporte o incremento da massa salarial, sobretudo para os pior remunerados, e a estabilidade monetária através da compressão dos lucros em um nível satisfatório para a manutenção do nível de investimentos privados. Estreitamente vinculado a isso está a diferença quanto aos objetivos a serem alcançados: enquanto para Keynes a finalidade é garantir pela mão visível do Estado o bom funcionamento da “mão invisível do mercado”, o principal objetivo do modelo Rehn-Meidner é a redução das desigualdades sociais e econômicas através da reformulação dos meios regulatórios sobre a economia, a serem conseguidos pela ação do Estado em aliança governamental e social entre os trabalhadores e os camponeses e desses com a burguesia industrial, estando as entidades representativas de classe reunidas no arranjo neocorporativista das negociações coletivas e centralizadas de salário. Ademais, o keynesianismo não postulava uma estratégia de desenvolvimento, pois não colocava em questão a necessidade de promover mudanças estruturais na economia nacional no sentido de aumentar a sua produtividade e reduzir as assimetrias de poder entre empresários e trabalhadores, de modo a tornar a economia nacional mais diversificada, capaz de produzir e exportar bens de alta complexidade e de ao mesmo tempo tornar as relações políticas, econômicas e sociais mais igualitárias. Ao contrário, o modelo Rehn-Meidner concebia o desenvolvimento econômico, com o deslocamento dos fatores de produção para os setores exportadores de rendimentos crescentes e mais intensivos na utilização de mão de obra, como meio para alcançar uma sociedade mais igualitária, onde o pleno-emprego e a redução das desigualdades fossem compatíveis com a estabilidade monetária e com o crescimento paulatino dos salários.

O modelo Rehn-Meidner consistiu então em um modelo de planejamento político genuinamente nacional da economia, baseado na posição internacional específica da Suécia de pequeno país exportador e enraizado em tradições de solidariedade e em valores socialistas (Meidner, 1993, p. 219). O objetivo político era promover o pleno-emprego sem incorrer em aumento da inflação, através de mudanças estruturais na sociedade e na economia, de modo a elevar a produtividade e promover o desenvolvimento, mantendo a função privilegiada do comércio exterior como acionador da demanda para as empresas nacionais suecas. Descartado o keynesianismo, era preciso alcançar as metas econômicas e sociais propugnadas pelo modelo adotado sem incorrer em pressão inflacionária. A estabilidade macroeconômica, tema dominante no debate público do imediato pós-guerra na Suécia, foi articulada a uma estratégia de desenvolvimento de perfil tanto produtivista quanto distributivo. Por isso era preciso

que as políticas implementadas servissem tanto ao melhoramento da posição relativa do trabalho em relação ao capital quanto que permitissem às empresas nacionais tornarem-se internacionalmente competitivas, o que implicava em colocar o nível tecnológico sueco na vanguarda mundial em um contexto em que a recuperação de vários países tornava as trocas mundiais cada vez mais dinâmicas e competitivas. O planejamento deveria refletir a maior importância esperada e conquistada pelos trabalhadores e agricultores em relação ao atendimento de seus próprios interesses, sem excluir os empresários do pacto de poder. Para isso, ele deveria ser indicativo de uma estratégia de desenvolvimento de perfil simultaneamente nacionalista e capitalista, capaz de congrega diferentes classes e interesses em um mesmo projeto de nação, socialmente mais democrático, sem deixar de conferir prioridade à grande empresa privada. Efetivamente foi isso o que o plano Rehn-Meidner tentou alcançar.

3.2. O Plano Rehn-Meidner e o modelo subjacente

Em 1951, com o agravamento da crise inflacionária, dois economistas ligados ao departamento de pesquisa econômica da LO, Gösta Rehn e Rudolf Meidner, apresentaram no Congresso dessa entidade, com amplo respaldo de seus participantes, uma estratégia política de compatibilização da política macroeconômica com a industrial e social, reunida no relatório “Fackföreningsrörelsen och den fulla sysselsättningen” (“O Movimento Sindical e o Pleno-emprego”). O objetivo era promover o pleno-emprego e o controle inflacionário, em um processo de reestruturação produtiva, no sentido de incremento da complexidade econômica, e de redimensionamento social, com a maior integração social da nação e a redução das desigualdades de poder e riqueza. Tal estratégia foi, a partir de então, adotada pelo SAP como diretriz do planejamento governamental e da formulação e implementação de políticas públicas visando o pleno-emprego e o controle inflacionário, o crescimento econômico e a sofisticação produtiva, combinados com a ampliação de um Estado de bem-estar social que garantisse maior igualdade de rendimentos. Tal relatório constituiu-se como o paradigma da intervenção e da regulação governamental na Suécia nos anos seguintes, contribuindo tecnicamente e politicamente para a expansão de um Estado de bem-estar universalista em um contexto capitalista. Essa perspectiva orientou as políticas salarial, industrial, social e macroeconômica no sentido da combinação

entre, por um lado, a desmercantilização e a ampliação da cidadania e, por outro lado, a acumulação de capital (Ryner, 2002, p. 85), dentro dos marcos políticos e econômicos nacionais (Meidner, 1998, p. 83). Havia também a combinação de valores socialistas e tradicionais da nação sueca na execução de uma estratégia pragmática quanto ao capitalismo e à propriedade privada, com o intuito de alcançar objetivos simultâneos de desenvolvimento e de maior igualdade. Como afirmou Rudolf Meidner:

“The Swedish model, formulated in the version we have presented here, is reformist in the sense that private ownership and free markets are accepted to a large extent, but it is socialist in so far as fundamental values of the labour movement are built into it. The model is based on a firm socialist ideology but recommends at the same time practical methods to attain the goals. The model combines visions and pragmatism of the traditional Swedish brand.” (Meidner, 1993, p. 219).

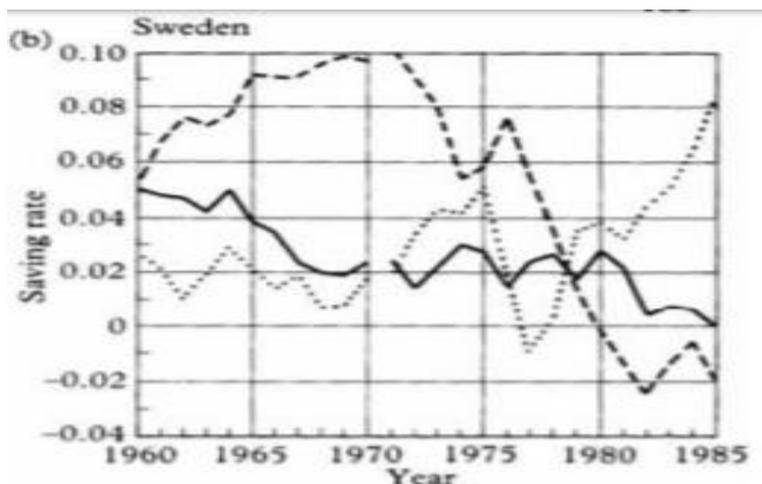
Ou seja, a dimensão nacionalista do modelo sueco, do qual o plano Rehn-Meidner, foi o principal fator histórico de construção, consistiu no estabelecimento de uma estratégia política de desenvolvimento econômico com pleno-emprego e inflação baixa, considerando a realidade sueca. A mobilidade dos recursos produtivos para os setores mais concentrados e dinâmicos, através de uma política salarial de cunho solidário que aumentasse a renda dos trabalhadores e diminuísse a desigualdade entre eles, promoveria o crescimento pela especialização em atividades manufatureiras e de engenharia voltadas à exportação. Isso geraria não só condições para salários mais elevados, mas também recursos tributários para os serviços públicos, incluindo aqueles voltados para evitar o desemprego causado pela reestruturação produtiva (Hogfeldt, 2005, p. 539). Essa estratégia era fundamentada no aumento de poder político e econômico da classe trabalhadora, pela incorporação dos sindicatos em pé de igualdade com as federações industriais em arranjos neocorporativos, fortalecendo a posição dos trabalhadores no pacto de poder e restringindo o poder econômico dos capitalistas, em função do “increased government power over the capital and credits markets” (Lundberg, 1985, p. 18). Ao identificar a causa principal da inflação não no excesso de demanda, mas no aumento dos lucros privados, que tornavam possível às companhias responderem às pressões dos sindicatos aumentando os salários, desconsiderando o risco inflacionário (Lundberg, 1985, p. 17; Meidner, 1998, p. 74), os social-democratas, apoiados na política salarial do relatório de Rehn e Meidner, procuraram limitar os lucros privados elevando os custos trabalhistas. Isso viabilizou apenas a sobrevivência das empresas altamente produtivas e lucrativas (Meidner, 1978, p. 74).

Também foi importante para isso um sistema de tributação tanto indireto sobre o consumo quanto direto sobre a margem excessiva de lucros. O Fundo de Reserva de Investimentos de Tributos, a ser analisado adiante, foi peça estratégica nesse aspecto. Uma parte desses lucros também seria recolhida, via impostos, no fundo coletivo de poupança pública compulsória, o ATP. O Fundo de Reserva e esse fundo previdenciário foram fundamentais para fortalecer a posição financeira do Estado e a sua capacidade de orientar investimentos em um contexto de compressão da margem de lucro. Sua contribuição foi decisiva para alcançar os objetivos almejados, a saber, o pleno-emprego, a maior igualdade e a indução política de transformações estruturais na economia e na sociedade, para garantir a realização dos ideais de solidariedade subjacentes ao programa social-democrata (Ryner, 2002, p. 84). Segundo Gosta Rehn, o modelo preconizava uma “política não solidária de lucros [...] no quadro de uma política geral de lucros baixos” (apud Pontusson, 1996, p. 203).

Procurava-se, pelo controle político sobre o capital, alcançar o fortalecimento da classe trabalhadora e do Estado. Por um conjunto de regulações, impostos, subsídios e investimentos selecionados, a economia sueca assumiria uma posição internacionalmente mais significativa, com o aumento da produtividade pelo progresso tecnológico e não pelo achatamento das condições materiais dos trabalhadores. Os instrumentos utilizados seriam o planejamento dos custos da mão de obra, através de uma política salarial solidária. Essa seria negociada em um arranjo neocorporativo fortemente centralizado, existente em nível nacional e local, entre sindicatos, federações industriais e governo. Foi capaz de acelerar a reestruturação produtiva e a concentração dos investimentos nas firmas mais lucrativas e eficientes através do estabelecimento dos salários de acordo com a categoria e não com a lucratividade das firmas, inviabilizando as empresas menos eficientes com o aumento dos custos trabalhistas (Alexopoulos e Cohen, 2003, p. 3-20); o planejamento da capacitação da mão de obra, através de uma Política Ativa de Recursos Humanos em que a intervenção do Estado pelo lado da oferta complementar o papel de reestruturação econômica da política salarial e facilitaria a transferência da força de trabalho dos setores menos para os mais eficientes e, portanto, intensivos em tecnologia (Erixon, 2016, p. 17; Pontusson, 1996, p. 202-3); uma política fiscal restritiva, que, combinada com uma política tributária indireta e com a política salarial solidária, manteria a demanda e a inflação em níveis baixos. Comprimiu, assim, as margens de lucros e transferindo, por meio de impostos, parte

deles para fundos públicos compulsórios de pensão, reunidos e centralizados no ATP, que foi fundamental para a formação de uma poupança pública crescente, em um contexto de redução da poupança privada, sendo superior a essa última, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Taxa de poupança na Suécia por setor.



A linha tracejada refere-se à poupança do governo, a linha pontilhada, à poupança das empresas e a linha compacta, à poupança das famílias. Fonte: KOSONEN, Katri (1992, p. 183)

O mecanismo de formação coletiva de poupança pela ATP, que garantia a todos os idosos uma renda equivalente a $2/3$ dos seus rendimentos durante os quinze melhores anos de sua carreira em termos financeiros, articulou a dimensão redistributiva, eliminando diferenças entre os assalariados, com a de desenvolvimento econômico nacional (Myrdal, 1960, p. 66). Isso foi possível devido ao fato de a ATP ter sido fundamental para o processo de socialização do consumo e de controle do governo sobre o capital privado, além de fonte de investimentos públicos em infra-estrutura, sobretudo habitação, e desenvolvimento de parcerias para estimular o crescimento do setor privado (Hogfeldt, 2005, p. 542). Com a ATP, financiada pelos empregadores, o Estado sueco passou a contar com um poderoso instrumento financeiro, controlando a formação de capital, o mercado de crédito e fortalecendo, desse modo, sua capacidade de planejamento e coordenação (Bohlin, 1999, p. 164; Katzenstein, 1985, p. 66). Objetivava-se, com isso, gerar rendimentos crescentes cuja distribuição, sem ser afetada pelo aumento da inflação, seria tendencialmente equalizada entre as classes, além de

incrementar a poupança nacional, devido ao reduzido escopo da poupança privada (Lindbeck, 1997, p. 1294).

Assim, uma ampla estratégia nacional de desenvolvimento com objetivos ao mesmo tempo igualitários, anti-inflacionários e transformadores da estrutura produtiva, foi politicamente orientada segundo as condições econômicas e sociais nacionais da Suécia, em um regime político de democracia parlamentarista, sob uma monarquia constitucional. A estabilidade político-institucional do período refletiu-se nos vinte e três anos consecutivos de governo do primeiro-ministro Tage Erlander. Esse regime fundamentou institucionalmente as bases para a ampla política nacional de concertação de diferentes classes e grupos que, sob a liderança política do SAP, buscou transformar qualitativamente a realidade nacional sueca no sentido da construção política de uma sociedade mais próspera e solidária. O conflito e a incerteza, no sentido que Przeworski confere a tais arranjos democráticos, estiveram presentes ao longo desse processo e colocou percalços e desafios para a consecução das estratégias de desenvolvimento e socializantes dos social-democratas. Já no pós-guerra, o debate político era dominado pelo tema do controle inflacionário, dado o temor, sobretudo dos grandes empresários, de que, com o surpreendente crescimento econômico da Suécia de então, a manutenção do pleno-emprego pudesse incorrer em superaquecimento, com a capacidade produtiva acima da demanda (Meidner, 1988; Lundberg, 1998[1957], p. 60). A política de controle de preços defendida pela LO e aplicada em 1947 foi logo então rechaçada, pois havia o entendimento por parte dos economistas ligados a essa entidade de que as metas social-democratas seriam alcançadas pela continuidade da cooperação entre as classes e as organizações de classe para aumentar o volume da produção nacional, de modo a melhorar as condições de vida de todos, sobretudo dos menos favorecidos. Além do mais, as lideranças do SAP e da LO temiam que a continuidade da grande mobilização empreendida pela SAF e pelos partidos de centro-direita contra as tentativas de um aprofundamento do processo de socialização pudesse por em risco a estabilidade política e a manutenção da hegemonia social-democrata. Assim, aceitando a manutenção de um regime econômico capitalista, era necessário que os incentivos à produção não fossem negativos mas estivessem acoplados a uma reestruturação geral do país, de modo a que os objetivos social-democratas pudessem ser alcançados juntos em um mesmo processo. A causa da inflação foi identificada com a excessiva margem de lucro das grandes companhias, que permitia aumentar em demasia os salários em um contexto, como o da Suécia pós-guerra, de plena capacidade produtiva (Meidner, 1978,

p. 74). Ademais, entendia-se que a restrição na margem de lucro seria funcional ao desenvolvimento, uma vez que estimularia as empresas a adotarem tecnologias mais complexas e inovadoras e a sofisticarem a maquinaria (Erixon, 2016, p. 6), da mesma forma que limitaria o poder econômico dos empresários, tornando seus lucros uma questão não meramente particular, mas social, de desenvolvimento da nação, por isso sujeitos ao controle governamental.

Portanto, a estabilidade macroeconômica seria inserida em uma estratégia nacional de desenvolvimento de viés igualitário, voltada para a promoção conjunta e articulada do desenvolvimento não-inflacionário e da equidade, do aumento sistemático da produtividade através da redução das desigualdades. O modelo Rehn-Meidner constituir-se-ia em uma estratégia de desenvolvimento fundamentada em baixas desigualdades salariais e de taxas de lucro (ibid: p. 8). Portanto, o plano Rehn-Meidner, como assim ficou conhecido, tinha como objetivo racionalizar a política econômica governamental para, através do planejamento negociado entre governo, empregadores e trabalhadores em arranjos neocorporativistas centralizados em nível nacional, articular em um mesmo processo o pleno-emprego, a estabilidade monetária, altas taxas de crescimento econômico, reestruturação produtiva, para favorecer os setores nacionais exportadores de bens e serviços de alta complexidade, e igualdade de rendimentos por categoria e gênero; em suma, compatibilizar desenvolvimento e eficiência econômica e uma maior igualdade social através do planejamento governamental da relação oferta-demanda-preço da força de trabalho, consentido com representantes organizados dos trabalhadores e dos empresários. Dessa maneira, o modelo Rehn-Meidner procurava conciliar objetivos aparentemente contraditórios, ou seja, “promote rising business efficiency and productivity while generating a more equal wage structure and increasing social solidarity” (Berman, 2006, p. 185). O controle inflacionário e a prioridade dada ao investimento produtivo privado como meio para o crescimento não seriam decorrentes do congelamento salarial mas da integração da política salarial a uma estratégia política de desenvolvimento nacional em termos econômicos e sociais, que tinha como principais pressupostos a crescente sofisticação tecnológica e produtiva da economia nacional, assim como a redução, por meio da política salarial solidária, das desigualdades entre os trabalhadores e entre esses e os capitalistas. A “casa do povo” não seria uma construção espontânea decorrente da expressão dos agentes econômicos agindo prioritariamente em busca de seu lucro, mas da vontade política organizada e consentida entre os grupos sociais, pela qual um projeto igualitário e solidário de nação

delineia-se junto a um projeto de desenvolvimento nacional. Para Gosta Rehn e Rudolf Meidner, não havia a compatibilidade espontânea entre controle inflacionário, pleno-emprego e desenvolvimento tecnológico preconizada pela teoria neoclássica. Caberia ao Estado promover, em concertação com os trabalhadores, empresários e a burocracia pública, o planejamento politicamente orientado das forças produtivas para alcançar esse objetivo. Como afirmou esse último, “experience has taught us that the free market forces guarantee neither full employment nor equality. To give the highest priority to these goals means challenging the principles of the capitalist system which is based on the profitability of privately owned capital” (Meidner, 1993, p. 218). Por isso a noção de estratégia é importante, pois havia o entendimento entre os social-democratas no pós-guerra de que era necessário haver uma mobilização política dos recursos nacionais a fim de alcançar objetivos como o desenvolvimento econômico, o pleno-emprego e a estabilidade monetária, que as forças econômicas por si só seriam incapazes de promover dada a natureza de poder das relações de mercado (Meidner, 1988; Myrdal, 1960). Não bastava apenas intervir nas relações dos agentes econômicos privados, era preciso reorganizá-las politicamente segundo uma estratégia nacional de desenvolvimento, para que as instituições econômicas produzissem em seu próprio *modus operandi* a distribuição de renda almejada. A intervenção política concertada entre as classes e orientada segundo uma estratégia nacional de desenvolvimento tinha por objetivo readequar as instituições capitalistas de modo a que houvesse transferência de capital e mão de obra dos setores menos eficientes, competitivos e tecnologicamente sofisticados para os mais. A meta era concentrar os fatores de produção nas maiores companhias suecas, mais capazes de integrar-se competitivamente nas cadeias globais de comércio, o que era dada a dependência sueca do comércio internacional para gerar a demanda necessária ao investimento doméstico (Meidner, 1998, p. 161). O lucro privado passou a ser considerado não uma questão meramente privada, mas um fator que encontrava sua possibilidade de existência na adequação à estratégia social-democrata de desenvolvimento do modelo Rehn-Meidner. Como afirma o cientista político Mark Blyth em seu estudo sobre a Suécia, “social and economic policy came to be seen as one and the same thing” (2002, p. 124), cabendo à política social do Estado de bem-estar sueco um papel não apenas compensador mas de suporte ao almejado processo de transformação institucional da economia, envolvendo mudanças na estrutura de propriedade e de classe da sociedade sueca, favorecendo tanto a mobilidade do capital e do trabalho em direção aos setores mais complexos, dinâmicos e

competitivos da economia nacional, como a concentração estatal da poupança pública, para facilitar o controle do Estado sobre o capital privado.

Assim, a política econômica não estava divorciada dos valores de caráter socialista, defendidos pelos social-democratas, sendo elaborada tanto para promover o crescimento econômico via industrialização e sofisticação tecnológica, quanto para promover, pelas políticas sociais, as transformações que refletiam os interesses politicamente dominantes na coalizão governante. Assim, o Estado sueco passou a orientar um processo de desenvolvimento econômico acoplado à redistribuição de renda em favor dos assalariados, com redução das margens de lucro, sustentado em uma coalizão de classes entre trabalhadores, agricultores e empresários. O poder político seria utilizado ativamente para produzir transformações qualitativas de alcance tanto econômico quanto social, refletindo um pacto de dominação entre a classe trabalhadora urbana organizada e os camponeses (forças representadas pela coalizão Red-Green governante), além da burguesia industrial e dos setores de empregados técnicos (white-collar), que participavam das negociações coletivas de salário, conduzidas segundo um modelo neocorporativista. Dessa forma, “state intervention would be used to induce structural changes in the economy in order to increase its efficiency. Public power, above all, would be used to affect the distribution of the results of production. Through fiscal and social policies a more equal distribution of income would be achieved.” (Korpi, 1978, p. 82). Considerando que a economia sueca estava historicamente vinculada de maneira intensa ao comércio mundial, em grande parte devido ao restrito escopo do mercado interno, a integração competitiva às trocas internacionais, através das exportações, era crucial, o que demandava a existência de empresas nacionais de grande porte, eficientes e com base produtiva pelo mínimo ao nível do estado da arte da tecnologia mundial, garantindo receitas ao país através da elasticidade-renda das exportações, de modo a sustentar os lucros privados necessários à manutenção dos investimentos produtivos, para garantir a alta empregabilidade da mão de obra local.

Desse modo, não houve oposição entre o setor privado e o Estado, como já defendido, mas sim a reinvenção institucional do capitalismo segundo critérios políticos de promoção conjunta do bem-estar, da eficiência e do equilíbrio macroeconômico, nas condições materiais e ideológicas tipicamente suecas. Os próprios sindicatos, ao invés de se colocarem contra os mecanismos competitivos de mercado, defendiam-os como uma forma de pressionar as empresas a aumentarem sua produtividade e a internacionalizarem-se de maneira proveitosa para elas e para o país, uma vez que,

dessa forma, segundo viam, seria possível aumentar o poder de negociação dos trabalhadores, os que operacionalizavam a produção, para fins de garantir maiores ganhos salariais. Os sindicatos defendiam sua participação na estratégia política de redimensionamento e transformação do capitalismo a favor da produtividade e da democratização da renda, ao invés de serem meros agentes passivos das relações de mercado (Shonfield, 1968, p. 302; 307). Tampouco estava em pauta a abolição da propriedade privada e a superação do capitalismo, mas o que se colocava era uma questão ainda mais ousada, ou seja, a de realizar os fins do socialismo, ou seja, a redução cada vez maior das desigualdades sociais e a efetivação de maiores níveis de solidariedade na sociedade, combinando os meios capitalistas de competição empresarial e o ativismo governamental no campo da definição não-hierárquica da política salarial, da prestação de serviços públicos financiados pela taxação sobre o consumo e parte dos lucros privados e por uma política ativa de melhoramento dos recursos humanos, através da universalização da educação básica, de programas de treinamento e da capacitação profissional.

Desse modo, se a social-democracia na Suécia de fato representou um fenômeno estrutural do capitalismo, como defendido por Przeworski (1985, p. 43), por outro lado é impossível, como se demonstrará adiante, limitar a compreensão da social-democracia a uma adequação do programa e das políticas do Partido Social-Democrata ao “realismo” do capitalismo. Ao contrário, o planejamento governamental do modelo Rehn-Meidner dedicou-se a transformar, por meios políticos, as estruturas do capitalismo sueco, a fim de tornar a empresa e os lucros privados funcionais à redução das desigualdades sociais e à construção de níveis de solidariedade mais densos e abrangentes. O objetivo era transformar a Suécia na “casa do povo” (*Folkhemmet*), na expressão de Per Albin Hansson, isto é, onde todos pudessem se sentir confortáveis e reconhecidos em um padrão igualitário de sociabilidade tipicamente nacional sueca. As políticas econômicas e sociais adotadas pelos social-democratas incorreram em uma mudança nas relações de poder entre as classes na sociedade sueca, incrementando a posição tanto dos trabalhadores quanto dos burocratas governamentais e dos grandes capitalistas, às expensas dos pequenos e médios proprietários que, no entanto, não seriam alijados da produção e do Estado de bem-estar social, mas integrados em uma nova posição, proletarizada, em setores econômicos dinâmicos e internacionalmente competitivos (Steinmo, 1988, p. 405). Essa nova configuração de poder, no qual os grandes industriais e os trabalhadores compartilhavam a condição de classes

politicamente dominantes, em um arranjo político não ameaçador, ao menos até a década de 70, ao poder econômico dos grandes capitalistas, acabou gerando uma série de impasses, que, como será visto adiante, a social-democracia não foi capaz de resolver.

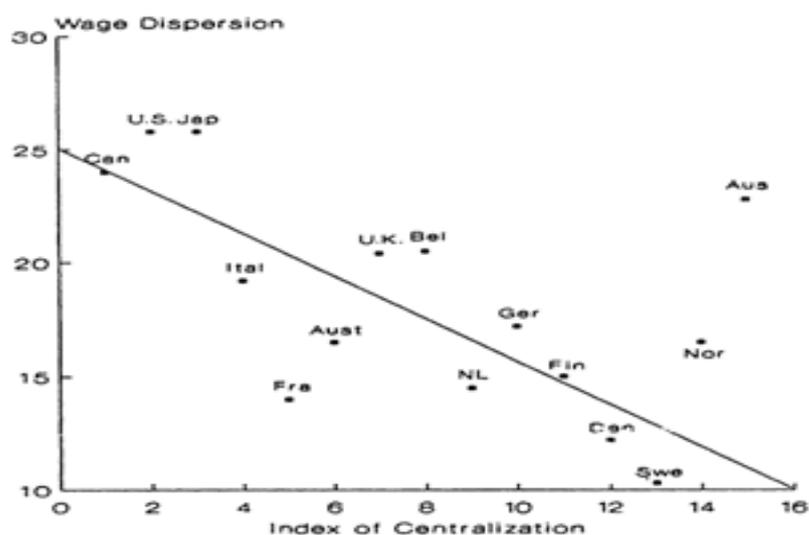
Os componentes centrais do plano foram: 1) o arranjo neocorporativista centralizado em nível nacional, de concertação tripartite entre governo, empresários e trabalhadores organizados, das negociações centralizadas de salário; 2) a chamada “política salarial solidária”, que estabelecia o princípio de “pagamento igual para trabalho igual” independente da lucratividade das empresas e estabelecida de forma participativa, negociada e inclusiva através das negociações centralizadas de salário. Essa política salarial não apenas seria elemento central de redução das desigualdades salariais, priorizando o aumento às categorias pior remuneradas, como também seria fundamental para a realocação dos fatores de produção dos setores menos eficientes para os mais eficientes. Visava-se com isso promover a concentração econômica nos setores mais produtivos e a competitividade internacional das empresas nacionais sobreviventes, como também seria fundamental para o controle inflacionário, uma vez que o enxugamento dos lucros corporativos pelo aumento dos custos do trabalho evitaria o consumo ostensivo por parte dos empresários e levaria os sindicatos a moderarem as reivindicações de aumento salarial, contribuindo igualmente para a estabilização dos preços e das relações entre patrões e empregados. Assim, o modelo Rehn-Meidner criou uma alternativa igualitária e pró-desenvolvimento ao mecanismo marshalliano de reestruturação produtiva, deslocando a mão-de-obra dos setores menos para os mais dinâmicos. Isso se deu não através do incentivo das desigualdades salariais entre eles mas justamente pela equalização dos salários inter-setoriais, forçando a especialização produtiva nos segmentos mais eficientes e competitivos da economia sueca, aumentando assim a produtividade global da economia; 3) uma política ativa de recursos humanos, com o intuito de capacitar as pessoas para tornarem-se profissionais qualificados em uma economia capitalista aberta e competitiva, tornando-as capazes de serem transferidas de um setor para outro e colaborando assim para o pleno-emprego, o que era conveniente para a promoção do pleno-emprego dado o esmagamento deliberado das firmas menos eficientes e a expectativa de que as mais eficientes pudessem absorver a mão de obra. Como o plano tinha por objetivo não a ativação da demanda por mão de obra através dos gastos públicos, como defendia o keynesianismo, mas a reestruturação produtiva a fim de selecionar as empresas mais eficientes sem

incorrer em perdas salariais ou de empregos para os trabalhadores, a ênfase recaiu não em políticas anticíclicas de estímulo à demanda agregada mas de reformas pelo lado da oferta, através de políticas ativas de recursos humanos, para incentivar a mobilidade do capital e do trabalho dos setores menos para os mais eficientes; 4) uma política fiscal restritiva combinada com um sistema de tributação fortemente indireto, de modo a impedir a aceleração inflacionária pelo superaquecimento da demanda quanto a consequente pressão por aumentos salariais incompatíveis com o crescimento das empresas, assim como garantir a apropriação privada limitada do excedente econômico a fim de que pudesse haver recursos para o investimento por parte das grandes companhias sem que com isso aumentassem as desigualdades econômicas e políticas. Diferente do keynesianismo, o plano foi criado não para recuperar o nível de demanda de um país em recessão, mas de desenvolver economicamente e diminuir as desigualdades de renda em um contexto nacional em que o crescimento econômico já havia e devia ser orientado para a inserção competitiva das empresas nacionais em uma ordem econômica internacional que estimulava o adensamento das relações comerciais entre os países. Segundo as intenções desse plano, o aumento da produtividade dar-se-ia junto com a distribuição equitativa das riquezas produzidas, sendo ao mesmo tempo consequência do modelo distributivista adotado, gerando uma sociedade ao mesmo tempo próspera e justa. Esse grau de eficiência produtiva acompanhado de uma distribuição igualitária da riqueza produzida seria possível através das negociações coletivas salariais centralizadas, que propiciaram a formação de um pacto social que deu suporte e “enraizamento” à estratégia nacional de desenvolvimento propugnada pelos social-democratas.

Como já analisado, o neocorporativismo nacionalmente centralizado adotado na Suécia não foi propriamente um elemento estranho na história política do país, uma vez que desde o início do século XX estabeleciam-se acordos, sem participação dos governos, entre os trabalhadores e os empresários organizados, de modo a criar um ambiente de relacionamento mais pacífico e harmonioso na esfera do trabalho, em que nenhuma das partes envolvidas colocava em xeque as instituições políticas democrático-representativas. Com a ascensão dos social-democratas ao governo, tais esforços passaram a ser oficialmente incentivados, uma vez que permitiam a um partido com ampla base trabalhista traçar estratégias de médio e longo-prazos, visando ao melhoramento das condições de vida não só dos trabalhadores, mas de toda a coletividade nacional, tornando o país uma “casa do povo”. As negociações

centralizadas de salário, por sua vez, apresentam a especificidade histórica de colocarem o governo e a burocracia pública como agentes de negociação, sem, entretanto, interferir com a autonomia das entidades de classe reunidas. As negociações centralizadas de salário foram baseadas nos acordos de Saltsjöbaden de 1938, que estabeleceram a cooperação e o compromisso entre capital e trabalho como fator de promoção do desenvolvimento nacional, no interesse de todos. A figura seguinte ilustra o alto grau de centralização do neocorporativismo sueco em comparação ao de outros países da OCDE.

Figura 2 - Comparação entre o grau de centralização das negociações tripartites e a dispersão salarial nos países da OCDE.



Fonte: IVERSEN, Torben (1996, p. 412).

As negociações centralizadas de salário constituíram assim um mecanismo institucional neocorporativista de barganha entre os trabalhadores, organizados de maneira bastante centralizada na principal central sindical sueca, a LO; os empresários, organizados na SAF; e o governo, ocupado por uma coalizão entre o Partido Social-Democrata, de base operária, e o Partido Agrário, de base camponesa, com a hegemonia do primeiro. O “acordo histórico” entre capital e trabalho no período foi facilitado pelo neocorporativismo, que servia como instância formal de produção de consenso em torno das metas de desenvolvimento e distributivas do governo social-democrata. Ao se colocar às mesas de reunião, o governo passou a orientar o sentido das negociações,

uma vez que as políticas salariais a serem concertadas não seriam meros instrumentos de disputa entre as classes pela aquisição da renda nacional, porém seriam, além disso, mecanismos de coordenação, racionalização e reestruturação das relações econômicas suecas. O nível de consenso a ser atingido deveria propiciar um alto nível de coesão e harmonia nas relações de trabalho, evitando o recurso tanto das greves sindicais quanto de lock-outs patronais, permitindo ao governo um nível suficiente de estabilidade a fim de viabilizar o planejamento almejado pelos social-democratas (Crespo, 2007, p. 8). A política salarial adotada não seria apenas a coordenação política do preço da força de trabalho, pois atrelava-se essa dimensão a de reconfiguração industrial, de modo a concentrar a alocação de recursos nos setores industriais mais competitivos, promovendo assim uma especialização econômica em grandes corporações nacionais mundialmente competitivas. A política salarial seria também uma política industrial, e estaria incorporada na estratégia nacional de desenvolvimento social-democrata.

A centralização das negociações assim como das entidades de classe reunidas era assim indispensável para o êxito do plano Rehn-Meidner em nível nacional, de modo a gerar legitimidade e condições de efetividade, por meio de uma concertação de classes respaldada em um projeto nacional de “casa do povo”, para um conjunto de políticas econômicas e sociais de caráter transformador. No entanto, também houve negociações em níveis setorial e local, embora atrelados aos acordos centralizados (ibid: p. 6). Procurou-se conservar o máximo possível de autonomia para as negociações entre a LO, a TCO, como representantes dos trabalhadores de colarinho azul e branco respectivamente, e a SAF. Coube ao governo o papel de coordenação mais do que de intervenção direta, garantindo que os acordos resultantes estivessem de acordo com os objetivos de promover ao mesmo tempo uma maior igualdade de rendimentos entre as categorias e a racionalização das relações econômicas, transferindo capital e mão de obra dos setores menos para os mais eficientes e tecnologicamente sofisticados. Assim, em termos políticos, o neocorporativismo funcionou como limitador do poder dos industriais em benefício dos trabalhadores, democratizando as relações de poder entre as classes embora sem abolir a primazia política do capital sobre o trabalho. Isso, por sua vez, foi crucial para a implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento em benefício de todos os grupos sociais, não apenas dos capitalistas (Sejersted, 2011, p. 308).

Dessa forma, esse arranjo institucional neocorporativista permitiu ao governo promover uma política salarial que funcionasse ao mesmo tempo como redistributiva e

indutora do crescimento e do desenvolvimento econômicos, em um quadro institucional de eleições periódicas regulares. A coordenação tripartite da política salarial fundamentava-se não apenas na produção de consenso quanto ao estabelecimento do preço da força de trabalho. Também inseria essa variável em uma estratégia nacional de desenvolvimento voltada para a produção de melhores indicadores econômicos e otimização dos custos de produção através da distribuição via salário da renda nacional. Possibilitava, assim, maior competitividade internacional das firmas nacionais e evitando tanto a via keynesiana de estímulo à demanda agregada pelo déficit fiscal quanto a via ortodoxa de estímulo ao investimento pela redução dos custos do trabalho. Nesse sentido, é possível afirmar que o desenvolvimento do corporativismo de perfil societal e pluralista esteve associado ao reforço da capacidade de planejamento e intervenção para a construção de um Estado de bem-estar social economicamente desenvolvido. A dinâmica de funcionamento desse arranjo neocorporativista pode ser assim descrito:

“Governments supported centralized bargaining because it facilitated rapid growth that aided the electoral fortunes of the governing parties. Strong unions and employers’ associations also helped maintain the political monopoly of mainstream parties by providing financial and organizational support. Politicians, in turn, nurtured the institutions of centralized bargaining by granting representational monopolies to the peak associations of capital and labor, rewarding unions for their restraint and attending to their distributional interests. By and large, this ideal type description is best approximated in the Nordic countries, where centralized industrial relations and secure social democratic governments committed to full employment produced both wage compression and a rapid expansion of pensions and other social rights.” (Iversen, 2005, p. 43).

As negociações centralizadas de salário ocorriam segundo esse roteiro, consentido entre os participantes:

- (1) During the early summer government officials, employers, and union leaders will begin to reflect in public speeches on the wage negotiations for the next calendar year, and discuss wage increases, pensions, shorter hours, and other demands which are expected to arise. The form book is studied intently as the runners go into training. (2) The representative council of LO meets in September. This is a practice which LO began in 1937, as part of the move to wages solidarity, and it provides an opportunity for unions whose agreements expire within the next few months to attend a conference at which general information about the economic situation is given, and principles that seem advisable for the coming round are outlined. Any statements formulated (they have been made public since 1947) are expressed in the form of RECOMMENDATIONS to the unions. If the outlook is uncertain the council may take a "wait and see" attitude, and decide to meet again in November. The council of TCO also meets and weighs up the form. (3) In October or November the National Institute of Economic Research publishes an autumn report, which contains an ex-post analysis of economic trends, as well as an assessment of likely trends in the near

future. This forms the basis for Riksdag debate and discussion of the economic situation. (4) For agreements expiring at end December the usual time for giving notice is 30th September (although the date can be postponed by mutual agreement) and the unions begin to draw up the line of advance which, in consultation with branches, they have in mind for the coming year. The government may have discussions and exchange of information with LO and TCO. (5) The council of LO meets again. It may recommend " restraint ", or " moderation ", make policy declarations about prices, cost of living, women's wages, and other important determinants. (6) In December the unions submit proposals and demands, and negotiations begin. (7) In January the national budget division of the Ministry of Finance presents a report on economic trends (an Economic Survey) which may or may not give estimates of the likely scope for income increases. The finance minister presents his budget, and discusses the requirements for economic equilibrium in the light of the national budget report. He may suggest what level of nominal wage increases is reconcilable with economic stability or he may, as in 1955, issue a severe warning to the unions that the scope for wage increases is extremely limited. (8) The first of the important agreements, usually the national agreement in the engineering industry, is concluded, and other agreements follow in quick succession, often after extensive use of the mediation facilities provided by the government. No arbitration is used. (9) Salaried employees in state, municipal, and private employment negotiate their increases for the coming year. New salary scales for civil servants came into force in 1947 which established the principle that a bonus clause should provide a safety valve to enable civil servants to keep their salaries in line with the general movement of wages in the private sector. (10) Prices are fixed for agricultural products. The objectives of agricultural policy agreed in 1947 were primarily social in character, and aimed at giving the agricultural population a reasonable standard of living in relation to other sectors. In terms of the detailed cost calculations, both farmers and workers had a common interest in raising wages, since wage costs were automatically compensated for by the rules for determining farmers' incomes, and this aroused great bitterness among consumers. A new system agreed since 1956 is less rigid, and agricultural wages and prices are no longer directly related to the wage negotiation season as they were before 1956." (Johnston, 1958, p. 217-8).

Durante a primeira rodada de negociações centralizadas de salário, de 1951 a 1952, a SAF demonstrou maior entusiasmo do que a LO devido à possibilidade vislumbrada pela federação industrial de conseguir aplacar o conflito de classes nas relações de trabalho, como as greves, através das reuniões institucionalizadas sobre o tema salarial. De início, assim, a SAF foi a principal interessada nas negociações centralizadas de salário, praticamente obrigando a LO a cooperar (Meidner, 1998, p. 77). No contexto inflacionário da Guerra da Coreia, as negociações eram vistas pela LO como uma estratégia menos eficiente para se conseguir maiores aumentos salariais do que a arbitragem governamental nesse aspecto. A SAF entendeu o mesmo, razão pela qual apoiou entusiasticamente essa política (Kjellberg, 2009, p. 181-3). O governo, embora tomasse acento nas negociações, atuava como agente de coordenação dos diálogos entre empregadores e empregados, evitando intervir abertamente, já que a

coesão e colaboração interclassista produzidas por essas negociações, amparada no histórico de busca autônoma de resolução dos conflitos entre as partes, era útil aos seus esforços para reestruturar a economia nacional, otimizando seus resultados tanto em termos econômicos, de produtividade, quanto sociais, de bem-estar. Relações informais entre o grande capital e o SAP também foram frequentes, embora evidentemente não formassem parte do plano Rehn-Meidner em suas proposições formais. Com efeito, eram frequentes durante todo o período estudado os encontros entre líderes empresariais e o primeiro-ministro, em sua residência de verão, localizada na cidade de Harpsund (Sejersted, 2011, p. 309). Dessa forma, os grandes capitalistas procuravam compensar a desvantagem política em relação aos sindicatos da LO, base social organizada dos social-democratas, e assim fortalecer a sua posição nas negociações, investindo parcialmente fora do corporativismo oficial formalizado. O arranjo neocorporativista das negociações centralizadas de salário continuou anualmente até 1983, quando a SAF e o Sindicato dos Metalúrgicos, setor este o mais bem remunerado entre os trabalhadores, decidiram retirar-se e negociar livremente por conta própria, pondo termo ao já então combalido Plano Rehn-Meidner (Meidner, 1993, p. 222). Até a ocorrência da ruptura de 1983, que significou o esgotamento definitivo do modelo Rehn-Meidner, embora não de toda a disposição institucional neocorporativista existente, as negociações tripartites regulavam coletivamente as relações de trabalho em função de objetivos comuns de desenvolvimento econômico, através da competição internacional e da distribuição de renda.

“joint regulation was based on the willingness of the two federations to compromise in order to avoid government intervention, on their common interest in maintaining Sweden's international competitiveness and economic expansion ,and o LO's acceptance of the employer's rights in the plant. Joint regulation was inter-related with the weakness of local union organization and a high level of centralisation. Centralisation was in turn related to industrial organisation, specialized monitoring and controlling apparatuses, and the legitimisating wage solidarity ideology of LO.” (Fulcher, 1976, p. 59).

Várias consequências práticas foram assim sucedidas, incluindo um seguro de saúde obrigatório para todos os trabalhadores, implantado em 1955, e a controversa reforma no sistema de pensões benéfica aos trabalhadores, com a criação da ATP, entre 1959 e 1960. Essa medida acompanhou o enfraquecimento da poupança privada e a transferência de recursos do setor privado para o público (Kosonen, 1992, p. 183). Com

isso, houve a centralização do sistema de poupança pelo Estado e o fortalecimento do poder financeiro público, o que despertou uma forte reação dos empresários e dos partidos de centro-direita. O apoio do governo social-democrata à criação da ATP provocou a retirada do Partido Agrário da coalizão governante, terminando assim com o Cow Trade, existente desde 1932 (Elgán e Scoobie, 2006, p. 87; Lundberg, 1985, p. 18). Isso, por um lado, deu ao SAP e à LO maior independência da bancada agrária e, por outro, enfraqueceu os social-democratas no Riksdag.

O elemento mais importante construído a partir dessas negociações, entretanto, foi a assim chamada política salarial solidária. Essa consistiu no cumprimento do princípio de “pagamento igual para trabalho igual”, independentemente da produtividade e da lucratividade das empresas. Ao priorizar os aumentos salariais para as categorias menos bem remuneradas, concentradas nos setores de agricultura e de florestas, e controlar as reivindicações salariais dos empregados com remunerações mais elevadas, objetivava-se reduzir as desigualdades salariais no bojo de uma estratégia de transformação da estrutura produtiva a partir da formação salarial, alcançando assim o pleno-emprego e a moderação inflacionária em uma nação industrial (Bohlin, 1999, p. 163-4; Crespo, 2007, p. 7; Hibbs e Locking, 1995, p. 98). Como não havia um piso salarial nacional, a determinação coletiva dos salários foi de crucial importância para os trabalhadores pressionarem por aumentos salariais compatíveis com as diretrizes de solidariedade estabelecidas pelo governo. Com isso, a determinação dos custos da força de trabalho não se daria pelos mecanismos auto-regulatórios do capital, mas pela negociação tripartite em um arranjo neocorporativo coordenado pelo Estado, seguindo o princípio de remuneração por trabalho realizado, e não pelas condições financeiras das empresas. A igualdade se daria entre as categorias, independentemente da empresa, o que favorecia as mais produtivas e lucrativas, em comparação com as menos eficientes. O padrão de aumentos salariais para todas as categorias, independentemente da empresa, era norteado pelas empresas exportadoras, mais lucrativas, tecnologicamente mais sofisticadas e, portanto, capazes de arcarem com maiores custos trabalhistas, ao contrário das empresas pouco lucrativas, que não possuíam acesso às cadeias internacionais de comércio (Pekkarinen, 1988, p. 319). Com isso, a orientação para os aumentos salariais de todas as categorias era conforme a produtividade dessas grandes firmas exportadoras mais a inflação, considerando ainda que as categorias menos bem remuneradas deveriam receber aumentos mais volumosos (Södersten, 1990, p. 51). Dessa forma, o governo, em parceria com sindicatos fortemente centralizados e as

federações industriais, coordenou a política salarial para que o aumento da massa salarial fosse efetivo, porém moderado, sendo menor para as categorias mais bem remuneradas. O objetivo era o de promover a reestruturação industrial pelo aumento dos custos trabalhistas, inviabilizando as firmas pouco lucrativas, concentrando recursos nas mais eficientes e evitando assim o recurso ao desemprego como fator de redução dos custos produtivos. Ao inviabilizar as empresas menos eficientes, ao mesmo tempo reduzindo as desigualdades salariais por favorecer os trabalhadores mais pobres, evitava, concomitantemente, o sobre-aquecimento da demanda, que levaria ao absolutamente indesejável aumento da inflação. A estabilidade monetária seria alcançada não pelo recurso do desemprego, mas do fortalecimento da solidariedade entre as categorias trabalhadoras, através de “uma autodisciplina colectiva impuesta por la política salarial de los próprios sindicatos” (Crespo, 2007, p. 7).

Dessa forma, houve a compressão das desigualdades salariais no período de vigência do modelo Rehn-Meidner (embora com mais intensidade no período em que se procurou nivelar todos os salários, como se verá adiante), como atestado nas tabelas 5 e 6. O objetivo dessa política era comprimir os lucros empresariais pelo aumento dos custos trabalhistas e por esse meio eliminar as empresas menos eficientes e competitivas, concentrando os recursos produtivos nos setores mais dinâmicos e capazes de integrar-se às cadeias mundiais de comércio, o que era fundamental em um país de reduzida demanda interna (Erixon, 2000, p. 10; Hibbs e Locking, 1995: p. 98). Ao tornar os custos salariais demasiado elevados para as firmas menos eficientes e competitivas, que seriam eliminadas, e suficientes para a lucratividade das firmas mais eficientes e competitivas, tornando a economia nacional sueca mais complexa e dinâmica ao mesmo tempo em que menos desigual e mais solidária (Berman, 2006, p. 185). Desse modo, as empresas foram politicamente pressionadas a racionalizar a sua produção e incrementar seu nível técnico justamente pela elevação dos custos da força de trabalho dos setores menos remunerados. Maior igualdade e maior bem-estar material para os trabalhadores foram assim as condições para a sofisticação produtiva das empresas nacionais, combinando igualdade e eficiência no processo de desenvolvimento nacional. Além disso, a transferência de capital e mão de obra para os setores mais fortes da economia significava a opção pelo fortalecimento do grande capital exportador como meio de favorecer o pleno-emprego, o controle da inflação e uma maior participação dos trabalhadores na renda nacional. Assim, o desenvolvimento econômico e o crescimento de grandes empresas nacionais exportadoras foram

estimulados através do caráter solidário e equitativo da política salarial, articulando em um mesmo processo os interesses dos trabalhadores e dos empresários sob a liderança do governo social-democrata. Assim,

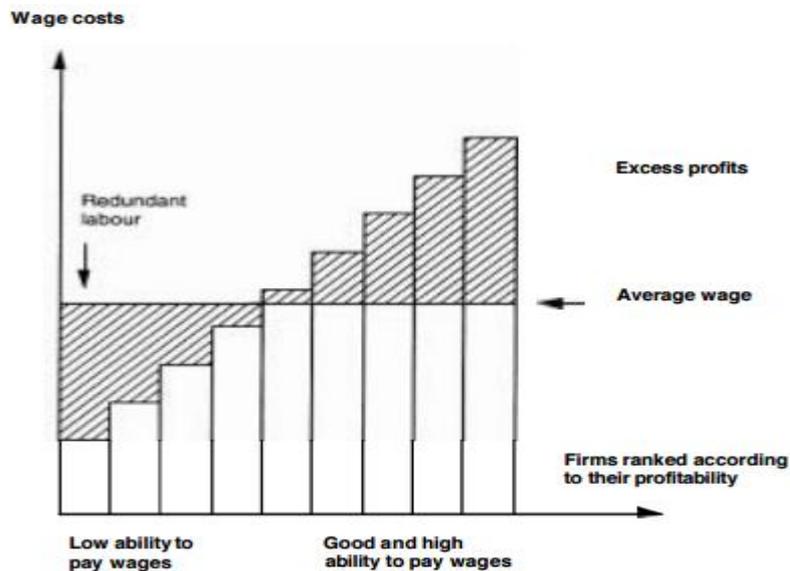
“the solidarity wage therefore not only contributed to demand restriction, it also promoted industrial reorganization. As wages were compressed, productivity enhancements emerged as the rational response among firms in such an institutional setting. Either firms innovated and added to productivity or, given profit capping, they stagnated and failed. Thus as well as being socially responsive, by putting a floor on wages this policy also served economic efficiency in that it forced businesses to upgrade production and thereby promote growth. Moreover, such a policy was noninflationary so long as central control of wages prevented leap-frogging wage claims by eliminating high-costs producers rather than cutting wages” (Blyth, 2002, p. 121).

Ao separar a política salarial das taxas de lucros e das pressões de mercado (ibidem; Meidner, 1993, p. 218) e reduzir as desigualdades de salário entre as categorias, assim como a margem de lucro das empresas, daí o seu caráter solidário, o governo social-democrata pretendia tornar o processo de desenvolvimento compatível tanto com o controle da inflação em baixos níveis, quanto com o fortalecimento político e econômico da classe trabalhadora e com a redução das desigualdades sociais. O Estado desenvolvimentista e o Estado de bem-estar social caminhariam juntos, pois entendia-se que o desenvolvimento e o bem-estar faziam parte de um mesmo processo de construção nacional da modernidade sueca.

Desse modo, o aumento da participação dos salários na renda nacional, sobretudo das categorias mais pobres, seria funcional à estratégia de desenvolvimento adotada, selecionando as empresas mais eficientes, vinculadas aos setores exportadores altamente complexos, através do aumento do bem-estar e do poder político da classe trabalhadora. A coordenação da política salarial, através de uma ampla concertação sócio-política produzida em arranjos institucionais neocorporativos, servia, portanto, não apenas como um fator para construir relações sociais mais igualitárias e solidárias, mas também para promover mudanças estruturais na economia, adaptando o conjunto dos fatores de produção para alcançarem níveis mais elevados de sofisticação técnica e de produtividade (Edil e Homlund, 1995, p. 6). O aumento dos custos trabalhistas favorecia a acumulação, pois os aumentos eram coordenados de modo a favorecer a moderação e a beneficiar sobretudo as categorias menos bem remuneradas, assim como permitiam às maiores empresas, altamente concentradas e com forte participação dos bancos nacionais na sua administração, manter taxas de lucro, de inovação e de expansão internacional suficientes para arcar com os custos crescentes da mão de obra.

A Política Ativa de Recursos Humanos, a ser analisada a seguir, complementava a política salarial solidária, ao facilitar a absorção da mão de obra tornada redundante pelos setores mais dinâmicos. Isso contribuía para incrementar a produtividade e a complexidade da economia sueca, servindo de apoio governamental ao processo de desenvolvimento através do planejamento pelo lado da oferta, e não tanto pelo lado da demanda, como preconizava o keynesianismo, embora o modelo sueco se assemelhasse a ele pelo papel ativo da intervenção governamental (Pekkarinen, 1988, p. 319). Entendia-se que políticas localizadas para estimular os segmentos mais avançados e rentáveis conduziram ao crescimento econômico e ao pleno-emprego (Meidner, 1992, p. 164). A figura abaixo esquematiza a relação entre os custos salariais e a lucratividade das empresas, demonstrando como o plano Rehn-Meidner serviu para reestruturar a economia nacional sueca, favorecendo a mobilidade de capital e trabalho para os setores mais lucrativos, capazes de sobreviver em um contexto de redução dos lucros pelo aumento salarial, sobretudo das categorias menos bem remuneradas.

Figura 3. Relação entre a política salarial solidária e a reestruturação produtiva.



Fonte: MEIDNER, 1993, p. 218.

Com isso, “wage inequality in Sweden declined precipitously during the 1960s and the 1970s” (Edin e Holmlund, 1995, p. 307). Houve redução nas diferenças de salário entre os trabalhadores e menos escolarizados, entre os mais velhos e os mais jovens e sobretudo entre homens e mulheres, sendo essa relação de gênero de particular

destaque na Suécia nesse período. A partir do final da década de 1950, a equalização dos salários de homens e mulheres passou a ser incluída no âmbito da política salarial solidária (Erixon, 2008, p. 14), o que demonstra que a busca pela igualdade de gênero no mundo do trabalho foi articulada à estratégia de desenvolvimento social-democrata. Na primeira metade da década de 60, as diferenças salariais entre homens e mulheres para as mesmas ocupações começaram a ser eliminadas por meio de acordos entre empregados e empregadores. Segundo Rudolf Meidner, que participou ativamente das discussões, “we argued that women’s wages should be increased more than men’s wages. Sometimes it was more symbolic than real. But beginning in the 1960s, we started to eliminate special wages for women” (Meidner, 1998, p. 80). Ambos os segmentos de trabalhadores participaram do aumento da produtividade na economia sueca, o que significou a efetividade do aumento da participação dos trabalhadores na distribuição da renda, refletindo assim o pacto de poder interclassista estabelecido nos governos social-democratas. Ao mesmo tempo verifica-se um descompasso entre o aumento salarial dos blue-collars em relação aos white-collars em benefício dos primeiros, menos bem remunerados de início e cuja central sindical, a LO, era mais organizada, centralizada e politicamente atuante. Com isso, e de acordo com a tabela 4, demonstra-se que houve na Suécia uma baixa dispersão entre os salários durante grande parte da execução do plano Rehn-Meidner em comparação a outros países, acompanhando a forte centralização do neocorporativismo sueco. Pode-se verificar nas tabelas a seguir as diferenças nos aumentos entre os trabalhadores industriais (blue-collar) e os empregados de escritório ou em quaisquer funções gerenciais e administrativas (white collar). Pela tabela 7 pode-se verificar comparativamente o quanto a taxa de lucratividade foi reduzida na Suécia no período de 1955 a 1972.

Tabela 3- Porcentagem anual de aumentos salariais de trabalhadores industriais adultos

Ano	Aumento negociado	Benefícios marginais	Variação salarial	Aumento total
1956	4.3	0	3.6	7.9
1957	2.6	0	2.8	5.4
1958	2.6	0	2.0	4.6
1959	2.0	0	2.6	4.6
1960	4.0	2.0	4.2	10.2
1961	3.6	0.7	4.1	8.4
1962	4.8	0.7	3.3	8.8
1963	2.8	1.8	4.1	8.7
1964	2.1	2.3	4.9	9.3

1965	4.2	1.9	5.6	11.7
1966	4.4	0.4	4.1	8.9
1967	3.5	1.4	3.2	8.1
1968	3.2	0.4	3.5	7.1
1969	5.8	0.5	5.2	12.5
1970	3.4	0.7	7.0	11.1
1971	6.8	N.A.	2.2	9.0

Fonte: Hart e Otter, 1976, p. 109

Tabela 4 - Porcentagem anual dos aumentos salariais dos trabalhadores de colarinho branco

Período	Aumento negociado	Variação salarial	Aumento total
1963-4	4.5	1.9	6.4
1964-5	3.8	3.3	7.1
1965-6	7.6	1.6	9.2
1966-7	6.1	0.1	6.5
1967-8	5.0	0.6	5.6
1968-9	3.9	0.8	4.7
1969-70	-	-	8.2
1970-1	-	-	6.8
1971-2	-	-	8.7

Fonte: Hart e Otter, 1976, p. 109

Tabela 5 - Dispersão salarial na Suécia

	Variância dos salários acima da média salarial	Variância dos salários abaixo da média salarial	Dispersão Total
1959	16,7%	-12,9%	29,6%
1961	16,8%	-12,4%	29,2%
1963	15,5%	-11,4%	26,9%
1965	15,3%	-10,6%	25,9%
1968	13,6%	-9,5%	23,1%
1970	11,2%	-8,8%	20,0%
1973	8,3%	-7,9%	16,2%
1974	7,4%	-7,3%	14,7%
1976	6,6%	-6,5%	13,1%
1978	6,0%	-6,7%	12,7%
1979	6,5%	-5,9%	12,4%

Fonte: SOU apud HJALMARSSON, 1990, p. 278

Tabela 6 - Dispersão salarial na Suécia²¹

	1962-1970	1970-1983	1983-1993
Dispersão Total	-0,34	-0,61	+0,49
Intra-indústria	-0,26	-0,63	+0,39
Intra-planta	NA	-0,598	+0,41
Inter-indústria	-0,50	-0,58	+0,76

²¹ Destaque para a diminuição da dispersão durante a vigência do modelo Rehn-Meidner e o aumento dessa após o esgotamento do modelo.

Inter-planta	NA	-0,46	+0,56
--------------	----	-------	-------

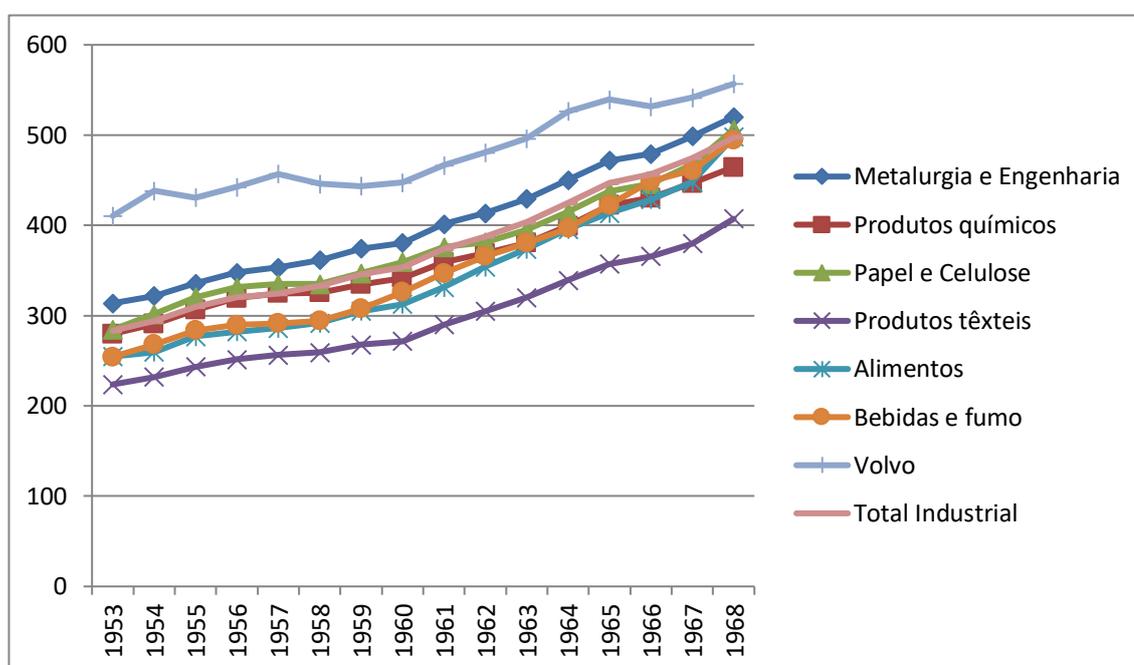
Fonte: HIBBS, Douglas; LOCKING, Hakan (1995, p. 100)

Tabela 7 – Variação da parcela de lucratividade bruta adicionada no valor bruto de bens manufaturados

Suécia	Noruega	Finlândia	Dinamarca	Holanda	Alemanha	Reino Unido	EUA	Canadá	Japão
-0.68	0.57	-0.55	-0.57	-0.37	-0.54	-0.37	-0.02	-0.15	0.01

Fonte: Adaptado de ERIXON, Lennart. The Rehn-Meidner Model in Sweden: its rise, challenge and survival. Disponível em: http://www2.ne.su.se/paper/wp08_02.pdf. Acessado em: 28/11/2016

Gráfico 2 - Salário médio por hora, em kronas de 1947²²



Fonte: Alexopoulos e Cohen (2003, p. 51).

A política salarial solidária possuía desse modo propósitos redistributivos e desmercantilizantes, ao procurar diminuir, por mecanismos alheios à competição mercantil, a diferença salarial entre as categorias, assim como entre homens e mulheres, de modo a promover uma sociedade mais justa e menos desigual. De um lado, fortalecia

²² Destaca-se a progressiva redução das desigualdades salariais no período considerado.

a unidade de cada categoria, evitando que houvesse diferentes remunerações para a mesma função, conforme a eficiência da empresa, o que era conveniente ao sindicalismo nacionalmente centralizado da LO e ao projeto de desenvolvimento. De outro, contribuía igualmente para a manutenção da harmonia no ambiente de trabalho, evitando que as disputas trabalhistas em torno de aumentos salariais compromettesse a eficiência, a produtividade e a estabilidade de preços. Assim, “Rehn and Meidner also considered solidaristic wage policy as a mean of attaining overall economic growth, primarily through structural change, and of alleviating inflationary wage-wage races” (Erixon, 2000, p. 10).

Por isso, também havia propósitos econômicos, ao pressionar os custos da força de trabalho visando inviabilizar as firmas menos eficientes e realocar os investimentos e a mão de obra para aquelas capazes de sobreviver a essa política salarial, devido à sua maior eficiência e capacidade de empregar e competir internacionalmente. Isso, por sua vez, incluía-se na estratégia de desenvolvimento adotada pela social-democracia na Suécia no pós-guerra, pois tinham por objetivo promover uma reestruturação da economia nacional, concentrando capital e trabalho nos segmentos mais complexos e dinâmicos, capazes de auferir rendas cada vez mais elevadas no contexto de crescente comércio internacional e da divisão internacional do trabalho. Assim, as barganhas centralizadas de salário, contando com a participação da LO, da SAF e do governo, estabeleciam um nível adequado da massa salarial, de modo que houvesse maior incremento das remunerações mais baixas em relação às maiores, sendo os salários negociados por categoria e estabelecidos independentemente da lucratividade das empresas. Houve assim a eliminação das firmas menos eficientes e competitivas, portanto, menos capazes de auferir lucros. Em uma economia internacionalmente aberta, o acesso às cadeias globais de valor era crucial para acompanhar os aumentos salariais, sobretudo dos trabalhadores em pior posição relativa de salários. A compressão das taxas de lucro promovida pela política salarial solidária, combinada com uma política fiscal restritiva, implicava na sobrevivência apenas das grandes empresas, capazes de auferir lucros na escala necessária para sobreviver e competir dentro e fora do país, pagando salários mais elevados devido à alta produtividade. Dessa forma, sobreviveriam apenas as empresas mais eficientes, cuja taxa de produtividade estivesse acima da média nacional, garantindo assim uma economia dominada por grandes firmas e conglomerados altamente concentrados e dedicados a atividades de alto valor agregado.

A opção política dos social-democratas pela concentração econômica deveu-se à visão de que somente essas grandes companhias eram capazes de auferir taxas razoáveis de lucros para acompanhar o estado da arte da tecnologia mundial, exportar com êxito seus bens e serviços para o mundo, através de uma integração bem-sucedida nas cadeias globais de comércio e assim ter condições de empregar a mão de obra dispensada pelas concorrentes nacionais fracassadas em condições de maior produtividade e com salários maiores dentro dos princípios igualitários da política salarial solidária. Além do mais, a virtual erradicação das empresas menos competitivas vinha ao encontro de uma visão social-democrata de sociedade baseada na polarização entre alta burguesia, de um lado, e a massa trabalhadora, de outro, com mediações corporativas ligadas ao Estado, zelando pela regulação coletiva e pela harmonia nacional (Hogfeldt, 2005, p. 542, 574-5). A estratégia de *profit-squeezing* assim como de redução das desigualdades salariais inseriu-se em um plano maior de desenvolvimento pela reestruturação institucional das relações econômicas e pela racionalização produtiva. A meta era a de que os resultados gerados pelo funcionamento do setor privado fossem socialmente mais igualitários e que a baixa lucratividade das empresas selecionasse as mais aptas a se adaptarem a uma economia cada vez mais sofisticada em termos tecnológicos. Através do aumento da remuneração ao trabalho e do bem-estar, tal modelo obrigava as firmas a adotarem meios produtivos tecnologicamente mais avançados, de modo a se tornarem internacionalmente competitivas e a gerarem rendimentos crescentes para o país.

Assim, dada a política fiscal restritiva como medida para o controle inflacionário e para evitar o financiamento a empresas relativamente ineficientes, o principal fator de estímulo à competitividade e de fomento ao crescimento econômico foi o nivelamento salarial por categoria, independente da lucratividade de cada empresa em particular. Essa estratégia foi crucial para eliminar as empresas menos competitivas, cuja mão de obra seria liberada para trabalhar nas empresas mais eficientes e competitivas nacional e internacionalmente, aumentando a eficiência global da economia nacional sueca ao mesmo tempo em que redistribuía renda e melhorava as condições de vida de toda a sociedade. As baixas taxas de juros praticadas no período e o forte controle financeiro praticado pelo Riksbank (Banco central sueco), também foram importantes para esse propósito, uma vez que apenas as maiores firmas possuíam capacidade de contrair empréstimos com maiores prazos, o que de certa forma as compensava. A vinculação histórica entre bancos e indústrias na Suécia, favorecida pelos governos social-democratas desde o início, foi crucial para favorecer o financiamento doméstico a baixo

custo para as empresas nacionais aperfeiçoarem seus meios e técnicas de produção, com preocupações econômicas e sociais de longo-prazo por parte dos emprestadores (Guimarães, 2016, p. 85; Hogfeldt, 2005, p. 524), evitando assim o recurso ao endividamento externo, fonte de dependência econômica e política. No período de 1949 a 1973, particularmente, o controle sobre a movimentação de capitais, assim como sobre o câmbio, foi severamente aplicado pelo governo, restringindo de forma bastante acentuada a movimentação de capitais (Oxelheim, 1990, p. 143; Waldeström, s/d, p. 230). O forte controle e regulação políticos do governo sobre o setor financeiro, que permaneceu legalmente estritamente nacional, até 1986, e participava muito pouco, até a década de 80, do mercado de ações, serviu para o propósito de subordinar os bancos à estratégia nacional de desenvolvimento. Os objetivos dos controles e regulações por parte do governo foram tanto de incrementar a produtividade e a sofisticação do parque industrial quanto de gerar o pleno-emprego, uma distribuição mais igualitária da renda e o financiamento dos serviços públicos pelos impostos (Oxelheim, 1990, p. 145; Hogfeldt, 2005, p. 549). Dessa forma, havia coerência entre a política macroeconômica e a política industrial, o que garantia a sustentabilidade do desenvolvimento sueco.

Essa estratégia contava com o apoio tanto dos maiores empresários, que se viam dispostos a assumir posições oligopolísticas no setor privado sueco e a competir com força internacionalmente, aumentando com isso a sua influência, quanto dos sindicatos, que não concordavam com o Estado sustentar firmas ineficientes através de subsídios, preferindo que essas fossem inviabilizadas por aumentos salariais, conforme a política salarial solidária e que houvesse a concentração das firmas, o que ia de encontro ao caráter centralizado e nacional da LO. Além disso, a política salarial solidária também teve efeitos anti-inflacionários uma vez que, ao determinar que as categorias menos bem remuneradas deveriam ter os maiores aumentos salariais, coibia a tendência de os salários dos trabalhadores melhor remunerados das grandes companhias aumentar acima das demais categorias empregadas em firmas menos eficientes, impedindo assim a espiral inflacionária pela ativação da demanda dos grupos de trabalhadores mais bem posicionados. A compressão dos lucros também teve consequências positivas para a estabilidade de preços (Erixon, 2000, p. 7-8). A reestruturação econômica e o desenvolvimento eram, portanto, pauta consensual entre os grandes industriais representados pela SAF e os trabalhadores organizados na LO. Juntos eles representaram o eixo urbano de sustentação da social-democracia sueca, enquanto ela

capitaneou uma estratégia de desenvolvimento econômico nos marcos produtivos e institucionais do capitalismo. Como afirma Jonas Pontusson:

“O axioma central do modelo era que os salários deviam ser determinados mais pela natureza do trabalho que pela capacidade de pagar dos patrões. O princípio do pagamento igual para trabalho igual iria permitir ao movimento trabalhista escapar da emaranhada trama de uma política de rendas. Pois iria amortecer rivalidades salariais, com a criação de uma estrutura de ganhos mais “racional”: os trabalhadores estariam mais dispostos a aceitar diferenciais baseados na natureza do trabalho. Ao mesmo tempo, ao comprimir os lucros empresariais de maneira seletiva, a diminuição das diferenças salariais iria promover o crescimento da produtividade. Por um lado, o esforço sindical harmonioso no sentido de aumentar os salários dos mal remunerados iria pressionar as margens de lucro das firmas e setores menos eficientes, forçando-os a racionalizar a produção ou a sair do negócio. Por outro, uma moderação nas reivindicações salariais dos bem-pagos promoveria a expansão das empresas e indústrias menos eficientes.” (Pontusson, 1996, p. 202)

A política salarial solidária consistiu assim no planejamento dos custos da força de trabalho de maneira articulada e consentida entre capital, trabalho e governo, servindo como um instrumento ao mesmo tempo para aumentar a produtividade e a eficiência do capitalismo nacional, através da redução das disparidades salariais e do fortalecimento do poder de barganha dos sindicatos, pela sua participação nas negociações salariais (Crespo, 2007, p. 6). Consistiu, portanto, em uma política ao mesmo tempo salarial, industrial e social, visando ao redesenho da economia pelo desenvolvimento das forças produtivas nacionais e a uma reordenação política e social, ampliando o poder político da classe trabalhadora urbana e rural e reduzindo as desigualdades entre as classes. As dimensões econômicas do desenvolvimento e sociais da construção de uma sociedade mais solidária e igualitária foram fundidas através do planejamento governamental voltado para garantir o pleno-emprego, sem inflação alta e a consecução da eficiência junto à igualdade, promovendo para isso a reestruturação global da nação no sentido de desenvolver não apenas as empresas nacionais mais competitivas, mas as relações entre capital e trabalho, assim como as relações sociais em geral no sentido de maior solidariedade e de menor diferenciação econômica e política.

Apesar da pressão sobre os lucros como eixo da estratégia de desenvolvimento e da oposição ao fundo de pensão da ATP, o grande capital industrial sueco apoiou o plano Rehn-Meidner por algumas décadas (Meidner, 1998, p. 77). A redução da competição doméstica em potencial atendeu aos interesses dessas empresas

oligopolísticas, que, possuindo perfil exportador, garantiram a especialização da economia nacional sueca na comercialização de bens e serviços de alta complexidade, assegurando uma balança comercial favorável. A política salarial, por seu turno, serviu como eixo de uma estratégia de racionalização econômica, com transferência e concentração de capital e mão de obra para os setores mais eficientes, aumentando a produtividade dos fatores de produção e a complexidade econômica do país, ao fortalecer o caráter tecnologicamente sofisticado da economia sueca. Entretanto isso não aconteceria espontaneamente, uma vez que era preciso que o Estado proporcionasse pelo planejamento as condições institucionais e materiais para que essa alocação fosse efetivada.

Pode-se entender que a criação de uma política ativa de recursos humanos por parte do governo, utilizando os recursos públicos do Estado, tinha por objetivo assegurar, por meio do planejamento, que a mão de obra liberada das firmas menos eficientes pudesse ser absorvida pelas mais eficientes, garantindo assim um dos principais objetivos do plano Rehn-Meidner, que era o pleno-emprego através da reestruturação produtiva. O plano Rehn-Meidner, ao insistir na mobilidade dos fatores de produção e no avanço tecnológico como alavancas do desenvolvimento econômico, sustentava que o pleno-emprego era possível, nessas condições, se houvesse uma intervenção adequada e eficaz do Estado do lado da oferta, tal como a capacitação da força de trabalho (Pekkarinen, 1988, p. 319). O pleno-emprego também era importante para os objetivos políticos da social-democracia, pois sua garantia prolongada ocasionava o aumento da massa salarial, em decorrência da diminuição da competição entre os trabalhadores por postos de trabalho. Assim, a política ativa de recursos humanos consistia em “uma estratégia para mobilizar a mão-de-obra do tipo e nas quantidades que irão ser necessárias para explorar ao máximo as oportunidades oferecidas pela nova tecnologia”, preocupada “em identificar as prováveis alterações na procura para as diferentes aptidões profissionais, organizando o treino e os incentivos em conformidade.” (Shonfield, 1968, p. 297-8).

O planejamento da mão-de-obra constituiu assim peça-chave da estratégia de desenvolvimento do período social-democrata, sendo, junto com a política salarial solidária, um instrumento de reestruturação econômica e social. O objetivo era promover, por meio da ação do Estado, sustentado em uma coalizão interclassista, o desenvolvimento econômico e uma distribuição de renda mais igualitária. Isso se daria pela realocação dos fatores de produção em setores mais produtivos e competitivos,

evitando que a liberação de mão de obra decorrente disso incorresse em aumento do desemprego e queda da massa salarial (Berman, 2006, p. 185), o que aconteceria espontaneamente em um quadro de política fiscal restritiva e de estrangulamento das empresas pouco eficientes. O deslocamento de mão de obra para os setores mais dinâmicos e de demanda aquecida também servia para restringir os lucros e os aumentos salariais nesses setores, contribuindo assim para a estabilidade de preços e para a redução das desigualdades de salário entre as categorias e entre trabalhadores e empresários (Ekholm, 2010, p. 22). Daí a importância da intervenção pública pelo lado da oferta, para possibilitar que os trabalhadores pudessem ser empregados nas firmas sobreviventes, com maior capacidade de lucros e, portanto, de contratação de mão de obra e de pagamento de salários maiores, eliminando, assim, o desemprego e a redução salarial como fatores de disciplina da mão de obra e de controle dos preços. Pode-se sintetizar da seguinte forma:

“O objetivo dessas medidas, tomadas do lado da oferta, não era apenas baixar a resistência dos trabalhadores à racionalização em curso. Elas visavam a acelerar o ritmo da própria reestruturação, subsidiando os custos de recrutamento de setores ‘avançados’, e reduzir a flutuação salarial, reduzindo os gargalos na oferta de mão-de-obra” (Pontusson, 1996, p. 203).

Cabia ao Estado “prever para prover”, ou seja, observar e antecipar os movimentos da sociedade para ajustar seus investimentos, a fim de proporcionar ao maior número de pessoas a possibilidade de encontrarem ocupação profissional conforme suas aptidões. Tanto os sindicatos quanto o partido social-democrata recusaram, portanto, a ideia de garantir estabilidade no emprego por si só; ao contrário, o Estado estimularia, por meio de uma política salarial benéfica aos trabalhadores em geral e de políticas sociais, a mobilidade dos trabalhadores para firmas mais lucrativas, com capacidade de empregar mais e de pagar maiores salários, tornando o país ao mesmo tempo socialmente mais igualitário e economicamente mais eficiente (Pontusson, 2005, p. 125). Houve a ampliação do setor público na execução dessas políticas, como a criação de agências públicas responsáveis por orientar os trabalhadores na procura de emprego compatível com a sua formação profissional e por centralizar as estatísticas sobre as relações de vagas e o número de desempregados. Além disso, a expansão do setor público teria por função absorver a mão-de-obra desempregada concedendo treinamentos e subsídios voltados para garantir a segurança dos trabalhadores e sua reabsorção no mercado de trabalho, sobretudo no setor privado

(ibidem; Viana, 2007, p. 46-7), mas com crescente participação do setor público, conforme demonstrado na tabela 8. Havia, assim, programas de formação profissional, de emprego temporário, de emprego em tempo parcial para jovens, de apoio à mobilidade geográfica com o intuito de reduzir as desigualdades regionais, de subsídios à contratação por parte das empresas e de fomento à autonomia. O prazo de duração dos programas era em média de quatro a seis meses, e tinha por objetivo incrementar a qualidade da mão de obra e facilitar a reabsorção dessas pelas maiores empresas, evitando o aumento do desemprego em um contexto de racionalização econômica, em detrimento das firmas de menor capacidade produtiva e financeira (Crespo, 2007, p. 16). A política social era, portanto, parte constitutiva da política econômica e da estratégia nacional de desenvolvimento social-democrata, de modo que havia uma relação de reciprocidade entre o pleno-emprego, o aumento da massa salarial, o controle inflacionário, a redução das desigualdades, o crescimento econômico e a sofisticação produtiva da economia sueca. Tal política também não se limitou a ser distributiva e compensatória, mas esteve inserida na estratégia de desenvolvimento, tendo sido funcional para a transferência da mão de obra para os setores exportadores intensivos em tecnologia e mão de obra, capazes de empregar maior contingente de trabalhadores e de pagar maiores salários. Houve, portanto, uma combinação virtuosa entre distributivismo e produtivismo, entre a proteção social e a estratégia de desenvolvimento, com ambas as dimensões se retroalimentando. Como afirmou Rudolf Meidner, “equality must not conflict with efficiency” (Meidner, 1992, p. 161).

O planejamento social-democrata do período de vigência do modelo Rehn-Meidner procurou, portanto, compatibilizar desenvolvimento econômico e promoção da igualdade, sendo essa última condição econômica para o primeiro, contrariando a visão convencional que defendia a contradição entre ambos os objetivos (Myrdal, 1973, p. 101; Ryner, 2002, p. 85). Assim, investimentos em educação, qualificação e treinamento profissionais foram realizados a fim de preparar a mão de obra para ser transferida de setores menos para os mais eficientes, facilitando o processo de desenvolvimento e de fortalecimento político e econômico da classe trabalhadora, sem provocar um nível alto de inflação, como demonstrado. Também foram criados subsídios específicos voltados para facilitar a contratação pelas empresas privadas em determinados setores com menor capacidade financeira, evitando ao mesmo tempo a inflação e o desemprego (Ekholm, *ibid*; Erixon, 2008, p. 6). A forte expansão do setor público contribuiu para a absorção de mão de obra, tornando-se o Estado um dos

principais empregadores na Suécia nas décadas de 60 e 70, como se verifica na tabela 8. As políticas sociais vinculadas à Política Ativa de Recursos Humanos apresentaram tendência de aumento continuado durante todo o período de vigência do plano Rehn-Meidner, como demonstrado na tabela seguinte.

Tabela 8 – Composição, em %, dos investimentos realizados pela Política Ativa de Recursos Humanos.

Ano	Informações	Treinamento	Criação de empregos	Programas para inválidos	Outros	% do PIB
1965	12.1	16.4	61.6	7.6	2.3	0.9
1966	13.5	20.1	55.5	9.0	2.1	0.8
67/68	11.6	25.8	52.4	8.6	1.6	1.2
68/69	11.8	25.3	51.0	10.6	1.3	1.4
69/70	15.6	28.9	41.1	12.7	1.7	1.2
70/71	13.9	30.8	36.2	17.0	2.1	1.1 (1.5)
71/72	9.9	23.8	52.6	12.5	1.2	1.8 (2.3)
72-73	9.5	22.3	55.5	11.9	0.8	2.1 (2.8)
73/74	10.9	25.5	47.3	15.6	0.7	1.6 (2.2)
74/75	13.4	27.0	35.9	22.7	1.0	1.2 (1.7)
75/76	13.3	24.8	37.8	23.3	0.8	1.4 (1.9)
76/77	9.0	27.6	45.3	17.5	0.6	2.1 (2.7)
77/78	8.5	29.1	46.8	15.1	0.5	2.6 (3.3)
78/79	9.4	36.0	38.0	15.9	0.7	2.4 (3.1)
79/80	10.1	37.0	33.9	18.2	0.8	2.2 (2.9)
80/81	11.2	32.9	31.5	23.4	1.0	1.9 (2.7)
81/82	11.2	32.9	31.5	23.4	1.0	1.9

						(2.7)
82/83	9.4	29.5	39.5	21.1	0.5	2.1
						(3.0)

Fonte: Adaptado de ERIXON, Lennart. The Rehn-Meidner Model in Sweden: its rise, challenge and survival. Disponível em: http://www2.ne.su.se/paper/wp08_02.pdf. Acessado em: 28/11/2016

Diferente do modelo keynesiano, não caberia ao Estado lançar mão do déficit público para aumentar o nível da demanda agregada, mantendo a mão-de-obra empregada. Ao contrário do keynesianismo, o modelo Rehn-Meidner foi construído para promover o desenvolvimento econômico com base nas condições nacionais específicas da Suécia. Houve, portanto, a adequação da política econômica a um contexto de alta demanda por mão-de-obra, em que o déficit público ocasionaria apenas inflação e aumento da taxa de juros, sendo prejudiciais tanto ao crescimento econômico quanto ao pleno-emprego. O papel do investimento público no modelo sueco não era, portanto, o de tirar a economia da recessão atuando pelo lado da demanda, até porque no contexto do pós-guerra não havia recessão, mas intervindo pelo lado da oferta, a fim de ampliar a produtividade através da preparação dos trabalhadores para serem transferidos para setores mais intensivos em mão de obra. Servia, assim, como subsidiário da política salarial solidária, de modo a que essa não produzisse desemprego e que o desenvolvimento econômico sueco, com ênfase em atividades de alta complexidade, fosse exequível em um contexto de pleno-emprego. O investimento social era, portanto, crucial para a melhoria do desempenho econômico. Como afirmou Rudolf Meidner,

“... labor Market policy was to be used to as a means to remove hindrances for a market economy of the type that the classical economic theorists dreamed of. The element of planning in this quasi-liberal ideology was reduced to the method for eliminating these hindrances. When the economy was freed from this it was thought that it could function according to the rules of the market and so do even better than in a consistently non-interventionist policy” (Meidner apud Blyth, 2002, p. 121).

Uma instituição fundamental e protagonista da Política Ativa de Recursos Humanos foi o Conselho Nacional de Mercado de Mão-de-Obra, fundado em 1948, que centralizou a execução do planejamento e do controle sobre os custos da força de trabalho (Erixon, 2008, p. 13; Shonfield, 1968, p. 298). Os resultados em termos de manutenção do pleno-emprego e de suporte à racionalização e concentração econômicas

podem ser considerados bem-sucedidos, uma vez que, como evidenciado nos gráficos 3, 4, 5 e 8, a produtividade da economia, sobretudo do setor industrial, onde o modelo se concentrou mais, aumentou significativamente nas décadas de 1950, 1960 e 1970; e como mostram o gráfico 13 e a tabela 14, o desemprego havia sido, no máximo, de 2,1% até 1980, só tendo superado a marca de 3% em 1983, quando o modelo se esgotou e houve uma descentralização e perda de importância do neocorporativismo preconizado pelo modelo Rehn-Meidner.

Outro componente importante do plano Rehn-Meidner foi a política fiscal restritiva combinada com um sistema de tributação indireto. As políticas anticíclicas estabelecidas na década de 1930 para promover a recuperação econômica sueca foram abandonadas no pós-guerra pelo êxito que obtiveram em combater a recessão e aquecer a demanda. A desvalorização do *krona* em 30% em 1949, a última até 1971, foi importante ao provocar, em alguma escala, efeitos anticíclicos a fim de incrementar a competitividade internacional das empresas suecas, marcando o comprometimento do SAP com o viés *export-led* do desenvolvimento. Isso, no entanto, não gerou efeitos adversos no conjunto da economia, pois nesse período o país se encontrava em situação de crescimento econômico e pleno-emprego, o que a princípio dispensava intervenções para ativar a demanda doméstica, embora essas ainda continuassem a vigorar, sobretudo em termos tributários, a fim de aplacar os conflitos que poderiam aumentar, dado o grande poder do sindicalismo naquele momento histórico. A forte recuperação europeia no pós-guerra foi importante para manter a economia sueca aquecida, dada a grande importância da demanda externa para o crescimento econômico sueco (Erixon, 2008, p. 10). O plano Rehn-Meidner, surgido nesse contexto, constituiu-se como uma estratégia política de transformação da economia, de modo a que seu funcionamento pudesse atender aos interesses que então compunham o pacto social e de poder hegemônico de Estado: enquanto os trabalhadores demandavam pleno-emprego e salários crescentes, os agricultores defendiam a continuidade dos subsídios agrícolas e os industriais, a primazia da empresa privada na decisão dos investimentos produtivos e uma taxa de lucros adequada. A estabilidade dos preços era consensual entre todos esses grupos, pois entendia-se que a inflação corroía o poder de compra dos salários, criava incertezas quanto à lucratividade futura dos investimentos atuais e comprometia a competitividade internacional dos bens e serviços suecos.

Além disso, a inflação intensificava o conflito distributivo, o que potencialmente corroeria a concertação de classes consolidada desde o acordo de Saltsjöbaden e

diminuiria a capacidade governamental de estabelecer estratégias políticas de médio e longo-prazo no interesse das classes e frações de classe que compunham o bloco de poder governante. Em um contexto de demanda aquecida, o gasto público pelo lado da demanda incorreria em déficit público sem elevar a produtividade, causando aumento inflacionário e das taxas de juros, além de concentrar renda nos setores industriais mais avançados e nas categorias mais bem remuneradas e organizadas. Para evitar esse cenário, os governos social-democratas optaram por uma política fiscal restritiva, em que os investimentos eram realizados pelo lado da oferta, através da política ativa de recursos humanos, e não pelo lado da demanda, que já se encontrava em um nível satisfatório para o crescimento econômico. O objetivo do governo ao promover uma política fiscal restritiva era evitar o aumento da inflação e incrementar a poupança pública (Erixon, 2000, p. 9), financiada por impostos sobre consumo e lucros e dirigida à ATP, para utilizá-la principalmente na Política Ativa de Recursos Humanos. Também visava-se auxiliar a reestruturação produtiva, pois o governo não usaria sua capacidade financeira para subsidiar empresas ineficientes, incapazes de se adaptar aos custos crescentes da força de trabalho (ibidem). A meta era, portanto, facilitar o deslocamento de capital e trabalho para os setores mais dinâmicos, facilitando a absorção de mão de obra qualificada pelas empresas mais bem-sucedidas e elevando a produtividade delas. Isso, por sua vez, resultava em maiores ganhos do Estado com a tributação e mitigava o desemprego, em um círculo virtuoso de crescimento e prosperidade que era revertido em aumento do bem-estar para a maioria (Erixon, 2008, p. 57). Como afirmou Erik Lundberg:

“Overall fiscal and monetary policy should be kept sufficiently restrictive in order to prevent the appearance of excess of demand and profit inflation in the most exposed sectors and regions. The lowering of the general demand pressure would mean that there would appear ‘islands of unemployment’ in the weaker sectors and regions of the economy. These unemployment problems should not be solved by inflating the economy but by selective measures, designed to create jobs on the spot as well as to support the movement of manpower (after vocational training) to expanding sectors and firms” (1985, p. 17).

Apesar da política fiscal restritiva, os investimentos do governo e das empresas estatais em setores selecionados foram importantes para a reestruturação produtiva. Embora não constassem abertamente no plano Rehn-Meidner, os subsídios foram

combinados à estratégia de desenvolvimento adotada, na medida em que favoreciam a criação de novos mercados e aumento da competitividade das maiores empresas nacionais, evitando assim o recurso inflacionário ao dispêndio público generalizado para sustentar a demanda (Erixon, 2000, p. 13). Houve investimentos e subsídios governamentais em setores considerados estratégicos que apresentassem algum problema financeiro, como os setores siderúrgico e naval nas décadas de 60 e 70 (Lindbeck, 1997, p. 1292). Como já analisado, a política social foi complementar à política econômica. Foram dispendidos crescentes investimentos em educação e inovação, além de medidas protecionistas e parcerias entre Estado e empresas. Determinados setores de ponta foram atendidos por subsídios, visando estimular a empregabilidade (Lundberg, 1985, p. 18). Mas não só por esse motivo, como também para favorecer a complexidade produtiva nacional. Determinados setores de ponta foram atendidos por subsídios como forma de estimular a empregabilidade (Lundberg, 1985, p. 18). Mas não só por esse motivo, mas também para favorecer a complexidade produtiva nacional. Houve um certo nível de expansionismo fiscal até a metade da década de 50, quando o modelo Rehn-Meidner começou a ser adotado com plena força, o que garantiu demanda para empresas como Asea, Scania-Vabis, Volvo e Atlas Copco. A Scania-Vabis e a Volvo, em particular, beneficiaram-se de medidas fiscais protecionistas ao setor automobilístico estabelecidas em 1947 e retiradas em 1954, quando essas empresas já haviam fortalecido a sua posição dentro do país (Erixon, 1996, p. 42). Universidades públicas, centros avançados de pesquisa, empresas estatais e as Forças Armadas constituíram polos importantes de geração de conhecimento aplicado às necessidades das maiores firmas suecas. Foram desenvolvidas, em parceria com as Forças Armadas suecas, a indústria de aviação militar e civil, por parte da Saab, da Volvo e da Asea; a indústria de carros, caminhões e ônibus por parte da Volvo e da Scania-Vabi; a indústria de rádio-comunicação por parte da Ericsson. Também houve a colaboração da Asea com o Departamento Estatal de Energia Sueco (Vattenfallsstyrelsen) na criação de um sistema de transmissão de alta tensão destinado à hidrelétrica de Harspranget, inaugurada em 1952, assim como essa mesma empresa colaborou com o Estado para desenvolver energia nuclear na década de 50, vindo a se tornar líder no setor na década seguinte, comprando nove das vinte plantas no país. Outro exemplo foi a colaboração da Ericsson com a estatal de telecomunicações Televerket a partir do início da década de 70, propiciando a criação de um sistema de tecnologia digital de comutação de circuitos telefônicos, o sistema AXE. Também foi

criado um programa de informática, liderado pela agência estatal *Matematikmaskinnämnden* (Agência Sueca de Maquinaria de Computação), criada em 1948, que construiu os computadores suecos BARK e BESK. Em 1971, o Estado sueco, através da Companhia Sueca de Desenvolvimento, formou, junto com a Saab e a SRT (subsidiária da empresa estadunidense ITT), uma *joint-venture* denominada Stansaab AS, para a fabricação de tecnologia informática para fins comerciais e de aviação. Investimentos em infra-estrutura também foram fundamentais para estimular a demanda doméstica e ampliar o consumo, garantindo um incremento de bem-estar em um contexto de compressão salarial para os assalariados melhor pagos e de política fiscal restritiva. Por exemplo, investimentos públicos na construção e na melhoria de auto-estradas, nas décadas de 50 e 60, foram fundamentais para estimular a demanda por caminhões. O programa de habitação Miljonprogramme (“Programa do Milhão”, destinado a construir um milhão de imóveis) aqueceu a demanda nos setores de construção civil, móveis e eletrodomésticos (Bohlin, 2014, p. 118; Erixon, 1996, p. 28, 43-5). O Estado, através tanto do governo central como dos governos regionais, teve, portanto, atuação decisiva no processo de desenvolvimento sueco. Assim,

“without the protection and support of specially designed public policies Sweden would not be the domicile of two (Scania and Volvo) of the three largest manufacturers of heavy trucks in the world. Without the public support from universities (elaborate education of engineers and advanced research), regional subsidies, and large advance public orders Ericsson would not have become the largest supplier of telecommunication systems in the world. Similar programs were developed for huge investments in energy production and systems, for highways and for housing: the Million Program between 1965 and 1974.” (Hogfeldt, 2005, p. 543).

As baixas taxas de juros praticadas, devido à forte regulação monetária e financeira aplicada pelo governo e à forte integração de topo entre bancos e indústrias, foram cruciais para facilitar o investimento e o consumo nesse período. Isso de certo modo compensou as maiores firmas, mais capazes de contrair créditos, da redução da lucratividade promovida pela política salarial solidária, que, por sua vez, era entendida pelos planejadores social-democratas como fator importante para a estabilidade de preços. A facilidade de tomada de crédito permitiu a essas empresas, em posição oligopolística no setor privado nacional, aumentar seus níveis de investimento (Oxelheim, 1990, p. 149; Meidner, 1998). A subordinação do Riksbank ao Parlamento

sueco permitiu às coalizões majoritárias lideradas pelos social-democratas controlar a política monetária, adequando-a aos propósitos de desenvolvimento e de redução das desigualdades. Também houve forte controle do governo sobre o setor financeiro sueco. Desde a década de 30, os social-democratas controlaram o setor financeiro, mantendo-o fechado ao mercado de ações e vetando a entrada de bancos estrangeiros no país, além de terem obrigado os bancos nacionais a atuarem em parceria com o poder público e a investirem em obras do governo, principalmente no setor de habitação (Oxelheim, 1990; Hogfeldt, 2005, p. 543; Honkapohja, 2012, p. 8). Como afirma Peter Hogfeldt, “since the equity markets in effect were closed down until the early 1980s and the Central Bank and the Ministry of Finance controlled the capital flows in the financial system, banks and insurance companies were forced to invest very heavily in public bonds, in particular to finance the very large housing programme” (2005, p. 543). Entre as medidas tomadas pelos social-democratas para fortalecer a posição financeira do Estado vis-à-vis os bancos privados tradicionais, destacam-se o fundo de pensões ATP, criado em 1959 e financiado através de impostos, que cumpriu importante papel no financiamento de obras públicas (ibidem), e a criação de um banco estatal de investimentos, em 1967, com o propósito de financiar grandes projetos industriais através da canalização financeira dos recursos da ATP (Katzenstein, 1985, p. 66; Mongia, 1982, p. 331). Assim, a regulação política sobre o setor financeiro, no contexto internacional de Bretton Woods, inseriu-se no âmbito da construção política do Folkhemmet. A regulação financeira visando estimular a tomada de empréstimos internacionais pelas empresas começou em 1974, como resposta ao choque do petróleo ocorrido no ano anterior. Até então, a determinação da taxa de juros visava facilitar a construção de moradias populares (Oxelheim, 1990, p. 227). O rentismo era desestimulado e os fortes vínculos administrativos entre bancos e grandes corporações, através de fundos de investimento de capital fechado, eram fortemente controlados pelo Banco Central, subordinado ao parlamento de maioria social-democrata, com o intuito de promover as condições creditícias para o investimento produtivo, o pleno-emprego e a construção de um amplo e universal Estado de bem-estar social. Além disso, havia forte controle do governo sobre transações financeiras internacionais, com o propósito de evitar que as empresas suecas deslocassem suas plantas industriais para fora (Lindbeck, 1997, p. 1292).

Ao contrário do que comumente se imagina sobre a Suécia, a política tributária dos governos social-democratas, até a década de 1970, foi menos progressiva do que a

de outros países da OCDE e orientou-se para possibilitar o maior nível possível de investimento privado, ao favorecer a concentração de capital nas grandes corporações, em detrimento das pequenas e médias, acelerando o ritmo de reestruturação econômica (Steinmo, 1988). Servia, portanto, como complemento à política fiscal restritiva, no sentido de estimular menos o consumo do que a produção, utilizando para isso incentivos ligados não à expansão das receitas, mas à necessidade de proteger os lucros privados, para que houvesse recursos para novos investimentos, que absorvessem mão de obra e gerassem rendas, sem causar surtos de inflação. Como se pode verificar na tabela seguinte, durante a década de 1950 a participação dos impostos no PIB sueco era menor que a de Alemanha, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos, acelerando a partir da década seguinte, quando é revertida essa posição relativa.

Tabela 9 - Participação dos impostos no PIB nacional (em %).

País	1955	1960	1965	1970	1975	1980
Alemanha	30.8	31.3	31.6	32.8	35.7	37.2
França	N.A.	N.A.	35.0	35.6	37.4	42.5
Grã-Bretanha	29.8	28.5	30.8	37.5	36.9	35.9
EUA	23.6	26.6	26.5	30.1	30.2	30.7
Suécia	25.5	27.2	35.6	40.9	44.2	49.9

Fonte: OECD. Long Term Revenue Trends, 1955-1980. 1981.

Houve a preferência pela tributação indireta sobre a direta, a fim de auferir tributos preferencialmente do consumo, em vez de dos lucros, com o objetivo tanto de evitar o superaquecimento da demanda e a escalada inflacionária, quanto de fomentar o investimento privado dos empresários (Erixon, 2008, p. 18; Steinmo, 1988, p. 418-20). Apesar de restritiva, a política tributária, associada à política de mão-de-obra, tinha por objetivo estimular a racionalização da estrutura produtiva, concentrando os investimentos em setores altamente produtivos e internacionalizados, deslocando a demanda para o exterior (Viana, 2007, p. 52). A ênfase na tributação indireta, conjuntamente à política fiscal restritiva, provocava assim restrição à demanda interna pressionando para baixo a inflação, o que era importante para moderar as reivindicações salariais e as ambições de lucro. Garantia, assim, um nível satisfatório de harmonia nas relações de trabalho e de estabilidade monetária, necessárias à realização de planejamento de longo-prazo tanto por parte das empresas quanto por parte do governo. Ao mesmo tempo, a tributação indireta favorecia indiretamente as grandes corporações,

ao eliminar as empresas menos eficientes, preservando o montante destinado ao investimento nas forças produtivas pelas empresas sobreviventes, o que favorecia a internacionalização delas. A política tributária foi desenhada para preservar os investimentos produtivos nacionais. Havia subsídios e isenções, em níveis nacional e regional, para a compra de bens de capital, ao mesmo tempo em que o governo tributava importações com o objetivo de proteger a indústria local (Hogfeldt, 2005, p. 543). A isenção tributária para investimentos privados em tecnologia incentivava que as empresas financiassem P&D. No contexto do pós-guerra e do modelo Rehn-Meidner, 90% das empresas investiam em pesquisa própria (ibid: p. 542). Dessa forma, a ênfase da tributação recaía sobre o consumo, preservando a produção e os investimentos em P&D, para estimulá-los através de políticas direcionadas para setores escolhidos pelo governo, tendo sido a Volvo, a SAAB e a Ericsson particularmente beneficiadas (ibid: p. 542-3).

Um instrumento importante nesse contexto, de caráter anticíclico, foi o Fundo de Reserva de Investimentos de Tributos, criado em 1938 e aperfeiçoado no início da década de 1950, que funcionava como uma reserva de lucros, livres de tributação, em uma conta associada ao Riksbanken. Os incentivos fiscais concedidos pelo governo aos empresários para facilitar a compra de bens de capital tinham por contrapartida o depósito de 46% dos lucros obtidos nessa conta oficial. Essa reserva era feita em momentos de crescimento econômico e só poderia ser utilizada sob autorização do Riksbanken em momentos de desaceleração ou recessão econômica, a fim de reaquecer a demanda agregada. Dessa forma, grande parte dos lucros foi poupada de tributação, sob a condição de que fosse aproveitada como recurso para políticas anticíclicas, estimulando os empresários a investirem em momentos de dificuldades. O governo também autorizava que as empresas retirassem até 30% da quantia depositada por um período maior que cinco anos e isentava de tributação até 10% dos investimentos retirados desse fundo (Bohlin, 2014, p. 121; Erixon, 1996, p. 46; Hogfeldt, 2005, p. 541; Ryner, 2002, p. 89; Steinmo, 1988, p. 420). Ao mesmo tempo, essa medida permitia que parte significativa dos lucros servisse ao interesse nacional e fosse mantida sob controle do Estado, servindo para fins anticíclicos. A não tributação desses lucros estimulava sua aplicação em um fundo público, no qual permaneciam até que pudessem ser utilizados, quando necessário, na reativação da economia sueca. Esse dispositivo era focalizado especialmente nas empresas mais eficientes e competitivas, capazes de elevar novamente as taxas de emprego e crescimento.

Ou seja, a social-democracia sueca inovou institucionalmente ao garantir que o lucro privado não aumentasse as desigualdades e fosse aproveitado para sustentar o pleno-emprego e o crescimento econômico, através de um mecanismo de “reciclagem” deles via mercado de crédito controlado pelo Banco Central (Pontusson, 1996, p. 203). Essa medida, juntamente com o planejamento negociado da política salarial solidária, contribuiu para o governo aumentar o controle político sobre os lucros, garantindo que eles servissem não apenas ao usufruto particular dos capitalistas, mas sobretudo como fator para o pleno-emprego, a ampliação dos serviços públicos e o desenvolvimento econômico, contribuindo para a construção política do Folkhemmet. Durante as crises do biênio 1957-58 e da década de 70, esses fundos oficiais foram utilizados para beneficiar os empresários, injetando recursos em uma economia em recessão ou estagnada, como se verá adiante (Erixon, *ibid.*).

Também houve a introdução em 1960 de um conjunto de impostos sobre a comercialização de bens e serviços, substituídos em 1966 pelo *mervärdesskatt* (Imposto sobre valor adicionado), que tributava inicialmente em 4% a comercialização de qualquer bem ou serviço, tendo sido progressivamente elevada. Isso demonstra a importância da via indireta para o recolhimento de impostos. A tabela seguinte expõe a variação histórica do percentual cobrado pelo imposto:

Tabela 10 - Percentagem de cobrança do *mervärdesskatt* sobre os produtos.

Ano	Percentual
1960	4.2
1961	4.2
1962	6.4
1963	6.4
1964	6.4
1965	6.4
1966	10
1967	10
1968	11.11
1969	11.11
1970	16.28
1971	17.65
1972	17.65
1973	17.65
1974	17.65

1975	17.65
1976	17.65
1977	17.65
1978	20.63
1979	20.63
1980	20.63
1981	23.46
1982	21.51
1983	23.46

Fonte: Steinmo, Sven. 1988, p. 428.

A opção por um sistema regressivo de tributação, priorizando a arrecadação sobre o consumo, e não sobre o lucro, inseriu-se em uma estratégia de apaziguamento político com os grandes capitalistas, além de ter facilitado a concentração industrial, ao manter a isenção das grandes corporações de impostos sobre a compra de equipamentos, como decidido em 1938 (Steimo, 1988). A política tributária esteve fortemente vinculada a uma política industrial comprometida com o gerenciamento anticíclico da economia, tendo como componente central um fundo de investimentos, criado em 1938, em que parte dos lucros era depositada no Banco Central, servindo tanto de controle sobre os lucros, reduzindo as desigualdades, quanto de reserva de capital a ser utilizada em momentos de recessão. Esse fundo era financiado pela aplicação, livre de impostos, de cerca de 40% dos lucros das empresas, como contrapartida às isenções para a compra de equipamentos. Desse modo, diminuía a margem de lucros taxáveis de cerca de 40-50% para 15-20%, dentro de um contexto de estímulo a investimentos crescentes, elevando a produtividade das empresas (Bohlin, 1999, p. 162-3; 2014, p. 121-2; Steinmo, 1988, p. 426).

Ademais, a tributação indireta era uma das fontes de financiamento da ATP, fomentando assim a acumulação estatal de recursos financeiros Estado, que seriam investidos em seguridade social, inovação e subsídios, compensando a regressividade da cobrança de impostos e inclusive contribuindo para o fortalecimento do controle do Estado sobre o capital, principalmente sobre os investimentos privados (Hogfeldt, 2005, p. 543; Lundberg, 1985, p. 18). O aumento da poupança pública através da ATP servia, portanto, como fator de promoção tanto do pleno-emprego e do desenvolvimento quanto da igualdade, já que a estratégia do modelo Rehn-Meidner combinava esses objetivos (Ekholm, 2010, p. 22). Os recursos financeiros da ATP serviram como fonte de recursos

públicos para obras de habitação, sobretudo o Miljonsprogramme, programa voltado para a construção de um milhão de moradias populares, e para investimentos produtivos em parceria com o setor privado. Junto às universidades públicas e aos incentivos fiscais para compra de equipamentos e proteção tarifária, foram importantes para orientar o desenvolvimento sueco e o crescimento de grandes firmas de ponta, como a Ericsson (Hogfeldt, 2005, p. 543). A poupança pública engendrada pela ATP também foi importante em um contexto de baixa formação privada de poupança (Lindbeck, 1997, p. 1294). Ou seja, o Estado sueco tornou-se o principal poupador nas décadas de 50, 60 e 70, com a poupança do setor público passando de 35% do total em 1962 para 44% dez anos depois (Erixon, 2000, p. 24), enquanto a poupança privada caía continuamente, de uma taxa de 6 a 7% na década de 1950 para apenas 5% na década de 80 (Lindbeck, 1997, p. 1294).

O crescimento do setor público durante o período de vigência do modelo Rehn-Meidner, financiado em grande parte pela ATP, também foi um fator importante para o êxito logrado. A dimensão do setor público foi, por um lado, alavancada pela ampliação da Política Ativa de Recursos Humanos, de políticas sociais voltadas para crianças e idosos. De outro, houve, nesse período, um grande esforço governamental de acelerar a industrialização, tendo em vista reduzir as desigualdades regionais e acelerar a acumulação capitalista nacional. Em 1962, foi criada a AB Export Kredit, empresa cuja propriedade era de 50% do Estado e 50% de bancos comerciais, voltada para financiar a exportação das empresas suecas, favorecendo a expansão internacional dessas firmas em um contexto de crescente competição entre os países (Bohlin, 1999, p. 165). O Estado, a partir de 1965, passou a fornecer empréstimo e subsídios para a criação e instalação de empresas em regiões selecionadas, financiando, por exemplo, os custos salariais e de transporte (ibid: p. 166). O setor naval também foi subsidiado a partir de 1963 (ibid: p. 165). Houve, também, a criação de inúmeras comissões, pastas, agências e empresas estatais voltadas para a diversificação industrial e o crescimento econômico, como a Comissão de Planejamento Econômico, em 1962, envolvendo a participação tripartite do governo, dos trabalhadores e dos empresários; o Ministério da Indústria, em 1969, e, em 1973, a Statens Industriverk, unidade de investigação vinculada a esse ministério, com o intuito de identificar setores industriais a serem desenvolvidos; o Conselho de Política Industrial; uma agência de desenvolvimento tecnológico; a Corporação para o Desenvolvimento Sueco; o Banco de Investimentos da Suécia, em 1967, para canalizar a poupança pública da ATP para investimentos eficientes tanto do

ponto de vista econômico quanto social; uma empresa destinada a adquirir e reestruturar indústrias em regiões com dificuldades econômicas; e um *holding* de empresas estatais (ibid: p. 165-6; Katzenstein, 1985, p. 66). De outro lado, o setor público demandava, fortemente, contratação de pessoal, tanto nacional quanto municipalmente, operando como “empregador de última instância”, principalmente para a mão-de-obra feminina, a partir da década de 60 (Lindbeck, 1997, p. 1280 e 1300).

Como forma de financiar esse crescimento, além da criação e expansão da ATP, foram introduzidos aumentos significativos na tributação direta sobre os rendimentos pessoais, sobretudo dos mais ricos, preferencialmente em relação aos rendimentos familiares e aos lucros corporativos (ibid.: p. 1300). A participação de impostos diretos no PIB cresceu de 12% em 1950 para 15% em 1960 e para 20% em 1970 (Sweden, 2010, p. 41). Como mostra a tabela 9, a participação dos impostos no PIB nacional foi crescente. Em todo caso, a participação dos impostos indiretos continuou significativa e crescente, conforme se verifica na tabela 10, incorrendo em uma relativa regressividade do sistema tributário sueco. A Suécia mantinha ainda em 1970 um sistema menos oneroso para os 0,1% mais ricos do que Inglaterra e Estados Unidos; com efeito, se nesses últimos países a taxa média para esse grupo era de, respectivamente, cerca de 78% e 60%, na Suécia era de cerca de 48% (Bengtsson, Holmlund e Waldeström, 2012, p. 32), embora fossem os empregadores que arcassem com os custos da seguridade social dos trabalhadores (ibid: p. 7). A tabela a seguir demonstra a variação da carga tributária na Suécia de acordo com a distribuição de renda:

Tabela 11 – Carga tributária por distribuição de renda na Suécia (em % da renda).

	P0-40	P40-60	P60-80	P80-90	P90-95	P95-99	P99-99.9	P99.9 - 100
1968	24.9	32.3	37.2	39.1	40.6	42.6	44.3	49.1
1969	24.6	34.4	38.9	40.9	42.3	44.4	47.4	44.1
1970	27.2	37.5	41.7	43.4	44.5	46.3	50.0	48.2
1971	24.7	36.4	41.8	45.2	47.5	49.2	53.3	54.0
1972	27.3	38.9	44.5	47.7	49.5	52.0	54.6	57.7
1973	28.6	39.3	44.3	47.3	49.8	52.0	56.3	68.4
1974	28.1	38.9	44.5	48.1	50.3	52.7	57.7	68.9
1975	29.4	41.0	46.7	50.1	52.2	54.7	59.9	79.8
1976	30.9	42.6	49.0	52.4	55.2	59.5	66.7	85.1

1977	32.2	43.7	49.8	53.4	56.0	60.7	68.3	82.6
1978	29.8	39.6	44.7	48.1	51.0	56.6	65.6	74.3
1979	30.8	40.1	44.9	48.2	51.3	56.4	65.6	71.6
1980	32.0	40.3	45.0	48.3	51.2	56.2	65.0	75.6
1981	32.4	40.7	45.3	48.3	50.8	55.4	63.2	70.1
1982	35.4	44.6	49.5	52.1	54.3	58.3	65.2	73.6
1983	35.9	45.0	49.2	51.0	52.6	55.5	62.4	70.6

Fonte: Bengtsson, Holmlund e Waldeström, 2012, p. 46.

O modelo Rehn-Meidner, em consequência da aplicação dessas políticas, reforçou a característica existente desde a segunda metade do século XIX de concentração da propriedade do capital e da utilização da mão de obra em poucas firmas privadas (Erixon, 1996, p. 62; Hogfeldt, 2005, p. 522). Essas firmas possuíam como características a alta concentração, respondendo por grande parte da produção e do emprego nas manufaturas; o perfil exportador; a importância para o país e para outras empresas, devido aos seus investimentos e capacidade de produção e aplicação de tecnologia; pagavam altos salários, em comparação com as demais empresas no país (Erixon, 1996, p. 21). Assim, essas companhias revestiram-se de caráter estratégico para os social-democratas, que dependiam do êxito delas para o pleno-emprego e para o governo arrecadar impostos a fim de subsidiar o crescente Estado de bem-estar social. Portanto, houve cooperação entre os social-democratas e os grandes empresários, pois a promoção do pleno-emprego, o fortalecimento dos sindicatos e a ampliação da assistência pública universal dependiam materialmente de um alto nível de concentração vertical dos recursos produtivos em firmas de larga-escala, exportadoras de produtos tecnologicamente sofisticados, sobretudo mecânica e engenharia no caso da Suécia (Hogfeldt, *ibidem*). O modelo de desenvolvimento adotado pela social-democracia sueca baseava-se na crescente especialização do país na produção e exportação de bens e serviços de alta complexidade, favorecendo a concentração da capacidade produtiva em grandes corporações privadas nacionais, de perfil exportador, utilizando para isso um conjunto de políticas ao mesmo tempo econômicas e sociais de caráter igualitário e produtivista. Os maiores bancos nacionais assumiam o topo da administração dessas empresas, gerenciando-as através de fundos de investimento de capital fechado. Os capitalistas suecos beneficiavam-se da proibição de bancos estrangeiros atuarem no país e do limite de 20% à propriedade estrangeira das maiores companhias. Ao mesmo tempo, os fortes controles e regulamentações governamentais sobre o mercado de

capitais, mantendo-o bastante restringindo, garantiam a utilização das poupanças para investimentos produtivos nacionais, contribuindo para a sofisticação produtiva das empresas suecas e para a geração de empregos, em um contexto em que o Estado, apesar de atuante, procurava praticar uma política fiscal relativamente austera (Hogfeldt, 2005; Sjögren, 2008). O nacionalismo econômico adotado pelos social-democratas permitia às maiores empresas desenvolverem-se e lançarem-se nas cadeias globais de valor de maneira competitiva. A concentração econômica deliberadamente engendrada pelo modelo Rehn-Meidner era vista como um meio de aumentar a eficiência, deslocando os investimentos e a mão de obra nos setores mais dinâmicos e intensivos em capital, em detrimento dos menos competitivos, que sucumbiriam devido à restrição de lucros aplicada. Dessa forma, “the Social Democrats vision of economic growth was large-scale production with ever-growing firm size, as resources are better used within a planned hierarchy than in markets; in particular, allocations to large investments and to large-scale R&D are more efficient” (ibid: p. 539). Concentração da propriedade e redução das desigualdades de renda faziam parte da mesma estratégia política, orientada para a construção de uma sociedade industrial moderna, eficiente e igualitária, onde a classe trabalhadora e os grandes empresários constituíssem polos dominantes.

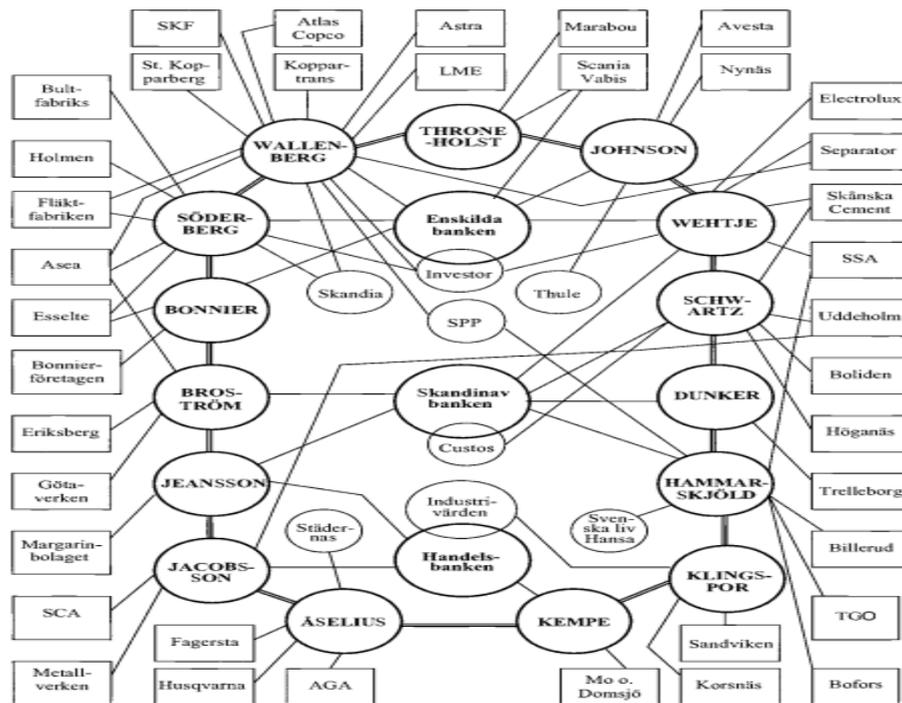
A Suécia constituiu um exemplo cabal da tendência, observada pelos economistas estadunidenses John Galbraith (1985 [1967]) e Adolf Berle e Gardner Means (1987 [1932]), de que haveria nas modernas sociedades industriais a concentração cada vez maior da propriedade em poucas mãos, com importante papel do mercado de capitais nesse processo. De acordo com a experiência sueca, e ainda de acordo com esses autores, isso se daria de modo que as grandes corporações tivessem um controle cada vez maior sobre os recursos produtivos, dentro e fora do país-sede, sobretudo através do controle acionário das empresas. O capitalismo seria um fenômeno cada vez mais “coletivo”, no sentido de que haveria a tendência à eliminação da pequena propriedade e à concentração de capital, trabalho e investimentos em poucas firmas, demandando técnicas cada vez mais racionais de gestão e contabilidade. Também por isso o perfil centralizado e o papel dos sindicatos seria reforçado, pois, devido à diminuição da competição engendrada pela concentração econômica, seria mais fácil organizar os trabalhadores, uma vez que eles não mais estariam tão submetidos às pressões de concorrência de outras empresas (Lundberg, 1985, p. 18). O padrão de propriedade na Suécia, reforçado pelo modelo Rehn-Meidner, era o de uma pirâmide em que no topo

havia uma família ou um banco controlado por uma família, na base, as empresas subordinadas ao conglomerado e ao nível intermediário, um fundo de investimentos de capital fechado (Hogfeldt, 2005, p. 525). O fato de haver uma participação cada vez maior dessas empresas no mercado de capitais ao longo do século XX não impediu que grande parte delas permanecesse sob a forma de propriedade familiar, já que a propriedade dos bancos suecos que administram as indústrias também é concentrada em poucas famílias, como os Wallenberg (Fulcher, 1976; Hogfeldt, 2005). Tal controle permitiu a nacionalização dos centros de decisão econômica e possibilitou a implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento. A alta concentração da propriedade não constituiu obstáculo à formação de uma coalizão pró-desenvolvimento e socializante, pois a estratégia de crescimento com redução das desigualdades salariais foi viabilizada pela maior capacidade das grandes firmas de arcar com os investimentos necessários à sofisticação produtiva e ao pleno-emprego. Além disso, o controle governamental, impedindo a participação estrangeira e direcionando as poupanças para investimentos da preferência do governo, era facilitado pela extrema concentração do complexo financeiro-industrial.

Em 1960, quinze famílias controlavam 41% das maiores empresas (ver figura 4) (Hogfeldt, 2005, p. 530). De acordo com dados referentes a 1964, as empresas que possuíam de 1 a 4 funcionários representavam 70% do total delas, enquanto o seu número de empregados correspondia a apenas 9% do total. Ao mesmo tempo, 444 firmas com mais de 500 funcionários respondia por 0,4% das empresas, ao passo que empregavam 40% da mão de obra do país. Ainda em 1964, as 293 maiores companhias privadas empregavam cerca de 735.000 trabalhadores, o que correspondia a 27% da mão de obra empregada na Suécia e 35% da empregada no setor privado. No âmbito industrial, a concentração era ainda mais aguda: em 1964, as empresas que tinham de 1 a 4 empregados correspondiam a 55% do total delas, mas empregavam 3% da força de trabalho industrial; as 274 firmas com mais de 500 funcionários eram 9% do total de indústrias, mas empregavam mais da metade do total de trabalhadores industriais. Em 1963, as 200 maiores firmas industriais empregavam 49% dos operários e produziam 52% dos bens manufaturados. Nesse mesmo ano, as 100 maiores firmas industriais eram responsáveis por empregar 43% da mão de obra empregada e por produzir 46% de todos os bens manufaturados. Desde meados da Segunda Guerra que a concentração se acentuava: em 1942, as 50 maiores empresas privadas empregavam 16% da mão de obra empregada no setor privado, tendo essa proporção aumentado para 18% em 1960 e

21% em 1964. No que tange às 200 maiores empresas privadas, essas empregavam, em 1942, 25% dos funcionários das firmas privadas, tendo essa proporção aumentado para 29% em 1960 e para 32% em 1964 (Comission on Industrial and Economic Concentration, 1976, p. 29-31).

Figura 4 – Esquema representando a estrutura em rede da grande propriedade na Suécia



Fonte: Hogfeldt, Peter (2005, p. 531).

Em resumo, o plano Rehn-Meidner procurava compatibilizar, através do planejamento governamental, o pleno-emprego, o desenvolvimento econômico e o controle inflacionário. Os governos social-democratas tinham por objetivo exercer maior controle sobre a nação através do planejamento da economia e da sociedade para torná-las mais integradas, cooperativas e solidárias, reduzindo as diferenças de classe e de região e tornando o país mais dinâmico e eficiente ao mesmo tempo que mais igualitário. Mudanças estruturais na distribuição de poder na sociedade, resultantes do fortalecimento dos sindicatos e do SAP enquanto partido nacional, foram cruciais para permitir um padrão de acumulação capitalista voltado para fins coletivos e nacionais no interesse da maioria, não apenas dos capitalistas. O fortalecimento da empresa capitalista sueca se daria em função da pressão pela sofisticação produtiva e pela competitividade no comércio internacional em decorrência do aumento solidário da

massa salarial, não de cortes nos custos da mão-de-obra. Para isso, o planejamento governamental articulou quatro políticas, a salarial, a social, a fiscal e a tributária, além de regulações, subsídios e proteções às empresas nacionais de modo a promover ao mesmo tempo a concentração econômica nos setores exportadores de produtos de alta complexidade, o fortalecimento da posição econômica da classe trabalhadora e o exercício de um forte controle político sobre os lucros, com o objetivo de restringí-los à soma necessária para o reinvestimento. Ao promover condições mais igualitárias entre as categorias profissionais, para assim eliminar as empresas menos lucrativas e competitivas, o governo conferia utilidade social ao lucro privado, forçando-o a ser reinvestido, aumentando a produtividade e a empregabilidade. Permitia dessa forma a sobrevivência das firmas mais eficientes ligadas à exportação de manufaturas e produtos de engenharia, contribuindo assim para a melhoria do desempenho econômico nacional. O objetivo era transformar a estrutura social e de poder na Suécia em favor dos trabalhadores, mesmo aumentando o poder econômico e político das grandes corporações multinacionais como parte da estratégia de incrementar a posição internacional do país, auferindo lucros destinados à sustentação do modelo sueco de desenvolvimento e bem-estar. A compressão salarial relativa dos estratos operários melhor remunerados (com elevação geral da massa salarial), assim como de lucros, foi combinada com políticas restritivas de estímulo à demanda agregada por parte do Estado. Assim, o planejamento público garantiu a expansão das atividades produtivas das empresas privadas, sendo fundamental para a consecução de objetivos ao mesmo tempo desenvolvimentistas, igualitários e anti-inflacionários. Como parte importante desse processo, o governo reforçou a capacidade financeira do Estado ao criar mecanismos de formação coletiva de capital, como o fundo de pensão ATP, o que juntamente com as reservas acumuladas pela tributação indireta serviu para financiar projetos de infra-estrutura e de P&D. Desse modo, os governos social-democratas criaram condições institucionais para orientar politicamente os investimentos e planejar a economia de modo a alcançar o objetivo de compatibilizar o pleno-emprego e o controle inflacionário em um contexto de desenvolvimento econômico e redução das desigualdades sociais. Como afirma Sheri Berman:

“The Rehn-Meidner model featured a centralized system of wage bargaining that set wages at what was seen as a “just” level (which in practice seems to have meant ensuring “equal pay for equal work,” consistently rising incomes, and improvements for the worse-off to reduce inequality). Wages would be set “too high” for some firms (those that were inefficient or uncompetitive) and “too low” for others (the highly productive and competitive). Firms that

fell in the former category faced the choice of either improving or going out of business, while those in the latter would increase their profitability (since the wages they paid would be less than they could otherwise afford). To compensate workers who lost their jobs, the state committed itself to retraining and relocating them for new ones. The system aimed to do a number of seemingly contradictory things at once: promote rising business efficiency and productivity while generating a more equal wage structure and increasing social solidarity. In addition, the Rehn-Meidner model also promoted decommodification, since it attenuated “the relationship between the marginal productivity of individual firms and their wage rates.” It also helped eliminate “unemployment (‘the reserve army of labour’)...as a disciplinary stick” (since the government committed itself to doing whatever was necessary to help the unemployed obtain new jobs). And finally, by encouraging labor market participation, it helped prevent “a fiscal overload on social policy programmes such as unemployment insurance, and thus ensured that social benefits based on the de-commodification principle were rendered compatible with capital accumulation.” (Berman, 2006, p. 185).

Houve, portanto, a combinação da política salarial solidária com a política ativa de recursos humanos e uma série de regulações, subsídios e intervenções, juntamente com uma política fiscal restritiva, uma política monetária expansionista (com diferentes objetivos ao longo do tempo) e uma política cambial favorável às exportações. Tudo isso reforçado pela maior capacidade financeira do Estado através da ATP, que tinha um propósito ao mesmo tempo social e financeiro. Essa articulação virtuosa propiciou à Suécia, entre 1950 e 1975, um crescimento econômico acima da média mundial, com aumentos salariais substantivos, redução das desigualdades e sem provocar escalada inflacionária, aumento da participação da força de trabalho industrial na composição do total da mão de obra, além de um aumento significativo no investimento privado em todos os setores, à exceção da agricultura, e do comércio exterior, como demonstram as tabelas e as figuras seguintes.

Tabela 12 – Crescimento econômico na Suécia, em %²³.

Período	PIB per capita	Investimentos	Comércio Internacional	População
1800-1840	0.6	0.3	0.7	0.8
1840-1870	1.2	3.0	4.6	1.0
1870-1910	1.7	3.0	3.3	0.6
1910-1950	2.2	4.2	2.0	0.5
1950-1975	3.6	5.5	6.5	0.6
1975-2000	1.4	2.1	4.3	0.4

²³ Durante o período de vigência do modelo Rehn-Meidner, houve uma aceleração tanto dos investimentos quanto do comércio internacional, que puxaram a demanda e o desenvolvimento nacional sueco no período.

Fonte: SCHON, Lennart. Disponível em: <https://eh.net/encyclopedia/sweden-economic-growth-and-structural-change-1800-2000>. Acessado em: 20/10/2016.

Tabela 13 – Crescimento dos setores por período na Suécia, em %.²⁴

Período	Agricultura	Indústria e Manufatura	Transporte e Comunicação	Construção Civil	Serviços Privados	Serviços Públicos	PIB
1800-1840	1.5	0.3	1.1	-0.1	1.4	1.5	1.3
1840-1870	2.1	3.7	1.8	2.4	2.7	0.8	2.3
1870-1910	1.0	5.0	3.9	1.3	2.7	1.0	2.3
1910-1950	0.0	3.5	4.9	1.4	2.2	2.2	2.7
1950-1975	0.4	5.1	4.4	3.8	4.3	4.0	4.3
1975-2000	-0.4	1.9	2.6	-0.8	2.2	0.2	1.8
1800-2000	0.9	3.8	3.7	1.8	2.7	1.7	2.6

Fonte: SCHON, Lennart. Disponível em: <https://eh.net/encyclopedia/sweden-economic-growth-and-structural-change-1800-2000>. Acessado em: 20/10/2016.

Tabela 14 – Variação dos indicadores macroeconômicos da Suécia de 1950 a 1980, em %.

Ano	PIB per capita	Inflação	Desemprego (em %)
1950-55	2.0	5.4	1.8
1955-60	3.3	3.7	1.8
1960-65	4.7	3.7	1.5
1965-70	3.3	4.4	1.8
1970-75	2.3	8.0	2.1
1975-80	0.8	10.5	1.9

Fonte: BOHLIN, Jan (2014, p. 123).

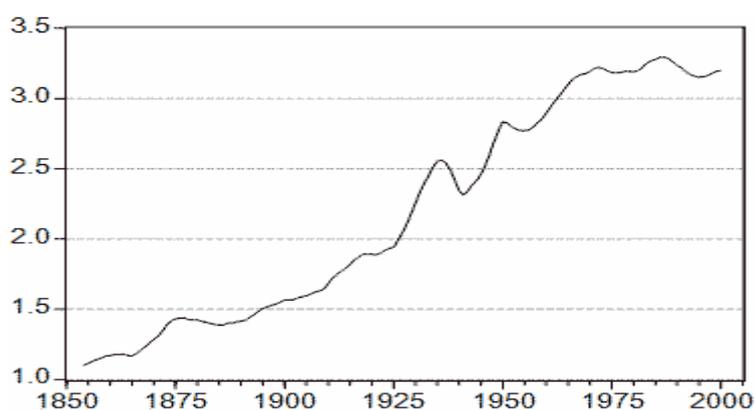
²⁴ Destaque para a forte aceleração em todos os setores, à exceção da agricultura, em grande parte do período de vigência do modelo Rehn-Meidner, atestando o êxito do planejamento governamental na consecução de uma maior complexidade econômica do país.

Tabela 15 – Composição em % da força de trabalho por setor.

Setor/Período	1931-5	1951-5	1971-5
Agricultura	34.2	18.6	6.8
Indústria	26.2	34.6	29.4
Construção civil	8.1	8.4	8.6
Transportes e comunicação	5.8	7.5	7.5
Serviços privados	18.9	20.4	23.9
Serviços públicos	6.7	10.5	23.7
Total de emprego	100	100	100
Assalariados	68.6	67.5	74.8
Trabalhadores do lar sem salário	31.4	32.5	25.2
Total	100	100	100

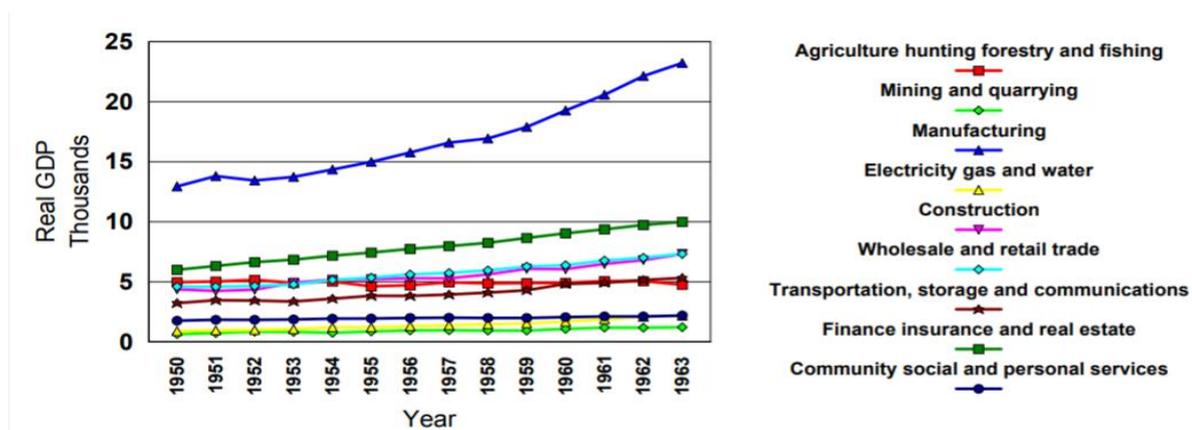
Fonte: SJÖGREN, Hans, 2008, p. 35.

Gráfico 3- Crescimento do PIB per capita da Suécia em relação ao PIB per capita mundial



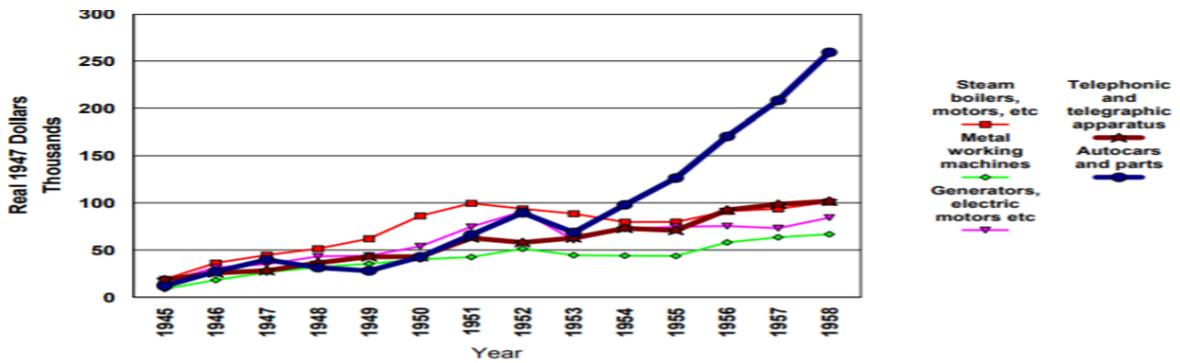
Fonte: SCHON, Lennart. 2008. Disponível em: <https://eh.net/encyclopedia/sweden-economic-growth-and-structural-change-1800-2000/>. Acessado em: 20/10/2016.

Gráfico 4 - Crescimento dos setores na Suécia.



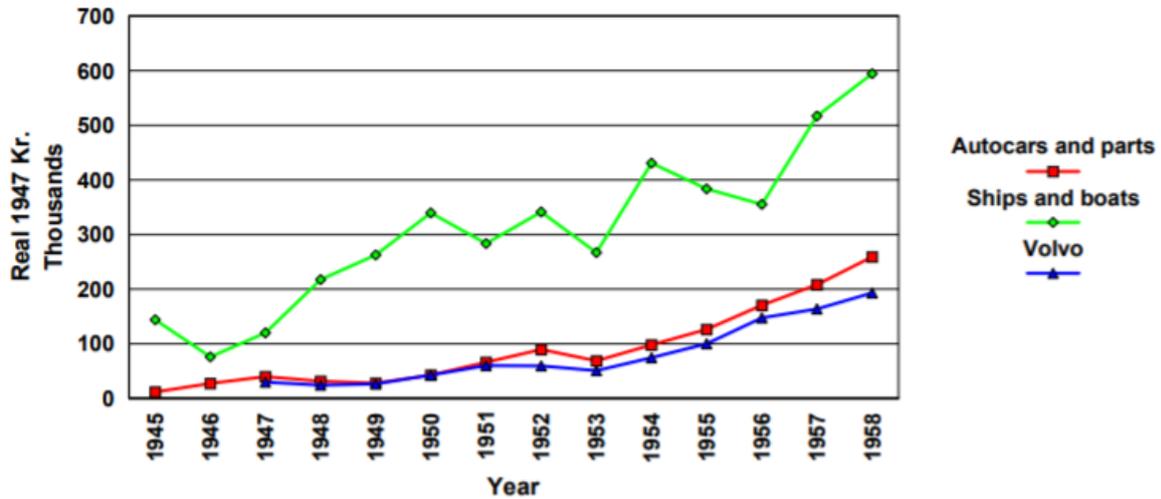
Fonte: Alexopoulos e Cohen, 2003, p. 44.

Gráfico 5 - Crescimento de setores industriais específicos na Suécia.



Fonte: Alexopulos e Cohen (2003, p. 45)

Gráfico 6 - Crescimento do valor das exportações de setores e empresas industriais na Suécia por ano, tendo como referência o valor da krona em 1947.



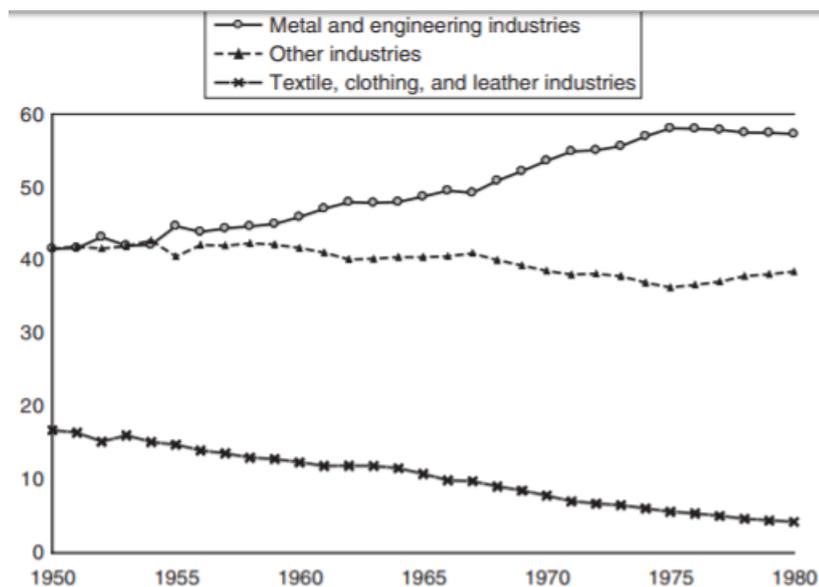
Fonte: ibid.

Gráfico 7 – Renda per capita nacional



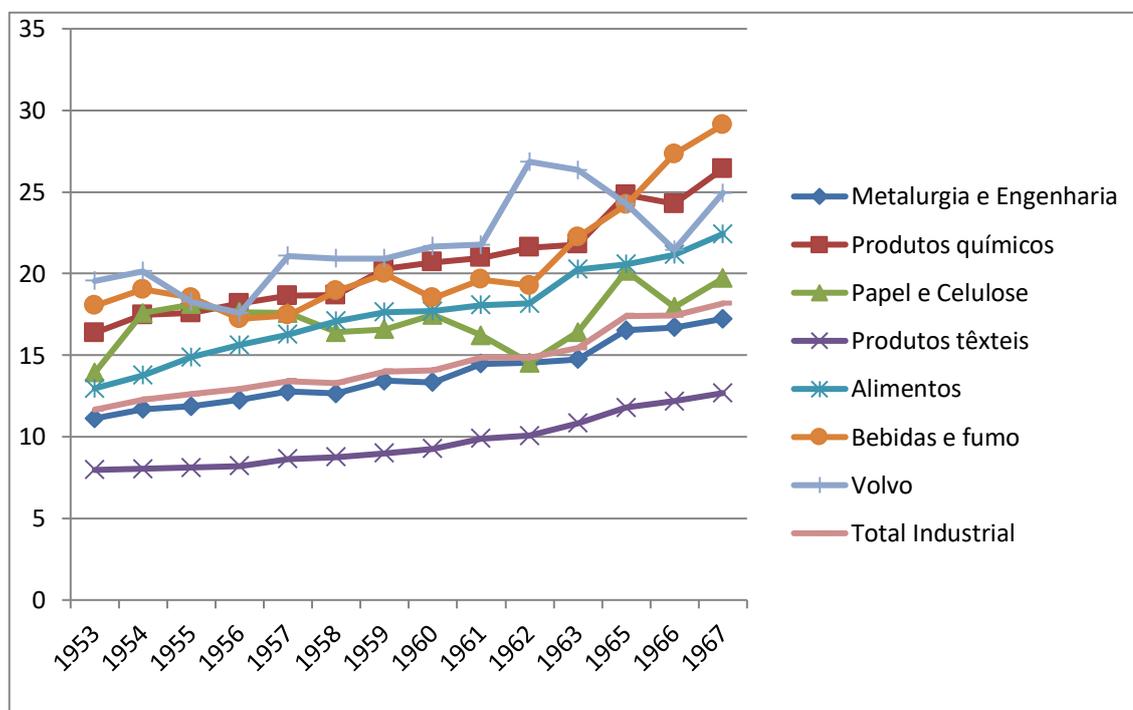
Fonte: World Wealth and Income Database (<http://wid.world/country/sweden/>)

Gráfico 8 – Empregabilidade dos diferentes setores industriais²⁵.



Fonte: BOHLIN, Jan, 2014, p. 122.

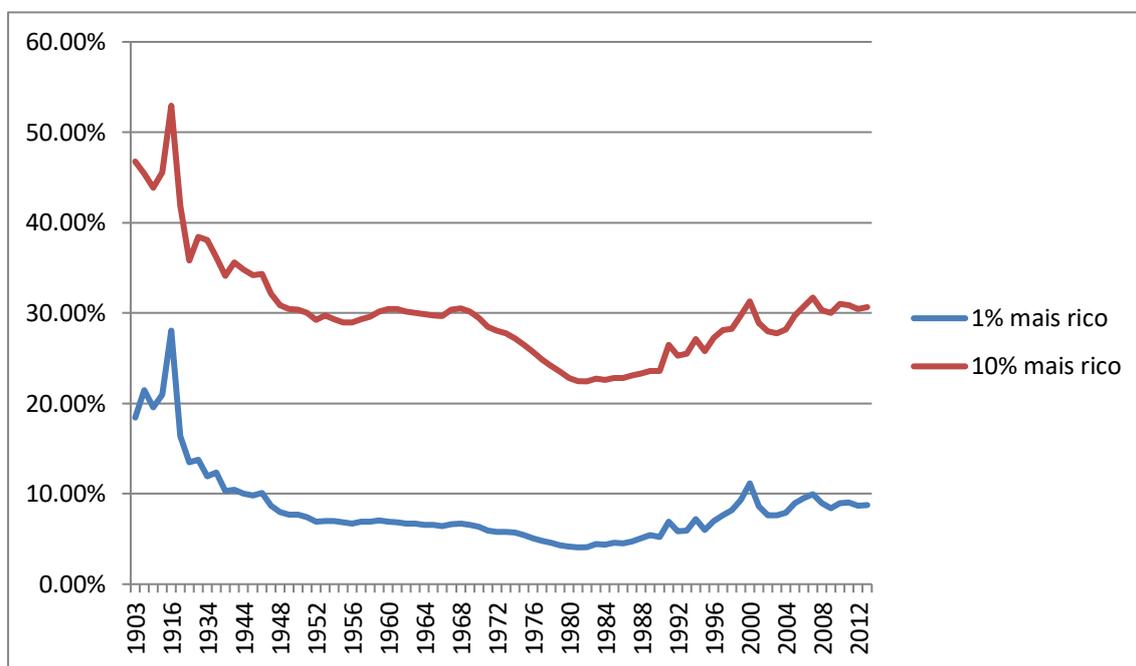
Gráfico 9 - Produtividade do trabalho - valor adicionado por trabalhador, em kronas de 1947.



²⁵ O gráfico comprova o êxito do plano Rehn-Meidner em deslocar a mão de obra para os setores mais intensivos em tecnologia e mais competitivos internacionalmente.

Fonte: Alexopoulos e Cohen (2003, p. 51).

Gráfico 10 – Participação na renda nacional



Fonte: World Wealth and Income Database (<http://wid.world/country/sweden/>)

3.3. Do Modelo Rehn-Meidner à “Democracia Econômica” e à crise da social-democracia

Os bons resultados no plano econômico e social confirmavam o êxito da estratégia de desenvolvimento do modelo Rehn-Meidner, como o pleno-emprego; o crescimento acelerado da produtividade do trabalho, de 7 a 8% por ano na década de 60, sendo o aumento no setor manufatureiro de 5,8%, de 1957 a 1962, de 8%, de 1963 a 1968, e de 5,8%, de 1969 a 1974 (Ryner, 2002, p. 84); a segunda maior renda per capita do mundo em 1970, atrás apenas da Suíça (Whyman, 2003, p. 50); a produção de carros mais do que quintuplicou entre 1950 e 1975 e a indústria naval sueca também acelerou fortemente a sua produtividade nesse período, respondendo pela produção de 10% do total mundial (Sjögren, 2008, p. 36-7); a exportação de produtos industriais refinados passou a corresponder a 40% das exportações no início da década de 70 e a exportação de bens de capital e de automóveis cresceu no período cerca de 10% a cada ano

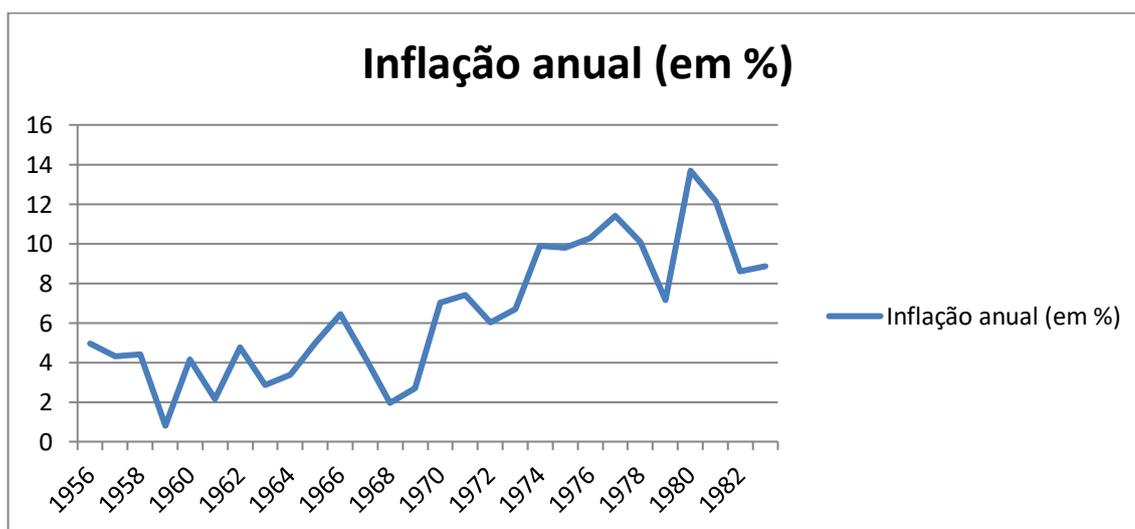
(ibidem); o crescimento quantitativo e qualitativo do setor público, de 31% em 1960 para 62% em 1980, puxado sobretudo pela ampliação dos investimentos na Política Ativa de Recursos Humanos; a compressão das margens de lucros; a redução das desigualdades salariais e o sucesso da criação do sistema de pensões da ATP (Lundberg, 1985, p. 1-20).

No entanto, desde o final da década de 60, a hegemonia social-democrata foi desafiada por adversidades de ordem econômica, trabalhista e cultural. Havia uma transformação no capitalismo internacional, que passava por uma crise de acumulação e de legitimidade devido à transição da fase de “liberalismo inserido”, característica do sistema de Bretton Woods, para uma de neoliberalismo transacional, com o fortalecimento do capital financeiro em escala global (Ryner, 2002, p. 123). A forte subida dos preços na década de 70, o aumento da competição por parte de países como Japão e os chamados NIC’s (New Industrialized Countries), o declínio da produtividade com a estagnação tecnológica e a crise em setores estratégicos, como o naval e de siderurgia, ameaçavam a estabilidade econômica e colocavam em risco o modelo Rehn-Meidner (Erixon, 2000, p. 29), que, apesar de ter sido bem-sucedido em manter o pleno-emprego e promover a reestruturação industrial e o desenvolvimento, não estava conseguindo garantir a estabilidade dos preços.

No plano político nacional, a social-democracia enfrentava fortes desafios, que abalavam a sustentação da aliança de classe do Cow Trade e punham em risco o apoio dos empresários ao modelo Rehn-Meidner. A retirada do Partido Agrário da coalizão parlamentar, em 1959, no contexto das discussões sobre a criação da ATP, representou o fim da estabilidade da coalizão de classe entre trabalhadores e camponeses, com consequências negativas para a penetração social do SAP e para a formação de sua maioria parlamentar, ainda que ele continuasse tendo expressivos resultados eleitorais que garantiam, junto com alianças com o Partido Comunista, manter-se ininterruptamente no governo. Nas eleições de 1968, o SPD conquistou sozinho 50,1% das cadeiras, porém foi a última vez em que isso aconteceu no intervalo temporal da presente pesquisa, o que também foi potencializado pela reforma constitucional de 1970, que extinguiu o bicameralismo e adotou o unicameralismo (Arter, 2006, p. 63). Ao mesmo tempo, o declínio abrupto da taxa de lucro, como demonstra o gráfico 14, juntamente com a radicalização à esquerda da LO e do SAP, abalava o apoio informal dos empresários à social-democracia e ao modelo Rehn-Meidner em geral.

No plano internacional, transformações econômicas como a desvinculação do dólar em relação ao ouro, em 1971, levaram incerteza quanto à determinação da taxa de câmbio, desvalorizada pela primeira vez desde 1949, como parte do Acordo Smithsoniano, que permitiu a triplicação da amplitude das bandas de flutuação das moedas nacionais frente ao dólar. No entanto, temendo a instabilidade que poderia ser provocada, a Suécia, junto com outros países nórdicos, como Dinamarca e Noruega, ingressou, em 1973, no mecanismo de ajuste cambial denominado “serpente”, que procurava estimular um comércio mais intenso entre os países europeus, ao mesmo tempo em que limitava a flutuação da taxa cambial à metade do permitido pelo Acordo Smithsoniano, que terminou nesse mesmo ano. Os membros da “serpente” também criaram o Fundo Europeu de Cooperação Monetária e linhas de financiamento de curto e de curtíssimo prazo, com o intuito de auxiliar a estabilização monetária dos países europeus sem prejudicar a soberania deles no controle sobre a movimentação de capitais dentro dos limites europeus (Eichengren, 2012, p. 204-5). Na prática, os países que ingressaram na “serpente” atrelaram as suas moedas ao marco alemão (Honkapohja, 2012, p. 7), e não foram capazes de conter a instabilidade dos fluxos de capitais, sendo obrigados a desvalorizar suas moedas, apesar de tentativas de pouca duração de mantê-las estáveis (Eichengreen, 2012, p. 204-5). A desvalorização do krona contribuiu, no plano interno, para o aumento da inflação e do déficit público, como demonstrado nos gráficos a seguir:

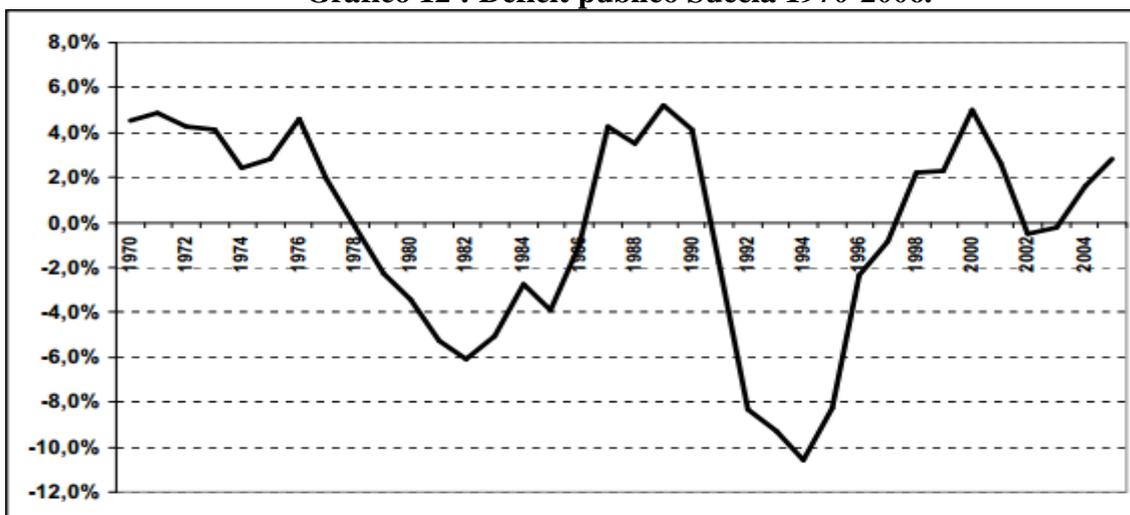
Gráfico 11 – Inflação anual na Suécia



Fonte: <http://www.inflation.eu/inflation-rates/sweden/historic-inflation/cpi-inflation-sweden.aspx>.

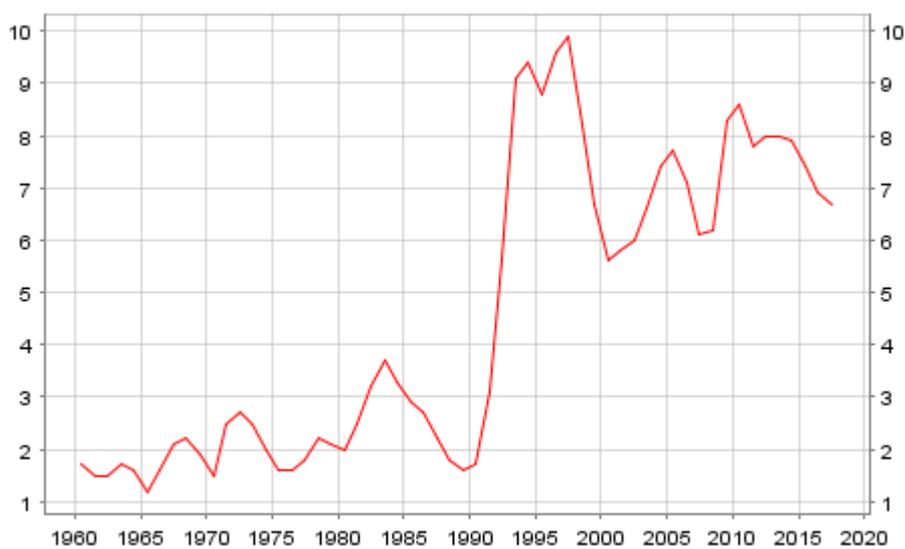
Acessado em: 28/11/2016.

Gráfico 12 : Déficit público Suécia 1970-2006.



Fonte: VIANA, Alexandre (2007, p. 63).

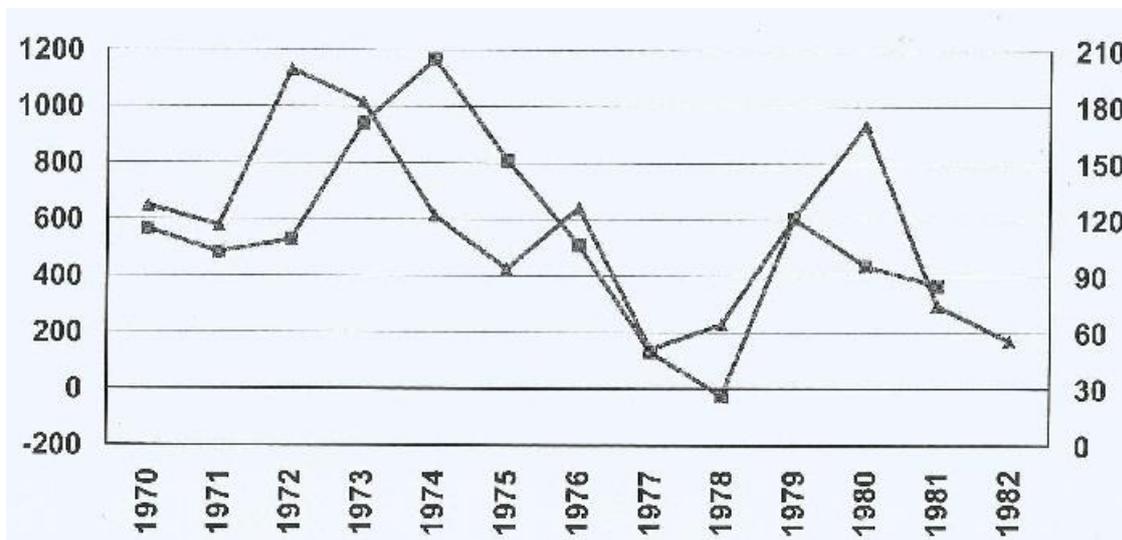
Gráfico 13 - Taxa de desemprego na Suécia.



Fonte:

http://sdw.ecb.europa.eu/servlet/quickviewChart?SERIES_KEY=139.AME.A.SWE.1.0.0.0.ZUTN&periodSortOrder=ASC. Acessado em: 14/08/2016

Gráfico 14 – Taxa anual de lucro pré-imposto em grandes estabelecimentos industriais.



Linha com quadrado: indústria em geral (em milhares de kronas de 1947); linha com triângulo: Volvo (em milhões de kronas de 1947). Fonte: Alexopoulos e Cohen, 2003, p. 54

A deterioração da economia atraía críticas dos setores empresariais, que pediam a redução dos gastos públicos em serviços assistenciais, que tiveram um forte aumento no período social-democrata, especialmente durante a vigência do modelo Rehn-Meidner. Também pesava para a deterioração do quadro econômico a rigidez da estrutura produtiva sueca e do sistema bancário do país, fatores que operavam em benefício dos setores e empresas consolidados, intensivos em capital e de larga-escala, em detrimento de novos ramos mais dinâmicos. Ou seja, o modelo Rehn-Meidner, ao privilegiar a reestruturação produtiva em favor da especialização nos setores industriais e exportadores mais eficientes, desconsiderou a formação de novos setores e empresas, o que a longo-prazo tornou a economia sueca incapaz de superar choques externos como os ocorridos na década de 70 (Hogfeldt, 2005, p. 568-73). Nesse contexto, o gasto público sueco saltou da faixa entre 10% a 20% do PIB na década de 30 para 50% na década de 70, tendo sido impulsionado pelo aprofundamento da Política Ativa de Recursos Humanos (Sejersted, 2011, p. 319) e pela ampliação dos empregos públicos, especialmente da mão de obra feminina, para promover tanto o pleno-emprego quanto a igualdade de gênero (Viana, 2007, p. 68). A política fiscal nem sempre cumpria o seu objetivo de ser restritiva, tornando-se relativamente perdulária nos momentos de expansão da economia (Eklund, 2001, p. 20; Erixon, 2005, p. 20), e foi bastante

descontraída, entre 1974 e 1976, como medida keynesiana para tentar superar a crise econômica (Erixon, 2000, p. 29). Assim, a Suécia passou a enfrentar problemas fiscais persistentes, que não podiam ser supridos com a tomada de empréstimos, devido à rigidez dos controles governamentais sobre o setor financeiro. A liberação em 1974 da tomada de empréstimos externos por parte das empresas nacionais foi uma medida para tentar mitigar esse problema (Oxelheim, 1990, p. 144).

No entanto, a crescente afluência material e o incremento da igualdade e da solidariedade foram acompanhados de maior insatisfação acerca de outros temas que passaram a ter destaque nos sindicatos, na imprensa e na opinião pública. Houve uma mudança na agenda política que enfraqueceu o compromisso entre trabalho, capital e setores médios e acirrou os conflitos de classe e ideológicos na sociedade. Transformações no comportamento dos sindicatos e dos costumes sociais, no sentido de haver um aumento da demanda por autonomia individual e diversificação cultural, também impactaram negativamente no grau de coesão alcançado durante as décadas anteriores. Esse processo não foi exclusivo da Suécia, porém teve forte efeito nesse país devido ao histórico de coesão e compromisso envolvendo o conjunto da sociedade liderado pelos social-democratas desde a década de 30. O “lar do povo” sofreu, a partir de então, contestações inclusive dentro da base social do SAP e a coalizão interclassista que sustentou a hegemonia social-democrata passou a apresentar fissuras que se mostraram cruciais para o enfraquecimento da social-democracia. Apesar do sucesso em promover o desenvolvimento econômico, uma distribuição mais igualitária dos rendimentos entre as classes e a melhoria da qualidade de vida de todos, com base em uma política salarial solidária e em serviços públicos universais, havia o descontentamento de parcela significativa da opinião pública, tanto à direita quanto à esquerda, em relação aos rumos da modernidade social-democrata na Suécia. As bases da solidariedade nacional entre as classes eram minadas por novas demandas, seja de liberalização econômica à direita seja de adoção de pautas pós-materiais à esquerda. Assim:

“In Scandinavia the Social Democrats lost their hegemony. Social welfare with its crowning glory, the national insurance plan, was criticized for not providing what it promised; and at the same time new poverty was revealed. The work environment came under criticism. The integrated school system, which had just been instituted with full political agreement, was now being exposed to tough criticism. Class as a cultural construction disintegrated. The major

contradiction was no longer between capital and labor; thus the basis for the system of negotiated corporatism was undermined, and new patterns of loyalty arose. Administrative corporatism was criticized as a case of the fox guarding the henhouse. The physical landscape of Social Democracy, the satellite towns, came under criticism. The housewife contract was replaced by a gender-equality contract, and the abortion issue exploded. Newspapers cut themselves free from specific political parties, and diversity was introduced into the broadcast media. The new immigration began in earnest.” (Sejersted, 2011, p. 333-4).

Nesse contexto, o acirramento dos conflitos sociais, não puramente de classe, entre trabalhadores de colarinho azul e branco, mas incorporando elementos como qualidade de vida, ecologia, costumes e de crítica à unidimensionalidade e à alienação do desenvolvimento capitalista conduzido pelos social-democratas, deteriorou a capacidade política da social-democracia de coordenação do desenvolvimento e da construção de uma sociedade mais igualitária (Ryner, 2002, p. 127-30). O modelo Rehn-Meidner de desenvolvimento, apesar de ter permanecido até 1983, foi enfraquecido por circunstâncias internas e externas, sendo pressionado de todos os lados no sentido de ser substituído por outros modos de planejamento e de relacionamento entre Estado, economia e grupos de interesse. Três eventos receberam destaque negativo na imprensa: a revelação em 1974 de que, apesar da neutralidade declarada na Guerra Fria, o Estado sueco mantinha uma agência ilegal e secreta de investigação dirigida sobretudo contra suspeitos de serem comunistas (Sejersted, 2011, p. 466); o auto-exílio, em 1975, do cineasta Ingmar Bergman, acusado de sonegar impostos e a revelação de que a renomada escritora de livros infantis Astrid Lindgren foi obrigada a pagar mais impostos do que sua renda total, desencadeando uma polêmica pública entre ela e o ministro das Finanças, Gunnar Strang, com a opinião pública pendendo fortemente a favor da escritora (Arter, 2006, p. 63).

Além do mais, a alteração na política salarial solidária, que passou a nivelar os salários não só por categoria, mas também entre todas as categorias, independentemente da qualificação exigida, despertou forte oposição da SAF e dos sindicatos ligados a categorias de colarinho branco, levando-os a enfraquecerem seu apoio às negociações centralizadas de salário e mesmo a se oporem a ela, até sua retirada em 1983, quando começaram a priorizar acordos pontuais fora do arranjo neocorporativo. Segundo o diretor da SAF, Hans-Göran Myrdal, o consenso e o compromisso característicos das

negociações nas décadas de 50 e 60 perdeu-se, dando lugar a mecanismos cada vez mais “rígidos” e “detalhados”, que priorizavam cada vez mais a distribuição igualitária da renda em detrimento da lucratividade e produtividade das indústrias (Hibbs e Locking, 1995, p. 99). Por toda a década de 70, o modelo Rehn-Meidner, apesar de ter continuado em linhas gerais, foi fragilizado também devido à sobreposição de medidas de caráter legislativo em relação às negociações corporativas normalmente existentes desde o Acordo de Saltsjöbaden em 1938, com o intuito de aprofundar o perfil igualitário e participativo da economia e da política suecas, como base para o processo de desenvolvimento contínuo das forças produtivas. A deterioração do quadro econômico também obrigou os governos, tanto o social-democrata liderado por Olof Palme de 1972 a 1976 quanto o de centro-direita de 1976 a 1982, de adotar medidas anticíclicas, como forma de sustentar o nível de produção e emprego, o que contrariava os princípios de restrição fiscal do modelo Rehn-Meidner e pressionou ainda mais o aumento da dívida pública e da inflação.

Nessa conjuntura, o enfrentamento entre sindicatos e governo teve como pano de fundo a recusa dos sindicatos, no final da década de 60, à atenção praticamente exclusiva aos fatores quantitativos de produtividade, rendimentos, pleno-emprego e gastos públicos. Os sindicatos passaram então a adotar como agenda questões não mais basicamente distributivas mas também e sobretudo questões como a qualidade do ambiente de trabalho, falta de participação dos empregados na tomada de decisões nas empresas e a auto-determinação dos trabalhadores na esfera de produção, independentemente dos gerentes e administradores. A “democracia econômica” e a “democracia industrial”, entendidas respectivamente em nível macro e micro como o nivelamento das hierarquias no interior das corporações, a participação coletiva dos empregados nas decisões corporativas e na distribuição dos lucros e a promoção de um senso de unidade efetiva entre trabalhadores, gerentes e empregadores, ganharam força entre os sindicatos ligados à base social-democrata (Asard, 1986, p. 209; Sejersted, 2011, p. 366). Podem ser assim descritos:

“Economic democracy denotes a variety of forms of employee participation in the ownership of enterprises and the distribution of economic rewards. Collective ownership of enterprises, capital sharing, employee stock ownership plans, and various forms of profit sharing arrangements all fit under the rubric of economic democracy. The primary respect in which these plans differ among themselves is the degree of employee participation in ownership. Industrial

democracy, on the other hand, refers to the notion of worker participation in decision-making within the firm. Worker directors and other board representation schemes, works councils, self-management systems, and co-determination arrangements are examples of industrial democracy.” (Pontusson e Kuruvilla, 1992, p. 780).

Era amplamente aceito pela sociedade sueca que havia necessidade de medidas políticas orientadas para o aumento da participação dos empregados na decisão das firmas como uma forma de atenuar a concentração de poder econômico e político dos grandes empresários e de promover um nível maior de igualdade (Asard, 1986, p. 208). Segundo os social-democratas, o capitalismo já não era capaz de promover o desenvolvimento econômico e a segurança para a maioria dos cidadãos, devendo haver uma guinada socializante a fim de contrabalançar os efeitos recessivos e desagregadores da economia capitalista. Como afirmou em 1978 Olof Palme, líder do SAP, “capitalism is no longer the main-spring of economic growth it once was. As insecurity grows and the necessity of long-term planning and investment for the future increases, capitalism responds by reducing investment and engaging in short-term speculation” (Palme, 1978, p. 1). O desemprego e ao aumento das desigualdades seria consequência do capitalismo contemporâneo, minando as bases da solidariedade de uma nação (ibidem). A estratégia de desenvolvimento do plano Rehn-Meidner deveria então ser readequada e mesmo substituída a fim de fortalecer os objetivos distributivos e democratizantes no que diz respeito à sustentação política do desenvolvimento. Assim seria reduzido o aspecto concentrador desse modelo, que apesar das restrições impostas pelo planejamento governamental, contribuiu para o fortalecimento da posição econômica e política do capital na Suécia, no processo de acelerar o desenvolvimento e a participação salarial no conjunto da renda nacional, pela racionalização e sofisticação produtiva.

Essa interpretação era compartilhada pelos sindicatos ligados à LO. Como forma de pressionar o governo e chamar a atenção da opinião pública, os sindicatos radicalizaram as greves. O número de dias parados por greve saltou de 120.000 no triênio de 1966-1968 para quase 400.000 nos três anos seguintes (Sejersted, 2011, p. 369). No dia 9 de dezembro de 1969, uma greve intensa foi iniciada em minas de propriedade do Estado em Svappavaara, alastrando-se em dois dias para as cidades de Kiruna e Malmberget, durando 56 dias e envolvendo cerca de 4800 trabalhadores (Ryner, 2002, 126-7). Particularmente a greve dos mineiros ocorrida em Kiruna, que

fora declarada ilegal, recebeu ampla cobertura da mídia e tornou-se emblemática do acirramento das tensões entre os trabalhadores e o governo, pondo em xeque a fidelidade dos sindicatos à social-democracia e o grau de colaboração social até então característico da Suécia. Em 1970 houve outras 250 greves no país, inclusive na Volvo, envolvendo 25.000 trabalhadores e incorrendo na perda de 155.000 dias de trabalho. Em 1974, outro ciclo de greves levou 21.000 trabalhadores a cruzarem os braços, incorrendo na perda de 22.000 dias de trabalho (ibid: p. 127). Esse evento também promoveu o deslocamento das discussões e negociações acerca das relações de trabalho do âmbito do neocorporativismo das barganhas centralizadas de salário para o Legislativo. Dessa maneira, houve o fortalecimento da representação partidária parlamentar e da capacidade estatal de intervenção a favor dos trabalhadores, enfraquecendo o compromisso contratual entre as entidades de classe no âmbito das negociações tripartites (Asard, 1986, p. 210; Blyth, 2002, p. 203; Ryner, 2002, 127; Sejersted, 2011 p. 373-8), embora essas não tenham deixado de existir de maneira fortemente centralizada até 1983, quando o sindicato dos engenheiros e a SAF retiraram-se das negociações centralizadas e passaram a defender acordos isolados. A posição parlamentar dos deputados do SAP também foi a de fortalecer os sindicatos ligados à LO, como uma forma de compensá-los pelo deslocamento de parte significativa das discussões para o Legislativo e de consolidar a sua adesão ao governo social-democrata, cada vez mais ativo na promulgação de normas de interesse dos trabalhadores, em detrimento dos empresários. Além do mais, pesou na crescente importância do Legislativo em relação aos acordos corporativos a perda de centralidade da LO nas relações trabalhistas, frente ao crescimento de centrais sindicais de trabalhadores de colarinho branco como a TCO (Meidner, 1993, p. 223). Em 1960, a LO concentrava 74% da mão de obra sindicalizada, tendo sido reduzida para 63% em 1975 e para 58% em 1990 (Erixon, 2008, p. 34).

Assim, em um processo de perda de importância da base organizada de trabalhadores do SAP durante a década de 70, importantes disputas acerca do mundo do trabalho foram travadas no Parlamento, no contexto de maioria parlamentar da coalizão liderada pelos social-democratas. O Ato de Proteção ao Emprego de 1971 era voltado para a proteção aos trabalhadores com mais de 45 anos; o de 1973, por sua vez, ampliava o escopo de aplicação de proteção à saúde e à segurança do trabalhador; o de 1974 estabelecia para todos os trabalhadores, tanto do setor privado quanto do público,

direito a aviso prévio de um mês, escrito e entregue pessoalmente para trabalhadores com menos de 45 anos ou mais de 65 e de seis meses para os de idade entre 45 e 65, além de, em caso de o demitido ser sindicalizado, haver a obrigatoriedade de o empregador notificar o sindicato do empregado, e também a possibilidade de o empregado demitido requerer uma justificativa por escrito da sua demissão. Mais ainda, qualquer redução de atividades ou intenção de demitir por parte do empregador deveria ser comunicada ao *Länsarbetsnämnden* (Conselho de Trabalho), órgão público ligado ao Executivo (Neal, 1983, p. 647-51; Ryner, 2002, p. 134). Apenas as demissões por abandono ou má conduta eram justificadas e aceitas pelo Conselho de Trabalho, o que impunha severas restrições aos empregadores para demitir (Hogfeldt, 2005, p. 545). O Ato de Codeterminação de 1976, por sua vez, obrigava as empresas a negociarem com os sindicatos qualquer decisão que afetasse de alguma maneira os trabalhadores. Dava a eles voz na administração das empresas, vinculando dois diretores representativos dos trabalhadores ao conselho executivo das empresas com menos de mil empregados e três ao das empresas com mais de mil, além de obrigá-las a divulgar suas informações aos empregados. Também protegia esses em negociações com as empresas e abolia a demissão sem justa causa para funcionários públicos (ibid: p. 653-4; Pontusson e Kuruvilla, p. 781). O Ato de Proteção ao Emprego, de 1982, a seu turno, atualizou o de 1974 ao reunir e consolidar as decisões tomadas nos atos anteriores (Neal, 1983: p. 634-5). Institucionalizava-se e regulamentava-se por meio de uma série de medidas legislativas a ampliação da participação dos trabalhadores nas firmas, assim como aumentava com isso a força política dessa classe e dos sindicatos no contexto nacional. Os princípios de cooperação e de negociação entre trabalhadores e capitalistas, consolidados em 1938, eram então levados a um patamar mais aprofundado e favorável aos primeiros. Da mesma forma, a posição do Executivo era fortalecida no sentido de ter sua capacidade de intervenção e planejamento aumentada, a despeito de a ruptura com o Partido Agrário na década anterior e a queda do eleitorado social-democrata ter diminuído a maioria legislativa favorável ao governo. Ainda assim, coalizões momentâneas com os comunistas ou com parlamentares de outros partidos garantia a aprovação de leis favoráveis aos trabalhadores.

A medida legislativa mais importante no período e que atraiu mais polêmica foi a discussão acerca dos Fundos de Assalariados (*Löntagarfonder*). Foi defendida no congresso da LO em 1976, mesmo sem o respaldo imediato do SAP, que, apesar de ter

recebido bem a proposta no congresso partidário em 1978, com apoio do líder Olof Palme, não apontou nenhuma medida específica baseada na proposta (Furaker, 2015, p. 5). Os fundos foram pensados e defendidos por Rudolf Meidner e Anna Hedborg, e tinham por objetivo uma transformação radical das relações capitalistas na Suécia, democratizando as relações econômicas e contribuindo para o pleno-emprego e uma maior eficiência produtiva (ibidem). Através da formação coletiva de capital acionário e de distribuição de lucros das empresas pelos sindicatos, queria-se contrabalançar, pelo fortalecimento deles, o que se percebia como o poder político e econômico saliente do grande capital privado, concentrado em quinze famílias. Para tal, visava-se coletivizar parte dos lucros das corporações, fortalecendo a política salarial solidária por um novo caminho e aprofundando a formação coletiva de capital público iniciada no modelo Rehn-Meidner com a criação da ATP (Erixon, 2008, p. 33; Pontusson e Kuruvilla, 1992, p. 781; Meidner, 1993, p. 783). Defendia-se que a criação de dividendos pelos Fundos os habilitaria a contribuir para a ATP, de modo a fortalecer a poupança pública, para aplicá-la em novos e maiores investimentos, de maneira que os trabalhadores pudessem participar diretamente do processo de acumulação e investimento (Furaker, 2015, p. 5; Palme, 1978, p. 10). O modelo Rehn-Meidner era então visto pelos sindicatos como insuficiente para promover maior nível de igualdade, solidariedade e desenvolvimento. O programa partidário do SAP, aprovado em 1975, defendia um passo além, o da democracia econômica através da intensificação do planejamento governamental da economia e da participação dos trabalhadores na administração das empresas, além de uma maior distribuição dos lucros entre os empregados (ainda que evitasse a questão da coletivização da propriedade, tal como defendido pela LO e por parte do SAP, a partir de 1976, com a proposta dos Fundos de Assalariados) (Asard, 1986, p. 215). Segundo a LO, o modelo vigente, a despeito das suas intenções, contribuía para a alta lucratividade das empresas, que havia sido recorde no biênio 1972-73, e desestimulava o investimento, ao favorecer a concentração da produção em poucas firmas basicamente exportadoras, razão pela qual deveria ser transformado em um sentido mais socializante, de modo a facilitar por meios coletivos e solidários a formação de capital (Blyth, 2002, p. 206). Ao promover deliberadamente, por meios políticos, o desenvolvimento econômico, através da concentração produtiva nas firmas mais eficientes, dinâmicas, inovadoras e competitivas, o modelo Rehn-Meidner passou a ser atacado não tanto pelo seu viés igualitário em termos de distribuição de renda, mas por fortalecer o grande capital, ao concentrá-lo.

Através dos Fundos de Assalariados seria possível, na perspectiva da LO e do SAP, com apoio da TCO²⁶, democratizar não apenas as relações de trabalho, mas o conjunto da sociedade, aumentando a capacidade política dos trabalhadores organizados em detrimento dos grandes empresários, reduzindo as desigualdades ainda persistentes na Suécia e realizando assim as demandas radicais dos sindicatos desde o final da década anterior (Pontusson, 1992, p. 782-3). Diferente do modelo Rehn-Meidner, tinha por objetivo não mais disciplinar o capital privado através das políticas salarial, social e previdenciária, mas transferir o controle da propriedade para os sindicatos. Os objetivos dos fundos eram “support solidaristic wage policy, counteract the wealth and power concentration which results from profit-based self-financing, and strengthen wage earner influence via co-ownership” (Swenson, 1989, p. 167). Em termos de política salarial, houve uma reorientação no sentido da equalização de todos os salários, independentemente da categoria profissional. A partir de 1970, passava-se do princípio de “pagamento igual por trabalho igual” para o de “pagamento igual para todo trabalho”, eliminando as diferenças salariais por capacitação, risco e dificuldade; elevando ainda mais os salários dos menos bem remunerados e reduzindo as desigualdades salariais (Hibbs e Locking, 1995; *ibid*, 2000; Karlsson e Karlsson, 2002, p. 169).

Com isso, radicalizavam-se os princípios igualitários hegemônicos no período social-democrata. Em 1983, quando as negociações centralizadas de salário foram descentralizadas com a saída da SAF, de várias empresas como a Volvo, a Saab-Scania e a Asea e do sindicato dos engenheiros, as categorias operárias mais bem remuneradas recebiam um salário em média 30% maior que o das menos bem remuneradas (Hibbs e Locking, 2000, p. 2-3). Essa mudança também correspondeu, de maneira aparentemente paradoxal, às demandas dos funcionários mais bem pagos ligados à LO e à TCO, uma vez que segundo o plano Rehn-Meidner, os maiores aumentos salariais destinavam-se às categorias menos bem remuneradas, de modo que os trabalhadores com salários maiores viam-se pouco representados na distribuição dos lucros das corporações (Asard, 1986, p. 212). Dessa forma, um dos objetivos dos Fundos era fortalecer o apoio da “aristocracia operária” aos sindicatos e à social-democracia em geral, sem comprometer

²⁶ Dentro do SAP a proposta dos Fundos estava longe de ser unânime. O próprio primeiro-ministro então, Olof Palme, mostrou-se relutante à proposta original da LO, defendendo a mudança no Ato de Co-determinação para garantir 50% das cadeiras nos conselhos decisórios das grandes empresas em troca da desistência dos Fundos (Sejersted, 2011, p. 377). No entanto, no congresso do SAP em 1978, Palme demonstrou-se favorável aos Fundos (Palme, 1978, p. 10).

o apoio dos setores menos remunerados. Assim, mais do que negar o modelo Rehn-Meidner, os Fundos eram considerados pela LO, inicialmente com o apoio da TCO, um passo adiante na construção de uma economia mais desenvolvida e de uma sociedade mais democrática. O próprio plano Rehn-Meidner original abria espaço para a formação coletiva de capital através de subsídios creditícios, além de, desde 1961, a LO defender uma racionalização de fundos de crédito destinados a incrementar a posição relativa dos sindicatos na coordenação das políticas econômicas e na determinação das políticas públicas (Blyth, 2002, p. 206). A proposta também encontrava respaldo na história do SAP, pois o Ministro da Economia social-democrata entre 1932 e 1949, Ernst Wigforss, defendia que houvesse “empresas sociais sem proprietários” (Wigforss apud Hogfeldt, 2005, p. 540).

Por esse novo modelo, o controle acionário das grandes empresas seria gradativamente transferido para os sindicatos, através de um imposto de 20% sobre o lucro das corporações com mais de quinhentos empregados (o que correspondia então a duzentas empresas), durante cinco anos (Furaker, 2015, p. 5). O montante seria reunido em um fundo público destinado a comprar ações dessas corporações e transferir a propriedade delas para os sindicatos ligados à LO. O objetivo era que os sindicatos adquirissem parcelas cada vez maiores da propriedade dessas empresas (Pontusson, 1996, p. 205; Steinmo, 1988, p. 431). Ou seja, quanto maior fosse a lucratividade delas, mais rápida seria a transferência de propriedade para os sindicatos ligados à LO, de modo a criar uma nova forma de capital, coletiva em sua essência, que garantiria o incremento da racionalização produtiva e da eficiência econômica, ao mesmo tempo em que minaria definitivamente a posição econômica e política dos grandes empresários na vida nacional sueca. Realizar-se-ia assim o socialismo de maneira *sui generis*, pela socialização do mercado de capitais, efetivando uma nova maneira de desenvolvimento, não apenas redistributiva como a do modelo Rehn-Meidner, mas igualmente socialista, avançando em relação a esse no propósito de construção de uma sociedade mais afluyente e igualitária. A socialização das empresas não se daria pela estatização, e sim pela coletivização, através dos sindicatos, aumentando o poder dos trabalhadores e eliminando os grandes proprietários, ainda que não necessariamente o capitalismo. Segundo Rudolf Meidner:

“Power over people and production belongs to the owners of capital.
With wage-earner funds the labor movement can repeal this injustice.

If we do not deprive capital owners of their ownership, we can never fundamentally alter society and carry through economic democracy” (Meidner apud Steinmo, *ibidem*).

Essa nova política econômica e social seria complementar às demais leis aprovadas na década de 70, aprofundando o processo de fortalecimento do poder político da classe trabalhadora, não mais em conjunto com os grandes empresários, como no modelo Rehn-Meidner, mas em detrimento desses. Entendia-se que a continuidade da estratégia de desenvolvimento então vigente dependeria de uma redução significativa, senão total, da participação da burguesia no controle das decisões das empresas. A tarefa de acumulação nacional, própria a qualquer processo de desenvolvimento, passou a ser entendida, pela LO e em vários círculos do SAP, como contraditória aos interesses do lucro privado, uma vez que o desenvolvimento era uma questão nacional e os lucros algo meramente particular, no interesse econômico e político dos grandes empresários, e não da coletividade nacional. Antes, o lucro era restringido como parte de uma política econômica anti-inflacionária com impactos redistributivos e de atenuação da desigualdade, sendo controlado e dirigido para o aumento dos investimentos e a realização do pleno-emprego, sem provocar grande impacto inflacionário. A partir de então, o lucro seria progressivamente coletivizado, de modo a realizar a democracia industrial demandada pelos sindicatos desde a década anterior, de maneira a aumentar os salários e nivelá-los entre todas as categorias, elevando a política salarial solidária a um patamar superior de socialização. Procurava-se com isso reduzir a concentração de poder nas grandes corporações privadas, apontada na década de 70, mesmo antes da proposta dos Fundos de Assalariados, como um dos principais problemas a serem enfrentados pelos social-democratas (Palme, 1975, p. 19). Também procurava aproximar os trabalhadores de colarinho-branco da base de apoio social-democrata, uma vez que esses se afastavam por serem menos privilegiados que os de colarinho-azul em termos de aumentos salariais, conforme estabelecia a política salarial solidária (Blyth, 2002, p. 205).

O estabelecimento de sucessivas legislações concernentes à regulação pública das relações de trabalho gerou forte oposição sobretudo da SAF, que passou a acusar a social-democracia de fortalecer demais a posição do Estado, em detrimento da “liberdade” contratual e de negociação que caracterizava a Suécia nas décadas anteriores. Os empresários não aceitaram o incremento da proteção ao trabalho e a

expansão dos direitos de negociação a favor dos trabalhadores, da mesma forma que esses aumentaram a pressão política pela aprovação de reformas que tendencialmente conduziram à redefinição das relações de poder na sociedade sueca a favor dos sindicatos e contra os capitalistas. Apesar da alta lucratividade das corporações suecas durante o biênio 1972-73, os seus líderes iniciaram uma contestação massiva ao SAP e ao Estado de bem-estar social-democrata, reclamando menos interferência do governo nas questões trabalhistas e a diminuição do poder dos sindicatos. As federações empresariais, sobretudo a principal, a SAF, assim como os partidos de centro-direita, como o Moderado, o Agrário e o Liberal, passaram a atacar violentamente não apenas a proposta dos Fundos de Assalariados, mas também o conjunto do modelo Rehn-Meidner, sobretudo os arranjos neocorporativos de negociações centralizadas de salário. Esses partidos passaram a defender mudanças no sentido de diminuir a participação coletiva, sobretudo dos sindicatos, na determinação da política salarial. Defendiam que essa fosse descentralizada e passasse a existir ao nível local das firmas, sem interferência governamental e legal na negociação direta entre empregadores e empregados. Também defendiam que a participação acionária dos trabalhadores se desse em nível individual, de modo que os dividendos fossem distribuídos aos trabalhadores enquanto indivíduos, e não aos sindicatos centralizados em nível nacional (Asard, 1986, p. 216). A reação dos capitalistas não se deu apenas contra o que se chamava de “Fundo-socialismo”, mas também contra o conjunto das medidas legislativas e das políticas econômicas e sociais adotadas durante o período de hegemonia social-democrata, que ao ser acumulado passou a ser visto como de caráter transformador ao nível sistêmico, constituindo uma ameaça aos interesses capitalistas (ibid: p. 217). A aprovação do Ato de Codeterminação em 1976 foi um divisor de águas, pois a partir de então a SAF passou a mobilizar seus esforços contra os acordos de cooperação existentes desde Saltsjöbaden, lançando mão inclusive de lock-outs, como o tentado em 1977, ainda que não tivesse se retirado das negociações centralizadas de salário até 1983. A grande mídia cumpriu papel decisivo na batalha de ideias entre social-democratas e burgueses, uma vez que 80% da circulação de jornais era controlada por partidos de centro-direita e grupos empresariais (Pontusson, 1999, p. 209). Dessa forma, o espírito de cooperação interclassista institucionalizado em um neocorporativismo com a finalidade de incrementar a capacidade estatal de coordenar uma política de desenvolvimento com estabilidade monetária, pleno-emprego e crescente igualdade, que caracterizou o chamado modelo sueco e garantiu o êxito do

modelo Rehn-Meidner, foi destruído a partir da reação dos grandes capitalistas contra as políticas defendidas pela LO e pelo SAP, entendidas como excessivamente socializantes e ameaçadoras à propriedade privada (Blyth, 2002, p. 211).

No contexto de aumento da inflação, do endividamento público, da deterioração da competitividade das empresas nacionais e do desemprego na década de 70, o efeito imediato da reação burguesa aos Fundos foi a eleição em 1976 de uma coalizão de centro-direita, entre o Partido do Centro, antigo Partido Agrário e ex-aliado do SAP, o Partido Liberal e o Partido Moderado, liderada pelo primeiro, que encerrou o período de 44 anos ininterruptos de governos social-democratas. Havia a retórica idealista adotada pelo líder do Partido de Centro e primeiro-ministro eleito, Thorbjörn Fälldin, de “retorno aos valores tradicionais” e de denúncia contra o produtivismo e a impessoalidade burocrática supostamente fomentados pelos social-democratas. Não obstante, a coalizão partidária e de classes em que ele se apoiava consistia basicamente em grandes empresários e na SAF, insatisfeitos com as medidas de viés socializante adotadas nessa década, principalmente a proposta dos Fundos de Assalariados (Hogan, 2006, p. 11). Uma vez liderando a coalizão de classes governante, e em consonância com o defendido ao longo da década de 70, “business aimed to weaken institutions of economic governance by subverting their corporatist underpinnings [...] business crested new institutions by combining this strategy of noncooperation with a sustained ideological campaign aimed at delegitimizing and dismantling the institutions of the Swedish embedded liberalism” (Blyth, 2002, p. 211). O lock-out frustrado de 1977, que fracassou justamente pela não-disposição de muitos empresários em aderir a paralisações de investimentos em um contexto econômico de recessão, teve como intenção pressionar o governo de centro-direita a acelerar o desmonte das instituições, acordos e legislações social-democratas, de modo a redefinir o arcabouço político e econômico do país em favor dos grandes empresários. No entanto, em 1980, a SAF conseguiu realizar o lock-out em nome da “solidariedade patronal”, tendo um de seus diretores descrito a greve de investimentos como “um investimento para o futuro” (ibid:p. 212). Durante o período de governo de centro-direita, de 1976 a 1982, a discussão sobre os Fundos continuou acirrada, com os social-democratas e a LO fazendo sucessivas concessões aos interesses empresariais, de modo a conseguir a aprovação parlamentar ao projeto. Novos projetos foram apresentados em 1978 e 1981, a despeito da continuidade da massiva propaganda anti-Fundos patrocinada pela SAF e

pela retirada do apoio da TCO ao projeto, além do declínio contínuo do apoio da população aos Fundos, que passou de 33% de apoiadores, em 1976, para 22% em 1982, assim como os contrários passaram de 43% para 61% no mesmo período (Holberg, 1984, p. 170, 186). Como bem descreve Jonas Pontusson:

“As novas versões alteraram a base dos fundos, substituindo a redistribuição da riqueza e poder pelo aumento da taxa de investimento, e recuaram em relação às características mais radicais do Plano Meidner. Associando diretamente a posse coletiva de ações com a contenção salarial, as propostas de 1978 e 1981 reduziram o tamanho da distribuição de lucros e estipularam que os fundos de assalariados seriam parcialmente compostos por impostos sobre a folha de pagamentos. Os rendimentos gerados por taxações sobre as folhas de pagamentos e sobre os lucros seriam transferidos para fundos de assalariados de bases regionais, que os investiriam nas empresas. Assim, a coletivização da propriedade ocorreria inteiramente através de transações de mercado. Ao mesmo tempo em que reafirmava a proposta do grupo de Meidner, de rejeitar as reivindicações de propriedade individual, a proposta de 1981 procurou dar aos assalariados uma participação pessoal na reforma, exigindo que os fundos contribuíssem para um sistema de aposentadoria.” (Pontusson, 1996, p. 206).

O novo governo de centro-direita, pressionado tanto por empresários quanto por trabalhadores, demonstrou-se bastante instável diante da polarização das posições políticas e do agravamento da crise econômica. A resposta ortodoxa aplicada não surtiu efeitos positivos, tendo ao contrário agravado, junto com o segundo choque do petróleo de 1979 e o choque de juros do Federal Reserve estadunidense no mesmo ano, os indicadores econômicos de inflação, dívida pública e desemprego. O modelo Rehn-Meidner ainda não havia sido totalmente abandonado, devido à continuação das negociações centralizadas de salário, da política salarial solidária, da Política Ativa de Recursos Humanos, da utilização e expansão do setor público para fins de empregabilidade e da manutenção e mesmo aumento dos níveis de impostos (ver tabela 11) e dos gastos sociais em licenças por doença, creches e subsídios alimentares. Todavia, foi desafiado em seus fundamentos devido à reorientação dos gastos para socorrer, inclusive pela nacionalização, indústrias prejudicadas pela crise econômica, como a naval, siderúrgica e de mineração (Erixon, 2000, p. 30; Hogan, 2006, p. 12-3). Os repasses a esses setores totalizaram 42 bilhões de kronas entre 1975 e 1983, cerca de 37% do investimento total na Política Ativa de Recursos Humanos nesse mesmo período (Erixon, 2000, p. 30). A tabela abaixo mostra o aumento do volume de subsídios durante o período:

Tabela 17 – Custo líquido dos subsídios à manufatura e mineração por categoria (preços constantes em 1980 = 100, milhões de kronas)

	1975-6	1979-80	1982-3	1987-8
Política regional	591	736	748	696
Apoio a firmas e setores	246	7210	8774	600
P&D	533	425	467	206
Exportação	-60	134	1334	569
Firmas pequenas	84	237	217	74
Medidas de economia de energia	n.a.	43	314	114
Outras medidas	n.a	n.a.	n.a.	360
Total	1394	8695	11854	2619

Fonte: BOHLIN, 1999, p. 168

No entanto, não há elementos suficientes para considerar que essas medidas foram tomadas com o intuito de superar o modelo Rehn-Meidner, uma vez que a fragilidade da coalizão de centro-direita a impedia de desafiar os fundamentos do Estado de bem-estar social sueco, que ainda era bastante popular. Para agravar a situação, houve também nesse período uma forte polêmica em torno da utilização da energia nuclear, que dividiu a coalizão de centro-direita. Por ser contrário a essa fonte de energia, o Partido de Centro retirou-se da coalizão em 1978, mas voltou a encabeçá-la no ano seguinte, após a realização de novas eleições parlamentares. A forte pressão de movimentos ecologistas e de setores da Nova Esquerda, como estudantes e movimentos feministas, contra o projeto de aprofundamento da utilização de energia nuclear, conduziu à sua rejeição pelo Parlamento sueco no mesmo ano (Elgán e Scrobbie, 2015, p. 207). Ele havia sido aprovado, sem lograr maioria absoluta, em referendo de 1980, sob a condição de o Estado deter o monopólio da produção e se responsabilizar pela proteção ao meio ambiente e à sociedade.

Dessa maneira, a coalizão de centro-direita mostrou-se incapaz de compor uma unidade programática e de governo para servir de alternativa aos social-democratas. Ela não conseguiu deter nem o crescimento dos gastos públicos, que subiram de 52% do PIB em 1976 para 65% em 1981 (muito puxados pela quadruplicação dos gastos governamentais na recuperação de empresas quebradas), nem a deterioração do quadro econômico, fator crucial para a perda de popularidade dos novos governos de centro-direita (Blyth, 2002, p. 219-20; Hogan, 2006, p. 13). Esse fracasso governamental tanto em concluir o abandono do modelo Rehn-Meidner, em crise, como em recuperar uma economia igualmente em estado crítico possibilitou a vitória do SAP nas eleições de 1982. Houve, a partir de 1976, com a eleição de Curt Nicolin, CEO da ASEA, para o cargo de diretor da SAF, uma intensa reorientação ideológica e programática da federação, no sentido de se opor à social-democracia. Assim, houve intensa propaganda da SAF contrária aos social-democratas, associando-os ao socialismo vigente nos países do leste europeu, atacando o modelo sueco de bem-estar e defendendo uma versão extrema de liberalismo, com o intuito de se contrapor tanto à radicalização de esquerda da década de 70 quanto influenciar a cultura popular em um sentido pró-empresarial (Ryner, 2002, p. 144-8). No entanto, de 1976 a 1982, os partidos de centro-direita mostraram-se incapazes de romper com o modelo Rehn-Meidner e de transformar substancialmente o Estado de bem-estar social sueco, tendo inclusive reforçado-o, como estratégia política para angariar votos nas eleições seguintes. A vitória do SAP na eleição de 1982 foi um reflexo, fundamentalmente, do descontentamento do eleitorado em relação ao aprofundamento da crise econômica, apesar da oposição da maioria do público aos Fundos de Assalariados, cuja implementação era objeto de debate desde 1976, com os social-democratas tendo feito importantes concessões aos interesses dos empresários, a fim de tornar a proposta aceitável por eles. A oposição do líder do SAP, Olof Palme, à proposta original dos Fundos de Assalariados, contribuiu fortemente para as sucessivas alterações no projeto, que o tornaram menos agressivo aos interesses dos capitalistas. Palme chegou a sugerir uma ampliação do Ato de Codeterminação para que metade da diretoria das empresas fosse ocupada por representantes sindicais (Sejertsed, 2011, p. 377). Contudo, em discurso ao congresso do SAP em 1978, seguindo os anseios da base sindical do partido, Palme defendeu os Fundos como uma forma de superar o capitalismo e de construir o socialismo em bases democráticas e com participação direta dos trabalhadores (Palme, 1978).

O tom radical do SAP e da LO na década anterior e a manutenção do apoio aos atos trabalhistas aprovados no Parlamento, no entanto, continuaram alarmando os empresários, mesmo com todas as concessões feitas em relação aos Fundos. Assim, quando os social-democratas, sob a liderança de Olof Palme, reassumiram o governo em 1982, adotou-se a assim chamada “terceira via”, que procurava conciliar o reformismo social-democrata com as demandas dos grandes capitalistas. Nesse contexto, foi indicado para o Ministério da Economia o economista Kjell-Olof Feldt, membro do SAP e de viés liberal, marginalizando Rudolf Meidner, coautor do plano Rehn-Meidner, enquanto principal economista do partido. O que se chamou de “terceira via” representava, contudo, não uma readequação pragmática da social-democracia, como anunciado, mas uma ruptura tanto com o radicalismo socializante da década de 70 quanto com os princípios do modelo Rehn-Meidner ainda vigentes. Com efeito, se para esse último não havia um alinhamento necessário entre eficiência e igualdade, cabendo ao governo o planejamento das forças econômicas e sociais de modo a sustentar o desenvolvimento com a redução das desigualdades e com a limitação do poder político dos grandes empresários, para a nova estratégia da “Terceira Via” o crescimento econômico, entendido como maior acumulação de capital, geraria por si próprio a difusão do bem-estar, sem maiores considerações de ordem política acerca das assimetrias de poder no âmbito econômico. Tal orientação baseava-se em um relatório interno do SAP de 1981 de autoria do próprio Feldt além de Klas Eklund e Ingvar Carlsson, que preconizava a substituição dos Fundos de Assalariados e do modelo Rehn-Meidner de planejamento por austeridade fiscal, de maneira a estabilizar a economia e estimular os investimentos privados. Assim, o aumento da lucratividade das empresas exportadoras era visto em si como parte essencial de uma estratégia de melhoria das condições materiais da classe trabalhadora (Blyth, 2002, p. 220). Dessa forma, a nova estratégia social-democrata aproximava-se das propostas defendidas pelos partidos de centro-direita e alinhava-se com a tendência de distribuir renda e poder do trabalho para o capital, interrompendo décadas de ativismo social-democrata visando reorganizar as instituições econômicas e sociais para promover o desenvolvimento pelo aumento da igualdade e pela restrição ao poder econômico e político dos grandes empresários (Pontusson, 1996, p. 210-1).

Uma das primeiras medidas tomadas pelo novo governo social-democrata foi a desvalorização do krona em 16%, logo no primeiro dia de governo, demonstrando

disposição de contribuir para a recuperação da competitividade internacional das grandes empresas suecas, prejudicadas desde a década anterior pela escalada inflacionária e pelo aumento dos custos da mão de obra. Apesar da perda do valor salarial implicada nessa medida, a LO não se opôs, exigindo apenas aumentos salariais na ordem de 2,5% (ibid: p. 211). Ao mesmo tempo, o novo governo promoveu a reestruturação, segundo princípios de mercado, de diversas empresas estatizadas durante o período de 1976 a 1982, reformando sua administração segundo práticas gerenciais tipicamente liberais, incentivando-as a abrir seu capital na Bolsa de Valores ou mesmo vendendo-as (ibid: p. 211-2). Embora em um primeiro momento o novo governo tenha continuado a aumentar os subsídios a setores industriais e regiões em dificuldade, logo esses passaram a ser reduzidos, como demonstra a tabela 16. Por outro lado, o governo procurou compensar essa guinada liberal através de medidas socializantes, como aumento de impostos sobre fortuna, herança, doações e transações na Bolsa de Valores, além de criação de um novo programa de investimentos e a restauração de direitos previdenciários cortados no governo anterior, reformatando a ATP em seus moldes clássicos (ibid.: p. 211).

Mais importante ainda foi a discussão em torno dos Fundos de Assalariados, que marcou um ponto de inflexão na trajetória histórica do modelo Rehn-Meidner. O novo governo assumiu posição de defesa desse fundo em uma versão bastante atenuada, conforme as negociações que já haviam ocorrido em 1978 e 1981, que introduziam o objetivo de incrementar a oferta de capital de investimento na Suécia pelo mercado de ações (Pontusson, 1992, p. 783). Na versão proposta pelo governo Palme, não haveria mais um fundo centralizado mas cinco fundos incorporados à ATP, administrados por nove membros, cinco representantes de centrais sindicais como a LO e a TCO e quatro escolhidos diretamente pelo governo. Como os empresários se recusaram a participar, o governo escolheu nomes ligados à academia, a grupos cooperativos, a governos locais e ao serviço público (ibid: p. 784). Esses fundos seriam financiados não mais somente pela taxa sobre lucros, mas agora também sobre a folha de pagamento. A tributação sobre os lucros seria de 20% para rendimentos acima de 1 milhão de kronas, complementado por uma tributação de 0,2% sobre a folha de pagamento individual ou substituído por uma tributação de 6% sobre o total das folhas de pagamento. Esse financiamento tinha um prazo de validade de sete anos, a contar de 1983, sendo que, a partir de 1990, os fundos deveriam subsistir unicamente com operações financeiras

(ibidem). Além disso, tais recursos estavam livres agora para negociar títulos no mercado de ações, devendo obedecer aos critérios de diversificação, visão de longo-prazo e de geração de uma taxa razoável de retorno. Os fundos também não poderiam ter mais de 8% da participação acionária nas empresas (Pontusson e Kuruvilla, 1992, p. 784-5; Sejersted, 2002, p. 375). Assim, “the Funds were now cast not primarily as a Socialist experiment in collective ownership but rather as a necessary initiative for securing the flow of capital into the economy” (ibid: p. 374). A proposta original de 1976, que vislumbrava uma sociedade em que o poder econômico e político dos grandes proprietários seria abolido pela coletivização das corporações, foi substituída por uma que pouco ou nada acrescentava em termos de aumento do poder da classe trabalhadora sobre o capital e que favorecia a financeirização do sistema de pensões. Na versão proposta por Meidner em 1976, o estabelecimento dos fundos visava maior participação dos sindicatos na distribuição dos lucros obtidos com a produção de modo a incrementar a posição econômica e política dos trabalhadores através da ampliação do raio de ação do Estado e dos sindicatos, de modo a aprofundar a transformação socialista da Suécia. A versão de 1983, por sua vez, tributava não apenas as empresas, mas os trabalhadores em sua folha de pagamento, além de obrigar os sindicatos a ingressarem no mercado de ações, participando dos riscos inerentes a essas operações, mas sem dispor de mais de 8% da participação dos dividendos das empresas (Pontusson e Kuruvilla, 1992, p. 785). Assim, “none of the original tasks has been achieved and the whole scheme must now be considered a rather symbolic gesture. The strong Swedish labour movement had proved its inability to encroach upon private ownership, the very core of the capitalist system” (Meidner, 1993, p. 225).

Naquele ano, essa versão conseguiu ser aprovada no Parlamento por estreita margem, a despeito da forte pressão da SAF, da mídia e até mesmo das ruas contra o projeto²⁷. Em consequência disso e das mudanças igualitárias ocorridas na política salarial solidária na década de 70, o sindicato dos engenheiros (Verkstadsföreningen – VK) e a SAF, assim como a Volvo, Saab-Scania e Asea, retiraram-se arbitrariamente do arranjo neocorporativo das negociações centralizadas e tripartites de salário em 1983, como protesto contra o fortalecimento da LO e contra os social-democratas (Hibbs e Locking, 2000, p. 10). Ambos denunciavam as incompatibilidades entre as categorias de

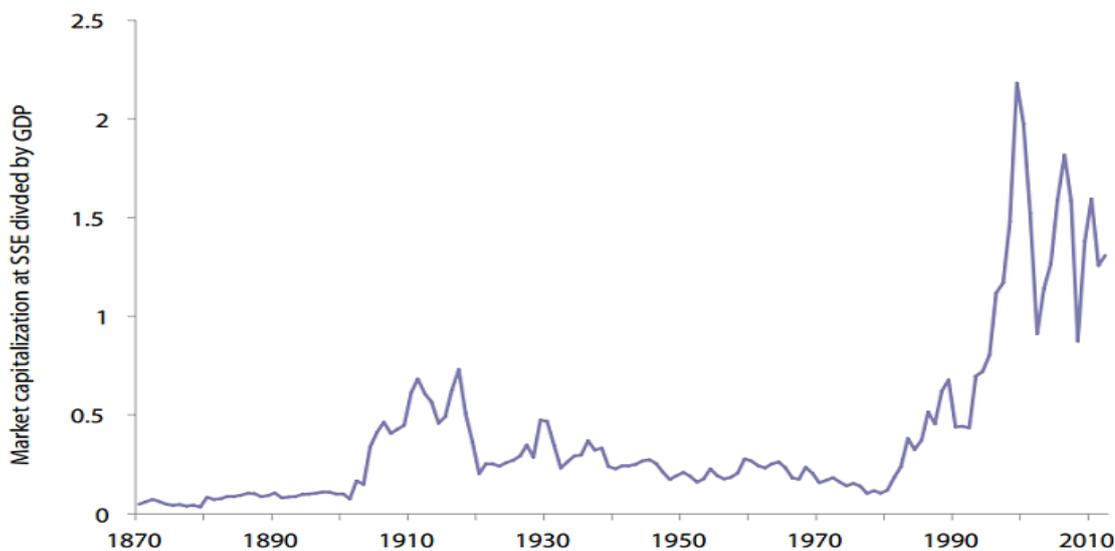
²⁷ Em 1983 foram organizados grandes protestos de rua, financiados pela SAF, contra a proposta dos Fundos de Assalariados (Sejersted, 2011, p. 376).

colarinho azul e branco e reclamavam padrões menos igualitários de negociação, de modo a ampliar a margem de liberdade possível na determinação salarial, através de negociações independentes em nível local e das indústrias (Hibbs e Locking, 1995, p. 99-100). As negociações que ocorreram entre a SAF e a LO após isso, de 1985 a 1987, tiveram caráter apenas sugestivo, sem a força vinculatória anterior (ibid). Embora as negociações tenham terminado oficialmente apenas em 1990, com a diretoria da SAF extinguindo o seu comitê de negociação, o período entre 1983 e 1990, coincidente com a aplicação da versão altamente moderada dos Fundos de Assalariados, foi marcado por uma maior descentralização e descaracterização do neocorporativismo. Isso implicou em uma crescente desigualdade de rendimentos, oposta ao período anterior (cf. tabela 6), de modo que não se pode qualificar o momento como tendo seguido em qualquer grau o modelo Rehn-Meidner.

A retirada da SAF, da VK e dessas demais empresas das negociações centralizadas de salário, em 1983, de fato significou uma ruptura com décadas de coordenação centralizada da política salarial e determinou junto com a aprovação dos Fundos de Assalariados uma nova fase da social-democracia sueca, encerrando o período de vigência do modelo de desenvolvimento propugnado pelo plano Rehn-Meidner. Apesar da manutenção do neocorporativismo até a década seguinte, ele perdeu boa parte da centralização que lhe era característica (Ortigueira, 2013) e, portanto, tornou-se ineficaz para assentar as bases sociopolíticas de uma estratégia nacional de desenvolvimento. A retirada voluntária de representantes importantes de classes e frações de classes significou uma ruptura com o caráter solidário e interclassista do “modelo sueco”, orientado pelo Plano Rehn-Meidner. A partir de então, as negociações coletivas assumiram perfil mais descentralizado e a estratégia de desenvolvimento passou a ser pautada pelo crescimento do lucro das firmas, com maior destaque para as operações financeiras.

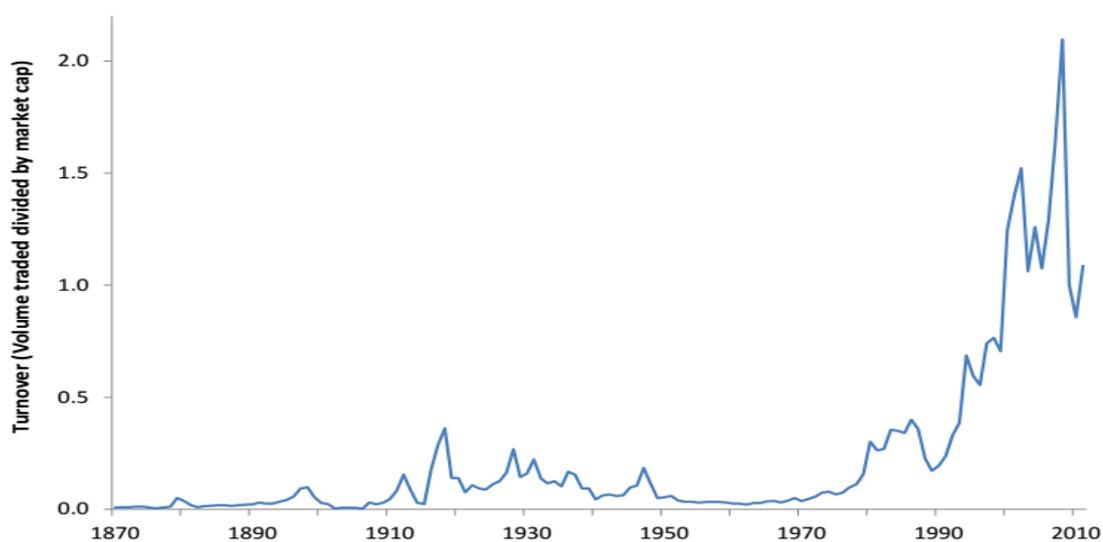
Assim, foi diminuída a importância do viés produtivista anterior e eliminada a opção política, outrora vigente, pela restrição da margem de lucro tanto para manter a inflação baixa quanto para reduzir as desigualdades e reestruturar a economia nacional. A participação dos sindicatos dar-se-ia também via mercado de ações, cabendo a esses um papel reduzido, de apenas 8%, na distribuição acionária das empresas, além de ingressarem na compra e venda de títulos em qualquer operação e fortalecerem assim a tendência de financeirização da economia, como demonstrado nos gráficos a seguir.

Gráfico 15 – Capitalização da Bolsa de Estocolmo em proporção ao PIB, de 1870 a 2012²⁸.



Fonte: WALDESTRÖM, Daniel. Swedish stock and bond returns, 1856–2012. Estocolmo: IFN Working Paper, No. 1027, 2014. p. 29

Gráfico 16 - Razão entre o total comercializado na Bolsa de Estocolmo e o valor de mercado das empresas.



Fonte: WALDESTRÖM, Daniel. Swedish stock and bond returns, 1856–2012. Estocolmo: IFN Working Paper, No. 1027, 2014. p. 30

²⁸ Observa-se a baixa intensidade das atividades financeiras nos trinta anos seguintes à Segunda Guerra, sustentando um modelo econômico baseado na produção e não na especulação, assim como o incremento acentuado da financeirização da economia sueca a partir da década de 1980, invertendo a tendência produtivista dos trinta anos gloriosos.

No contexto de piora no desempenho econômico verificado desde a década anterior, diversos setores empresariais em todo o mundo, sobretudo os ligados às finanças, travaram uma luta política para se desvencilhar das regulamentações nacionais impostas desde a década de 30 e principalmente após a Segunda Guerra (Helleiner, 1990, p. 168; Streeck, 2017, p. 4). Essa situação se refletiu no SAP, com o protagonismo assumido pelo novo ministro Kjell-Otto Feldt e a emergência de um novo programa, baseado em uma integração maior da economia nacional aos fluxos internacionais de capital, na busca da modernidade através da desregulamentação e mesmo da privatização, a uma confiança cada vez maior no setor privado em detrimento da capacidade estratégica do Estado de coordenar transformações de longo-prazo no sentido de uma sociedade mais próspera e socialmente igualitária. Para o modelo Rehn-Meidner, a eficiência e a igualdade, o pleno-emprego e a estabilidade de preços, a racionalidade formal das empresas privadas e a racionalidade substantiva de uma comunidade alicerçada em valores éticos de igualdade, eram compatíveis através de uma certa orientação política liderada pelo governo. Para a nova perspectiva dotada pelo SAP, a igualdade e o pleno-emprego deixavam de ser uma preocupação e passavam a ser uma consequência menor do sucesso econômico gerado pelo aumento da liberdade das empresas de determinar os salários, os preços e o sentido dos investimentos. Se na década anterior a social-democracia procurava uma forma de alcançar o socialismo por meios especificamente nacionais, democratizando a economia pela coletivização gradual da grande propriedade pelos sindicatos, a partir da década de 80 a social-democracia aceita as críticas massivamente recebidas desde então pelos empresários e pela grande mídia nacional e passa a adotar um programa em muito semelhante ao dos partidos de centro-direita, que há muito reclamavam menor intervenção do Estado e maior mercantilização das relações sociais e de trabalho. O combate à inflação, entendido não mais como derivando dos altos lucros mas de aumentos salariais, passa a ser a única prioridade, subordinando outros objetivos prioritários ao modelo Rehn-Meidner, como o pleno-emprego e a redução das desigualdades (ibidem; Blyth, 2002, p. 243). Assim,

“the actual trajectory chosen by the Social Democrats when returning to power was orthogonal to the conjectured one, as it entailed a radical break with past policies: far-reaching deregulation of the banking system, dismantling of capital flow controls, privatization of state-owned firms and policies that promoted market competitiveness, and reactivation of equity markets that were liberalized with unrestricted

foreign ownership of shares. The chosen road led to more market economy, not to more socialism.” (Hogfeldt, 2005, p. 546-7).

A “terceira via” correspondeu à adequação da social-democracia a essa nova etapa do capitalismo mundial inaugurada com o fim do sistema Bretton Woods em 1971, marcada pela centralidade do capital financeiro como poder coordenador da acumulação (Harvey, 1992, p. 15). O programa social-democrata, cada vez mais distante dos princípios do modelo Rehn-Meidner, apoiar-se-ia crescentemente em políticas com viés menos socializante, solidário e igualitário, e mais inspirado em propostas de cunho ortodoxo. O “mercado negro” de crédito minou a capacidade de regulação do governo sobre a economia (Honkapohja, 2012, p. 15) e obrigou o primeiro-ministro Olof Palme, contra a sua própria vontade, a iniciar um amplo processo de desregulamentação financeira, pondo termo às regulações características do período de vigência do modelo Rehn-Meidner (Ryner, 2002, p. 161).

O assassinato do primeiro-ministro Olof Palme em 1986 representou simbolicamente o fim das ambições socialistas da social-democracia sueca. Embora Palme tivesse sido contrário à formulação original dos Fundos de Assalariados e procurasse sempre caminhos conciliatórios junto com outros partidos e entidades de classe, a sua trajetória política de apoio às medidas parlamentares de proteção ao trabalho na década de 70 e os seus discursos simbolizavam a utopia socialista como um programa a ser realizado na Suécia. A política externa dos seus governos muito contribuiu para a sua imagem de radical, uma vez que se opôs à Guerra do Vietnã, ao regime do apartheid na África do Sul e às ditaduras conservadoras e comunistas na Europa, assim como apoiou os movimentos de independência nacional na África e na Ásia, o regime socialista cubano e a Revolução dos Cravos em Portugal.

A partir de então, e consoante os esforços para a integração na União Europeia (UE), os governos seguintes, tanto social-democratas quanto de centro-direita, adotaram políticas contraditórias aos objetivos de igualdade e solidariedade do modelo Rehn-Meidner. A assinatura do Tratado de Maastricht em 1994, mesmo sem a adesão ao euro, implicou na subordinação da política macroeconômica aos imperativos meramente anti-inflacionários da EU, dificultando a existência de uma política industrial e social coerente e articulada, como outrora. Segundo Rudolf Meidner, “internationalization limited the applicability of the Swedish model. [...] We no longer determine our own

interest and currency rates. So, internationalization, with or without EU membership, is enough to make the Swedish model a little antiquated” (Meidner, 1998, p. 83-4). Medidas como o fim do limite de 20% para a propriedade estrangeira das grandes firmas suecas em 1992 (Hogfeldt, 2005, p. 535); amplas privatizações, a partir da década de 80 e aprofundadas no governo de centro-direita de Carl Bildt, de 1991-3, no setor produtivo, marcando o fim do uso de empresas estatais como instrumentos de política industrial. Destacaram-se a privatização da Celsius, estatal de fabricação de navios; a da SSAB, siderúrgica; a da ASSI-Doman, de exploração de recursos florestais; e a da Pharmaceutica, de farmácia. Houve também a reformulação das empresas estatais remanescentes, como a Vantenfall, de energia, e a Televerket, de telecomunicações, que passaram a concorrer com empresas privadas em suas operações. A SJ, de ferrovias, foi dividida em vários ramos independentes com o objetivo principal de lucro (Bohlin, 1999, p. 171). Também houve privatizações no setor de saúde (Verspohl, 2012) e aposentadorias (Palmer, 1998), além de reformas administrativas do setor público como um todo para adequá-lo a princípios de mercado (Fölster, 2014).

Em conjunto, essas medidas significaram a perda do projeto nacionalista de desenvolvimento e do modelo sueco de bem-estar, desenhado em grande parte pelo Plano Rehn-Meidner. A Suécia adotou a partir de então um novo padrão de desenvolvimento, orientado para a inserção das empresas nacionais no mercado internacional de capitais e para a valorização dos ativos dessas empresas em um regime de competição financeira cada vez mais acentuada. Isso correspondeu a um novo momento econômico internacional, em que a liberalização financeira reduziu a autonomia nacional para a condução de uma política econômica altamente reguladora e intervencionista, típica do período de Bretton Woods, e impôs uma nova dinâmica, pautada pela adesão dos países ao modelo de administração necessário aos interesses da finança, que passam a determinar em grande medida as relações entre governo, empresas e sociedade, minando as bases da coalizão entre trabalhadores, empresários e governo, tal como se verificou na Suécia desde a década de 30 (Chesnais, 2005, p. 61). Os governos seguintes, tanto o conservador que assumiu em 1991 e o social-democrata que assumiu em 1994, mantiveram o compromisso exclusivo com o controle da inflação e com o equilíbrio fiscal, optando politicamente pelo aprofundamento das reformas liberais e pelo desmonte, iniciado na década anterior, da estratégia nacional de desenvolvimento e do Estado de bem-estar social existentes, priorizando soluções

monetaristas para os problemas de acumulação de capital (Harvey, 2005, p. 124; Ryner, 2002, p. 142-65). Nesse sentido, verificou-se na Suécia a tendência ocorrida em todos os países centrais nesse mesmo período, de remoção das restrições políticas e nacionais à livre movimentação do capital financeiro, que conferiram aos governos nacionais ampla capacidade de coordenação para atender demandas coletivas e proteger o trabalho no processo de acumulação capitalista. Houve assim a desnacionalização do controle sobre a produção e a mão de obra, subordinando a democracia, o governo e a sociedade à disciplina financeira imposta por corporações globais imunes a controles democráticos, deslocando o vetor distributivo, outrora direcionado para a maioria da população, para esses grandes grupos transnacionais, ampliando as desigualdades e reduzindo o bem-estar (Streeck, 2016).

4. CONCLUSÃO

O modelo Rehn-Meidner, enquanto estratégia nacionalista e social-democrata de desenvolvimento, correspondeu a uma experiência de planejamento governamental no contexto dos “trinta anos gloriosos” após a Segunda Guerra. A insularidade nacional do crédito e do capital assegurada pelo sistema de Bretton Woods garantiu ao governo sueco as condições de intervenção adequada na economia nacional de modo a atender, em condições mais avançadas, às demandas da ampla coalizão sociopolítica que o apoiava. O Estado tornou-se, através da ação decidida dos governos social-democratas, o líder e coordenador de um processo articulado de maior acumulação de capital nos marcos nacionais e de democratização da renda, das riquezas e do poder político entre as classes. Desenvolvimento econômico e aumento do bem-estar não seriam, portanto, dimensões separadas, mas existiriam em conjunto na construção da modernidade especificamente sueca. Todo o planejamento foi estabelecido de modo a não haver um *trade-off* entre eficiência e igualdade, entre acumulação e solidariedade, estabelecendo uma como suporte a outra. O nacionalismo social-democrata, ao procurar viabilizar um novo tipo de capitalismo, em que o progresso técnico das forças produtivas privadas nacionais e a estabilidade monetária ocorreriam em um contexto de redução dos lucros e das desigualdades salariais, representou uma experiência de coordenação centralizada do país de modo a realizar metas socialistas em um contexto

capitalista, tornando os trabalhadores partícipes e beneficiários do desenvolvimento sem excluir os empresários.

O modelo constituiu assim um projeto nacionalista liderado pelo Partido Social-Democrata em coalizão partidária com o Partido Agrário, ambos sendo representantes, respectivamente, dos trabalhadores urbanos e dos agricultores, que formaram junto aos industriais um pacto social sustentado institucionalmente no arranjo neocorporativista das negociações centralizadas de salário. Esse nacionalismo direcionou uma ideia especificamente nacional de modernidade, capaz de constituir uma alternativa histórica tanto ao liberalismo quanto ao fascismo e ao socialismo soviético. Portanto, ao invés de ser um modelo com pretensões universalizantes, que pode ser aplicado em qualquer país, dependendo apenas da vontade esclarecida dos governantes, o modelo de social-democracia que constitui o objeto dessa pesquisa é um fenômeno genuinamente nacional da Suécia, que se enraíza na história, nas instituições e na dinâmica de poder na sociedade e na política tipicamente suecos. É incorreto, portanto, reduzir a social-democracia sueca a um regime como o liberalismo ou o socialismo; ao contrário, além de ter uma especificidade enquanto modelo, esse reflete as condições próprias da nação escandinava. A social-democracia tal como existiu historicamente na Suécia é, portanto, fundamentalmente um fenômeno nacional desse país. Embora outros países, como a Noruega, a Dinamarca, a Finlândia, a Alemanha e a Inglaterra tenham seguido políticas homólogas de promoção simultânea do bem-estar e do crescimento econômico, em nenhum deles foi possível coordená-las como ocorrido na Suécia.

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento orientado pelo plano Rehn-Meidner foi, mais do que econômico, político e comunitário, pois contribuiu fortemente para a construção política de uma nação não apenas mais afluyente do ponto de vista material, mas também mais inclusiva e solidária, aproximando as classes e as regiões em torno de um mesmo sentimento nacional, de um pertencimento comum ao Folkhemmet (“lar do povo”). Não foram desenvolvidas apenas as forças produtivas, mas os vínculos morais da sociedade e da nação. O planejamento adotado pelo modelo Rehn-Meidner impunha um tipo de racionalidade ao mesmo tempo formal e substantiva, no sentido de Max Weber (1997 [1922], p. 493). Ou seja, não se levava em consideração apenas as técnicas e os cálculos necessários para a maximização dos lucros das firmas privadas, cada qual considerada em si mesma. Muito diferente disso, considerava que as diferentes dimensões da realidade humana, como a econômica, a social e a política, são

interligadas, cabendo à política o papel de estabelecer o padrão de coordenação e relacionamento dessas dimensões, estipulando quais os interesses e valores devem tornar-se dominantes na capacidade de imposição das regras formais e do mecanismo de funcionamento dos processos econômicos e sociais. Ou seja, o desenvolvimento e a promoção do bem-estar eram entendidos não como meros fenômenos econômicos de satisfação de necessidades materiais, mas como um processo ao mesmo tempo social e político, determinado e constituído por relações de poder, cabendo ao poder público estipular quais interesses e valores e qual padrão de racionalidade são capazes de se sobressair em relação aos outros. A racionalidade substantiva, no sentido de consideração dos valores não-econômicos como os de solidariedade e equidade, foi acoplada aos interesses práticos dos trabalhadores que constituíam a base social do SAP assim como aos interesses de longo-prazo, pelo menos até a década de 70, dos capitalistas, sobretudo dos donos das grandes corporações exportadoras. Para Rudolf Meidner, coautor do plano, valores socialistas foram importantes para a orientação das políticas destinadas a realizar o que o mercado, por si só, é incapaz, como o pleno-emprego, a solidariedade e os “valores da dignidade humana” (Meidner, 1998, p. 85-9). Considerações éticas e econômicas foram articuladas em uma estratégia política destinada a produzir, ao mesmo tempo, mais crescimento econômico e um maior senso de pertencimento e cooperação social em nível da comunidade nacional. Assim, o nacionalismo não caracterizou apenas o desenvolvimento, internalizando o progresso técnico e os centros de acumulação, mas envolveu toda uma mobilização nacional, liderada e coordenada pelos governos social-democratas através de um Estado de bem-estar social centralizador e fortemente intervencionista, para a redução das desigualdades e a inclusão de todos aos padrões de solidariedade que se tinha em vista. Ao fazer isso, a social-democracia atendia a sua base social, composta por trabalhadores organizados em sindicatos, e também aos seus aliados durante grande parte dos 44 anos seguidos em que esteve no governo, como os agricultores e os industriais. Essa coalizão, abrangendo praticamente toda a sociedade sueca, incrementou a capacidade estatal, nesse período, de implementar políticas públicas, e pressionou politicamente para que o planejamento se voltasse não apenas para determinados interesses setoriais, mas considerasse a totalidade da nação, de modo a melhorar as condições de todos.

O modelo Rehn-Meidner foi implementado em certas condições internacionais que favoreciam o ativismo governamental na consecução de estratégias nacionais de

longo-prazo, e dependeu do consentimento e da participação dos empresários para garantir a lealdade do capital ao projeto desenvolvimentista e distributivo. O modelo foi inviabilizado assim que o colapso do sistema de Bretton Woods e fortalecimento do capital financeiro na década de 70 tornaram os países suscetíveis a choques especulativos e reféns da movimentação internacional das finanças, deslocando gradativamente o centro decisório dos governos nacionais para as corporações financeiras internacionais. A retirada de apoio empresarial à social-democracia, decorrente tanto da oposição à proposta de coletivização da propriedade sugerida pela LO e aceita, com controvérsias, pelo SAP, quanto pela aceitação, por parte dos empresários, da integração da produção nacional aos circuitos financeiros globais, levando-os a fazerem greves e investimentos e se retiraram do arranjo neocorporativo que garantia sustentação política ao modelo Rehn-Meidner, também foi crucial para o fim desse. Logo, pode-se verificar que, no capitalismo, a dependência estrutural do Estado em relação ao capital torna esse último um agente político de enorme importância para a estabilidade institucional e a permanência de qualquer modelo de organização nacional. No entanto, os modos de atuação do capital não são dados unilateralmente, mas variam de país para país pois conformam-se ao arcabouço institucional existente. Esse, por sua vez, não é neutro, mas resultante das disputas de poder entre os diferentes grupos de uma sociedade, sobretudo as classes no caso do capitalismo. A construção da social-democracia na Suécia a partir de uma estratégia global de planejamento da nação, tendo por objetivo o desenvolvimento e o bem-estar, foi assim decorrente da ampliação do poder político dos trabalhadores em coalizão com os agricultores. Coligados, obrigaram os capitalistas a firmarem acordos que garantissem a existência do pleno-emprego e de uma ampla rede de proteção social no contexto de preservação da propriedade privada, de internacionalização das empresas nacionais e de estabilidade monetária. O modelo Rehn-Meidner não foi, portanto, consequência espontânea do capitalismo sueco e da livre iniciativa, mas o produto, em grande parte não-intencional, da ação política, coordenada em coalizões e arenas de concertação neocorporativas, dos diferentes grupos nacionais em defesa dos seus próprios interesses. Para isso, esses defenderam um projeto de nação liderado pelo Estado que melhor os assegurasse no longo-prazo, dentro de um contexto financeiro internacional favorável ao planejamento governamental. Ainda que seu destino estivesse atrelado às mudanças ocorridas no mundo capitalista sob a égide dos EUA, representou,

enquanto durou, um esforço político de grandeza nacional e de superação dos problemas do capitalismo sem sua abolição.

Embora a conjuntura mundial hoje seja bastante adversa a experiências como a do modelo Rehn-Meidner, a compreensão adequada da inserção histórica desse modelo joga luz sobre os modos de existência histórica do capitalismo e quais os mecanismos institucionais que garantem, por meios políticos, o desenvolvimento econômico e social de uma nação. A especificidade do caso sueco torna-se exemplar no sentido de demonstrar como, sob determinadas circunstâncias, o processo de ampliação da acumulação nacional de capital e de fortalecimento dos vínculos de solidariedade podem se reforçar mutuamente, assegurando a realização dos valores caros à modernidade, como a prosperidade material e a igualdade de condições e de reconhecimento. Torna-se, assim, fundamental para demonstrar a contingência de determinados arranjos institucionais que, hoje, na retórica dominante dos grandes grupos financeiros, são tidos como racionais e universais. Serve, também, de subsídio para aqueles que buscam no passado as evidências para imaginar e planejar um futuro alternativo ao presente, devendo estar atentos, sem dúvida, às peculiaridades de cada contexto e à impossibilidade de transplante de modos de organização em um determinado caso nacional, em determinada época, para outro, sob circunstâncias muito diversas.

5. REFERÊNCIAS:

AGGESTAM, Lisbeth; HYDE-PRICE, Adrian. *Security and Identity in Europe: Exploring the New Agenda*. London: Macmillan, 2000.

ALEXOPOULOS, Michelle; COHEN, Jon. *Centralized Wage Bargaining and Structural Change in Sweden*. *European Review of Economic History*, Vol. 7, No. 3, Dez. 2003.

AMABLE, Bruno. *The Diversity of Modern Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. *Les spécificités nationales du capitalisme*. Cahiers français, nº 349, s/d.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

ARTER, David. *Democracy in Scandinavia – Consensual, majoritarian or mixed?* Manchester: Manchester University Press, 2006.

ASARD, Erik. *Industrial and economic democracy in Sweden – from consensus to confrontation*. European Journal of Political Research, 1986, vol. 14, 1986.

BAILEY, Thomas. *The Marshall Plan Summer*. Stanford: Hoover Institution Press, 1977.

BALDWIN, Peter. *The Politics of Social Solidarity: class bases for the European welfare states*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BARBER, William. *Gunnar Myrdal – an intellectual biography*. London: Palgrave Macmillan, 2008.

BENDIX, Reinhard. *Max Weber: an intellectual portrait*. New York: Anchor Book, 1962.

_____. *Construção nacional e Cidadania*. São Paulo: Editora USP, 1996.

BENGTSSON, Niklas; HOMLUND, Bertil; WALDENSTRÖM, Daniel. *Lifetime versus Annual Tax Progressivity: Sweden, 1968–2009*. Discussion Paper Series, No. 6641, Jun. 2012. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp6641.pdf>. Acessado em: 09/11/2016.

BERLE, Adolf; MEANS, Gardiner. *A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada*. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987 [1932].

BERMAN, Sheri. *The Social Democratic Moment: ideas and politics in the making of interwar Europe*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

_____. *The Primacy of Politics: social democracy and the making of Europe's Twentieth Century*. Cambridge University Press, 2006.

BIDET, Jacques. *Explicação e reconstrução do Capital*. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.

- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BLOCK, Fred. The Ruling Class Does Not Rule. *Socialist Review*, No. 33, May-June, 1977. Disponível em: <https://www.ssc.wisc.edu/~wright/SOC621/RulingClass.pdf>. Acessado em: 13/04/2015.
- BLYTH, Mark. *Great Transformations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- _____. *Austerity: the history of a dangerous idea*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BOHLIN, Jan. *Sweden: the rise and the fall of the Swedish model*. In: FOREMAN-PECK, James; FEDERICO, Giovanni (ed). *European Industrial Policy: the twentieth-century experience*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. *Swedish Industrial Policy: from general policies to crisis management, 1950-1980*. In: GRABAS, Christian; NÜTZENADEL, Alexander (eds.). *Industrial policy in Europe after 1945*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- BOYER, Robert. *Introduction*. In: _____; SAILLARD, Yves. *Théorie de La régulation- l'état des saviors*. Paris. La Decouverte, 2002.
- BRANDAL, Nik; BRATBERG, Oivind; THORSEN, Dag Einar. *The Nordic Model of Social Democracy*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Economia brasileira: pactos políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Globalização e Competição*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CASTLES, Francis. *The Social Democratic Image of Society: a study of the achievements and origins of Scandinavian social democracy in comparative perspective*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- CHANG, Ha-Joon. *The Economic Theory of Developmental State*. In: WOO-CUMINGS, Meredith (ed.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

_____. *An Institutional Perspective on the Role of the State* – towards an institutionalist political economy. In: BURLAMAQUI, Leonardo; CHANG, Ha-Joon (eds.). *Institutions and the role of the state*. Northampton: Edward Elgar, 2000.

_____. *Chutando a Escada*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

COMMISSION ON INDUSTRIAL AND ECONOMIC CONCENTRATION. *Ownership and Influence in Economy*. In: SCASE, Richard (ed.). *Readings in the Swedish Class Structure*. Oxford: Pergamon Press, 1976.

CRESPO, Mario del Rosal. *Los limites del socialismo reformista: el caso de Suecia*. XI Jornadas de Economía Crítica, Bilbao, 2007. Disponível em: http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/ecocri/eus/delrosal_crespo.pdf. Acessado em: 13/06/2017.

CUNHA, Patricia H. F.; VIANA, Alexandre G. *Revista de Economia Política*. Vol.36, nº.2. São Paulo, Apr./June 2016.

DURKHEIM, Emile. *Lições de Sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013[1950].

EDIN, Per-Anders; TOPEL, Robert. *Wage Policy and Restructuring: the Swedish Labor Market since 1960*. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6806991.pdf>. Acessado em: 28/12/2015.

_____; HOLMLUND, Bertil. *The Swedish Wage Structure: the rise and fall of solidarity wage policy?* Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1993.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 24, 2012.

EISENSTADT, Shmuel. *Carisma, edificação institucional e transformação social: Max Weber e a Sociologia Moderna*. In: _____. *Modernização e Mudança Social*. Belo Horizonte: Editora do Professor, 1968.

EKHOLM, Edvin. *The Swedish model and the Rehn-Meidner model*. Disponível em: <http://hj.diva-portal.org/smash/get/diva2:326616/FULLTEXT01.pdf>. Acessado em: 12/12/2016.

ELGÁN, Elisabeth; SCOBIE, Irene. 3ªed. *Historical Dictionary of Sweden*. Maryland: Rowman e Littefield, 2015.

ELIAS, Norbert. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: _____ . *Escritos & Ensaios*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The Making of a Social Democratic Welfare State*. In: MISGELD, Klaus; MOLIN, Karl; AMARK, Klas (ed.). *Creating Social Democracy – a Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden*. Pennsylvania State University, 1992.

_____. *The Three Worlds of Welfare States*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

ERIXON, Lennart. *The Golden Age of the Swedish Model: the coherence between capital accumulation and economic policy in Sweden in the early postwar period*. Estocolmo, 1996. Disponível em: <http://www2.ne.su.se/paper/lerixon.pdf>. Acessado em: 02/06/2017.

_____. *Travelling Along the Third Way: A Swedish Model of Stabilisation, Equity and Growth*. Estocolmo: Stockholm University, 2005.

_____. *The Rehn-Meidner model in Sweden: its rise, challenges and survival*. Disponível em: http://www2.ne.su.se/paper/wp08_02.pdf. Estocolmo, 2008. Acessado em: 28/12/2015.

_____. *Building a path of equality to economic progress and macroeconomic stability - the economic theory of the Swedish model*. Estocolmo, 2016. Disponível em: http://www2.ne.su.se/paper/wp16_03.pdf. Acessado em: 07/08/2017.

EVANS, Peter. *Autonomia e Parceria*. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1995.

FAHLGREN, Mats. *Det nya folkhemmet*. Gotemburgo: Götenborgs Universitet, 2008.

FIANI, Ronaldo. Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridadas. In: GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto. *Capacidades estatais e democracia*. Brasília: IPEA: 2014.

FINER, Samuel. *Governo Comparado*. Brasília: Editora UnB, 1981.

FÖLSTER, Stefan. *Twenty five years of Swedish reforms*. Estocolmo: Reforminstitutet, 2014.

FRIEDEN, Jeffry. *O Capitalismo Global: história econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FULCHER, James. *Class Conflict: Joint Regulation and its decline*. In: SCASE, Richard (ed.). *Readings in the Swedish Class Structure*. Oxford: Pergamon Press, 1976.

FURAKER, Bengt. *The Swedish wage-earner funds and economic democracy: is there anything to be learned from them?* European Trade Union Institute, 22:1, 2015, pp. 121-132 Disponível em: http://socav.gu.se/digitalAssets/1557/1557499_transfer_european-review-of-labour-and-research-151217.pdf. Acessado em: 23/02/2017.

FURTADO, Celso. *Prefácio a Nova Economia Política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1976.

GALBRAITH, John K. *O Novo Estado Industrial*. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GERSCHENKRON, Alexander. *O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

GHOSH, Atish; QURESHI, Mahvash. *What's in a name? That which we call capital controls*. IMF Working Paper, 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2016/wp1625.pdf>. Acessado em: 23/05/2017.

GIDDENS, Anthony. *The Nation-State and Violence*. Polity Press, 1985.

GOUREVITCH, Peter. *Politics in Hard Times*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

_____. *Keynesian Policies: the political sources of economic policy choices*. In: HALL, Peter (ed.). *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavel*. In: SADER, Emir. *Gramsci – Poder, Política e Partido*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HALL, Peter; SOSKICE, David. An Introduction to Varieties of Capitalism. In: _____ (orgs). *Varieties of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HALL, Peter; GINGERICH, Daniel. *Varieties of Capitalism and Institutional Complementarities in the Macroeconomy* – an empirical analysis. MPIfG Discussion Paper 04/5, 2004. Disponível em: http://www.mpi-fg-koeln.mpg.de/pu/mpifg_dp/dp04-5.pdf. Acessado em: 20/06/2016.

HANCOCK, Donald. *The Swedish Welfare State: prospects and contradictions*. The Wilson Quarterly, vol. 1, nº 5, 1977.

HART, Horst; OTTER, Casten. *The Determination of Wages Structures in Manufacturing Industry*. In: SCASE, Richard (ed.). *Readings in the Swedish Class Structure*. Oxford: Pergamon Press, 1976.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *Neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

HAYEK, Friedrich. Os Princípios de uma ordem social liberal. In: CRESPIGNY, Anthony de; CRONIN, Jeremy. *Ideologias Políticas*. Brasília: Editora UnB, 1981.

HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca: Cornell, 1994.

HIBBS, Douglas; LOCKING, Hakan. *Solidarity Wage Policies and Industrial productivity in Sweden*. Nordic Journal of Political Economy, Volume 22, 1995. Disponível em: http://www.nopecjournal.org/NOPEC_1995_a07.pdf. Acessado em: 28/12/2015.

_____. *Wage dispersion and productivity efficiency: Evidence for Sweden*. Göteborg: Göteborg University, 2000.

HICKS, Alexander. *Social Democracy and Welfare Capitalism: a century of income security politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

HILFERDING, Rudolf. *A Democracia e a Classe Trabalhadora*. In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HILSON, Mary. *The Nordic Model – Scandinavia since 1945*. London: Reaktion Books, 2008.

HIRSCH, Joachim. Observações Teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In: POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HIRSCHMAN, Albert. *The Rhetoric of Reaction: perversity, futility and jeopardy*. The Belknap Press, 1991.

HJALMARSSON, Lennart. *El modelo Escandinavo de política industrial*. In: BLOMSTRÖM, Magnus; MELLER, Patrício (orgs). *Trayectorias Divergentes: Comparacion de Un Siglo de Desarrollo Económico Latino Americano y Escandinavo*. Santiago de Chile: Ediciones Pedagógicas Chilenas, 1990.

HOGAN, John; FEENEY, Sharon. *Crises and Policy Change: The Contribution of Political Entrepreneurs to policy change at times of crisis*. Risk, Hazards & Crisis in Public Policy: Vol. 3: Iss. 2, Article 6. 2012.

HÖGFELDT, Peter. *The History and Politics of Corporate Ownership in Sweden*. Cambridge: NBER, 2004. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w10641.pdf>. Acessado em: 17/01/2017.

HONKAPOHJA, Seppo. *The 1980 Financial Liberalization in the Nordic Countries*. Bank of Finland Research Discussion Papers, nº 36, 2012. Disponível em: https://www.suomenpankki.fi/globalassets/fi/media-ja_julkaisut/julkaisut/tutkimusjulkaisut/keskustelualoitteet/documents/bof_dp_1236.pdf. Acessado em: 30/06/2017.

HUBER, Evelyne; RUESCHEMEYER, Dietrich; STEPHENS, John. *The Impact of Economic Development on Democracy*. Journal of Economic Perspectives – volume 7, número 3, 1993.

IANNI, Octavio. *Introdução*. In: _____ (org.). *Marx*. Coleção Grandes Cientistas Sociais – Sociologia. São Paulo; Ática, 1982.

IANONI, M. *Para Uma Abordagem Ampliada das Coalizões*. In: _____ (org.). *A Ciência Política e a Crise no Brasil*. Dossiê Revista Sinais Sociais. Rio de Janeiro, v.11, n. 33, jan.-abr. 2017.

IVERSEN, Torben. *Power, Flexibility, and the Breakdown of Centralized Wage Bargaining: Denmark and Sweden in Comparative Perspective*. *Comparative Politics*, Vol. 28, No. 4 (Jul., 1996), p. 399-436

_____. *Capitalism, Democracy and Welfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JESSOP, Robert. *Accumulation Strategies, State Forms and hegemonic Projects*. *Kapitalistate*, 10, 89-111, 1983.

JOHNSTON, T.L. *Wages Policy in Sweden*. *Economica*, New Series, vol. 25, nº 99, agosto/1958, p. 213-229.

JOSHI, Devin; NAVLAKHA, Neha. *Social Democracy in Sweden*. *Economic and Political Weekly*, vol. 45, nº 47, novembro de 2010.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KARLSSON, Charlie; KARLSSON, Martin. *Economic Policy, Institutions and Entrepreneurship*. *Small Business Economics*, vol. 19, nº 2, sep. 2002, p. 163-182

KATZENSTEIN, Peter. *Small States in World Markets*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

KJELLBERG, Anders. *The Swedish Model of Industrial Relations*. In: PHELAN, Craig (ed.). *Trade Unionism since 1945*. Vol. 1. Bern: Peter Lange AG, 2009.

KORPI, Walter. *The Working Class in Welfare Capitalism*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978

_____. *The Democratic Class Struggle*. London: Routledge and Kegan Paul, 1983.

_____ ; PALME, Joachim. *The Paradox of Redistribution and Strategies of Equality: Welfare State Institutions, Inequality, and Poverty in the Western Countries*. American Sociological Review, Vol. 63, No. 5 (Oct., 1998), pp. 661-687

KOSONEN, Katri. *Saving and Economic Growth from a Nordic Perspective*. In: PEKKARINEN, Jukka; POHJOLA, Matti; ROWTHORN, Bob (eds). *Social Corporatism: a superior economic system?* Oxford: Clarendon Press, 1992.

KUHNLE, S. & SANDER, A., (2010). *The emergence of the western welfare state*. In: CASTLES, F. et al. (eds.). *The Oxford Handbook of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 61-80.

LANDESMANN, Michael. *Industrial Policies and Social Corporatism*. In: PEKKARINEN, Jukka; POHJOLA, Matti; ROWTHORN, Bob (eds). *Social Corporatism: a superior economic system?* Oxford: Clarendon Press, 1992.

_____ ; VARTIAINEN, Juhana. *Social Corporatism and Long-term Economic Performance*. In : PEKKARINEN, Jukka; POHJOLA, Matti; ROWTHORN, Bob (eds). *Social Corporatism: a superior economic system?* Oxford: Clarendon Press, 1992.

LEHMBRUCH, Gerald. *Liberal corporatism and party government*. In: SCHMITTER, Philippe; Lehbruch, Gerald (eds). *Trends towards Corporatist Intermediation*. London: Sage, 1979.

LEVI, Lucio. *Nacionalismo*. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política (L-Z)*. 10ª edição. Brasília: Editora UnB, 1997.

LEVY, Brian; FUKUYAMA, Francis. *Development Strategies: Integrating Governance and Growth*. World Bank, Policy Research Working Paper 5196, Jan. 2010.

LINDBECK, Assar. *The Swedish Experiment*. Journal of Economic Literature, Vol. 35, No. 3, p. 1273-1319, Setembro de 1997.

LINDGREN, Hakan. *Banking Group Investments in Sweden Industry*. Uppsala Papers in Economic History, 1987. Disponível em: <http://uu.diva-portal.org/smash/get/diva2:128519/FULLTEXT01>. Acessado em: 24/05/2017.

LUNDBERG, Erik. *The Rise and Fall of the Swedish Model*. Journal of Economic Literature, Vol. 23, Nº. 1, p.1-36, Março de 1985.

MADDISON, Angus. *The World Economy: historical statistics*. Paris: OECD, 2003.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANOILESCO, Mihail. *O Século do Corporativismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTERBAUER, Markus. *Rehn-Meidner and Austro-Keynesianism: Two Post-Keynesian Roads to High Employment*. In: MILNER, Henry; WADENSJÖ, Eskil (orgs). *Gösta Rehn, the Swedish Model and Labour Market Policies: International and national perspectives*. Hampshire: Ashgate, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista* [1848]. In: _____ . Textos. Volume 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

_____. *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850* [1850]. In: _____; ENGELS, Friedrich. Textos. Volume 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* [1852]. In: _____; ENGELS, Friedrich. Textos. Volume 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

_____. *O Capital*. Livro I [1867]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEIDNER, Rudolf. *The Rise and Fall of the Swedish Model*. Studies in Political Economy, volume 39, outono de 1992.

_____. *Why did the Swedish model fail?* Socialist Register, vol. 29, 1993. Disponível em: <http://www.socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5630/2528#.WsL2Vi7wYs>. Acessado em: 06/03/2017.

_____. *The Rise and Fall of the Swedish Model*. Challenge, volume 41, nº 1, Janeiro-Fevereiro de 1998.

- MILIBAND, Ralf. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- MOENE, Karl O.; WALLERSTEIN, Michael. *Social Democracy as a Development Strategy*. 2002. Memorandum 35/2003, Oslo University, Department of Economics.
- MONGIA, J. G. *Banking Around the World: a treatise on comparative banking*. Nova Délhi: Allied Publishers, 1982.
- MYRDAL, Gunnar. *Beyond the Welfare State*. Yale University Press, 1960.
- _____. *Against the Stream*. London: Palgrave Macmillan, 1973.
- _____. *Aspectos Políticos da Teoria Econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- NEAL, Alan. *Employment Protection Laws: The Swedish Model*. Volume 33, Edição 3, Julho/1984, p.643-662. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-and-comparative-law-quarterly/article/div-classtitleemployment-protection-laws-the-swedish-modeldiv/96B0CDBD4EDDBD40612E510B4BDFF435>. Acessado em: 03/03/2016.
- NILSSON, Göran. *The Founder: André Oscar Wallenberg*. Estocolmo: Almquist & Wicksell Interest, 2005.
- NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- NULLMEIER, Frank; KAUFMANN, Franz-Xaver. *Post-war welfare state development*. In: CASTLES, Francis et al. *The Oxford Handbook of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- O'CONNOR, James. *The Fiscal Crisis of State*. St. Martins's Press, 1973.
- OECD. *Long-term Trends in Tax Revenues of OECD Member Countries, 1955-1980*. Volumes 21-23. 1981.
- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.
- OREIRO, José Luis. *Macroeconomia do desenvolvimento*. São Paulo: LTC, 216.

ORTIGUEIRA, Salvador. *The Rise and Fall of Centralized Wage Bargaining*. The Scandinavian Journal of Economics, Vol. 115, Issue 3, p. 825-855, 2013. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2282338. Acessado em: 07/12/2016.

OTTERVIK, Mattias. *Conceptualizing and Measuring State Capacity*. Working Paper Series 2013:20, The Quality Of Government Institute, Departamento de Ciência Política, Universidade de Gotemburgo, dezembro de 2013.

OXELHEIM, Lars. *International Financial Integration*. Berlim: Springer Verlag, 1990.

PALME, Olof. *Speech by Chairman Olof Palme on the draft proposal for a Party Program*. Discurso proferido em 1975. Disponível em: http://www.olofpalme.org/wp-content/dokument/750928d_sap.pdf. Acessado em: 21/03/2017.

_____. *On Economic Democracy*. Discurso proferido em 1978. Disponível em: http://www.olofpalme.org/wp-content/dokument/780925b_sap.pdf. Acessado em: 21/03/2017.

PALMER, Edward. *The Swedish Pension Reform Model: Framework and Issues*. OECD, 1998.

PASQUINO, Gianfranco. *Governos social-democráticos*. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política (L-Z)*. 10ª edição. Brasília: Editora UnB, 1997

PEKKARINEN, Jukka. *Keynesianism and the Scandinavian Model of Economic Policy*. In: HALL, Peter (ed.). *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

PEMPEL, T. J. *The Developmental Regime in a Changing World Economy*. In: In: WOO-CUMINGS, Meredith (ed.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999

PERROUX, François. *O Capitalismo*. São Paulo: Difel, 1970 [1951].

PIERSON, Christopher. *Beyond the Welfare State? The New Political Economy of Welfare*. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____ ; LEIMHRUBER, Matthieu. *Intellectual Roots*. In: CASTLES, Francis et al. *The Oxford Handbook of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Beacon Press, 1957.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

PONTUSSON, Jonas. *Suécia: depois da idade do ouro*. In: ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (org.). *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *Inequality and Prosperity: Social Europe vs. Liberal America*. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

_____ ; KURUVILLA, Sarosh. *Swedish Wage-Earner Funds: an experiment in economic democracy*. *Industrial and Labor Relations Review*, vol. 45, nº 4, Julho de 1992.

PREBISCH, Raúl. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*. In: _____. *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Organização e introdução de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and social democracy*. Cambridge University Press, 1985.

RATHKE, Alexander; STRAUMAN, Tobias; WOITEK, Ulrich. *Overvalued: Swedish Monetary Policy in the 1930s*. Working Paper. University of Zurich, Department of Economics, 2011.

REGINI, Marino. *Neocorporativismo*. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política (L-Z)*. 10ª edição. Brasília: Editora UnB, 1997.

REHN, Gösta. *The Crisis of the Swedish Welfare State*. Entrevista. Challenge, vol. 23, nº 3 (Julho/Agosto 1980), p. 43.

REINERT, Erik. *Como os países ricos ficaram ricos ... e por que os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

REIS, Fabio Wanderley. *Estado Liberal, Projeto Nacional, Questão Social*. In: _____ . *Mercado e Utopia*. São Paulo: Editora USP, 2000.

ROINE, Jesper; WALDENSTRÖM, Daniel. *Long-Run Trends in the Distribution of Income and Wealth*. Discussion Paper, No. 8157, April 2014. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp8157.pdf>. Acessado em: 30/06/2017.

ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002.

ROJAS, Mauricio. *Sweden after the Swedish Model – from tutorial state to enabling state*. Stockholm: Timbro, 2005.

RUGGIE, John. *International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order*. International organization, Volume 36, Issue 2, International Regimes (Spring, 1982), 379-415.

RUESCHEMEYER, Dietrich; EVANS, Peter. The State and Economic Transformation: toward an analysis of the conditions underlying effective intervention. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

RUIN, Olof. *O Desenvolvimento do Modelo Sueco*. Revista Lua Nova, nº 24, setembro/1991.

RYNER, J. Magnus. *Capitalist Restructuring, Globalization and the Third Way: Lessons from the Swedish Model*. London: Routledge, 2002.

SCHARPF, Fritz; SCHMIDT, Vivien. *Welfare and Work in the open economy – diverse responses to common challenges*. Vol. II. Oxford: oxford University press, 2000.

SCHMITTER, Philippe. *Still the century of corporatism?* The Review of Politics. Vol. 36, No. 1, The New Corporatism: Social and Political Structures in the Iberian World (Jan., 1974), p. 85-131

SCHÖN, Lennart. *Sweden – Economic Growth and Structural Change, 1800-2000*. EH.Net Encyclopedia, edited by Robert Whaples. 2008. Disponível em: <http://eh.net/encyclopedia/sweden-economic-growth-and-structural-change-1800-2000/>

_____. Swedish Historical National Accounts 1800-2000 - a new generation. Disponível em: http://www.audhe.org.uy/Jornadas_Internacionales_Hist_Econ/CLADHE1/trabajos/Schon_Lennart_209.doc. Acessado em: 20/11/2016

SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SCOTT, Bruce. *Capitalism: Its Origins and Evolution as a System of Governance*. Springer, 2011.

SEJERSTED, Francis. *The Age of Social Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

SHONFIELD, Andrew. *Capitalismo Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

SJÖGREN, Hans. *Welfare capitalism: the Swedish economy 1850-2005*. 2008. Disponível em: http://www.iei.liu.se/nek/722g41/filarkiv_-_schema_forelasningar/1.356114/WelfareCapitalism-theSwedishEconomy1850-2005.pdf. Acessado em: 26/05/2017.

SÖDERSTEN, Bo. *Cien Años de Desarrollo Económico Sueco (1870-1970)*. In: BLOMSTRÖM, Magnus; MELLER, Patrício (orgs). *Trayectorias Divergentes: Comparacion de Un Siglo de Desarrollo Económico Latino Americano y Escandinavo*. Santiago de Chile: Ediciones Pedagógicas Chilenas, 1990.

STEINMO, Sven. *Social democracy vs. socialism: goal adaptation in Social Democratic Sweden*. *Politics and Society*, volume 16, nº 4, dezembro de 1988.

_____. *What is Historical Institutionalism?* In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael. *Approaches in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. *The Social Democratic Model of Society. What is it? Why does it work? What Lessons Can Korea Draw?* Lecture presented to the Korean Social Policy Association Annual Conference “Toward a New Paradigm of Korean Social Policy”

Seoul, Korea October 12-13, 2012. Disponível em:
www.prizma.co.kr/kasp2012/기조강연.pdf. Acessado em: 10/07/2017.

_____. *Governing as an engineering problem: the political economy of Swedish Success*. In: SCHÄFER, Armin; STREECK, Wolfgang (eds.). *Politics in the age of austerity*. Cambridge: Polity Press, 2013.

STEPAN, Alfred. *Estado, Corporativismo e Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STREECK, Wolfgang. *How Will the Capitalism End?* London: Verso, 2016.

_____. *Buying Time: the delayed crisis of democratic capitalism*. 2ª ed. London: Verso, 2017.

SWEDEN. *The Constitution of Sweden*. Disponível em:
<http://www.riksdagen.se/en/SysSiteAssets/07.-dokument--lagar/the-constitution-of-sweden-160628.pdf/>. Acessado em: 15/11/2016.

_____. *Taxes in Sweden: an english summary of tax statistical yearbook of Sweden*. Disponível em:
<http://www.skatteverket.se/download/18.616b78ca12d1247a4b2800025728/10411.pdf>.
Acessado em: 04/12/2016.

SWENSON, Peter. *Fair Shares: Unions, Pay and Politics in Sweden and West Germany*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

TILTON, Timothy A. *The Political Theory of Swedish Social Democracy: Through the Welfare State to Socialism*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

_____. *The Role of Ideology in Social Democratic Policies*. In: MISGELD, Klaus; MOLIN, Karl; AMARK, Klas (ed.). *Creating Social Democracy – a Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden*. Pennsylvania State University, 1992.

THELEN, Kathleen. *Varieties of Capitalism: Trajectories of Liberalization and the New Politics of Social Solidarity*. *Annual Rev. Political Science*, 2012, vol. 15: p.p. 137–59.

THÉRET, Bruno. *As instituições entre as estruturas e as ações*. In: Lua Nova, 2003, n.º.58, pp. 225-254. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a11n58.pdf>. Acessado em: 04/04/2016.

WALDESTRÖM, Daniel. Swedish stock and bond returns, 1856–2012. In: EDVINSSON, Rodney; JACOBSON, Tor; WALDESTRÖM, Daniel (ed.). *House Prices, Stock Returns, National Accounts, and the Riksbank Balance Sheet, 1620–2012*. Estocolmo: Ekerlids Förlag, 2014.

WILLIAMSON, Peter. *Corporatism in Perspective: an introductory guide to corporatist theory*. Sage, 1989.

WEBB, Sidney. *As Bases Históricas do Socialismo*. In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WEBER, Max. *História Geral da Economia* [1923]. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

_____. *Politics as a Vocation* [1919]. In: GERTH, H.; MILLS, C. W. *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press, 1975.

_____. *The Social Psychology of World Religions*. In: GERTH, H.; MILLS, C. W. *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press, 1975.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* [1905]. São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. *Economía y Sociedad* [1922]. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. *Parlamento e Governo na Alemanha Reorganizada* [1918]. In: WEBER, Max. *Escritos Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

WEIR, Margaret; SKOCPOL, Theda. *State Structures and the Possibilities for “Keynesian” Responses to the Great Depression in Sweden, Britain and the United States*. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

WHYMAN, Philip. *Sweden and the ‘Third Way’: A macroeconomic evaluation*. Hampshire: Ashgate, 2003.

WRIGHT, Erik Olin. *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Análise de Classe: abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2015.

VARTIAINEN, Juhana. *The Economics of Successful State Intervention in Industrial Transformation*. In: WOO-CUMINGS, Meredith (ed.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

VERSPÖHL, Ines. *Privatisation and profitisation in health care. A comparative study of Sweden and the Netherlands*. Social Cohesion and Development, 2012, volume 7, nº 1, p. 25-38.

VIANA, Alexandre Guedes. *O modelo sueco e o pleno-emprego: a crise da década de 1990*. 2007. Dissertação – PUC/SP. São Paulo: 2007.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

6. ANEXO

Composição do Parlamento sueco, em %

- (PE) – Partido de Esquerda, antigo Partido Comunista
- (SD) – Partido Social-democrata
- (V) – Partido Verde
- (L) – Partido Liberal
- (C) – Partido de Centro, antiga Liga camponesa
- (M) – Partido Moderado
- (DC) – Partido Democrata Cristão

Ano	(PE)	(SD)	(V)	(L)	(C)	(M)	(DC)	Outros	Participação
1985	5.4	44.7	1.5	14.2	10.1	21.3	2.3	0.5	89.93%
1982	5.6	45.6	1.7	5.9	15.5	23.6	1.9	0.2	91.44%
1979	5.6	43.2		10.6	18.1	20.3	1.4	0.8	90.72%

1976	4.8	42.7		11.1	24.1	15.6	1.4	0.4	91.76%
1973	5.3	43.6		9.4	25.1	14.3	1.8	0.6	90.84%
1970	4.8	45.3		16.2	19.9	11.5	1.8	0.4	88.3%
1968	3.0	50.1		14.3	15.7	12.9	1.5	2.6	89.3%
1964	5.2	47.3		17.0	13.2	13.7	1.8	1.8	83.3%
1960	4.5	47.8		17.5	13.6	16.5		0.1	85.9%
1958	3.4	46.2		18.2	12.7	19.5		0.0	77.4%
1956	5.0	44.6		23.8	9.4	17.1		0.1	79.8%
1952	4.3	46.1		24.4	10.7	14.4		0.1	79.1%
1948	6.3	46.1		22.8	12.4	12.3		0.1	82.7%
1944	10.3	46.7		12.9	13.6	15.9		0.4	71.9%
1940	3.5	53.8		12.0	12.0	18.0		0.0	70.3%
1936	3.3	45.9		12.9	14.3	17.6		1.6	74.5%
1932	3.0	41.7		11.7	14.1	23.5		0.7	68.6%
1928	6.4	37.0		15.9	11.2	29.4		0.1	67.4%

